

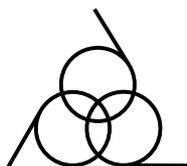
# ÉTICA E CIÊNCIA





Eliane S. Azevêdo  
João Carlos Salles (Orgs.)

# É T I C A E C I Ê N C I A



ACADEMIA DE CIÊNCIAS DA BAHIA  
2012



ACADEMIA DE CIÊNCIAS DA BAHIA

CONSELHO EDITORIAL

Amilcar Baiardi

Edivaldo Machado Boaventura

Eliane Elisa de Souza e Azevêdo, Coordenadora

Iracy Picanço

João Carlos Salles Pires da Silva

Paulo Costa Lima, Vice-Coordenador

Roberto Figueira Santos

APOIO TÉCNICO

Álvaro Almeida

Daniela Guimarães Morozini

EDITORAÇÃO E ARTE FINAL

Josias Almeida Jr.

© Copyleft

E83      Ética e ciência / Eliane Elisa de Souza e Azevêdo, João Carlos Salles  
Pires da Silva, organizadores. – Salvador: Academia de Ciências da  
Bahia, 2012.  
227 p.

ISBN:

1. Ética. 2. Política científica. 3. Valores. 4. Ciência e ética.  
I. Azevêdo, Eliane Elisa de Souza e. II. Silva, João Carlos Salles Pires da.

CDD – 170

Publicações da Academia de Ciências da Bahia

Rua Aristides Novis, nº 202, Federação

CEP: 40210-720 - Salvador-BA

[www.cienciasbahia.org.br](http://www.cienciasbahia.org.br)

## SUMÁRIO

PREFÁCIO: 7

ÉTICA, CIÊNCIA E CRIATIVIDADE 7

*João Carlos Salles & Eliane S. Azevêdo*

CIÊNCIA, TÉCNICA E EMANCIPAÇÃO 13

*Ricardo Terra*

ÉTICA, DA GÊNESE À SUA APLICAÇÃO NA CIÊNCIA: UMA SUCINTA APRE-  
CIAÇÃO 27

*Amilcar Baiardi*

ÉTICA E COMPLEXIDADE: A EMERGÊNCIA TRIÉTICA PLAN-  
ETÁRIA 61

*Dante Augusto Galeffi*

SOBRE FATOS E VALORES 105

*João Carlos Salles*

ETNOMUSICOLOGIA BRASILEIRA E ÉTICA: A ESCUTA AO ÍNDIO 117

*Manuel Veiga*

MICROPOLÍTICA E SUBJETIVIDADE: NOVO PARADIGMA ÉTICO-ESTÉTICO  
NA FORMAÇÃO ACADÊMICA E PROFISSIONAL DE ARQUITETOS URBANI-  
STAS 175

*Pasqualino Romano Magnavita*

NOTAS SOBRE ÉTICA E CRIAÇÃO 207

*Paulo Costa Lima\**



## PREFÁCIO: ÉTICA, CIÊNCIA E CRIATIVIDADE

João Carlos Salles & Eliane S. Azevêdo<sup>1</sup>

O Grupo de Ética constituiu-se em função de um sentimento fortemente compartilhado pelos membros da Academia de Ciências da Bahia.<sup>2</sup> Segundo julgamos todos, a procura do conhecimento, a produção de resultados científicos não deve descuidar da reflexão sobre seu próprio sentido, devendo a ciência ser chamada a testemunhar também sobre os interesses que mobiliza e os valores que representa. Uma Academia de Ciências deve assim cuidar desse espaço de reflexão, voltando-se tanto a temas gerais quanto a questões resultantes da produção específica de conhecimento, e isso nas diversas áreas de saber que abriga.

Mais ainda, sendo um traço de nossa Academia de Ciências fazer dialogar competências científicas, filosóficas e artísticas, o trabalho de seu Grupo de Ética teve logo a característica de pautar-se pela diversidade de posições e metodologias, por vezes conflitantes, que portanto faz conviver sem pretender jamais reduzi-las a um ponto de vista qualquer. A tensão entre questões científicas e desafios éticos permite-se dizer assim em muitos sentidos, e comemora esse exercício de tolerância recíproca e de criatividade, tal como tem ocorrido em nossas reuniões regulares.



- <sup>1</sup> Eliane S. Azevêdo é Professora Emérita da Faculdade de Medicina da Bahia – UFBA. João Carlos Salles é professor do Departamento de Filosofia da UFBA.
- <sup>2</sup> O Grupo de Ética foi criado em reunião plenária da Academia de Ciências da Bahia, em 15 de junho de 2011, e dele participam Amílcar Baiardi, Dante Augusto Galeffi, Edivaldo Boaventura, Eliane S. Azevêdo (Coordenadora, 2011-2012), João Carlos Salles (Coordenador, 2012-2013), Juarez Paraíso, Manuel Veiga, Paulo Costa Lima, Pasqualino Magnavita. Em suas reuniões e demais atividades, o Grupo de Ética tem contado com o eficiente apoio técnico de Álvaro Almeida e Daniela Mozini.

Esta coletânea é o resultado desse diálogo, que inclusive tem contado com a colaboração de pesquisadores destacados de outros Estados. O primeiro texto da coletânea, com efeito, é do Prof. Ricardo Ribeiro Terra (USP/CEBRAP), que, a nosso convite, em 30 de maio de 2012, proferiu a conferência “Ciência, técnica e emancipação” para o plenário da Academia de Ciências da Bahia, no âmbito das comemorações de seu primeiro ano de existência.

Em sua conferência, Ricardo Terra colocou-se a seguinte questão, central para qualquer reflexão ética contemporânea: o desenvolvimento da ciência e da técnica está abrindo condições para a emancipação ou, ao contrário, leva ao aumento da dominação tanto econômica como política e à destruição da natureza? Levando em conta também a discussão corrente no Brasil, o professor Terra ampliou ainda o arco do debate, em seu instigante texto, indagando em especial como a universidade pública tem enfrentado estas questões. E, para melhor formular e aprofundar suas indagações, valeu-se da elaboração de quatro tipos ideais (no sentido weberiano) ou quatro paradigmas (em sentido vago), aos quais deu os nomes de: Marx, Weber, Adorno/Horkheimer e Habermas. E, com isso, pôde formular com extrema agudeza a relação entre a pesquisa tecnológica na Universidade e o sistema produtivo.

Os outros textos da coletânea foram apresentados nas reuniões regulares do Grupo de Ética da Academia. Podemos, em traços breves, antecipar alguns aspectos de seu conteúdo.

Em seu trabalho, Amilcar Baiardi começa conceituando ética para, em seguida, especular sobre suas raízes, no caso, se é uma invenção humana ou algo que pertença aos nossos ancestrais pré-humanos. Em continuação apresenta o entendimento sobre a ética nas antigas civilizações: ética indiana, ética budista, ética chinesa, ética judaica, ética cristã e ética islâmica. Na sequência, apresenta uma síntese da evolução do conceito de ética a partir da Antiguidade Clássica, avançando, então, na Idade Média, no Re-

nascimento, na Idade Moderna e por fim na Contemporaneidade. O trabalho finaliza focalizando a ética na ciência, abordagem que se divide em “a ética na produção e difusão do conhecimento” e “a ética na conduta no interior da comunidade científica e na sociedade”.

Dante Galeffi apresenta-nos a relação entre Ética e Complexidade, de modo bastante original, como oportunidade para tratar da “emergência triética planetária”. Como afirma, a questão ética tornou-se primacial em todos os setores da vida organizada, a ponto de constituir-se como movente gerativo de uma ciência da complexidade que reintroduz o ser humano como operador do conhecimento segundo o seu modo de ser no mundo com outros. Tal emergência triética pode ser compreendida como decorrente do desenvolvimento pragmático e teórico da ciência moderna. Em seu poder de intervenção e expansão sem limites a ciência moderna alcançou o paroxismo e o abismo, a perplexidade e a incerteza: deparou-se com a concretude da insustentabilidade generalizada. Paradoxalmente, justamente pelo aprofundamento e exploração do conhecimento da natureza, ter-se-ia projetado uma luz sobre a ação devastadora das sociedades humanas, imprimindo a primazia da instância ética no equacionamento do papel social da produção científica e da produção cultural em geral, fazendo emergir o mundo complexo a que chamamos Realidade pelo acréscimo de conhecimento em todas as instâncias. Este fenômeno tem proporcionado o desenvolvimento de uma ética da diversidade e da diferença no plano mundial, projetando a importância da educação humana para o alcance de sua plenitude vivente.

Em seu texto “Sobre fatos e valores”, João Carlos Salles apresenta uma reconstrução interessada da história da filosofia, tendo em conta a oposição ou complementaridade entre questões éticas e investigação científica. Em especial, tematiza a distinção entre fato e valor, mediante diálogo com a tradição grega, o empirismo



e o racionalismo clássicos, o criticismo kantiano e seus críticos e herdeiros (a exemplo de Durkheim), e enfim com a obra de Wittgenstein. Por esse ângulo, procura descrever em traços largos como foi tecido o laço essencial entre as dimensões do belo, do bom e do verdadeiro, que juntas conformariam a esfera da racionalidade, à luz da tradição metafísica ocidental. Mostrar como essas dimensões se solicitariam e como, todavia, a modernidade filosófica as separou, é o núcleo fundamental do texto, a partir do qual se pode então sugerir projetos alternativos mais contemporâneos de recuperação dessa unidade, talvez irremediavelmente perdida.

Manuel Veiga oferece-nos uma abordagem musical de assuntos de grande complexidade, enfocando a situação do índio brasileiro num contexto de recrudescido genocídio. A hipótese subjacente é a de que música pode aproximar-se da objetividade científica por uma via expressiva, partindo do subjetivo, nos limites de seu contexto sociocultural e por seu potencial de tratamento simultâneo de vários níveis de discurso e significação. Assume-se um discurso mais longo que o da linguagem das ciências e risco de superficialidade. O texto tem diversos eixos. E, por todos eles, a falsa “imagem brasileira” do índio (não a do “índio brasileiro”) percorre o texto ditando forma, em apelos ilustrativos a textos musicais e poéticos e uso premeditado de metáforas, com um resultado bastante feliz e deveras provocativo em relação aos cânones das redações científicas.

O texto de Pasqualino Magnavita visa a abordar, sob um diferente e singular entendimento, a formação acadêmica e profissional na área de conhecimento da Arquitetura e Urbanismo, consideradas pelo CNPq “Ciências Sociais Aplicadas”. Adota em sua abordagem uma importante vertente do pensamento contemporâneo, frente ao acelerado e problemático processo de urbanização que presenciamos em nosso planeta globalizado. Particularmente, em um país como o nosso, marcado ainda por

enorme segregação e exclusão social e que apresenta um conjunto de graves problemas, tanto em relação ao elevado déficit habitacional, quanto nas áreas da saúde, educação e cultura, bem como nas carências infraestruturais (transporte, saneamento básico, segurança entre outras). Nessa nova “Visão de Mundo”, os conhecimentos (saberes) relacionados com a Arquitetura e o Urbanismo, implicariam um novo entendimento com base no exercício de uma *micropolítica da subjetividade* e que pressupõe a emergência do novo *paradigma ético-estético*.

Em seu texto, elaborado a partir do campo sistemático e ficcional da arte e especialmente da música, Paulo Costa Lima reúne notas sobre ética e criação, imaginando linhas de força e de perspectiva entre essas verdadeiras constelações de pensamento, que ora se defrontam, ora se tangenciam, e às vezes até mesmo se interpenetram, unindo seus núcleos de força. Seu percurso segue a direção de construção de uma visão interpretativa da atualidade e dos desafios colocados no horizonte, priorizando como espaços de contextualização os discursos sobre música e o compor. E isso sem esquecer que talvez o esforço de falar sobre ética seja da ordem do inatingível, do inexprimível – situação que, aliás, também não é estranha à arte, e em especial à música, considerada por diversos pensadores como região do inefável.

Como fica claro pelo brevíssimo resumo acima, a diversidade é patente. Não por acaso, nosso amigo Pasqualino costuma cifrar a relação entre ética e ciência não só pelo tema do compromisso, mas também pela tópica da criatividade – ideia que motiva o título deste prefácio. Com efeito, queremos crer que a atitude de compromisso e o exercício de criatividade caracterizam o espaço da Academia, e todos nós sabemos bem que, em muito, isso se deve à presença do nosso Presidente e principal mentor, o Prof. Roberto Figueira Santos, que nos tem apoiado e inspirado em cada uma de nossas ações, de sorte que, também com este livro, o Grupo de Ética agradece seu apoio e o homenageia.





## CIÊNCIA, TÉCNICA E EMANCIPAÇÃO

Ricardo Terra<sup>1</sup>

Honrado com o convite para proferir uma conferência na Academia de Ciências da Bahia, gostaria de registrar meus agradecimentos ao doutor Roberto Santos, pelo convite, e ao Professor João Carlos Salles, pela indicação de meu nome.

Quando aceitei o convite para esta conferência, o tema que me foi sugerido foi ciência e técnica no pensamento de Habermas. Inicialmente, pretendia analisar a articulação da ciência e da técnica com a possibilidade de emancipação do homem. Emancipação entendida de maneira vaga e ampla, como emancipação da premissa material, como ampliação da democracia e também como ampliação da autonomia privada. E, evidentemente, não poderia abordar estes temas ignorando a natureza – já que a natureza não pode ser pensada como um reservatório infinito a ser explorado sem cuidados.

A questão inicial que formulei de maneira sintética é a seguinte: o desenvolvimento da ciência e da técnica está fornecendo condições para a emancipação ou, ao contrário, leva ao aumento da dominação, tanto econômica como política, e à destruição da natureza? Pensando melhor, decidi ampliar o tema e levar em conta também uma discussão corrente sobre essas questões nas universidades brasileiras. Quero aproveitar este fórum privilegiado para apresentar um diagnóstico de certos entraves existentes na universidade e para propor algumas ideias referentes às políticas científicas e tecnológicas. Assim, uma questão correlata que pretendo abordar é: como a universidade pública tem enfrentado

<sup>1</sup> Professor titular do Departamento de Filosofia da USP e pesquisador do CEBRAP, com pesquisa apoiada pelo CNPq.



a controvérsia sobre sua missão social em relação à pesquisa científica e tecnológica?

Para poder estruturar minhas indagações vou apresentar, digamos, quatro esquemas, quatro tipos ideais (no sentido weberiano) ou quatro paradigmas (no sentido vago do termo). Vou formular quatro esquemas ideais típicos para poder estruturar minha questão referente à pesquisa tecnológica na Universidade e à relação desta com o sistema produtivo. Para facilitar darei nomes aos tipos ideais: Marx, Weber, Adorno/Horkheimer e Habermas. O fato de nomear os tipos indica apenas que estou exagerando alguns elementos do pensamento dos autores. Não pretendo ser fiel ao pensamento dos autores nem levar em conta sua complexidade. Inclusive posso, em alguns casos, acrescentar elementos que tem certo parentesco com os temas de um dos autores, mas que não foram tratados por eles. O tipo expressa uma visão simplificadora do debate, mas acredito que é uma maneira que pode ajudar a elaborar um diagnóstico.

Não vou me deter na ascensão triunfante das ciências nos séculos XVII e XVIII ou na sua glória durante o século das luzes. Começarei meu rápido esquema pela articulação entre ciência, técnica e desenvolvimento industrial no tipo ideal que chamo Marx. Em seguida, caracterizarei o tipo ideal de modernidade nomeado Weber. Com os esquemas Marx e Weber poderemos formular parte de nossa questão, confrontando dois outros tipos ideais, Adorno/Horkheimer e Habermas. Esses tipos, espero, ajudarão a entender as posições dos grupos em conflito em nosso meio universitário. Finalmente poderei me referir à situação da universidade brasileira.

## PRIMEIRO TIPO IDEAL: MARX - CIÊNCIA, TÉCNICA E EMANCIPAÇÃO

Para o “tipo ideal Marx”, a ciência e a técnica são fundamentais no desenvolvimento das forças produtivas. As relações de produção (sistema da propriedade privada, relações jurídicas) podem ou facilitar o desenvolvimento das forças produtivas ou limitar esse mesmo desenvolvimento, se colocado em contradição com elas. Assim, por exemplo, em certo momento as relações de produção feudais começaram a impedir o desenvolvimento das forças produtivas, dando início ao processo revolucionário capitalista. Com a revolução burguesa, houve um enorme crescimento da aplicação tecnológica e um aumento crescente da divisão social do trabalho, levando a um extraordinário aumento da produtividade. Mas esse processo chegaria a um ponto em que o sistema do trabalho salarial, a divisão do trabalho e a irracionalidade da competição capitalista levaram as relações de produção a impedir o desenvolvimento das forças produtivas, uma vez em contradição com elas – iniciando-se então o período da revolução socialista. De maneira muito esquemática, esse é um dos aspectos principais da concepção de revolução nesse esquema. O próprio desenvolvimento do capitalismo levaria à sua destruição. Convém ressaltar que nesse tipo ideal há uma avaliação positiva da ciência, da técnica e da razão.



## SEGUNDO TIPO IDEAL - MODERNIDADE - WEBER

No “tipo ideal que chamamos de Weber”, a modernidade cultural é pensada como a diferenciação de esferas de valor com legalidades próprias. A esfera do conhecimento, da ciência, adquire independência, seus procedimentos metodológicos consolidam-se e surgem instituições que favorecem a pesquisa – entre eles,

as Academias de Ciências e os laboratórios. No plano prático, da ação moral e do direito, ocorre algo análogo – há a formação de princípios valorativos independentes de valores cognitivos e também religiosos, e o sistema judiciário com suas instituições vai se formando. Ora, dá-se algo similar com a arte, que passa a apresentar autonomia em relação às duas esferas já referidas, a atividade da crítica artística se fortalece e as instituições voltadas para a arte se consolidam.

A modernidade significou grandes ganhos em vários aspectos, mas o processo de separação e especialização das esferas também causa uma patologia – a perda de sentido, a falta de comunicação entre as esferas, entre os diversos especialistas. Isso no plano do processo de racionalização na cultura. No plano da racionalização social o que ocorre é o aumento da burocratização tendo como consequência a perda de liberdade. O poder burocrático fica mais forte que os procedimentos democráticos. Parafraseando um título de um livro de Gabriel Cohn, podemos falar em crítica e resignação; a perda de sentido e a perda da liberdade seriam consequências da racionalização moderna.

### TERCEIRO TIPO IDEAL - ADORNO/HORKHEIMER

O terceiro “tipo ideal nomeado Adorno/Horkheimer”, que poderia também se chamar “teoria crítica I”, possibilita diagnósticos de época que buscam encontrar na realidade as tendências e os potenciais emancipatórios ou, em certas situações, procura entender os bloqueios à emancipação. É importante ressaltar o sentido de emancipação nesses contextos, emancipação é pensada como aquela da tradição marxista – emancipação entendida de forma totalizada como revolução. O bloqueio à emancipação é o bloqueio à revolução.

Entretanto, o diagnóstico do capitalismo é muito diferente do diagnóstico de Marx. Em vez da revolução socialista, o que houve foi fascismo e nazismo. O diagnóstico elaborado pela teoria crítica abrange vários aspectos: mudança na composição do proletariado, com importantes consequências na consciência de classe e principalmente na capacidade do capitalismo em controlar as crises. Teria havido uma mudança fundamental no próprio núcleo das relações econômicas capitalistas: em vez da contradição revolucionária entre forças produtivas e relações de produção, o que passou a ocorrer foi a simbiose entre forças produtivas e relações de produção.

Certas consequências da transformação do capitalismo teriam sido desastrosas: desaparece do horizonte a possibilidade da revolução e o desenvolvimento tecnológico e científico levariam à ampliação da dominação, já que teria havido a referida simbiose das forças produtivas com as relações de produção. Nesse quadro, o desenvolvimento da ciência e da técnica apenas aumentaria a dominação. Junto com a análise da técnica como ampliação da dominação, radicaliza-se a crítica à própria razão – a razão sendo compreendida apenas como razão instrumental. Já que a emancipação é entendida no plano da revolução, e como o momento da revolução teria sido perdido, resta apenas a possibilidade de se criticar a reificação e analisar as tendências que impedem a emancipação. A visão da ciência, da técnica e da razão é bastante negativa.

Podemos acrescentar mais um elemento a este tipo ideal – a postura ecológica radical, que também tem uma posição, de certa forma, irracionalista anticiência e antitécnica. Colocaríamos também nesse modelo os catastrofistas em relação à tecnologia nuclear e às modificações genéticas – a ciência e a técnica vistas como o grande perigo.



#### QUARTO TIPO IDEAL - HABERMAS: AMBIVALÊNCIA DA CIÊNCIA E DA TÉCNICA

O quarto e último tipo ideal é o que chamamos “Habermas” ou “teoria crítica II”.

Principais características:

- Emancipação não mais entendida como revolução que levaria à libertação total. Haveria uma pluralidade de movimentos sociais e demandas diferenciadas, referentes, por exemplo, a gênero e raça, que constituem pautas emancipatórias específicas. Ao contrário da utópica emancipação humana total, as conquistas são vistas como específicas e sempre em risco de serem abolidas ou não efetivadas realmente. Por exemplo, voto feminino, direito civis iguais para todas as raças, a mesma função garantindo mesmo salário para mulheres e homens.
- Diferentemente do tipo Weber, o tipo teoria crítica II vê sinais de possibilidade de tradução entre as esferas de valor culturais e também no interior das esferas. De um lado, a filosofia poderia funcionar como tradutora entre domínios culturais e científicos diferentes; a divulgação científica de alto nível poderia aproximar especialistas, ou pelo menos tornar inteligível resultados importante de um campo científico para especialistas em outro campo; a crítica de arte poderia ampliar a compreensão da arte contemporânea para intelectuais formados nas ciências ou conhecedores de outras artes. De outro lado, as pesquisas interdisciplinares possibilitariam a construção de pontes entre os vários domínios do conhecimento. A perda de sentido não seria inevitável. Quanto à racionalização social, a radicalização do processo democrático poderia fazer frente à burocratização, e assim a perda da liberdade não seria inevitável.

- A razão instrumental poderia ser contrabalançada pela racionalidade comunicativa.
- A ciência e a tecnologia seriam ambivalentes, podendo ser instrumentos para ampliação da dominação e destruição da natureza ou condição para a emancipação, entendida de maneira plural.

## CIÊNCIA E TÉCNICA NA UNIVERSIDADE BRASILEIRA

Tendo esboçado os quatro tipos ideais, podemos formular nossa questão. Como tem sido pensada na Universidade brasileira a relação da ciência com a tecnologia e as perspectivas de emancipação econômica, social, cultural e em relação aos costumes? Quais poderiam ser as políticas das universidades públicas brasileiras relativas à ciência e à técnica?

A universidade brasileira sofreu uma enorme modificação a partir da década de 1970. Políticas continuadas do CNPq, da CAPES e das agências estaduais de fomento à pesquisa possibilitaram a montagem, em tempo relativamente curto, de um grande sistema de ciência e de ensino de pós-graduação. Como a pesquisa básica em um país como o Brasil é feita pela universidade pública, o estabelecimento do sistema de pós-graduação centrado na pesquisa e continuamente avaliado foi fundamental, e podemos dizer que o sucesso foi inegável. A produção científica brasileira tornou-se significativa e hoje podemos dizer que o sistema de pesquisa acadêmica está consolidado. Ao lado da construção do sistema de pós-graduação e da atuação das agências de fomento, é necessário ressaltar a grande importância do regime de dedicação exclusiva dos professores/pesquisadores universitários no sucesso deste empreendimento.

Acredito que agora o desafio é outro, e estamos atrasados. A pesquisa básica e mesmo tecnológica realizada pela indústria bra-



sileira é muito pequena, resultando em uma baixa produtividade e em exportações com pequeno valor agregado. A comparação com a Coreia, por exemplo, seria muito instrutiva. A pesquisa nas universidades que leva a inovações tecnológicas também é pequena – basta ver o número mínimo de patentes. Não estou negando os sucessos da Petrobrás, da Embraer ou de segmentos da agricultura mecanizada. O papel da EMBRAPA no aumento de produtividade foi considerável, mas como enfrentar a concorrência da Monsanto?

Diante do grave desafio econômico, político e social presente na pequena produtividade da indústria, comércio e agricultura no Brasil, a questão que pretendo discutir é o da resistência de parcelas significativas da universidade em relação à pesquisa aplicada e também a respeito da relação da universidade pública com o setor produtivo. Notam-se sérias resistências e certo mal estar na universidade pública em questões que dizem respeito à sua relação com o sistema produtivo ou (dizendo de maneira ainda mais vaga) com o mercado. Há uma espécie de bloqueio político-epistemológico ou, se se preferir, ideológico. Comecei com a formulação de quatro tipos ideais para tentar fazer o diagnóstico dos vários grupos presentes na academia. Não estou afirmando que haja uma influência direta de Marx, Weber, Adorno ou Habermas na formação das concepções dominantes em nosso meio universitário. Acredito que haja uma mistura vaga e não muito consciente de críticas às ciências, à técnica (e mesmo à razão) que mesclam elementos teóricos e políticos vários. Certamente estas posturas têm muito mais relações com experiências históricas e políticas do que com a reflexão filosófico-política.

Acredito que em parte da comunidade universitária haja uma espécie difusa de anticapitalismo, mesclado com uma noção vaga de cidadania favorável às políticas sociais, mas sem clareza conceitual; uma mistura dos ideais tipos descritos, mas sem autoconsciência. Esta postura vaga é herdeira, não propriamente da

teoria crítica, mas da derrota do socialismo real e do colapso do nacional desenvolvimentismo. Com a derrota do socialismo real, o “ideal tipo Marx” sofreu um rude golpe, mas parece que deixou saudades. Dificilmente encontramos partidários da visão de que a revolução estaria inscrita nas tendências contemporâneas. Vastos setores do meio universitário são contrários à tese de Fukuyama do fim da história e vitória do neoliberalismo, mas não têm uma clara concepção das possibilidades emancipatórias atuais. São favoráveis às políticas sociais, mas não têm clareza sobre o rumo que estas políticas poderiam ter.

Daí o vago “sentimento” contra o mercado em parcela dos pesquisadores das ciências básicas, que tem posturas políticas democratas e com vetor social, mas que se refugiam na pesquisa como se ela fosse “pura”, e como se a pesquisa aplicada com fortes relações com o mercado fosse “impura” – o lucro como sendo algo que sujaria o trabalho acadêmico e científico (algo que lembra a condenação da usura como pecado na Idade Média). Mantém-se a postura racional, mas há uma grande desconfiança em relação ao mercado e à política. A pesquisa básica seria a manutenção da racionalidade sem a “sujeira” da política ou da economia. Podemos pensar algo como mistura do tipo Weber com aspectos do tipo Adorno/Horkheimer. Há uma espécie de pessimismo sobre a totalidade e o refúgio na especialidade, apesar de esta poder levar à perda de sentido. Perda de sentido porque o pesquisador não consegue relacionar sua atividade profissional com a visão geral sobre o mundo e a política.

Boa parte dos universitários das áreas das ciências sociais e das humanidades, por sua vez, prega constantemente a necessidade de a universidade ter um papel social. O papel social, entretanto, se reduziria à ampliação da consciência política dos estudantes, mesmo que essa consciência seja muito vaga, pois frequentemente apresenta-se como uma mistura do tipo ideal Marx com Adorno/Horkheimer. Como a revolução não veio, resta a forma



abstrata de uma negação do real – quanto mais abstrata a negação, maior a ilusão de radicalidade, que, entretanto, consola. E, por outro lado, contentam-se com uma ação localizada em alguma ONG ou movimento social, sem relação com a negação abstrata do real realizada anteriormente. Trata-se de uma curiosa esquizofrenia intelectual.

Ora, o desenvolvimento do país e a possibilidade de diminuição das misérias sociais só se darão com uma forte política industrial e agrícola, que terão que se basear na produção com ciência e técnica agregadas, tanto para o consumo interno como para as exportações; e isto é visto com desconfiança por parcelas da comunidade universitária, pelos motivos que procurei mapear. Pensar a função social da universidade não significa principalmente buscar seu papel nesse processo?

Outro empecilho é uma visão romântica e conservadora da ecologia, que cai de certa forma no “tipo ideal Adorno”. Há uma fusão curiosa de uma postura revolucionária frustrada com a perspectiva ecológica. Contra a indústria agrícola, a favor da pequena propriedade, a favor da agricultura familiar em luta contra os transgênicos, e daí por diante. Em última instância, desconfiam da ciência e da tecnologia, pois elas levariam ao aumento da dominação. De novo, o setor produtivo e o mercado como grandes pecados.

Por favor, não me entendam mal. Não negando que os riscos ecológicos sejam imensos, não estou negando a importância da agricultura familiar como política social. O que quero ressaltar é a existência de uma perspectiva vaga contra a ciência e a técnica, mesmo na universidade. A perspectiva do tipo ideal Adorno, ou seja, a visão de que o desenvolvimento da razão seria necessariamente instrumental (o desenvolvimento científico e tecnológico levando ao aumento da dominação) está fortemente presente, inclusive naqueles que nunca ouviram esse nome.

Finalmente, outro bloqueio à renovação da universidade é o corporativismo igualitarista presente em boa parte da comunidade universitária. Pensar a progressão na carreira universitária por tempo de serviço, por exemplo, é contrário ao espírito básico do mundo universitário vinculado à pesquisa, que só pode ser fortemente meritocrático. A noção de democracia na universidade tem suas especificidades que a diferenciam da democracia política – essa sim tem que ser igualitária e com direitos iguais universais. Em minha universidade, a USP, temos tido intensas discussões relativas aos procedimentos para escolha do reitor. Alguns chegam a defender a eleição direta para reitor, o que vai contra a especificidade da democracia na universidade. Basta ver que não há nenhuma universidade com padrão de excelência mundial que escolha o reitor por eleição direta. Eu tenho defendido a tese do comitê de busca como o melhor procedimento. Seria uma maneira de não se cair no populismo corporativo, nem ficar prisioneiro dos feudos presentes no conselho universitário – mas isso já é outra história.

Voltando à minha questão mais geral. Qual a concepção de razão, de técnica, e qual concepção de emancipação são correntes em nosso meio universitário? Parte da comunidade universitária mistura o tipo Marx com o tipo Adorno, ou melhor, têm saudade do tipo Marx (e o mito da emancipação humana total a ser realizado pela revolução), mas com a derrocada do socialismo real e a realidade da globalização aderem à análise que constata o bloqueio da emancipação, o que nomeamos “tipo ideal Adorno”.

A reação a este diagnóstico varia. Alguns aceitam radicalmente o diagnóstico. Há também a postura da completa negação abstrata do existente, que obtém certa consolação na pretensa radicalidade. A universidade seria apenas o aparelho ideológico do estado, e a pesquisa científica e tecnológica determinada pelo capital. Outros misturam elementos nem sempre compatíveis. Têm saudade da revolução, fazem pesquisa básica com entusiasmo, mas



querem isolar a universidade do setor produtivo e do mercado; pensam a função social da universidade apenas como instância crítica e de ensino. A grande fragilidade desta crítica é que ela é uma negação abstrata da realidade, não consegue fazer o diagnóstico das tendências emancipatórias e de bloqueio da emancipação, pois estão presos à noção de emancipação totalizante. Podem até realizar ações políticas militantes em relação a ações políticas e sociais específicas, mas não conseguem pensá-las conjuntamente com suas outras atividades.

Nessa discussão, o modelo Habermas é muito relevante. Com ele, podemos entender a postura de outros grupos na universidade, pois nele ciência e técnica são ambivalentes. Podem assim levar tanto à emancipação (sempre parcial e em perigo) quanto para o aumento da dominação. As conquistas emancipatórias dependerão da força da democracia. A única maneira é o controle político, democrático, do mercado com efetivas políticas sociais. A ampliação dos direitos sociais só pode se dar em um quadro econômico de crescimento impulsionado pela ciência e técnica. A tecnofobia é necessariamente atraso e, o que é pior, pobreza garantida da maior parte da população.

No período heroico do estabelecimento da pós-graduação e montagem de um sistema brasileiro de ciência, houve uma profunda reflexão a respeito da ciência básica e sobre a universidade. E agora não chegou a hora de pensar a continuidade do sistema de pesquisa básica junto com a pesquisa tecnológica? Montar um sistema que possibilite pesquisas que levem a patentes e à transformação da indústria e agricultura brasileiras. Uma política industrial voltada para o futuro necessariamente implica uma política de ciência e tecnologia. Não chegou a hora de a universidade ampliar as pesquisas e a formação de quadros voltados para as políticas públicas?

Uma fraqueza de nosso parque industrial (que funcionou muito tempo como substituição de importações, não propiciando

a pesquisa no país, já que importava toda a tecnologia) criou uma situação em que a Universidade pública brasileira viu-se obrigada a realizar pesquisas aplicadas. Não estou dizendo que ela possa substituir a pesquisa nas empresas, mas ela pode colaborar, como também as agências de fomento podem ajudar.

A imaginação institucional terá que ser fértil e criar interações eficazes entre universidade, agências financiadoras e empresas. Algumas experiências já estão dando resultado como as incubadoras universitárias de empresas de alta tecnologia. Não chegou o momento das agências de financiamento à pesquisa entrarem fundo no financiamento da pesquisa tecnológica e na inovação de políticas públicas? O financiamento das incubadoras de empresas nas universidades exige a articulação das agências de fomento à pesquisa, do governo federal (BNDS, FINEP), do governo estadual e também do capital privado. Acredito que o legislador foi sábio quando duplicou a porcentagem dos impostos do estado de São Paulo para a FAPESP e acrescentou, como dever da fundação, o fomento da pesquisa tecnológica ao lado da pesquisa básica.

Para terminar, gostaria de propor para a discussão algumas questões mais específicas ainda. Algumas delas eu tenho discutido em uma comissão na Universidade de São Paulo, a CERT (Comissão especial de regimes de trabalho – comissão composta por treze membros, que avalia individualmente os professores nos diversos regimes de trabalho), e gostaria muito de saber como vocês as estão enfrentando na universidade e na FAPESB.

As questões a serem enfrentadas são muitas. Alguns poucos exemplos:

1. Regimes de trabalho dos pesquisadores. A dedicação exclusiva foi fundamental para o sucesso do estabelecimento de um sistema de pesquisa e de pós-graduação. Mas, não seria o caso de uma possível revisão de qual seria o regime preferencial de trabalho dos docentes de áreas com forte



pesquisa tecnológica ou de inovação em políticas públicas? Em algumas áreas, encontram-se pesquisadores em dedicação parcial com uma produção científica e tecnológica muito superior à de colegas com dedicação exclusiva. Não seria o caso de facilitar a passagem de um regime para outro? Um professor/pesquisador em dedicação exclusiva não poderia passar durante alguns anos para dedicação parcial e ter importante experiência no setor produtivo e depois em outra etapa da carreira voltar à dedicação exclusiva?

2. Necessidade de se refletir e criar normas para o credenciamento para atividades especiais de assessoria para pesquisadores em regime de dedicação exclusiva, e também formatar o credenciamento para atividades especiais de extensão inovadora.
3. Normatizar a divisão entre universidade, agência financiadora e empresa nos lucros de patentes e o tipo de participação dos pesquisadores universitários nesses ganhos.
4. Pensar estratégias para a ampliação das incubadoras de empresas de alta tecnologia na Universidade.
5. Elaborar com clareza os regimentos das fundações universitárias, de modo que favoreçam a pesquisa tecnológica e a interação da universidade com as empresas e também o estabelecimento de processos de auditorias severas dessas fundações.
6. Avaliação rigorosa dos professores/pesquisadores em dedicação exclusiva, um docente podendo a qualquer momento de sua carreira voltar à dedicação parcial, caso tenha produção baixa em ensino, pesquisa e extensão.

Muito obrigado.

# ÉTICA, DA GÊNESE À SUA APLICAÇÃO NA CIÊNCIA: UMA SUCINTA APRECIÇÃO

Amilcar Baiardi<sup>1</sup>

## 1- INTRODUÇÃO: CONCEITO, GÊNESE E EVOLUÇÃO HISTÓRICA

É a ética uma invenção humana ou algo que pertença aos nossos ancestrais pré-humanos? Em todas as antigas civilizações a ética sempre teve o mesmo sentido? Que diferenças ou semelhanças existem entre as éticas indiana, budista, chinesa, judaica, cristã, africana e islâmica? Quando o conceito adquire estatuto e se torna universal? Como a ética evolui no Ocidente, vindo da Antiguidade Clássica, passando pela Idade Média, Renascimento, Idade Moderna até chegar à Contemporaneidade, quando passa a ser referência para condutas na política, nas profissões, nos negócios e na vida social? Que peculiaridade a ética assume quando é pensada na prática da geração do conhecimento e na comunidade científica? São estas as perguntas que se pretende explorar neste breve ensaio, sem pretensão a oferecer respostas categóricas e definitivas.

Antes, contudo, caberia buscar uma definição para ética que pudesse ser funcional à análise histórica e se prestasse para sugerir comportamentos na práxis da busca do conhecimento. Em sendo a ética um objeto de interesse da filosofia moral, em que ela se diferencia da moral? É possível encontrar certo consenso afirmando



---

<sup>1</sup> Professor Titular da UFBA/UFRB, professor de Pós-Graduação da UCSAL, DSc. em Ciências Humanas pela UNICAMP, com pesquisa apoiada pelo CNPq.

que a moral se fundamenta na aceitação e obediência a normas, tabus, costumes ou mandamentos culturais, hierárquicos ou religiosos compartilhados, enquanto a ética busca fundamentar princípios de vivência e convivência a partir do que seja almejado e concebido pelo pensamento humano como ideal de interação social. Complementarmente, se poderia dizer que a moral pode ser praticada na esfera puramente pessoal, enquanto que a ética se expressa na dimensão interpessoal. Esta diferença não impede que determinados autores pensem a ética e a moral como sendo a mesma coisa, ou vejam a ética equivalente à moral, mas dissociada de razões religiosas. A tradução latina do termo *éthica* para *mores*, que significava costumes, retirou do conceito o sentido de *êthos* (ethos, a dimensão pessoal do ato humano), privilegiando o sentido comunitário da atitude valorativa. Em razão dessa tradução incompleta resulta o entendimento que ética e moral possam ser equivalentes, quando, na realidade, não são.<sup>2</sup>

#### 1.1 A ÉTICA COMO INVENÇÃO HUMANA E SUA EXISTÊNCIA NAS ANTIGAS POPULAÇÕES

Entre os autores que mais se aprofundaram nas raízes do comportamento humano, inclusive no que concerne à ética, está Ridley.<sup>3</sup> Para ele há na natureza inúmeros exemplos no quais os genes, em essência, “egoístas”, induzem comportamentos que aumentam as chances do grupo social, em certos casos de modo altruísta. Ao analisar os insetos sociais, Ridley, estabelece uma diferença entre as formigas e as abelhas, porque nestas últimas, as fêmeas operárias, renunciam à procriação para manter a harmonia da colmeia.<sup>4</sup> Seria este um comportamento tipicamente ético? Agir de acordo a preservar a estabilidade do grupo seria uma con-

2 MIDGLEY, M. The origin of ethics, passim.

3 RIDLEY, M. The origins of virtue: human instincts and the evolution of cooperation, passim.

4 RIDLEY, M. The origins of virtue: human instincts and the evolution of cooperation, passim.

duta ética? Estaria aí um exemplo inequívoco de que a renúncia em benefício do grupo seria um comportamento ético? Este comportamento, por outro lado, poderia ser de natureza egoísta uma vez que a sobrevivência estaria relacionada com a funcionalidade do sistema social?

Ridley não especula nesta direção. Quem o faz é Midgley ao tratar das raízes da ética, não por defender esta posição, mas por achar que ela é base da concepção de que a ética nasce do chamado egoísmo prudente, presente no pensamento grego e no de Thomas Hobbes, diferente da visão cristã, que vê a gênese da ética associada à moralidade e que esse processo dar-se-ia por meio de uma contínua busca de Deus para superar as imperfeições humanas.<sup>5</sup>

Axelrod discorda, em parte, da visão do egoísmo prudente, qual seja, a de que a cooperação e o altruísmo visariam à segurança e ao bem estar individual.<sup>6</sup> Para o autor, é óbvio que muitos comportamentos altruístas se dão no âmbito de parentesco, o que seria um impulso do gene de garantir sua reprodução ampliada, mas registra outras evidências de cooperação, renúncia e altruísmo na condição de simbioses entre espécies diferentes. Contudo, a pergunta que cabe estabelecer é se a cooperação que se observa entre os humanos é de natureza equivalente à cooperação exibida em aglomerados de indivíduos pertencentes a outras espécies. Biologicamente, quais as causas ou as condições iniciais necessárias para que estes agentes se organizem, cooperem e pratiquem a ética, ou conduta de profícua e respeitosa convivência? As evidências mostram que elas estão relacionadas com a sobrevivência e com a evolução. Penetrando na sociedade humana, seriam também estas as razões? Olson discorda e defende que na sociedade humana a cooperação se descola de interesses egoístas, afirmando, por outro lado, existir uma diferença entre a cooperação

5 MIDGLEY, M. The origin of ethics, passim.

6 AXELROD, R. The evolution of cooperation, passim.



mecânica, própria do mundo biológico, e a cooperação orgânica, exclusiva dos seres humanos, ou de primatas mais evoluídos.<sup>7</sup>

Midgley, em seu ensaio sobre a origem da ética, posiciona-se contra os reducionismos apresentados pelos defensores do egoísmo prudente e do moralismo, que veem a origem da ética como tendo fundamentação religiosa.<sup>8</sup> Ela deixa em aberto a possibilidade de alguma contribuição para o surgimento da ética ter vindo da natureza, de um estado pré-humano, sem ser categórica no datar o nascimento e no indicar que seres vivos foram pioneiros na prática de uma conduta ética.

Ao tratar da ética na pré-história, na passagem do homem do estado nômade para o de fixado, naquilo que nomina como sociedades de pequena escala, Silberbauer defende, com base em estudos antropológicos, que nelas havia uma ética, embora o conjunto de regras fosse diferente entre uma sociedade e outra.<sup>9</sup> A cooperação, a renúncia individual, a retribuição e outras condutas já estavam regidas por protocolos, protoinstituições, embora em muitas dessas comunidades não houvesse censura ao incesto nem ao canibalismo. O autor sugere que, com o surgimento das cidades e dos sistemas políticos, a ética inicia um processo de evolução.

Os primeiros documentos com conteúdo ético remontam à Mesopotâmia, cerca de 3000 a. C., e tratavam do comportamento diante dos bens, da posse da terra, da vizinhança etc. Há também registro de escritos éticos no antigo Egito e nos primórdios da Civilização Hebraica.<sup>10</sup> Na Índia, ela se desenvolveu como uma ordem natural, abrindo-se para uma perspectiva mais ecológica e holística que individualista.<sup>11</sup> Para Silva, no Oriente também teve lugar a ética budista, que cultivava uma dimensão social marca-

7 OLSON, M. A lógica da ação coletiva: os benefícios públicos e uma teoria dos grupos sociais, *passim*.

8 MIDGLEY, M. The origin of ethics, *passim*.

9 SILBERBAUER, G. Ethics in small-scale societies, *passim*.

10 LARUE, G. A. Ancient ethics, *passim*.

11 BILIMORIA, P. Indian ethics, *passim*.

da pela prática da meditação, cuja principal virtude era prestar atenção para tudo que ocorria no entorno.<sup>12</sup> Hansen, por sua parte, também destaca na antiguidade a existência do que chama de Ética Chinesa Clássica, cujos fundamentos combinam a ação individual com a coletiva, dando ênfase às condutas a serem seguidas nas condições de agente econômico, de dirigente político e como chefe de família.<sup>13</sup> Para o autor, os fundamentos do pragmatismo e do empreendedorismo já estão presentes nos preceitos éticos de Confúcio.

Há também autores, como Kellner e Nanji, que sugerem ter havido uma ética secular entre judeus e árabes antes que as civilizações e os sistemas políticos fossem impregnados de conteúdo religioso.<sup>14</sup> Para estes autores, esta ética se baseava em aspectos esotéricos e místicos, que foram depois absorvidos pelo Torá, *Hamisha Humshei Torah*, e pelo Corão.

#### 1.2 ÉTICA GREGA DO PERÍODO CLÁSSICO

Antes da era clássica da filosofia grega, por volta de 600 a.C., os questionamentos do homem acerca do “como” e do “por quê” da vida ter essa ou aquela fisionomia, tinham respostas nas explicações religiosas. Essa visão mitológica do mundo foi criticada e abandonada pelos primeiros filósofos gregos, já em Mileto, sob a alegação de que essa forma de pensar era fruto da imaginação humana e não conduzia a um entendimento adequado da realidade. Por volta de 450 a.C., a Grécia viveu um momento histórico de expressivo progresso social, intelectual e artístico, e Atenas se tornou o centro cultural do mundo ocidental.<sup>15</sup>

As condições que se configuraram na Antiga Grécia, advindas da democratização da vida política, criação de novas instituições

12 SILVA, P. Buddhist ethics, *passim*.

13 HANSEN, C. Classical chinese ethics, *passim*.

14 KELLNER, M. Jewish ethics, *passim*; NANJI, A. Islamic ethics, *passim*.

15 LEPIKSON, L. M. N. A ética e o exercício profissional em uma instituição pública de ciência e tecnologia em saúde, *passim*.



eletivas, bem como do desenvolvimento de uma intensa vida pública, deslocaram a preocupação dos filósofos gregos para os problemas do homem e sua posição na sociedade, em contraposição ao naturalismo dos primeiros filósofos. Esse novo cenário deu origem à filosofia política e à filosofia moral, pressupostos para o conceito de ética. A tradição ocidental da filosofia moral, da ética, entendida como a busca dos fundamentos dos princípios da conduta humana, tem origem, portanto, nos antigos gregos em suas diferentes escolas, começando com Sócrates, seguido por Platão e por Aristóteles, podendo-se identificar uma linha de continuidade que avança pelo período helênico, romano e medieval, chegando até os dias presentes, após passar pelos estágios da modernidade e da contemporaneidade.

Embora entre os ensinamentos dos sofistas se encontrem fragmentos do que se poderia considerar filosofia moral, sobretudo no afirmar que o homem tem uma esfera de autonomia que independe da natureza, podendo criar e mudar os costumes, as contribuições mais expressivas para o conceito e aplicação da ética vieram de Sócrates, Platão e Aristóteles.

Sócrates, primeiro grande filósofo nascido em Atenas, concordava com os sofistas em não ver a natureza interferindo na conduta humana. No entanto, diferia deles por ser cético em relação ao saber, por não cobrar pelos seus ensinamentos e por não concordar com o método de persuasão adotado pelos sofistas, que aprimoravam a arte do convencimento, visando defender qualquer ideia, por mais absurda que fosse, não respeitando a verdade.

As indagações de Sócrates percorriam dois momentos fundamentais que contribuíam no desenvolvimento do saber filosófico: a *eironeia*, que significa ironia, no sentido de perguntar, fingindo ignorar, e a *maieutica*, que significa arte de fazer nascer, trazer à luz, esclarecer. As reflexões socráticas se propunham a agir sobre a consciência do indivíduo e definir o campo no qual os valores e obrigações morais podem ser estabelecidos, dando, assim, ori-

gem ao sujeito ético e moral, aquele que, ao praticar uma ação, está consciente do seu significado, da sua finalidade e das suas convicções.

Sócrates foi pioneiro no transcender a ética individual para a ética coletiva, propondo que o mal não é praticado voluntariamente, mas tão somente quando o homem ignora o bem. Para ele a virtude pode ser transmitida pelo ensino, pois o homem que realmente sabe o que é melhor para ele e para os outros, certamente agirá de forma correta. A práxis filosófica socrática se tornou uma ameaça aos que detinham o poder e influência, uma vez que, baseada na convicção de que somente a educação pode tornar o homem moralizado, estimulava os jovens a pensar. Acusado de corrompê-los, de desrespeitar as leis e de irreverência diante dos deuses, Sócrates foi condenado ao silêncio ou ao exílio, optando por suicidar-se como melhor forma de protestar contra a sentença injusta, obtida por meios ilícitos, mesmo em uma Atenas onde voltara a prevalecer a democracia. Antecedentes de anterior julgamento por conduta em campo de batalha deu argumentos aos acusadores, facilitando a condenação. A ética como conceito e portadora de um estatuto próprio estava presente no discurso de Sócrates.<sup>16</sup>

Platão, durante muito tempo, foi discípulo de Sócrates. Escreveu as obras de Sócrates a partir de diálogos e compartilhou com o mesmo a concepção da essência da ética, segundo a qual basta que o indivíduo conheça o bem para que suas ações sejam guiadas por esse valor. A ética de Platão está voltada para o indivíduo, que através do exercício da razão pratica as virtudes, liberta-se da matéria, do mundo terreno, purifica-se e eleva sua alma ao mundo das ideias permanentes, para então contemplar o que realmente existe, sobretudo a verdadeira realidade, que é o Sumo Bem. Para

16 LAW, S. Filosofia, passim; ROWE, C. Ethics in ancient Greece, passim; LEPIKSON, L. M. N. A ética e o exercício profissional em uma instituição pública de ciência e tecnologia em saúde, passim.



Platão, é impossível querer o mal diretamente, na medida em que o mal não existe por si só, sendo apenas um reflexo imperfeito do mundo das ideias, que é o bem. Na ética de Platão, somente o homem justo cumpre o processo de purificação necessário para libertar-se do mundo material, mundo sensível ou das sombras, e alcançar o mundo das ideias, o bem ideal ou o sumo bem. Entretanto, para que o homem se realize espiritualmente e alcance a felicidade, é necessário que ele esteja vivendo na *polis*, em comunidade, participando politicamente, pois o homem sozinho não se realiza.

No contexto da reflexão platônica, destaca-se a sua busca incessante por um regime político ideal capaz de não permitir a reprodução de injustiças, como a que vitimou seu mestre Sócrates. Platão, da mesma forma que Sócrates, não avançou na deontologia aplicada à produção do conhecimento.<sup>17</sup>

Aristóteles nasceu em Estagira, uma colônia grega da Trácia, região então dominada pelos macedônios, no sudeste da Europa. Após a morte do pai foi levado para Atenas, onde continuou sua formação. Frequentou a Academia de Platão, de quem se tornou discípulo dileto, mas nunca deixou de cultivar a independência: “sou amigo de Platão, mas mais amigo da verdade”. Aristóteles tentou suceder Platão na Academia, mas não teve sucesso, visto que uma manobra nepotista levou um sobrinho de Platão, Speusippus, a ser seu sucessor. A ética aristotélica comporta duas espécies de virtudes: as intelectuais, ou dianoéticas, e as práticas, ou éticas propriamente.

A Aristóteles se pode atribuir ter sido o primeiro a pensar na ética voltada para as atividades intelectuais, ou deontologia aplicada à produção do conhecimento. A virtude dianoética tem como fonte a razão humana, é adquirida, sobretudo, através da

---

17 DAVIS, N. A. Contemporary deontology, passim; LEPIKSON, L. M. N. A ética e o exercício profissional em uma instituição pública de ciência e tecnologia em saúde, passim.

educação, da transmissão do saber teórico e é a realização das potencialidades mais elevadas da razão, como a filosofia da natureza e a metafísica. A virtude prática é própria dos sentimentos e das sensações, devendo ser guiada pela razão, de sorte a agir de forma equilibrada, controlando os impulsos e instintos irracionais que existem na natureza de qualquer ser humano.

Em sua emblemática obra “Ética a Nicômaco”, Aristóteles expõe sua concepção teleológica e eudaimonista<sup>18</sup> de racionalidade prática, sua concepção da virtude como mediania<sup>19</sup> e suas considerações acerca do papel do hábito e da prudência. Aristóteles considerava a felicidade como o mais desejável de todos os bens, pois é sempre procurada por si mesma e nunca em razão de outras coisas que não seja ela própria. Assim, a felicidade seria o fim último para o qual tende todo homem. Contudo, o filósofo também ressalta que o bem coletivo se sobrepõe ao bem individual.

A ética de Aristóteles não buscava apenas um bem supremo, pois o filósofo entendia que para alcançar o estado de felicidade, o homem necessitaria de outros bens, capazes de promover a satisfação de uma série de condições concretas, dentre elas a segurança econômica e a liberdade pessoal. A ética de Aristóteles valoriza a vontade, a deliberação e o esforço do homem para adquirir bons atos. O ideal ético aristotélico consistia na felicidade, que seria alcançada através de uma vida bem ordenada, virtuosa e voltada para aquisição do saber.<sup>20</sup>

Estóicos e Epicuristas. O estoicismo e o epicurismo como movimentos intelectuais e enquanto correntes filosóficas tiveram uma longa vida, de séculos. Elas surgem a partir da decadência do mundo antigo grego, período caracterizado pela perda de autonomia das cidades e pela ascensão dos grandes impérios,

18 Doutrina segundo a qual a felicidade é o objetivo da vida humana.

19 Qualidade de mediano; mediocridade.

20 LAW, S. Filosofia, passim; ROWE, C. Ethics in ancient Greece, passim; LEPIKSON, L. M. N. A ética e o exercício profissional em uma instituição pública de ciência e tecnologia em saúde, passim.



helênico e depois o romano, e se estendem até a Idade Média. Sobreviveram a períodos de decadência e de crise moral, marcados por dúvidas religiosas, dissolução cultural e pessimismo. Esses movimentos filosóficos se inspiravam nos três grandes filósofos atenienses – Sócrates, Platão e Aristóteles –, mas desenvolveram ensinamentos próprios no propor sobre a melhor forma de o ser humano viver e morrer, no indicar qual a verdadeira felicidade e como atingi-la.

O estoicismo, fundado por Zenão, oriundo de Citium, uma ilha de Chipre, adota a premissa de que o homem tem seu destino traçado pelo cosmos, concebido como um grande e único ser, cujo princípio, alma ou razão é a divindade. Como consequência, o homem cidadão desse mundo, onde não existe liberdade nem acaso, é dominado pelo fatalismo, que o leva a aceitar seu destino e agir de acordo com ele – tudo acontece porque tem de acontecer. Sendo assim, o homem seria capaz de aceitar com a mesma serenidade a dor e o prazer, a ventura e o infortúnio. A grande contribuição do estoicismo para o pensamento ocidental foi estabelecer os fundamentos da disciplina e da rigidez em relação aos princípios, de grande relevância para a cultura puritana, profundamente comprometida com o desenvolvimento da ciência.

O epicurismo foi fundado por Epicuro de Samos, professor de filosofia que criou em Atenas uma escola denominada “O Jardim”, na qual transmitia seus ensinamentos para todas as classes sociais. Para Epicuro, a felicidade residia no prazer. Sua doutrina foi, por esse motivo, muitas vezes confundida com o hedonismo. Entretanto, há uma diferença porque o epicurismo assume a existência de muitos prazeres, e propõe que nem todos são igualmente bons, privilegiando o prazer mais duradouro e estável, que remete à paz de espírito, estando aí a diferença em relação ao prazer fugaz e imediato de natureza hedonista. A filosofia de Epicuro contempla três partes: a ética, a canônica e a física. À ética caberia indicar o caminho da felicidade. Para os epicuristas, o homem

é o senhor de si mesmo, nada tendo a temer, uma vez que neste mundo não existe nenhuma intervenção divina. O epicurismo dá, filosófica e epistemologicamente, centralidade ao homem e é precursor das visões materialistas na filosofia e na ciência. Epistemologicamente também se destaca, tendo sido inspirador de expressivas contribuições científicas ocorridas durante o Império Helênico em Alexandria. Ao estoicismo e ao epicurismo é possível associar contribuições à construção do método científico e a uma conduta envolvendo princípios éticos na busca do conhecimento. O grande legado da ética grega foi a ideia de que, em todas as profissões, se deve ser ético; daí a origem dos juramentos no ato de formatura ou conclusão, todos eles inspirados no juramento de Hipócrates, que teria ocorrido em uma escola médica na ilha de Kós, no século V a.C.<sup>21</sup>

### 1.3 ÉTICA CRISTÃ MEDIEVAL

Durante a Idade Média, a Igreja Católica se torna a instituição detentora do saber e influenciadora do poder. A fé é estabelecida como imprescindível ao conhecimento que supõe estudos para desvendar as palavras de Deus contidas nas Sagradas Escrituras e escritas corretamente porque inspiradas por ele. A reflexão filosófica subordina-se à teologia. A Igreja, ao estabelecer normas, orientar comportamentos e imprimir no homem medieval valores teológicos, forja a mentalidade da época. A religião determinou com sua influência a presença do sagrado na vida cotidiana e, conseqüentemente, na prática moral da Idade Média, preservando as noções gregas de felicidade como um fim a ser alcançado pelo homem e a prática do bem como o meio para atingir essa finalidade, desde que mediados pela religião e obtidos após a morte. A subordinação da ética a princípios religiosos refletia, por sua vez,

21 LAW, S. Filosofia, *passim*; ROWE, C. Ethics in ancient Greece, *passim*; LEPIKSON, L. M. N. A ética e o exercício profissional em uma instituição pública de ciência e tecnologia em saúde, *passim*; BAIARDI, A. A evolução das ciências agrárias nos momentos epistemológicos da civilização ocidental, *passim*.



a subordinação da filosofia à teologia na época medieval. Nesse período, as principais questões filosóficas se referiam às relações entre fé e razão, estando a última sempre subordinada à primeira.

A virtude é definida pela relação íntima do homem com o ser supremo, Deus, e não mais pela relação do homem com uma comunidade politicamente organizada ou com o universo inteiro, subordinando desse modo a vida moral à qualidade dessa relação. Nesta visão, o homem é dotado de vontade livre, mas, por sua condição de criatura imperfeita, fraca e pecadora, sua liberdade o conduz primeiramente ao pecado, sendo os mandamentos divinos os meios para que ele se encontre com Deus e pratique a boa conduta. Nesse contexto, surge a ideia do dever, segundo a qual somente seguindo a lei divina revelada o homem poderá praticar o bem.

O distanciamento da filosofia moral dos princípios teológicos e da fundamentação religiosa, só começa a se verificar na Baixa Idade Média, permitindo, então, que essa noção se mantivesse como uma das principais marcas da concepção ética ocidental, diferenciando três tipos de comportamento mais comuns: a) Conduta moral ou ética – que se efetiva em conformidade com normas e regras impostas pelo dever; b) Conduta imoral ou antiética – que se efetiva contrariando normas e regras fixadas pelo dever; c) Conduta amoral ou indiferente à moral – que se efetiva em situações não definidas pelo bem e pelo mal, nas quais não são impostas normas e regras do dever.

A doutrina cristã expressava a superioridade do divino ao admitir que a relação entre o homem-criatura e o Deus-criador é regulada por virtudes supremas (fé, esperança e caridade), diferentemente das relações entre os homens, que são baseadas em virtudes fundamentais (prudência, fortaleza, temperança e justiça), anteriormente apregoadas pela doutrina platônica.

O cristianismo introduziu a ideia de igualdade entre os seres humanos, ao incluir todos os homens, indistintamente, na condi-

ção de filhos de Deus e membros de uma mesma e grande família. Isto conferiu apoio a esta religião nos seus primórdios. A filosofia na Idade Média, impregnada do cristianismo, pretendia demonstrar racionalmente o domínio das verdades reveladas, mediando ou reinterpretando questões introduzidas pelos filósofos greco-romanos.

Em busca de uma conexão entre a filosofia clássica e a doutrina cristã, visando conferir a esta última uma consistência como manifestação do espírito, Agostinho de Hipona elegeu o pensamento platônico e o submeteu ao dogmatismo religioso. Destarte, o mundo das ideias permanentes de Platão, no qual o homem contemplaria a essência do seu próprio ser, foi retomado em sua obra *As Confissões*, e se transformou no mundo da ordem sobrenatural, onde a plenitude estava em Deus.

Entretanto, a ética agostiniana não aderiu ao racionalismo ético dos filósofos antigos, que atribuía à razão humana o lugar central na vida ética, por conceber o homem como um ser passional – imperfeito, portanto. Agostinho de Hipona privilegiou a interioridade humana, o valor da experiência pessoal, da vontade livre e da graça divina, afirmando que Deus está dentro de cada um e, através da contemplação, o homem encontraria a verdade que procurava. Em sua mais famosa obra, *A Cidade de Deus*, Agostinho faz oposição entre o bem e o mal, o pecado e a graça, a eternidade e a finitude, interpretando a história do homem como um conflito entre duas cidades, que, simultaneamente presentes na alma humana, representam a dimensão terrena vinculada à sua história natural, à moral, às necessidades materiais, e a dimensão celeste, correspondente à comunidade dos cristãos, que, vivendo na fé e no amor de Deus, triunfaria no final. Esta concepção é uma espécie de retorno à visão maniqueísta, que professou quando vivia em Cartago.

Embora não fosse seu propósito, a teoria agostiniana acirrou a disputa entre o poder do Estado e da Igreja pela afirmação da su-



perioridade do poder espiritual sobre o temporal, que perdurou durante toda a Idade Média. Agostinho retomou do Antigo Testamento a visão linear de história, baseada na crença de que Deus necessitava de toda a história para construir seu reino, educando o homem e eliminando o mal do mundo. Agostinho de Hipona promoveu a síntese entre a filosofia platônica e a doutrina cristã. Sua teologia transmitiu uma visão pessimista acerca da natureza humana, definida como uma natureza essencialmente corrompida, estando a remissão dos pecados e a salvação eterna na fé permanente em Deus.

Posteriormente, surge na Idade Média a filosofia escolástica, que era uma concepção mais otimista em relação aos atributos racionais do homem, admitindo seu progresso como ser humano, o resgate de sua confiança em si mesmo e a elevação de sua capacidade de indagação, raciocínio e compreensão. Essa nova concepção atribuiu ao homem o papel de colaborador de Deus no propósito de sua salvação e se contrapôs ao conflito entre razão e fé, por meio da harmonia entre ambas. O filósofo e teólogo Tomás de Aquino foi o mais influente representante da escolástica. Sua ética se caracterizou pela síntese do aristotelismo e pela discussão a respeito das verdades naturais teológicas da fé cristã, as quais o homem poderia alcançar movido tanto pela fé cristã, quanto pela sua razão natural, sendo, entretanto, o primeiro caminho o mais seguro, uma vez que através da razão, por ser a mesma falha, o homem poderia se enganar. Recolheu de Aristóteles a ideia de que nascemos iguais no que tange à capacidade intelectual e que a mesma se desenvolve por meio das sensações e revelações.

Também vem de Aristóteles a concepção de que as coisas têm uma existência e uma essência, condicionando o alcance da segunda a uma aproximação de Deus. Assim como Aristóteles, Tomás de Aquino propunha que a realização humana se aprimorasse na *polis*, e que caberia ao Estado aliar a ordem e a justiça na busca do bem comum, mesmo que o poder político tenha origem divina.

Desse modo, atenua o conflito entre Estado e Igreja, decorrente da ética agostiniana. Não obstante a ética tomista coincidir em seus traços gerais com a ética aristotélica, diverge desta quanto à finalidade, pois para Tomás de Aquino é em Deus que o homem encontra a felicidade, o que significa que o fim é Deus, um bem objetivo, enquanto para Aristóteles, o fim último do ser humano é a felicidade, que se encontra no próprio homem, um bem subjetivo.

Malgrado a diferença, ambos definem o conhecimento como sendo o meio através do qual o homem alcança o fim último. Em certo sentido, a filosofia moral e a ética, retrocedem na Idade Média. Quando se pensa em deontologia aplicada à busca do conhecimento e na epistemologia, verifica-se que o retrocesso é maior comparativamente ao período Clássico. A escolástica bloqueou o conhecimento e não estimulou princípios éticos na busca do saber.<sup>22</sup>

#### 1.4 - ÉTICA MODERNA

A Idade Moderna, situada entre os séculos XVI e XVIII, representa um novo marco histórico e é cenário de inúmeras transformações, na esfera econômica, política e social da Europa Ocidental. No campo econômico, o desenvolvimento do comércio por força do mercantilismo (que, por sua vez, é resultado da Segunda Revolução Agrícola) instaurou novas relações entre as forças produtivas e as relações de trabalho e promoveu o fortalecimento da ideia de poupança e investimento, constituindo as bases para o sistema capitalista que se instalou posteriormente.<sup>23</sup> Na ciência, a busca por explicações racionais para os fenômenos da natureza derrubou as barreiras impostas pela filosofia escolás-

22 LAW, S. Filosofia, passim; PRESTON, R. Christian ethics, passim; BAIARDI, A. A evolução das ciências agrárias nos momentos epistemológicos da civilização ocidental, passim; LEPIKSON, L. M. N. A ética e o exercício profissional em uma instituição pública de ciência e tecnologia em saúde, passim.

23 BAIARDI, A. Sociedade e Estado no apoio à Ciência e à tecnologia, passim.



tica ao progresso científico. A forma de organização da sociedade moderna, associada ao processo de urbanização que sucedeu à estrutura feudal vigente na Idade Média, fortaleceu uma nova classe social, a burguesia, que, embora próspera economicamente, ainda não detinha prestígio junto à classe dominante, a aristocracia, e, por essa razão, lutava para se impor politicamente.

Em decorrência da nova ordem econômica e social que se instaurou no mundo moderno, a fragmentação dos Estados feudais cedeu, gradualmente, lugar aos grandes Estados centralizados, como a França, a Espanha e a Inglaterra, que se transformaram em potências colonizadoras. No campo da religião, a Igreja Católica perdeu sua hegemonia com o aparecimento de inúmeros movimentos reformistas, respaldados pelos novos valores da classe burguesa em ascensão e da classe média intelectualizada. Todas essas mudanças que se consolidaram no Renascimento, colocaram o homem moderno diante de diferentes costumes, de uma nova forma de pensar e de novos valores, que, por sua vez influenciaram no seu comportamento. Em face ao novo contexto, surgiram inúmeras doutrinas éticas, visando a compreender, explicar e preceituar as condutas que a nova sociedade punha em prática.

Nas diferentes concepções de ética que surgem no período moderno, é possível destacar sua tendência antropocêntrica, que significa o redirecionamento do centro do pensamento para o homem. A pessoa humana passou a ter valor *per se* e não mais por sua relação com a *polis*, ou por sua relação com Deus. Destarte, na Idade Moderna, em contraposição à ética teocêntrica e teológica predominante à época medieval, a ética se desvincula de sua origem religiosa, e, em nome de uma ética inspirada no humanismo, volta-se para a relação dos indivíduos entre si, abandonando a ideia aceita, até então, de que para ser ético seria necessário ser crente em Deus.

Ocorre no período um processo de separação entre realidades que até então permaneciam unidas: a razão e a fé, a natureza e Deus, o Estado e a Igreja e também entre o homem e Deus. Essa divisão se torna visível nas concepções éticas dos diversos pensadores modernos. Um marco na transformação foram os *Ensaios* de Michel de Montaigne sugerindo que a moralidade poderia vir da própria natureza humana. Em continuação, por meio das obras de Kant, Reid e Bentham, se difunde a ideia de que o homem é dono de seu destino e, por último, com maior contribuição de Immanuel Kant, se afirma a ideia de que o homem pode praticar a moralidade, independente de condicionamentos religiosos e que a prática da moral realimenta o impulso.

No campo da filosofia da política, ocorre também uma revisão na ética, promovida por Maquiavel, que rompe com a moral cristã e defende a adoção de uma moral própria para o Estado, na qual importavam mais os resultados que os meios em si, sendo aceitável até a utilização da força, se necessária, para atender os interesses do Estado.<sup>24</sup>

Outro precursor no campo da filosofia moral e ética na política foi Thomas Hobbes que adotou a concepção de que, em estado de natureza, os indivíduos vivem isolados e em luta permanente. Nesse estado, descrito em sua famosa obra *Leviatã*, todos os homens procuram se preservar de diversas maneiras, à custa dos demais, de modo que existe um estado de tensão e guerra de todos contra todos, prevalecendo a lei do mais forte. Destarte, os indivíduos, no exercício do autocontrole, ao pressentir que algo ameaça sua existência, decidem se organizar em sociedade, em uma tendência natural de autopreservação.

A passagem do estado de natureza para a sociedade civil ocorre mediante um contrato social, no qual os homens devem

---

<sup>24</sup> SCHNEEWIND, J. B. Modern moral philosophy, passim; LEPIKSON, L. M. N. A ética e o exercício profissional em uma instituição pública de ciência e tecnologia em saúde, passim.



se submeter à autoridade de um poder soberano e absoluto como garantia de uma vida pacífica e confortável. Este contrato supõe obrigações, direitos e deveres das partes. Na perspectiva de Hobbes, o Estado absoluto seria a única forma capaz de proteger os cidadãos contra a violência e o caos, próprios da natureza humana egoísta, segundo a qual o indivíduo sempre tende a satisfazer seu interesse pessoal sem levar em conta a sociedade. Nesse sentido, a ética hobbesiana se fundou no egoísmo individual, reconhecendo no pacto social um meio capaz de evitar a guerra de tudo contra todos. Entretanto, quando se pensa a moral a partir de uma ótica econômica, Hobbes é visto como referência, uma vez que ele propunha que o Estado absoluto impusesse regras econômicas fundamentadas no bem estar para todos.

Uma grande expressão na história da filosofia, da ética e dos direitos políticos na Modernidade é Jean-Jacques Rousseau. Na concepção de Rousseau, o homem, ao contrário do ser o egoísta pregado por Hobbes, é na sua origem puro e bom, preocupado com sua própria sobrevivência, até ser corrompido pela sociedade: “O homem nasce livre, e por toda a parte encontra-se a ferros”. As desigualdades entre os indivíduos no estado natural seriam bem menores que na sociedade, segundo Rousseau com sua teoria do “bom selvagem” ou segundo Montesquieu na sua versão dos trogloditas em sua segunda e terceira fase.

Rousseau apontou o surgimento da propriedade privada como a origem do estado social e como primeiro passo para o aumento significativo das desigualdades entre os homens, divididos entre ricos e pobres, poderosos e fracos, e a predominância da lei do mais forte. O filósofo, assim como Hobbes, evidenciou o ambiente social como luta entre fracos e fortes. Rousseau buscou definir a melhor forma para se conceber um pacto social verdadeiro e legítimo, fundado em bases racionais e princípios de direito. O filósofo entendia que o indivíduo efetuará a passagem da liberdade natural para a liberdade convencional, legitimada

pelo direito, que tem por base a vontade geral e não mais a força. Pelo pacto social proposto por Rousseau, o indivíduo, apesar de abdicar de sua liberdade, continua livre, já que, ao obedecer à lei, está a obedecer a si mesmo, uma vez que é parte integrante e ativa do todo social. O Estado é objeto de um contrato no qual os indivíduos entram em acordo para a proteção dos seus direitos. É possível reconhecer que Rousseau reforça a dimensão coletiva da ética.

Contudo deve-se reconhecer que a maior expressão da filosofia moral moderna está em Kant,<sup>25</sup> em três fundamentais obras. Sua fundamentação baseia-se no que ele próprio denominou de imperativo categórico para o ser ético, que, não admitindo hipóteses nem condições, ordena de forma incondicional uma conduta ética como um dever, a ser seguido. O imperativo kantiano sugere que, ao agir, o homem deve indagar a si próprio se sua ação está em conformidade com os fins morais. Estes, por sua vez, constituem-se nas máximas do dever. Essa fórmula permitiu a Kant deduzir as três máximas morais que exprimem a incondicionalidade dos atos realizados por dever: a) age como se a máxima de tua ação devesse ser erigida por tua vontade em lei universal da natureza – retrata a universalidade da conduta ética; b) age de tal maneira que trates a humanidade, tanto na tua pessoa como na pessoa de outrem sempre como um fim e nunca como um meio – conclama para a dignidade da pessoa humana, exigindo que todos sejam tratados como um fim e não como instrumentos e c) age como se a máxima de tua ação devesse servir de lei universal para todos os seres racionais – o movimento da ação pelo cumprimento do dever institui um mundo racional, livre e dotado de vontade legisladora autônoma.

Ao contrário de Rousseau, para quem a consciência moral e o sentimento de dever seriam inatos, Kant entende que esses atri-

25 Groundwork of the Metaphysics of Morals (1785), Critique of Practical Reason (1787) e The Metaphysics of Morals (1797).



butos necessitam ser transmitidos ao homem por uma formação, uma educação sobre o dever para que ele se torne um ser moral. Para o filósofo, o bem maior é a boa vontade, que consiste na ação motivada pelo respeito ao cumprimento do dever ou a sujeição à lei moral, diferentemente das doutrinas eudaimonísticas anteriores, que tinham por objetivo atingir uma felicidade ou um bem. Desse modo, o que movimenta a ação humana é o cumprimento do dever, independentemente de ser ou não contrário aos seus interesses e desejos, e conseqüentemente do que lhe possa causar, se a felicidade ou sofrimento. Kant construiu uma moral idealizada, desinteressada, desprovida de qualquer finalidade ou motivação de interesse outro que não fosse o respeito ao cumprimento do dever pelo dever, ao qual deveriam estar submetidas todas as virtudes.<sup>26</sup>

Neste sentido, o homem agindo livremente, de acordo com a lei que lhe é ditada pela própria consciência, se torna legislador de si mesmo e cômico de que cada ação por ele cometida concede a seus semelhantes o direito de agir da mesma forma, independentemente de situação social e conteúdo concreto. Deste modo, a lei moral é universal, uma vez que válida para todos, bem como necessária, visto que indispensável, não podendo ser concebida de outra maneira.

Kant confere objetividade à ética, colocando-a no centro de todas as atividades humanas. A ética kantiana tem por fundamento a autonomia da razão e a liberdade, pois nela a vontade humana não está submetida a uma lei exterior, mas tão somente a uma lei interior, assumida livremente pelo sujeito. O agir humano é regido pela razão prática.

A visão de Kant foi criticada por Hegel, que trouxe contribuições expressivas para filosofia moral, destacando que o indivíduo,

---

26 SCHNEEWIND, J. B. *Modern moral philosophy*, passim; LEPIKSON, L. M. N. *A ética e o exercício profissional em uma instituição pública de ciência e tecnologia em saúde*, passim; LAW, S. *Filosofia*, passim.

a conduta ética individual, vale apenas pelo que possui de abstrato e universal, e nada além disso. No ponto de vista de Hegel, a realidade é criada pela ideia, que é o próprio sujeito e que também é responsável pelo percurso histórico que a própria razão realiza no mundo. O homem é considerado um elemento a mais, mas não menos importante, no desenvolvimento universal da razão.

Com Hegel a ética assume uma dimensão teleológica e sua práxis não pode ser um imperativo pessoal como pensava Kant, mas sim um compromisso social decorrente de todos os avanços civilizatórios que o homem tenha conseguido, inclusive as instituições por ele criadas.

A obra de Hegel é impregnada de idealismo por identificar a realidade com a razão. Essa vontade objetiva regula os costumes e valores da sociedade através da moralidade, que, na perspectiva hegeliana, se constitui como uma totalidade formada pelas diversas instituições, a exemplo da família, religião, organização política, que moldam os indivíduos à obediência aos valores e aos costumes de sua sociedade e de sua cultura. Desse modo, a vida ética se verifica quando a vontade objetiva individual e a vontade objetiva cultural entram em plena harmonia e formam uma unidade.

Hegel criticou tanto Rousseau quanto Kant, por ambos não haverem considerado a relação do sujeito com a cultura e a história, enfatizando apenas a relação sujeito e natureza. Deste modo, preocupado com as grandes linhas da história, introduziu a noção de que a razão é histórica, para ela as civilizações tendem. No entendimento de Hegel, cada sociedade, em cada época, e de acordo com cada cultura, define seus valores, determina os atos proibidos e permitidos, bem como o conteúdo dos deveres e a lei moral. Todavia, esses conteúdos se transformam no decorrer do tempo, geram conflitos e contestações de normas e valores, configurando um momento de transição social e anunciando a passagem para um novo período histórico. Para fazer face a essa dinâmica do



real, Hegel desenvolveu uma nova lógica, que parte do princípio das contradições do pensamento presentes no mundo e por ele denominadas de dialética. Esse movimento ocorre através de um processo que se desencadeia infinitamente em movimentos de tese, antítese e síntese.

Marx, que retirou de Hegel as bases para o materialismo histórico e para o materialismo dialético, concordava com as críticas de Hegel a Kant no que toca à idéia de que a ética, em sua essência, deriva de um imperativo individual. Marx via a conduta ética sendo determinada por imperativos sociais. Entretanto, chamava atenção para a determinação que viria da base material de uma sociedade dividida em classes.

A ética na visão kantiana não depende de comprovação científico-experimental. A ‘consciência moral’ é um dado tão evidente quanto a ciência de Newton, segundo ele. Trata-se da razão aplicada à prática humana, inclusive à produção do conhecimento. O progresso da ciência e o aprimoramento das técnicas com seu caráter experimental são frutos da razão e do conhecimento. Kant tinha uma expectativa de que a ciência avançasse com ética, o que, obviamente, nem sempre ocorreu. Não obstante, o seu legado foi e é importante, pois seus argumentos são correntemente retomados quando se discute a ética na ciência. Kant foi, inequivocamente, o filósofo moderno que mais impulsionou a deontologia aplicada à busca do conhecimento. O período moderno restaurou a liberdade do homem para se dedicar à busca do conhecimento e disseminou a ideia de que em todas as profissões se deve cultivar a deontologia.<sup>27</sup>

---

27 SCHNEEWIND, J. B. Modern moral philosophy, passim; LEPIKSON, L. M. N. A ética e o exercício profissional em uma instituição pública de ciência e tecnologia em saúde, passim; WOOD, A. Marx against morality, passim; O’NEILL, O. Kantian ethics, passim.

### 1.5 ÉTICA CONTEMPORÂNEA E O NASCENTE INTERESSE PELA ÉTICA NA CIÊNCIA

Na Idade Contemporânea, marcada pelas ideias do Iluminismo, enfatizam-se a importância da razão e a crença de que a ciência encontraria novas soluções para os problemas da humanidade, proporcionando aos seres humanos uma vida de abundância material e felicidade. Esse sentimento vem colocando a ciência em lugar de destaque no cenário mundial, elevando cientistas à categoria de destacados condutores dos tempos modernos. Notáveis editores de revistas científicas e homens de ciência, ou filósofos da natureza como ainda se designava, do quilate de Priestley, Herschel, e mesmo Boyle, afirmavam que o estudo da natureza elevava aqueles que o perseguiram.<sup>28</sup>

A ética contemporânea tem seu início datado de meados do séc. XIX, um século no qual a ciência se afirmou e resistiu a todas as investidas obscurantistas que desejavam desqualificar as teorias da idade da terra de Lyell e da evolução das espécies de Charles Darwin. O conhecimento científico se afirma com promessas de modificar as determinações causais e alterar o próprio curso da natureza, o que gera em alguns campos de intervenção preocupações que levam a sociedade a buscar um diálogo a respeito dos caminhos e as escolhas que devem ser feitas. Concomitante à ideia de que o conhecimento é cada vez mais aceito para intervenções na natureza, emergem visões de que cada intervenção deva ser antecedida de um diálogo dos portadores deste conhecimento com a sociedade. Era o começo de uma certa desconfiança com relação à superioridade ética do pesquisador ou uma descrença em relação à ‘equivalência moral’ da ciência, segundo Shapin.<sup>29</sup>

A partir das inúmeras experiências científicas e da ameaça de destruição que o uso indevido de muitas invenções poderia acarretar à humanidade, os novos valores simbolizados por uma

<sup>28</sup> SHAPIN, S. *The scientific life*, passim.

<sup>29</sup> SHAPIN, S. *The scientific life*, passim.



crença inabalável na ciência e no progresso começam a ser questionados exigindo reflexões. Uma primeira tentativa de não deixar que a hegemonia superestrutural esteja sempre do lado das ciências naturais foi aquela de Wilhelm Dilthey, ao fundar as “Ciências do Espírito”, ou o projeto de crítica da razão histórica, que tenta recolocar o homem e a vida na centralidade.

O interesse pelo homem, por sua realidade e também por sua conduta em busca da felicidade vem expresso por outras correntes como as de Kierkegaard, de Jaspers, de Sartre e Camus. Na linha de reafirmar a importância das ciências sociais e de definir novos paradigmas para a filosofia e para a ciência, surge com Edmund Husserl a “Fenomenologia”, destacando o papel da isenção e da ausência de valores na pesquisa, como a necessidade de não se ser categórico, dogmático, mas se ser apenas suspeito, trazendo uma inequívoca contribuição para a ética na ciência. A fenomenologia no campo da ética foi tratada por Scheler, sugerindo que a conduta humana deva estar regulada pelo equilíbrio entre o impulso vital e o espírito.

Destacados filósofos contemporâneos como Heidegger, Wittgenstein, Frege não deram maior destaque nas suas obras à ética ou a deontologia na ciência, mas outros como Moore e Russell contribuíram para apontar as fragilidades do pensamento lógico, não se alinhando com o chamado Circulo de Viena, que defendia o empirismo lógico, também conhecido como neopositivismo, que tinha como meta restaurar a crença inabalável na ciência experimental.

Ainda na contemporaneidade, e como parte dela, emergem tentativas de associar teorias científicas incontestáveis à religião, o que poderia ser considerado um retrocesso epistemológico e uma ausência de ética na pesquisa. Estas iniciativas terminaram por sofrer descrédito. Os casos de Bergson, Teilhard de Chardin e Whitehead são emblemáticos. Discordando do Circulo de Viena e das tentativas de conciliar religião e ciência, surge na contem-

poraneidade a Escola de Frankfurt com sua Teoria Crítica, tendo expoentes do pensamento filosófico como Horkheimer, Adorno, Marcuse e Habermas, os quais contribuíram expressivamente para o campo da epistemologia e da ética na ciência.

Um destaque especial neste período deve ser dado a Karl Popper, cujo interesse epistemológico e de regras de conduta na pesquisa são bem singulares entre os homens de ciência do século XX. Ao propor que as interpretações essencialistas refutassem as nominalistas, no que contribuiu sobremodo para apontar desonestidade e imposturas no mundo da ciência, Popper deu expressiva contribuição para a ética na produção do conhecimento.<sup>30</sup>

Há que se considerar também como contemporânea a contribuição de Max Weber, profundamente inspirado em Kant e Hegel.<sup>31</sup> Weber foi o primeiro a propor uma ética específica para a ciência ao defender, no homem de ciência, a proibidade intelectual antes de tudo. A ética da convicção, que tem um caráter deontológico, apresenta a virtude como estando submetida ao respeito pelo imperativo categórico da lei moral. A importância de Weber se traduz também na influência por ele exercida sobre Merton e Shapin, objetos de análise no próximo item.<sup>32</sup>

A atmosfera intelectual da contemporaneidade levou à primeira ação concreta em termos de preceitos éticos na ciência, que foi o Código de Nuremberg. Trata-se do primeiro documento ético internacional contendo preceitos disciplinadores das atividades científicas, requerendo de seus operadores o consentimento livre dos indivíduos envolvidos na pesquisa, além da redução de riscos e incômodos e possibilidade de revogação de autorização pelos mesmos.

30 KUNZMANN, P. et al. *Atlante di filosofia*, passim; PRACONTAL, M. *A impostura científica em dez lições*, passim.

31 WEBER, M. *Ciência e política*, duas vocações, passim.

32 MERTON, R. K. *The sociology of science: theoretical and empirical investigations*, passim; SHAPIN, S. *The scientific life*. Chicago, passim.



Uma contribuição fora do contexto da ciência, mas que complementa uma percepção contemporânea é a dada por Eco, quando diz que a ética só adquire significação quando percebemos o outro, a dimensão de alteridade, o que se aplica à práxis científica:

A dimensão ética começa quando entra em cena o outro. Toda lei, moral ou jurídica, regula relações interpessoais, inclusive aquelas com um Outro que a impõe.<sup>33</sup>

## 2- A ÉTICA NA CIÊNCIA

A ética na ciência compreende a conduta do homem de ciência enquanto pesquisador e a sua conduta enquanto cidadão e membro de uma comunidade. Nos dois casos, danos podem ser causados a pessoas, a grupos sociais, à natureza e até mesmo à ciência como instituição.

### 2.1 A ÉTICA NA PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO

Enquanto pesquisador, o homem de ciência se defronta com os limites da ética e da ciência e tem que refletir como atuar em situações nas quais deve arbitrar como e quando deve prevalecer e/ou permanecer na sua práxis científica, especulando sobre temas tais como origem da vida, direito do feto, direito ao aborto, direito à eutanásia, pacto entre ciência e sociedade, limites às formas de saber, fronteiras intransponíveis, limites à experimentação com cobaias, humanas ou de outras espécies, formas de limitar o sofrimento de cobaias, defesa do ambiente e mitigação da fome etc. A suposição de que os animais não pertencem à comunidade

---

33 ECO, U.; MARTINI, C. M. Em que crêem os que não crêem, passim.

moral e, portanto, o homem não tem obrigação moral com eles, praticamente desaparece na segunda metade do século XX.

Nesta conduta, o pesquisador, além de se submeter ao controle social, deve também se questionar em dilemas tais quais: onde estaria o interesse maior e a contribuição mais avançada a ser dada e como e quando a pesquisa fere interesses sociais e individuais. Teria também que se perguntar até que ponto os comitês de ética estão atualizados.

Há ainda muitas dúvidas e poucas certezas nas seguintes questões: Onde conflitam poder e responsabilidade? O que é o ser humano? Até onde vai a autonomia individual e a institucional? Os fins justificam os meios? O marco regulatório é o limite? O consentimento é a última instância no processo de experimentação com seres humanos? O tráfico de órgãos humanos encontra algum tipo de justificativa?

O que diz Fourez, é um grande risco:

As decisões éticas e políticas são adotadas como consequência de um debate (implícito ou explícito), em que intervirão análises e apelos éticos. Tais decisões são relativas à história, às análises pelo viés dos paradigmas e das grades de leitura e os apelos éticos dados pelos indivíduos ou grupos que os expressaram. Apela ao debate ético e aos valores, mas, enfim, são tomados de maneira a-racional, por meio de um salto quase místico no desconhecido.<sup>34</sup>

Fourez questiona que se possa percorrer o melhor caminho a partir de um somatório de conhecimentos científicos altamente especializados. Como se os mesmos pudessem gerar uma ética. O esclarecimento gerado pela soma de informações acumuladas não é suficiente para retirar as escolhas éticas de uma zona de indeterminação, não gera um consenso, um ponto de vista universal que

---

34 FOUREZ, G. A construção das ciências, p. 301.



permita uma decisão automática quando o que se está em discussão envolve escolha ética. Fourez esclarece:

Talvez, sugerirão alguns, uma abordagem interdisciplinar permitisse eliminar esses limites das análises por demais encerradas em uma disciplina. As práticas interdisciplinares são úteis para diminuir os inconvenientes dos limites de um paradigma determinado. Vimos porém que uma reunião de um certo número de especialistas pode na melhor das hipóteses criar uma nova especialidade e não um ponto de vista universal. [...] os resultados de um trabalho interdisciplinar permanecem marcados pela dosagem paradigmática resultante da negociação – sociopolítica – dos especialistas.<sup>35</sup>

Nesta questão, Ladrière propõe outra concepção, a de uma ética existencial que não se identifique nem com pragmatismo, nem com idealismo teológico.<sup>36</sup> Para tanto sugere que “aquilo pelo qual devemos responder é o que fazemos de nós mesmos, é o modo como marchamos para nosso ser futuro. E a instância diante da qual somos levados a responder, é constituída, em definitivo, por esse próprio futuro”.<sup>37</sup>

Robert King Merton teve inicialmente uma posição tranquilizadora em relação a estas questões, uma vez que deu crédito à racionalidade do homem de ciência.<sup>38</sup> Merton explorou as condições sociais que, no Ocidente, facilitaram ou retardaram o nascimento e o desenvolvimento da pesquisa científica. Para o autor, a ética protestante, com seu conjunto de valores e como fonte independente de motivação, jogou um papel fundamental no nascimento da ciência moderna, sobretudo depois que o Concílio de Trento liberou os tribunais do Santo Ofício para intensificar o

35 FOUREZ, G. A construção das ciências, p. 299.

36 LADRIÈRE, J. Ética e pensamento científico, passim.

37 LADRIÈRE, J. Ética e pensamento científico, passim.

38 MERTON, R. K. The sociology of science: theoretical and empirical investigations, passim.

controle e a condenação de todo o conhecimento científico conflitante com interpretações literais das “Sagradas Escrituras”, inviabilizando, na Itália, os desdobramentos dos trabalhos de Galileu, protagonista, de fato, do início da Revolução Científica.<sup>39</sup>

Os imperativos ascéticos, a propensão a assumir riscos calculados, a legitimação do lucro resultante de negócios lícitos e outros valores difundidos na cultura protestante valorizam o *ethos*, entre eles o *ethos* do homem de ciência. Como weberiano, Merton acrescenta que a ética da convicção, do compromisso, no mundo da ciência, é uma ética coletiva e dá caráter social à ciência, reduzindo portanto as possibilidades de comportamento aético na profissão de cientista. Neste estágio, segundo Shapin, Merton sugeria aceitar a ideia da equivalência moral da ciência, apresentada no século XIX por Priestley, Herschel, e Boyle.<sup>40</sup> Contudo, o próprio Merton, refletindo sobre a sociologia da ciência após Segunda Guerra Mundial, afirma que os cientistas não são moralmente diferentes de pessoas que escolheram outras profissões.<sup>41</sup>

Shapin retoma a discussão sobre equivalência moral da ciência. Segundo o autor, que concorda com a revisão feita por Merton, uma contribuição expressiva nesta direção vem de Popper.<sup>42</sup> Em seu ensaio “The Sociology of Knowledge”, Popper salienta o papel da ciência como instituição e que a objetividade e a imparcialidade do cientista, em realidade nada tem de individualismo, mas sim de determinação institucional.

Em um opúsculo organizado por Jacobelli, as questões da ética e do limite da ciência, são analisadas, de modo claro, utilizando argumentos de Popper.<sup>43</sup> Para Jacobelli, a crença inabalável na razão, a qual fundamenta o argumento de serem os postulados da



39 BAIARDI, A. Sociedade e Estado no apoio à Ciência e à tecnologia, passim.

40 SHAPIN, S. The scientific life, passim.

41 SHAPIN, S. The scientific life, passim.

42 SHAPIN, S. The scientific life, passim.

43 JACOBELLI, J. Scienza e etica, quali limiti?, passim.

ciência sempre decidir em escolhas que se constituem verdadeiros dilemas, termina por ser uma escolha irracional da razão. E a escolha irracional da razão não é simplesmente um ato intelectual ou uma questão de preferência, mas sim uma decisão moral.

## 2.2 A ÉTICA NA CONDUTA JUNTO À COMUNIDADE CIENTÍFICA E JUNTO À SOCIEDADE

É o homem de ciência um ser “especial”? A “equivalência moral” dos cientistas é real? O cientista transcende o interesse nacional? Todas as causas nas quais os cientistas se envolvem são justas? Rita Levi Montalcini (Premio Nobel de Medicina ainda viva e descobridora do Nerve Growth Factor) tem razão ao dizer que os homens de ciência têm uma propensão maior a ser éticos? Aparentemente estas perguntas não têm uma resposta única e nem definitiva. A julgar pelo que diz Merton, os pesquisadores ou homens de ciência não são moralmente diferentes de pessoas que escolheram outras profissões, de onde se conclui que podem incorrer em procedimentos não éticos.<sup>44</sup>

Os casos mais comuns de falta de ética na comunidade de pesquisadores são:

- Plágios;
- Omissão de dados necessários às pesquisas de colegas em razão de competição no ambiente de trabalho ou na comunidade;
- Danos a experimentos de colegas;
- Compra de resultados;
- Benefícios pessoais no caso de compras de equipamentos e reagentes,
- Cessão de informações a empresas privilegiadas;
- Confidencialidade e sigilos em caso de danos sociais /ambientais;

---

44 MERTON, R. K. *Sociological ambivalence and other essays*, passim.

- Nepotismo em cargos de direção;
- Favorecimento em comissões de julgamentos;
- Informações inverídicas a sistemas avaliadores como a Plataforma Lattes;
- Informações inverídicas em disputa de bolsas ou de prêmios

### 3- CASOS CONCRETOS DE FALTA DE ÉTICA NA COMUNIDADE ACADÊMICA, BRASILEIRA E BAIANA

Os casos relatados abaixo, referentes aos quais se preserva as fontes, podem ser pesquisados nos arquivos dos ministérios públicos federais, estaduais, em tribunais de contas estaduais e da União, Controladoria Geral da União, CGU, e também junto ao setor de controle das agências de financiamento como CNPq, FAPESB etc.

1. O caso de um dirigente universitário que não atendeu os pedidos do colegiado de curso, alegou baixa disponibilidade de profissionais para o concurso indicado pelo colegiado, impondo a matéria de concurso que não havia sido solicitada e justificando a mudança como sendo de interesse futuro e estratégico para a Universidade. Ao final foi descoberto que, no perfil de candidato por ele indicado para a vaga, se adaptava uma sua cunhada, que ficou em segundo lugar no concurso, sendo, mesmo assim, nomeada;
2. O caso do pesquisador estrangeiro que já se encontrava na Bahia há dez anos e informou ser recém-chegado para concorrer a uma bolsa de fixação de doutores, criando assimetrias e preterindo os que de fato haviam chegado recentemente;



3. O caso do professor que, para se manter no cargo de dirigente universitário, informou que tinha o título de doutor, quando, em realidade, ele não fora aprovado pela banca que lhe deu o prazo de seis meses para proceder complementações na sua tese, o qual não foi honrado. Por benevolência o colegiado do doutorado aceitou a entrega da tese corrigida cinco anos após, dando-lhe o título de doutor. Vários outros professores que então preenchiam as condições de ocupar o cargo foram preteridos,
4. O caso, divulgado pelo JC da SBPC, do entomólogo que publicou o artigo com transcrições não aspeadas na *Neotropical Entomology* e que enviou como inédito um capítulo para publicação em um livro da Editora Springer, o qual era praticamente idêntico a um *paper* já publicado;
5. Caso de reitores que se beneficiam de mordomias pagas por fundações e que intervêm em processos licitatórios que favoreçam candidatos a cargos eletivos.

Estes são casos ilustrativos, mas reais. Eles não esgotam a diversidade de ações aéticas por parte dos membros da comunidade científica. Existem outras, sequer conhecidas. A discussão da temática ‘ética na pesquisa e na comunidade científica’, no conjunto da sociedade e também dentro do meio acadêmico, contribui para coibir e para desestimular tais ações.

#### 4-REFERÊNCIAS

AXELROD, R. *The evolution of cooperation*. New York: Basic Books, 2006.

BAIARDI, A. *Sociedade e Estado no apoio à Ciência e à tecnologia*. São Paulo: HUCITEC, 1997.

\_\_\_\_\_. Mudanças técnicas na agricultura medieval e o processo de transição para o capitalismo. *Cadernos de Ciência e Tecnologia*, V. 14, n. 3, set/dez 1997.

\_\_\_\_\_. A evolução das ciências agrárias nos momentos epistemológicos da civilização ocidental. In: *Anais do III Encontro de Filosofia e História da Ciência do Cone Sul*, Lindóia: AFHIC, 2002.

BILIMORIA, P. Indian ethics. In: SINGER, P. (ed.) *A companion to ethics*. Oxford: Blackwell Publishers, 1997.

DAVIS, N. A. Contemporary deontology. In: SINGER, P. (ed.) *A companion to ethics*. Oxford: Blackwell Publishers, 1997.

ECO, U.; MARTINI, C. M. *Em que crêem os que não crêem*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2000.

FOUREZ, G. *A construção das ciências*. São Paulo: Editora UNESP, 1995.

HANSEN, C. Classical chinese ethics. In: SINGER, P. (ed.) *A companion to ethics*. Oxford: Blackwell Publishers, 1997.

JACOBELLI, J. *Scienza e etica, quali limiti?* Roma: Laterza, 1990.

KELLNER, M. Jewish ethics. In: SINGER, P. (ed.) *A companion to ethics*. Oxford: Blackwell Publishers, 1997.

KUNZMANN, P. et al. *Atlante di filosofia*. Milano: Sperling & Kupfer, 1993.

LADRIÈRE, J. *Ética e pensamento científico*. São Paulo: Letras & Artes, 1996.

LARUE, G. A. Ancient ethics. In: SINGER, P. (ed.) *A companion to ethics*. Oxford: Blackwell Publishers, 1997.

LAW, S. *Filosofia*. Rio de Janeiro: Zahar Editor, 2008.

LEPIKSON, L. M. N. *A ética e o exercício profissional em uma instituição pública de ciência e tecnologia em saúde*. Recife: Centro de Pesquisas Aggeu Magalhães, Fundação Oswaldo Cruz, 2007.

MERTON, R. K. *Sociological ambivalence and other essays*. New York: Free Press, 1976.



\_\_\_\_\_. *The sociology of science: theoretical and empirical investigations*. Chicago: The University of Chicago Press, 1979.

MIDGLEY, M. The origin of ethics. In: SINGER, P. (ed.) *A companion to ethics*. Oxford: Blackwell Publishers, 1997.

NANJI, A. Islamic ethics. In: SINGER, P. (ed.) *A companion to ethics*. Oxford: Blackwell Publishers, 1997.

O'NEILL, O. Kantian ethics. In: SINGER, P. (ed.) *A companion to ethics*. Oxford: Blackwell Publishers, 1997.

OLSON, M. *A lógica da ação coletiva: os benefícios públicos e uma teoria dos grupos sociais*. São Paulo: EDUSP, 1999.

PRACONTAL, M. *A impostura científica em dez lições*. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

PRESTON, R. Christian ethics. In: SINGER, P. (ed.) *A companion to ethics*. Oxford: Blackwell Publishers, 1997.

RIDLEY, M. *The origins of virtue: human instincts and the evolution of cooperation*. London: Penguin Books, 1997.

ROWE, C. Ethics in ancient Greece. *A companion to ethics*. Oxford: Blackwell Publishers, 1997.

SCHNEEWIND, J. B. Modern moral philosophy. . In: SINGER, P. (ed.) *A companion to ethics*. Oxford: Blackwell Publishers, 1997.

SHAPIN, S. *The scientific life*. Chicago: The University of Chicago Press, 2008.

SILBERBAUER, G. Ethics in small-scale societies. In: SINGER, P. (ed.) *A companion to ethics*. Oxford: Blackwell Publishers, 1997.

SILVA, P. Buddhist ethics. In: SINGER, P. (ed.) *A companion to ethics*. Oxford: Blackwell Publishers, 1997.

WEBER, M. *Ciência e política, duas vocações*. São Paulo: Cultrix, 1995.

WOOD, A. Marx against morality. In: SINGER, P. (ed.) *A companion to ethics*. Oxford: Blackwell Publishers, 1997.

# ÉTICA E COMPLEXIDADE: A EMERGÊNCIA TRIÉTICA PLANETÁRIA

Dante Augusto Galeffi<sup>1</sup>

## INICIANDO

A relação entre Ética e Complexidade se mostra em uma instância epistemológica e pode constituir um modo apropriado e condizente de investigar a condição humana em seu projeto existencial na linha do tempo, considerando-se como ponto de partida o reconhecimento do que se pode chamar de *emergência triética planetária*.

Apesar da relação de ética e complexidade se constituir em um plano epistemológico, é preciso de início apresentar a diferença entre uma investigação epistemológica da ética e a ética propriamente dita. Assim, o esforço empreendido ao relacionar ética e complexidade no plano epistemológico não tem a intenção nem a pretensão de ser um tratado de ética. Entretanto, quer ser uma investigação rigorosa da condição ética necessária e suficiente para a construção/desconstrução do pleno desenvolvimento humano sustentável, em uma perspectiva polilógica multirreferencial, complexa, transdisciplinar, planetária, cosmológica. Uma perspectiva que inclui uma articulação polilógica do sentido humano, estruturando-se em uma lógica antagonista e contraditorial, visando a operar o plano ético como o fio condutor do pleno desenvolvimento humano.

<sup>1</sup> Professor do Departamento de Educação II da Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia, sendo líder do Grupo de Pesquisa Epistemologia do Educar e Práxis Pedagógica (UFBA/CNPq).



A expressão *emergência triética planetária* nasce de uma compreensão de que o ser humano é formado por sistemas de sistemas, assim como qualquer outro tipo de acoplamento estrutural entre organismos e organizações diversas que compõem o cosmos. A compreensão de que o ser humano se encontra em um mundo formado pela inter-relação de diferentes sistemas de sistemas ou formas de matéria/energia antagonistas e, ao mesmo tempo, relacionadas a um todo estrutural comum acêntrico, indistinto e indeterminado, enseja uma concepção triética como reconhecimento da complexidade estrutural do ser humano. Este reconhecimento projeta algumas tarefas relativas à continuidade sustentável da vida humana no âmbito planetário. A palavra ética ganha relevo para indicar padrões de comportamentos relacionados a sistemas de sistemas de matéria-energia compositores do complexo e constructo humano, cada um dos quais com suas leis próprias e sua distinção condizente, mas formando também um todo indivisível e em muitos aspectos indiscernível.

A concepção triética apresentada nesta ocasião advém da Epistemologia da Complexidade relacionada à Teoria dos Sistemas Complexos e encontra a sua justificativa no advento de um plano de compreensão metateórico para orientar o desenvolvimento humano, um metaponto de vista articulador do esforço humano de tomar para si a regência de sua vida ambiental, social e mental no sentido da sustentabilidade ética. A palavra ética ganha um contorno, portanto, polilógico, polissêmico, multirreferencial, transpolítico, transcultural. O seu traço é a comunidade humana em seu modo de ser no mundo em relação ao outro e a si mesmo.

Segurei o fluxo de um questionamento aberto e imprevisível, sem perder de vista o que já se encontra enunciado em uma compreensão articuladora intuitiva. O questionamento quer investigar as estruturas de composição do ethos humano e suas relações com as estruturas mais gerais de matéria-energia constitutivas de todo fenômeno encontrado na deriva do tempo

cósmico. Começo esclarecendo alguns conceitos e estruturas de suporte para ir adentrando no trato da triética emergente em escala planetária.

## 1 EM QUE CONSISTE UMA EMERGÊNCIA – COMO RECONHECÊ-LA?

A palavra emergência ganhou relevo na Teoria dos Sistemas Complexos ao designar um fenômeno caracterizado como processo de formação de padrões complexos a partir de múltiplas interações simples. O conceito se aplica a qualquer sistema observável, o que implica necessariamente a presença de um “observador”, compreendendo escalas macroscópicas, microscópicas e mesoscópicas. E todo sistema complexo não encontra seu sentido em princípios últimos, fundamentos substancialistas ou causas primeiras, e sim em movimentos de interação entre organismos associados em ambientes autopoéticos<sup>2</sup>, organismos formados por organismos de organismos; organismos-sistemas feitos de sistemas de sistemas de sistemas. A “emergência” é sempre uma confluência de forças produzindo efeitos consequenciais em determinado meio sistêmico. Caracteriza um *quantum* de matéria-energia em atualizações de padrões recorrentes coletivamente que podem retroagir sobre as partes modelando seus “comportamentos” individuais segundo as leis do todo.

Sem o conceito de Sistemas Complexos (sistemas de sistemas de sistemas) a “emergência” não teria a valência em destaque. É evidente como o próprio conceito de “emergência” advém do desenvolvimento da ciência em seu curso historial. A Teoria

---

<sup>2</sup> Entende-se por ambientes autopoéticos qualquer sistema de sistema gerado na deriva cósmica e que mantém um padrão regular de comportamento autoprodutivo dinâmico coletivo, portanto sujeito a mudanças, a continuidades e a saltos de natureza em virtude das interações e processos gerativos em conexão no ambiente considerado.



dos Sistemas Complexos é uma forma de explicação dos fenômenos através de descritores não teológicos e teleológicos, aliás, como todo sistema estritamente científico. Claramente uma forma que não é consensual entre cientistas e epistemólogos. Mas permitiu articulações conceituais que não precisam de nenhuma coincidência com “fatos externos”, mas precisam condizer aos eventos observados e descritos. Portanto, *condizência* e não mais *coincidência* é a palavra chave para “emergência”. Quase consensualmente, não há nunca coincidência entre os objetos transcendentais externos ao sujeito cognitivo e os atos intencionais imanentes aos sujeitos do conhecimento. Há sempre aproximações, condizências, encaixes geradores de outras ramificações e rizomações gerativas em ambientes autoprodutivos.

Ampliando ainda mais, um sistema é dito complexo quando suas propriedades não são tomadas como uma consequência natural dos seus elementos considerados isoladamente. Em um Sistema Complexo, as propriedades emergentes não podem ser explicadas linearmente, monologicamente. Relações não-lineares entre as partes imprimiram uma de suas máximas: *o todo é sempre mais que a soma de partes, e o todo é também sempre menos que as partes na medida em que se torna capaz de inibir propriedades das partes*. Um Sistema Complexo é, portanto, composto por um conjunto de partes em conexão por formas de inter-relação entre elas. É, assim, caracterizado pelo seu modo de inter-relação entre as partes: o que se põe em evidência são as interconexões das partes gerando um todo. Este todo é a emergência considerada como acontecimento gerador de uma Unidade Coletiva, que é o Sistema propriamente dito. Conhecer o modo de relação entre as partes de um Sistema é identificar suas propriedades emergentes. Assim, um Sistema Complexo se mostra como um conjunto de partes ou subsistemas que possuem processamentos internos próprios, cujo conjunto modela uma unidade coletiva.

Uma vez conectadas, as partes formam um padrão coletivo de comportamento cuja unidade tem sua dinâmica própria, que não é, por suas propriedades emergentes, nunca uma mera soma de partes. Então, cada sistema tem suas próprias leis, e tais leis vigoram no campo de sua emergência de modo semelhante ao funcionamento da lei da gravitação universal ou a qualquer outra lei da natureza percebida.

Fazendo uma analogia, todo elemento externo a um determinado sistema ao entrar no seu campo de influência passa a ser afetado pelas leis aí vigentes. Como uma nave espacial entrando no campo de gravidade de um planeta. Ou como uma orquestra executando uma partitura específica, formando em sua execução uma unidade coletiva com suas leis próprias. Entretanto, o fato desta influência não nega o funcionamento próprio de cada parte, que continua persistindo em sua parte. O cérebro, o computador, a cidade, os oceanos, o átomo, a molécula, a sociedade das formigas, das abelhas, o meio ambiente, as galáxias, os planetas, o ser humano, ou qualquer outro conjunto autopoético pode ser considerado como um sistema com uma unidade coletiva própria.

Em um Sistema Complexo as “propriedades emergentes” são as exteriorizações ou padrões reconhecíveis pelo aparato cognitivo de observadores implicados com o fenômeno. Portanto, toda emergência é um fenômeno que pode ser reconhecido cognitivamente pela humanidade por suas propriedades externas. Assim, um comportamento emergente aparece quando um conjunto de entidades simples opera em um ambiente formando padrões complexos coletivamente. Uma “propriedade emergente” apresenta sempre um novo nível de evolução no âmbito de sistemas mais simples. Um exemplo bastante comum se pode ver na formação e no comportamento sincronizado de um bando de pássaros em suas migrações. Não é possível explicar este fenômeno pela simples análise das partes. O emergente aí é o acontecimento coletivo. E como as interações simples entre as partes aumentam



na medida em que as partes são acrescentadas é praticamente impossível determinar o número de combinações que determinaram uma emergência, assim como não se pode prever o que novas combinações entre as partes podem gerar coletivamente.

Entretanto, a quantidade de interações-conexões não basta para garantir um comportamento emergente. É preciso também considerar o modo como tais conexões estão organizadas e combinadas. Seja em uma organização hierárquica em que há um controle central ou em uma organização sem controle central, uma emergência pode ser reconhecida por suas propriedades evidentes. Mas é preciso também pressupor o aparato cognitivo intrínseco que possibilita tal fenômeno de reconhecimento.

Deixando de lado o conceito técnico de emergência e configurando o seu sentido eco-sócio-antropológico, pode-se dizer que uma emergência é reconhecida quando afeta a totalidade da vida humana. Deste modo, há em escala mundial três emergências atinentes ao comportamento ético humano: ambiental, social e mental. É evidente como são três planos de um mesmo todo emergente: o desenvolvimento humano mundial e global. Três sistemas de sistemas interagindo dinamicamente, um influenciando o outro e projetando as condições presentes e futuras da vida humana sustentável.

## **2 A COMPLEXIDADE COMO METAPONTO DE VISTA ARTICULADOR DA EMERGÊNCIA TRIÉTICA PLANETÁRIA: TRIBUTO À STÉPHANE LUPASCO**

O físico, filósofo e músico Stéphane Lupasco (1900-1988), nascido na Romênia e radicado na França, desenvolveu um pensamento que considero paradigmático para a compreensão da triética humana. O principal de sua concepção triética foi publicado no livro *L'Homme et ses trois étiques* (1986), dois anos

antes de sua morte, com tradução para o português em 1994, *O Homem e suas Três Éticas*. Trata-se de uma concepção paradigmática justamente pela sua densidade conceitual articuladora de uma concepção de natureza que parte do reconhecimento de três modalidades de matéria-energia constitutivas também do ser humano em seu modo de ser fatural e histórico.

E digo ainda que o caráter paradigmático do pensamento de Lupasco pode ser reconhecido no grande vigor criador de sua concepção e explicação das três formações de matéria-energia que constituem a totalidade do que se conhece como o Cosmos, a partir inevitavelmente do ponto de vista humano em seu ambiente de vida planetário. E usando o recurso da autoridade de Lupasco, começo por citá-lo em uma passagem reveladora do que aqui interessa elucidar. Anunciando o que chama de “As Três Físicas”, afirma:

Tal como já escrevi numerosas vezes, é curioso que esse dado da nossa experiência e de nossas especulações abstratas que é a energia, à qual tudo se reduz desde a célebre descoberta de Einstein – com exceção da afetividade, como veremos –, não seja explicitado na sua constituição dinâmica com as suas propriedades, em virtude das quais se manifesta e existe; nunca compreenderemos nada da energia se não conhecermos a sua lógica específica, que é o seu motor intrínseco e que a condiciona. Infelizmente, como se verificará e como voltarei a sublinhar, a lógica clássica, que é a base do imperativo categórico do nosso entendimento, opõe-se desde há séculos a tal explicação.

Ora eu descobri que existem três tipos de matéria-energia, ou seja, três tipos de sistemas e de estruturas dinâmicas.<sup>3</sup>

Realizando uma apresentação sumária das três matérias-energias descobertas por Lupasco, temos o que segue.

---

3 LUPASCO, Stéphane. *O Homem e suas Três Éticas*, p. 9.



## **I – A matéria-energia macrofísica ou física dos fenômenos ditos inanimados.**

Trata-se aqui da matéria física sujeita ao Segundo Princípio da Termodinâmica descoberto no século XIX pela Estatística de Boltzman.

De imediato, o segundo princípio ou lei da termodinâmica afirma que um sistema, com sua estrutura ou elementos que o compõem, se for fechado ou não puder mais receber energia do exterior, se degrada por si mesmo em energia térmica ou calor, produzindo uma homogeneização progressiva e irreversível. Estamos diante da chamada entropia positiva, o que levou à consideração, no século XIX, de que o universo caminhava para a morte. Uma consideração que levava em conta apenas um tipo de matéria-energia e que logicamente não serve para explicar os outros dois tipos de matéria-energia nem muito menos a dinâmica dos processos existentes na extensão cósmica. De qualquer modo, do ponto de vista macrofísico ocorre um fenômeno homogeneizante progressivo e irreversível, sendo a homogeneização o traço dominante desta formação de matéria-energia.

Entretanto, mesmo reconhecendo o princípio de homogeneização como a marca da matéria-energia macrofísica, Lupasco observa que isto já pressupõe uma heterogeneização de origem, e que esta inevitavelmente antecede qualquer fenômeno em que se observa a entropia positiva. Isto significa a existência de uma função dialética antagonista de base observada em todos os tipos de matéria-energia, também pressupondo as funções de atualização e potencialização. Assim, para que uma energia manifeste a entropia positiva tendendo para uma homogeneização crescente ela necessariamente contém uma heterogeneidade inicial. Com as palavras de Lupasco:

Foi preciso que a energia passasse de uma heterogeneidade inicial relativa para uma homogeneidade crescente. Por outras palavras, foi necessário

que esta heretogeneidade se atualizasse, primeiro, e depois se potencializasse progressiva e irreversivelmente para que a homogeneização passasse do seu estado de potencialidade ao de atualização por entropia positiva. Que esta atualização homogeneizante seja no fim de contas definitiva, é um outro problema, mas o que parece fundamental, antes de mais, é que a energia possui as propriedades constitutivas não só da heterogeneidade e da homogeneidade, mas também as da potencialização e da atualização. Qualquer experiência física é a prova disso, pois para que uma reação física ou química se possa efetuar, é necessário que uma certa energia passe de um certo estado de potencialidade a um certo estado de atualização.<sup>4</sup>

Portanto, já na matéria-energia macrofísica ou “inanimada” é possível encontrar um processo dinâmico e antagônico em ação, no qual os tipos de energia (mecânica, elétrica, química etc.) se transformam em energia térmica degradada. O que não ocorre linearmente, mas em *zigue-zague*, o que indica que apenas certa quantidade de energia se degrada determinando a quantidade crescente que constitui a entropia progressiva.

**II – A matéria-energia biológica ou biofísica, ou física dos fenômenos animados.** Tudo aqui se passa aparentemente como o oposto da matéria-energia macrofísica. Trata-se da matéria “viva”. Neste âmbito se assiste a uma atividade energética constituída pelos mesmos elementos atômicos da macrofísica, todos expressos na Tabela de Mendeléjev, mas que engendram outras combinações e arranjos fazendo emergir a complexa e prodigiosa sistematização heterogeneizante dos sistemas vivos em toda a sua vasta extensão. Como alerta Lupasco, não há dúvida de que a partir das propriedades fundamentais da energia (homo-



---

4 LUPASCO, Stéphane. O Homem e suas Três Éticas, p. 10.

geneização, heterogeneização, potencialização e atualização) já estamos em presença de dois tipos de matéria. Com suas palavras:

O que os diferencia é de natureza estatística: um sistema físico contém matéria heterogênea, e um sistema biológico contém matéria homogênea. Mas é a dominação de uma sobre a outra que caracteriza estas duas matérias com as consequências consideráveis que isso provoca. A atualização maioritária do homogêneo sobre a potencialização minoritária do heterogêneo engendra o sistema físico, enquanto a atualização maioritária do heterogêneo sobre a potencialização minoritária do homogêneo faz nascer o sistema biológico.<sup>5</sup>

Fala-se aqui de sistema porque a energia possui por sua constituição a possibilidade de edificar sistemas. Ou como diz Lupasco “tudo é sistema no seio da energia”. Há neste ponto uma preciosa síntese da história do conhecimento físico que leva à ruptura com a lógica clássica, lógica que não admite a presença de dois temas contraditórios. O desenvolvimento conceitual desta ruptura se encontra no célebre postulado de Max Planck, expresso em 1900, quando este tentava resolver uma equação em virtude da qual a energia aumentaria até ao infinito sempre que sua frequência fosse elevada. E como a resolução desta equação se verificou impossível, ele formulou a sua teoria dos quanta, na qual um quantum seria uma quantidade discreta que caracteriza a constituição da energia. Trata-se do célebre  $hf$ . No quantum assim pensado coexistem a constante  $h$  de Planck ( $6,63 \times 10^{-27}$  erg x segundos) e a frequência  $f$ .

Verifica-se uma contradição constitutiva do descontínuo e do contínuo, formando, por assim dizer, o primeiro sistema, contradição que é a mesma, como se deve ter notado, do homogêneo e do heterogêneo, do igual e do diferente, de  $A$  e de não- $A$ , no seio da mesma entidade, por outras

---

5 LUPASCO, Stéphane. O Homem e suas Três Éticas, p. 12.

palavras, da energia; uma tal formulação não é aceitável pela lógica clássica que constitui a base do nosso entendimento lógico, lógica essa em que dois temas contraditórios se anulam por si mesmos.<sup>6</sup>

O passo seguinte foi dado em 1904 por Einstein, ao descobrir que a luz é feita de fótons, que são os quanta  $hf$  de Planck, simultaneamente corpusculares e ondulatórios. A luz, assim, aparece como descontínua, mas ao mesmo tempo obedece às leis da ótica, sendo também uma onda eletromagnética. Estamos na presença de uma contradição fundamental no sistema da luz, do brilho. Alguns anos mais tarde, diz Lupasco, apercebemo-nos, graças ao experimento de Davisson e Germer <sup>7</sup>, que toda a onda é ao mesmo tempo um corpúsculo e todo o corpúsculo uma onda.

É a grande crise do pensamento clássico, que se prolonga até aos nossos dias, em que se tenta reduzir tudo ao corpúsculo, à mecânica corpuscular, ou à onda, à mecânica ondulatória, para evitar essa coisa incrível e impen-sável: a contradição.<sup>8</sup>

A contradição, pois, constitui a própria energia em suas diversas variações, e é justamente tomando a contradição como princípio gerador dos estados de energia que se pode reconhecer a existência de diferentes tipos de matéria-energia, introduzindo a contradição no seio da lógica do sentido em todos os seus níveis de atuação. E na matéria energia biológica ocorre justamente o contrario da entropia progressiva: a neguentropia autopoética (autoprodutiva). O antagonismo entre processos de homogenei-



- 
- 6 LUPASCO, Stéphane. O Homem e suas Três Éticas, p. 12.
- 7 O experimento de Davisson–Germer foi conduzido pelos físicos americanos Clinton Davisson e Lester Germer em 1927, que confirmou a hipótese do físico de Broglie, ao mostrar que as partículas de matéria (tais como os elétrons) possuem propriedades ondulatórias, sendo o elétron um quanta de energia que também se comporta como onda.
- 8 LUPASCO, Stéphane. O Homem e suas Três Éticas, p. 13.

zação e heterogeneização encontra-se na base da matéria “viva”, com a predominância da função contrária ao que vigora na macrofísica.

**III – A matéria-energia microfísica e suas expressões: a) A matéria-energia atômica ou física do átomo, b) A matéria-energia nuclear ou física do núcleo atômico e c) A matéria neuropsíquica ou física do psiquismo.** Aqui nos deparamos com uma tripartição na delimitação da terceira matéria-energia. Tanto ela é a física do átomo, como a física do núcleo atômico e a física do psiquismo. São três físicas dentro da microfísica. Por que isso? Trata-se claramente de reconhecer a terceira matéria como completamente diferenciada das outras duas, porque esta não se constitui do antagonismo da homogeneização e da heterogeneização, e sim de uma relação antagônica de outra ordem, em que nunca se alcança o extremo, mas se gera uma dobra por superposição e por precipitação de estados similares que se anulam instantaneamente. Bem, vou perseguir um melhor esclarecimento desta tríade da matéria-energia microfísica.

**a) A matéria-energia atômica ou física do átomo**

Toda energia é composta por átomos. Todo átomo é formado por um núcleo de eletricidade positiva e por elétrons de eletricidade negativa que giram em volta do núcleo em orbitais diferentes. E os orbitais se mostraram diferentes graças ao pos-

tulado de Pauli <sup>9</sup>, para o qual duas partículas idênticas como os elétrons, os prótons e os nêutrons, mas não os fótons, se excluem mútua e reciprocamente do seu próprio estado quântico definido por quatro números quânticos (nlms).

Assim, ao antagonismo eletrônico do núcleo positivo e dos elétrons negativos que se atraem, e que a quantificação de Bohr impede de se confundirem no mesmo núcleo (não sendo a força centrífuga dos elétrons suficiente para se opor à atração eletromagnética dado que perderiam assim energia ao girarem e caírem sobre o núcleo), junta-se o princípio dito de exclusão de Pauli, que faz com que cada elétron exclua qualquer outro do seu estado quântico diferente e individual; embora os elétrons que gravitam à volta do núcleo se repartam diferentemente no seio do átomo, fazendo nascer toda a diversidade das substâncias que conhecemos, do átomo de hidrogênio de um elétron ao átomo de 106 elétrons. No núcleo,



9 Segundo nos informa a Enciclopédia Livre Wikipédia, o princípio de exclusão de Pauli é um princípio da mecânica quântica formulado por Wolfgang Pauli em 1925. Ele afirma que dois férmions idênticos não podem ocupar o mesmo estado quântico simultaneamente. Uma forma mais rigorosa de enunciar este princípio é dizer que a função de onda total de um sistema composto por dois férmions idênticos deve ser antissimétrica. Para elétrons de um mesmo átomo, ele implica que dois elétrons não podem ter os mesmos quatro números quânticos. Por exemplo, se os números quânticos  $n$ ,  $l$ , e  $m_s$  são iguais nos dois elétrons, estes deverão necessariamente ter os números  $m_s$  diferentes, e portanto os dois elétrons têm spins opostos. O princípio de exclusão de Pauli é uma consequência matemática das restrições impostas por razões de simetria ao resultado da aplicação do operador de rotação a duas partículas idênticas de spin semi-inteiro". Por outro lado, um férmion é uma partícula que tem spin semi-inteiro (em unidades de  $\hbar/2$ ) e obedece à estatística de Fermi-Dirac. Recebem este nome em homenagem ao físico Enrico Fermi. Todas as partículas elementares ou são férmions (prótons, quarks, elétrons, neutrinos) ou bósons. O bóson é uma partícula que possui spin inteiro (em unidades de  $\hbar$ ) e obedece à estatística de Bose-Einstein. Ele tem este nome em homenagem ao físico indiano Satyendra Nath Bose. Entre os exemplos de bósons estão o fóton, o glúon, o átomo de Hélio-4 e o bóson de Higgs. Tirado do site: [http://pt.wikipedia.org/wiki/Princ%C3%ADpio\\_de\\_exclus%C3%A3o\\_de\\_Pauli](http://pt.wikipedia.org/wiki/Princ%C3%ADpio_de_exclus%C3%A3o_de_Pauli), consulta em 18/04/2012.

os nucleões 10, que se repelem e se atraem, estão também sujeitos a esse princípio de exclusão, processo que os sistematiza e os constitui.<sup>11</sup>

Em síntese, um átomo é um sistema de sistemas, o sistema do núcleo e o sistema do núcleo e dos elétrons. Uma molécula é um sistema de sistemas de sistemas de sistemas, pois é composto por átomos, portanto, de sistemas de sistemas em sistemas de sistemas, chegando aos objetos que afetam os nossos sentidos, aos planetas, estrelas, galáxias, universos e multiversos. E como observa Lupasco, é notável, entretanto, como os fótons não se submetem ao princípio de Pauli, pois podem acumular-se livremente no mesmo estado quântico, ainda que a transformação da energia dos sistemas “materiais” em energia fotônica permita a homogeneização da energia, enquanto na base de sua heterogeneidade se encontra o princípio da exclusão de Pauli. Este princípio, segundo Lupasco, se encontra igualmente na base de toda matéria “viva”.

#### **b) A matéria-energia nuclear ou física do núcleo atômico**

No campo microfísico, a matéria do núcleo atômico realiza propriamente a terceira modalidade de matéria-energia. E por que isto? Ora, o núcleo apresenta uma coexistência tão forte dos dinamismos antagônicos contraditórios que é muito difícil quebrar com o seu campo de força. Isto só é possível mediante uma força superior à coesão nuclear, capaz de rompê-la, promovendo o desequilíbrio dessas interações fortes. A expressão “interações fortes” é apropriada para indicar o que se passa no seio do núcleo atômico. Isto apresenta a terceira modalidade de força da matéria-energia, a força nuclear forte intercalada à força nuclear fraca, ao

---

10 Em física e química, um nucleão (nucleon) é a designação atribuída a um próton ou a um neutrão, ambas partículas existentes no núcleo atômico, isto é, os nucleões são as partículas constituintes do núcleo. O número de nucleões é uma designação alternativa para o número de massa de um átomo.

11 LUPASCO, Stéphane. *O Homem e suas Três Éticas*, p. 13.

lado da força gravitacional e do eletromagnetismo. Como diz Lupasco,

Assim, a matéria do núcleo constitui uma terceira matéria. Nas duas primeiras certos dinamismos dominam, em termos estatísticos, como é evidente, os outros, dando assim origem às duas matérias antagônicas e contraditórias a caminho de uma não-contradição e, desse modo, de uma perda da energia, enquanto no núcleo estamos no próprio cerne do antagonismo mais forte e da contradição mais resistente, um princípio de antagonismo, como lhe chamei em todos os meus trabalhos, está na base de toda energia e de todos os sistemas que ela engendra. Isso é facilmente compreensível, pois, para que uma quantidade de energia esteja no estado potencial e se possa atualizar, é necessário que uma quantidade antagônica de energia a mantenha nesse estado pela sua própria atualização e se potencialize, por sua vez, para que ela possa atualizar-se.<sup>12</sup>

Ora aqui ocorre uma torção conceitual extraordinária, reintroduzindo o antagonismo e a contradição como princípios constitutivos de toda forma de matéria-energia, não sendo possível conceber os diversos e diferentes níveis de matéria-energia em seu dinamismo senão como um fluxo de conexões e desconexões, entre atualizações e potencializações variadas, geradoras do estado T (Terceiro) em suas derivações fortes e fracas (residuais).

### **c) A matéria neuropsíquica ou física do psiquismo**

Para compreender o que se passa com a matéria-energia no estado T é preciso compreender o comportamento da física do psiquismo ou matéria neuropsíquica. Trata-se de um comportamento semelhante àquele da física do núcleo atômico. Como pontua Lupasco,



12 LUPASCO, Stéphane. O Homem e suas Três Éticas, p. 14.

Veremos que as noções fundamentais de sujeito e de objeto, tal como as de consciência e de inconsciência, vão ser profundamente modificadas, em relação às concepções existentes, no seio do sistema energético do homem – uma nova *noção* capital vai aparecer: a da *consciência da consciência e do conhecimento do conhecimento*.

Também no sistema nervoso central do homem encontramos as propriedades fundamentais da energia: o antagonismo sistematizante da homogeneidade e da heterogeneidade com as suas potencializações e atualizações. Enquanto o homogêneo domina no seio da matéria macrofísica e o heterogêneo domina no seio da matéria biológica, ambos coexistem de maneira antagônica e contraditória num estado de semiatualização e de semipotencialização no seio da matéria psíquica e no seio do núcleo atômico. Chamei a este estado de equilíbrio que apresenta a maior densidade de energia: *o estado T. Estamos portanto em presença de três matérias possíveis e reais, cujas lógicas específicas se diferenciam segundo a orientação da sua sistematização*.<sup>13</sup>

Observou-se como os dinamismos antagônicos em suas transições da potencialização à atualização e vice-versa, alcançam o sistema psíquico ou o núcleo atômico em um estado mediano ou a meio-caminho dos campos antagônicos (homogeneidade e heterogeneidade). Assim, tanto o psiquismo como o núcleo atômico operam com uma espécie de mediana resultante da inter-relação conflitual mais acirrada: alcançam estados de semiatualização e de semipotencialização, correspondendo ao estado T de Lupasco – um estado de equilíbrio e de conflito contraditório ampliado ao máximo, alcançando a mais densa energia.

Sabemos hoje como o sistema nervoso central é composto de neurônios, por sua vez compostos de células nervosas contíguas e separadas entre si por um tipo de fenda chamada de *sinapse*. Na sinapse a célula é prolongada por um *cilindraxe* (uma rota-

---

13 LUPASCO, Stéphane. O Homem e suas Três Éticas, p. 15.

ção cilíndrica do eixo) e por terminações *dendríticas*. Enquanto as terminações *dendríticas* estão em contacto, pela sinapse, com os órgãos sensoriais periféricos, as *cilindraxes* veiculam o influxo nervoso da região pré-simpática para a região pós-simpática do cérebro. Como pontua Lupasco,

A célula nervosa é constituída por um meio interior onde dominam os íons de potássio, carregados igualmente de electricidade positiva, e por um meio exterior em que predominam os íons de sódio, carregados igualmente de electricidade positiva. O meio exterior e o meio interior são separados por membrana cuja camada interior está carregada negativamente por íons negativos. Existe, assim, um equilíbrio eletroquímico, entre a repulsa dos íons de potássio internos e os íons de sódio externos, ambos positivos, que se excluem eletrostaticamente, a membrana que os separa feita de íons negativos, que os atraem respectivamente. Este estado da célula é designado por “potencial de repouso”, o que não é uma expressão muito exata, dado que não só se verificam continuamente bombagens de sódio e bombagens de potássio entre os meios interior e exterior, como, além disso, este equilíbrio eletrostático bioquímico luta contra a lei física de difusão dos líquidos.

Quando a célula é tocada por um agente exterior – diz-se também “agredida” – é despolarizada e o seu potencial de repouso transforma-se em “potencial de ação”. Que se passa de fato? Enquanto os íons de sódio entram abundantemente, os íons de potássio saem também abundantemente. Durante um certo lapso de tempo, a face interna negativa da célula é, então, posta a descoberto e os elétrons dos seus íons negativos são liberados. Este processo dialético corresponde ao influxo nervoso chamado “onda de negatização”. Este influxo nervoso é veiculado de célula em célula através das sinapses da periferia sensorial até aos centros nervosos por neurônios ditos *aferentes*. Quando percorre o sentido inverso dos



centros para as ramificações neuromusculares da motricidade, é veiculado por neurônios ditos *eferentes*.<sup>14</sup>

No âmbito da matéria neuropsíquica, a dinâmica antagonista gerada pela relação dos sistemas Aferente e Eferente, o sujeito é o centro das atualizações, tal como tudo o que se atualiza é o centro do sujeito, é a obra do sujeito. Como centro das atualizações, pode-se também dizer que o atualizador é o sujeito, ele é a operação subjetiva, subjetivante. Sem atualização não há sujeito operador, sem sujeito operador não há atualização. No plano neuropsíquico toda atualização é uma *subjetivação*, e toda *subjetivação enquanto operação nervosa é uma atualização*.<sup>15</sup>

É preciso também enfatizar como toda atualização subjetivante é inconsciente, apesar de arrastar consigo uma consciência de qualquer coisa, como, por exemplo, a criação mental de um objeto externo, objeto das sensações no estado de potencialidade. Assim, no sistema Aferente o sujeito é a atualização e a inconsciência de uma heterogeneidade, assim como o objeto engendrado por ele é a sua potencialização consciente, como também a consciência de uma homogeneidade, consciência da identidade do objeto. Já no sistema Eferente a coisa se passa de outro modo. Os influxos eferentes partem dos centros cerebrais e seguem até às terminações neuromusculares e operações motoras (movimento dos órgãos, das pernas, das mãos, dos olhos etc.). Lupasco melhor elucidada,

Qual é o processo que aqui está em jogo? Na origem, na fonte da despolarização das células cervicais, encontra-se um projeto motor: mexer esta ou aquela mão, este ou aquele dedo, por exemplo, para agarrar qualquer coisa, andar, fugir para evitar um perigo, etc.; este projeto é uma potencialidade, enquanto projeto está evidentemente no estado potencial, em

14 LUPASCO, Stéphane. O Homem e suas Três Éticas, p. 16-17.

15 LUPASCO, Stéphane. O Homem e suas Três Éticas, p. 20.

potência (se quisermos usar uma terminologia aristotélica), um estado que contém, como tal, o que vai atualizar (mover um braço, levantar-se, etc.). Por esse fato ele é consciente, povoa a consciência, nem que seja por um instante (quero agarrar qualquer coisa, quero andar, levantar-me, etc.) ou mesmo mais longamente: penso (que desejo fazer qualquer coisa ir a qualquer lado, traçar um itinerário de ação, sair à rua para comprar um selo, etc.). Este projeto motor é uma identidade, e deve sê-lo se quero atualizá-lo, passá-lo ao ato. [...] ... como projeto motor, ele deve permanecer o *mesmo*, se quero realizá-lo. Vou, portanto, atualizá-lo, ou seja, operar uma homogeneização pelo sujeito atualizador.[...] Para realizar a sua operação, o sujeito atualizador deve relegar para o mundo dos objetos , o mundo objetivo, toda a heterogeneidade perturbadora.<sup>16</sup>

Para uma melhor visualização das consequências da compreensão da matéria-energia neuropsíquica, apresentamos abaixo um diagrama tirado de Lupasco. O diagrama elucida com propriedade a dinâmica antagonista e contraditória do psiquismo humano perpassado por ortocausalidades distintas e complementares, pois no sistema nervoso central do homem é primordial o processo sináptico, e é graças a ele que todas as gradações da percepção e da motricidade, bem como do pensamento, vão existir.



---

<sup>16</sup> LUPASCO, Stéphane. O Homem e suas Três Éticas, p. 20-21.



**Figura 1** – Transcrição do diagrama do estado T de Lupasco (1994, p. 22) apresentando a dinâmica do estado T entre a Potencialização e a Atualização dos sistemas somatopsíquico e neurológico Aferente e Eferente. As cores (sombas) foram acrescentadas, assim como o círculo para provocar uma leitura mais precisa do diagrama de Lupasco.

Após a exposição densa das três matérias-energias descobertas por Lupasco, encontro-me em condições favoráveis para elucidar as *três éticas ou atitudes do ser humano em contenda com os fenômenos* que o rodeiam, atravessam e agridem, a partir das quais ele pode e deve agir na perspectiva de uma comum-responsabilidade planetária. Procurarei sintetizar as principais linhas de conduta correta/incorreta de cada instância ética, segundo a modelagem conceitual de Lupasco, para daí tratar da emergência triética planetária como tarefa ética para o ser humano contemporâneo.

## I – A Ética Macrofísica ou Ética da Energia Homogeneizante

De acordo com Lupasco, a ética macrofísica se impõe em dois planos: o do mundo exterior e aquele de nossa ação sobre ele. Cada ser humano vivente está na presença de objetos exteriores que se apresentam como subsistentes ou dotados de uma permanência. Ninguém poderia viver sem as regularidades subsistentes dos objetos percebidos. Os objetos externos são a referência perceptiva de que haverá sempre um plano de consistência para o desenvolvimento humano em seu fluxo existencial. Trata-se, talvez, da instância primária do *habitus* como homogeneização do comportamento vital, o que oferece o primeiro plano de identidade do ser humano, pois diariamente percorremos os mesmos caminhos e realizamos as mesmas ações do dia anterior, repetimos as mesmas necessidades vitais, sociais e mentais. E mesmo na suposição de que é sempre possível ocorrer algum fenômeno desagregador desta referência homogênea do mundo exterior, isto será um acontecimento advindo do exterior. Por exemplo, o que aconteceria se um meteoro se precipitasse na da Bahia de Todos os Santos? Dependendo do seu tamanho, poderia varrer instantaneamente a cidade do Salvador do mapa do mundo. E mesmo este evento alcançaria uma homogeneização exteriorizante imperativa para todos os habitantes do planeta. Tratar-se-ia, então, de uma supressão de uma permanência pela introdução de uma situação inicialmente caótica, heterogeneizante. Uma não-identidade se sobrepondo a uma identidade anterior ao acontecimento catastrófico igualmente objetiva no plano macroscópico. Na descrição de Lupasco,

Ora, nós vimos que essa operação polarmente não contraditória cognitiva é engendrada por um sujeito que atualiza a heterogeneidade dos objetos exteriores: cadeira, mesa, casa, etc. Estes apresentam-se sob uma grande variedade de aspectos diferentes mediante sensações heterogêneas: visu-



ais, auditivas, táteis, etc. Esta atualização criada pelo sistema neurológico aferente potencializa, por contradição dinâmica, uma identidade desses objetos, conferindo-lhes uma permanência, uma estabilidade. Mesmo uma mudança, a passagem de um estado, de um aspecto a outro, aparecem como uma sucessão de identidades: uma nuvem altera-se, um objeto desloca-se. Esta alteração ou esta deslocação são elas próprias percepções objetivas; a sua velocidade uniforme ou acelerada é *uma* velocidade, a deslocação *uma* deslocação.<sup>17</sup>

É evidente como tocamos aqui o cerne da homogeneização dos processos de identificação operados pelo sistema neuropsíquico. Sendo primacialmente um sistema biológico, o ser humano atualiza a heterogeneidade e potencializa a homogeneidade antagonica e contraditória dominada no exterior e no interior de seu próprio sistema. A potencialização, assim, é a configuração da objetividade como consciência da consciência em subjetivações atualizantes. Faz parte, portanto, do comportamento humano operar na ordem da homogeneização em seus atos psíquicos, em virtude de estados de matéria-energia que estão na base de sua afetividade vivente. Assim, o comportamento homogeneizante imposto pelo mundo macrofísico tem o seu lugar reservado no sistema neuropsíquico.

A nossa biologia depende do plano de homogeneização para manter-se aderente ao acontecimento da heterogeneização contínua que é a própria *vidavivente*. Tudo o que vive está na passagem contínua da heterogênese à homogênese e vice-versa, com predominância da heterogênese quando tudo de novo recomeça e de novo se autoproduz repetindo-se e variando-se em combinações fora do controle e da previsibilidade. Sem a concretude aparente da macrofísica tudo se reduziria a uma sucessão de instantes cada um anulando o anterior sem manter minimamente qualquer vínculo

---

17 LUPASCO, Stéphane. O Homem e suas Três Éticas, p. 45-46.

gerativo de continuidade homogeneizante. A própria existência de sistemas de sistemas, tudo afinal é sistema de sistemas, é um traço da homogeneização sem a qual nada poderia se precipitar no mundo dos acontecimentos formativos atualizantes. Sem formações homogêneas nada poderia ser distinto de nada. Sem gradações e processamentos neuropsíquicos antagônicos e contraditórios, nenhuma inteligência comum seria possível.

Portanto, no plano da matéria-energia macrofísica a ética consiste justamente no comportamento homogeneizante que introduz o princípio de identidade primária em relação aos objetos externos. E toda interiorização destes objetos por parte dos sujeitos atualizantes parece reproduzir a potencialização dos mesmos como unidades em si. Trata-se já do *sistema eferente* em sua função de atualização ou precipitação da subjetivação que sempre ocorre marcada pelo princípio de identidade espreitado pelo princípio da diferença. Como sintetiza Lupasco,

Esta ética é comandada pela lógica de não-contradição, da identidade em que uma coisa não pode ser o que é e, ao mesmo tempo, num mesmo lugar e ao mesmo instante, ser outra coisa, a partir da qual se deduz o terceiro excluído.

Ética eficaz sem a qual não poderíamos viver nem ir de descoberta em descoberta “material”, considerando o volume extraordinário e cada vez maior de realizações técnicas.

É a ética, compreendê-lo agora, da energia sistematizante do homogêneo, de polaridade não contraditória, da matéria que ela engendra e que a engendra ela própria, ética que só pode ser imediatamente eficaz no seu domínio próprio. No entanto, existem outros domínios em relação aos quais ela é, talvez, não só inadequada, mas também perigosa.<sup>18</sup>



18 LUPASCO, Stéphane. O Homem e suas Três Éticas, p. 48.

A ética macrofísica, portanto, não é a única dimensão ética atuante no construto humano e, se somente ela funcionasse, não seria possível compreender o fenômeno heterogenético que é a própria vida biológica. Não seria possível ultrapassar o horizonte monológico dos totalitarismos de toda espécie no domínio político, assim como o monoteísmo religioso fechado e irreduzível ideologicamente. Não seria possível criar novos desenhos ontológicos na saga evolutiva do humano, pois dominaria um determinismo absoluto em relação ao ser-aí. Não haveria a liberdade ontológica de que tanto se fala, que é a diferença do ser humano em relação a outros entes não dotados do modo de ser possuidor de um sistema neuropsíquico que intercala o perceber (sistema aferente) e o agir (sistema eferente) no contínuo espaço-tempo da existência vivente.

## **II – A Ética Biológica ou Ética da Energia Heterogeneizante**

Parece contraditório e até mesmo estranho o fato do sistema biológico só ter podido ser investigado em sua diferença em relação ao sistema macrofísico muito recentemente. Até muito pouco tempo atrás, se acreditava piamente em um único princípio soberano da natureza. Em sua unidade universal, a natureza seria predominantemente macrofísica. A própria biologia estaria subordinada ao princípio homogeneizante geral. Tudo era visto como ordem e o caos um efeito secundário. Prevalencia o princípio de identidade como lei maior para o ordenamento da dispersão vital. Nesta perspectiva, os fenômenos vitais deveriam estar submetidos à ética macrofísica dominada pelo homogêneo e pela homogeneidade.

Mas, como a ciência precisa sempre se desembaraçar de seus preconceitos para evoluir, foi preciso suspeitar de que, afinal, as leis macrofísicas não se prestam para explicar os fenômenos bioquímicos, biológicos. O próprio estudo relativo às origens

das estruturas e sistemas biológicos encontrou a contradição em seu próprio postulado: se o protoplasma aparecia como a menor partícula dos organismos biológicos e, portanto, como fundamento da ciência biológica, apresentando assim a homogeneidade necessária para se constituir uma ciência rigorosa, ele também apresentava a heterogeneidade ao abarcar toda a espécie de constituintes vitais cada vez mais complexos e diversificados. Repetindo Lupasco,

Ao acompanhar o desenvolvimento do embrião a partir da fusão do espermatozoide e do óvulo, descobriu-se uma prodigiosa diferenciação do animal, tal como, a partir da semente, se constatou a arborescência igualmente prodigiosa do reino vegetal.

Para onde quer que dirigisse o seu olhar, o investigador biológico era confrontado com uma extraordinária heterogeneização dos sistemas biológicos e da hierarquia que o compunha. Senhor das duas suas conquistas macrofísicas, o sujeito de conhecimento orientava o seu sistema eferente da homogeneização, tal como orientara o sistema aferente, e achou-se na presença de uma realidade objetiva, isto é, de uma potencialização enquanto objeto consciencial de heterogeneidade, de diversidade e de diferenciação extraordinárias. A partir daí, aplicando o sistema que havia resultado em macrofísica, ele atualizou, pelo sujeito do conhecimento, essa heterogeneidade, mas não encontrou, na objetividade ou potencialidade consciencializante as leis que regiam essa heterogeneidade, pois apenas utilizou as leis físicas. Não dispondo de outra lógica para além da lógica matemática da física que, pela sua homogeneidade fundamental e criadora de objetos ditos inanimados, não poderia explicar o fenômeno vital e isolar as leis específicas dessa diferenciação, ela não as compreendeu.<sup>19</sup>



---

19 LUPASCO, Stéphane. O Homem e suas Três Éticas, p. 51-52.

Tornou-se, então, inviável procurar explicar os sistemas vivos apenas pelo princípio de homogeneização e de identidade não contraditorial. Foi preciso introduzir a heterogênesse e a diferença como princípios igualmente estruturantes dos sistemas vivos. Mas esta operação ainda está em andamento, pois prevalece ainda em muitos setores da ciência a lógica clássica do terceiro termo excluído. Mas, *o antagonismo entre o heterogêneo e o homogêneo é o mecanismo geral de toda sistematização biológica* e se encontra presente em toda construção de sistemas de sistemas de sistemas. Foi preciso, pois, introduzir a lógica do antagonismo no âmbito das ciências da vida para se alcançar uma nova modulação de compreensão dos fenômenos biológicos, necessariamente antagonista. Copiando Lupasco,

Então, como explicar, por exemplo, a constituição e a atividade do célebre ADN ou ácido desoxirribonucleico? O ADN é a famosa dupla hélice, que preside e comanda tanto a elaboração do fenótipo como do genótipo, em todo o reino da matéria-energia biológica, desde a filogênese à ontogênese, para todas as espécies e todos os indivíduos vivos. No entanto, a comunidade científica encontra-se novamente desprovida de faculdades mentais conhecedoras das propriedades energéticas, da potencialização e da atualização inerentes à própria energia.

Como compreender que nos genes do cromossoma, na organização de suas bases negativas ligadas por pontes positivas de hidrogênio contido no ADN, se ache todo o programa que vai engendrar tal espécie de animal ou tal animal em particular? Para empreender este processo, parece-nos fundamental que a ética do biológico comporte as noções de antagonismo entre o homogêneo e o heterogêneo, bem como as propriedades gerais de potencialização e de atualização de toda energia.<sup>20</sup>

---

20 LUPASCO, Stéphane. O Homem e suas Três Éticas, p. 53.

Assim, sem uma lógica do heterogêneo não é possível compreender o processo de heterogeneização que preside os fenômenos vitais (biológicos). É preciso, pois, considerar a heterogênese como a polaridade antagonista presente nos sistemas vivos, em oposição à homogeneidade macrofísica, sendo necessário operar com uma lógica do antagonismo para se alcançar a explicação condizente da ética biológica.

Como ser biológico, a espécie humana encontra-se atravessada pelo antagonismo e pela contradição permanentes, devendo operar processo de equilíbrio do antagonismo como condição básica de sua existência fática. A ética biológica ou da matéria-energia heterogeneizante é tão importante quanto a ética macrofísica homogeneizante. Sem ela, como seria possível compreender a diversidade e a multiplicidade que estão na base dos fenômenos vitais? Sem a contrapartida da heterogênese a espécie humana não passaria de uma máquina concluída em sua estrutura determinista e fechada a novos arranjos criadores. Tudo seria monótono, linear, sempre seguro, sempre claro, esférico, completo. Não haveria diferenciação exceto como excrescência da ordem imperante. Ao contrário, vive-se justamente uma luta constante de opostos e contraditórios que, afinal, está na base de qualquer sistemas de sistemas de sistemas.

Sem a ética da matéria-energia heterogeneizante, ninguém poderia aprender com o outro e mesmo nem se poderia propriamente aprender nada, pois tudo seria uma repetição do projeto ontológico contido na programação celular. Mas, justamente, a vida é o reino da heterogênese e da diversificação exuberante, da multiplicidade gerativa e da perpetuação simultaneamente, em devir e em movimentos de saltos de natureza e de repetição de natureza. A ética da matéria-energia heterogeneizante comanda também a vida ambiental, social e mental do humano em suas derivações históricas.



Contudo, se cabe a todos a aprendizagem da ética da heterogênesse como condição para uma existência sustentável, cabe também compreender a dinâmica dialógica da matéria-energia em suas idas e vindas antagonistas. Também neste âmbito há sempre uma “justa medida”, uma mediana que modula a equibração dos opostos diferentes, produzindo séries de séries de resoluções criadoras. Também o excesso de heterogeneização leva a desequilíbrios muitas vezes fatais. É preciso, pois, ter presente como as duas funções antagônicas se entrelaçam na produção do acontecimento do sentido encarnado, e como é preciso cuidar do equilíbrio para se alcançar uma vida plena de metamorfoses e superações, realizações e aventuras espirituais criadoras e solidárias.

Assim como o excesso da função homogeneizante produz toda espécie de totalitarismo e de monismo negador da diversidade e da diferença, o excesso da função heterogeneizante produz toda espécie de dispersão e de decadência ética, abrindo as portas do individualismo exacerbado e de toda espécie de vandalismo e de cegueira ambiental, social e mental. Mas para se alcançar o cerne das resoluções conflituais que implicam na existência da terceira matéria-energia, precisa-se justamente aprender mais do funcionamento neuropsíquico do ser humano, em que se dá o fenômeno mais extraordinário do máximo antagonismo e da máxima potenciação criadora de novas e imprevisíveis formações antagonista do Estado T.

### **III – A Ética Neuropsíquica ou Ética da Energia Antagonista do Estado T**

Como afirma Lupasco, se o ser humano deve estar na posse das duas éticas anteriormente descritas, a fim de fazer funcionar ao longo de toda a sua vida, adaptando-as às circunstâncias externas e internas da sua existência individual e coletiva, é da maior

importância que ele aprenda igualmente a terceira ética imposta pela terceira matéria-energia que é o neuropsiquismo.<sup>21</sup>

Foi visto como essa terceira matéria-energia elabora-se a partir dos influxos antagonistas aferentes e eferentes, os primeiros dos quais partem do aparelho sensorial e acabam nos centros cerebrais, e os segundos partem desses centros cerebrais e comandam os aparelhos neuromotores.

A partir da dialógica neuropsíquica mostrada tem início a vida interior dos seres humanos, assim como todo o seu desenvolvimento mental desde o início da espécie. Aparece a dimensão fundamental do imaginário e a capacidade de meditação, assim como desponta a consciência da consciência e da inconsciência, como também o conhecimento do conhecimento e do desconhecimento. O cérebro humano se torna o operador dos processos de subjetivação e de objetivação que dão origem a todo tipo de valor e de valoração, de identificação e de diferenciação, de conjectura e de efetividade acional.

Foi preciso aprender a tomar distância dos estímulos sensoriais resultantes do conhecimento do mundo mediado pelo sistema neuropsíquico, para o engendramento da abertura para o mundo mental subjetivante, o que demarca também uma conquista na evolução da espécie que desenvolve uma capacidade de antecipação e de previsão relativa de acontecimento futuros na linha do tempo. A capacidade humana de antecipação é a resultante de um longo processo evolutivo da ética antagonista do estado T. Transcrevendo Lupasco,

É necessário, de tempos a tempos, deixar de perceber e de agir e concentrar-se sobre si mesmo, a fim de aprender o que se passa. Todos o fazemos instintivamente, “refletindo”, excelente expressão, mas sem avaliar o seu alcance, a não ser pragmático, levantando o problema do “pró e do con-

21 LUPASCO, Stéphane. O Homem e suas Três Éticas, p. 59.



tra”, perante questões mais ou menos difíceis de resolver e tendo apenas como fim resolvê-las o mais depressa e o melhor possível.

Se o homem souber concentrar-se e aprender o antagonismo de sua vida interior aplicando antes de tudo a ética do estado T, evitará a esquizoidia e, mais gravemente, a esquizofrenia, por um desvio hipertrófico do sistema aferente da ética macrofísica, ou a ciclotimia que pode degenerar em doença maníaco-depressiva pela hipertrofia do sistema aferente da ética biológica, como se viu (existem éticas mórbidas).

Além disso, por via dessa ética neuropsíquica, o ser está no centro psíquico do controle e do conflito do estado T, constituindo, contrariamente a opiniões muito divulgadas, o “normal”, o estado de domínio por excelência das orientações patológicas que acabo de salientar; o ser está em presença simultaneamente da incondicionalidade e da liberdade, bem como das cargas mentais afetivas mais densas, dos dados ontológicos mais amplos e mais presentes no homem enquanto *ser humano*.<sup>22</sup>

Entretanto, também esta terceira ética contém os seus perigos próprios. A imaginação e o imaginário são armas temíveis sendo necessário aprender os limites da importante função que ocupam na vida neuropsíquica do ser humano. Aqui também é preciso aprender e continuar aprendendo sempre.

Sabemos dos prodígios da imaginação em todos os momentos da história humana. Toda produção humana intencional é antecedida pela função imaginante da mente, o que permite projetar e planejar acontecimentos futuros. Sem imaginação não existiria nem arte, nem ciência, nem filosofia e nem mística. E são estas expressões da atividade neuropsíquica humana que constituem o acervo espiritual da humanidade em suas peripécias históricas. O que seria o célebre Cavalo de Tróia (o presente de grego) se antes não tivesse sido imaginado e projetado por seu construtor? Só para dar um exemplo do poder da imaginação. A história humana

---

22 LUPASCO, Stéphane. O Homem e suas Três Éticas, p. 6o.

nada seria sem o poder da imaginação e da antecipação. E até mesmo a memória, a memorização e a evocação do vivido dependem da função imaginante da mente.

No campo, pois, da matéria-energia neuropsíquica há também um ambiente ecológico próprio, um ambiente feito de conexões neuronais marcadas por informações sequenciais na elaboração dos estados mentais. Assim, segundo a sua própria ecologia ou ética, o mundo mental tem também suas espécies e subespécies de micro-organismos psíquicos, de vírus e de antivírus diversificados, logicamente interligados à história do psiquismo humano em seu processo de desenvolvimento até o presente tempo. O acervo psíquico da espécie humana encontra-se armazenado em seus sistemas de códigos linguísticos em sentido mais amplo, compreendendo-se a linguagem como o meio universal das elaborações mais sofisticadas, como também das mais brutais, do espírito humano.

Sintetizando a dinâmica da ética neuropsíquica na perspectiva de Lupasco,

O psiquismo, como se viu, é apresentado pelo estado T de semiatualização e de semipotencialização dos dinamismos antagonistas macrofísicos e biológicos, do homogêneo e do heterogêneo, engendrando, por isso, a consciência da consciência e da inconsciência, bem como o conhecimento do conhecimento e do desconhecimento.

Ora, é neste o conflito mais intenso da energia que aparecem a noção de morte e a noção de vida. E é aqui sobretudo que a afetividade se instala sob a forma de ansiedade, inquietação e, ao mesmo tempo, de euforia, prazer, felicidade.

O estado T é, pois, a coexistência conflitual de dinamismos antagônicos em certos graus de desenvolvimento, respectivos e recíprocos. Há pois *graus* do estado T, *variações* dos estados de potencialização e de atualiza-



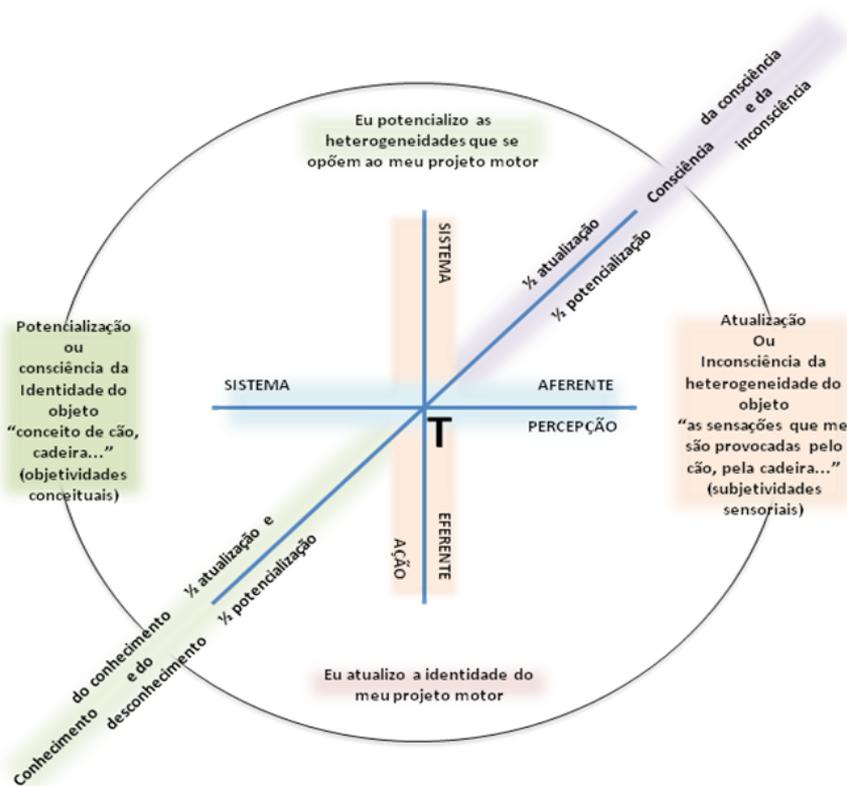
ção que se vão encontrar no estado T de equilíbrio de semipotencialização e de semiatualização. Há T<sub>1</sub>, T<sub>2</sub>, T<sub>3</sub>,...T<sub>n</sub>, T-1, T-2, T-3,... T-n.<sup>23</sup>

Temos aqui um precioso instrumento conceitual para a investigação das propriedades e leis da terceira ética. Há tudo a se descobrir e inventar neste campo, pois é muito recente esta maneira complexa de investigar os fenômenos mentais, pelo estudo sistemático de seus sistemas e aparelhos perceptivo e acional. Há muito a fazer para que se constitua uma ciência noológica com a precípua função de investigar todo o espectro da ecologia mental, sem perder de vista suas relações de dependência e diferença em relação às outras éticas ou ecologias.

Com o intuito de recolher o máximo possível de potência da compreensão das três éticas que atravessam a constituição humana comum, apresento abaixo o diagrama com o qual Lupasco encerra a exposição preliminar das três éticas. Isto me permite considerar a *emergência triética planetária* em um plano muito mais avançado de consideração, projetando possibilidades na condução ética necessária para lidar com inteligência e afeto dos grandes desafios planetários da contemporaneidade.

---

23 LUPASCO, Stéphane. O Homem e suas Três Éticas, p. 61.



**Figura 2** – Transcrição do diagrama do estado T de Lupasco (1994, p. 69) mais completo do que o anterior, apresentando a dinâmica do estado T entre a 1/2 Potencialização e a 1/2 Atualização dos sistemas somatopsíquico e neurológico Aferente e Eferente, significando o estado T em sua propriedade semiatualização e semipotencialização dos estados neuropsíquicos. As cores (sombras) foram acrescentadas, assim como o círculo para provocar uma leitura mais nítida do diagrama de Lupasco.

### 3 A EMERGÊNCIA TRIÉTICA PLANETÁRIA VISTA MAIS DE PERTO

Ao longo da sessão anterior tomei Lupasco como autor que disponibiliza um instrumental epistemológico de grande envergadura para a compreensão da triética humana e que se presta para modelar uma pragmática eticoestética de grande força coesiva e de maior ainda flexibilidade cocriadora de modos de ser inusitados e afetivamente orientados para o pleno amor – sem enquadramento do que “amor” signifique.

Há aqui uma espécie de “salto de natureza” e não apenas de grau no que diz respeito à orientação ética do ser humano em relação à totalidade de sua vida vivente. Assim, para uma compreensão condizente das três éticas emergentes no âmbito planetário, reafirmo aqui o empenho necessário para que se possa articular tal questão com o projeto de desenvolvimento humano sustentável que se apresenta como possibilidade, a partir da conexão neuropsíquica de todos os tipos de matéria-energia. Deste modo, todos nós estamos sendo convidados para a efetivação de um plano epistemológico polilogicamente articulador e articulado que nos permita uma orientação ética capaz de também criar e não apenas de ver e de simplesmente compreender os acontecimentos. Trata-se condizentemente de aprendermos a operar com o conhecimento do conhecimento e do desconhecimento, atualizando e potencializando a consciência da consciência e da inconsciência a serviço do pleno desenvolvimento humano sustentável. Tomando, pois, como suporte epistemológico as três éticas apresentadas a partir de Lupasco, parto do pressuposto de que tudo o que diz respeito às três emergências planetárias é atinente ao modo ético do ser humano em seu mundo com outros. Portanto, a descrição da *emergência triética plantaria* parte do pressuposto das três formas descritas anteriormente de matéria-energia, sendo necessário tudo considerar do ponto de vista antropológico neuropsíquico.

Seguirei agora abordando cada uma das três emergências éticas que se apresentam ao ser humano como os desafios atinente ao seu desenvolvimento espiritual mais avançado na sociedade do conhecimento e da informação imperante e global. Considerando, pois, que o ser humano precisa agir eticamente em três sentidos distintos e complementares, no ambiental, no social e no mental (sede das subjetivações), temos as seguintes considerações sempre parciais.

## I -A ética ambiental e sua emergência planetária

De início, é possível esclarecer a proximidade semântica das palavras ética e ecologia, sobretudo porque “ecologia” tem o seu sentido mais geral ligado ao “estudo das relações entre seres vivos e o ambiente em que vivem”, desde o momento em que o cientista alemão Ernst Haeckel usou pela primeira vez o termo em 1869. As duas palavras de origem grega remetem ao âmbito do “habitar”: *oikos* e *êthos*. Se *oikos* significa “casa”, “habitação”, “bens”, “família”; *êthos* significa “morada habitual”, “maneira de ser”, “uso”, “costume”. A relação dos étimos é evidente.

Ética e ecologia, entretanto, aparecem comumente como campos distintos da investigação científica. Porém, o século XX viu nascer uma concepção de ecologia que acabou atravessando a totalidade do âmbito vital, incluindo aí a ecologia social e a ecologia mental. Aqui a noção de “ambiente” é fundamental, pois não só existe o ambiente físico, mas também o biológico, o atômico e o neuropsíquico. Neste sentido, o termo “ecologia” vem sendo usado em uma compreensão mais complexa dos diversos sistemas de sistemas em seus comportamentos autopoéticos (autoprodutivos), segundo emergências específicas, incluindo aí o ser humano e suas disposições éticas atinentes ao seu pleno viver e morrer.

Um bom exemplo do uso transversal do termo “ecologia” se encontra na obra de Félix Guattari (2009), *As três ecologias*, que se tornou uma referência imprescindível para a construção de uma articulação eticopolítica, chamada por ele de *ecosofia*, capaz de operar três distintos registros ecológicos, em benefício do pleno e criador desenvolvimento humano planetário: o do meio ambiente, o das relações sociais e o da subjetividade humana. Trata-se de colocar um problema que emergiu do processo civilizatório das sociedades modernas, atrelado ao modo de produção capitalista e que se mostra cada vez mais inadiável, dizendo respeito ao conjunto do mundo. Como afirma Guattari em seu livro,



O que está em questão é a maneira de viver daqui em diante sobre esse planeta, no contexto da aceleração das mutações técnico-científicas e do considerável crescimento demográfico. Em função do contínuo desenvolvimento do trabalho maquinico redobrado pela revolução informática, as forças produtivas vão tornar disponível uma quantidade cada vez maior de tempo de atividade humana potencial. Mas com que finalidade? A do desemprego, da marginalidade opressiva, da solidão, da ociosidade, da angústia, da neurose, ou da cultura da criação, da pesquisa, da reinvenção do meio ambiente, do enriquecimento dos modos de vida e de sensibilidade? No Terceiro Mundo, como no mundo desenvolvido, são blocos inteiros da subjetividade coletiva que afundam ou se encarquilham em arcaísmos, como é o caso, por exemplo, da assustadora exacerbação dos fenômenos de integrismo religioso.

Não haverá verdadeira resposta à crise ecológica a não ser em escala planetária e com a condição de que se opere uma autêntica revolução política, social e cultural reorientando os objetivos da produção de bens materiais e imateriais. Essa revolução deverá concernir, portanto, não só às relações de forças visíveis em grande escala, mas também aos domínios moleculares de sensibilidade, de inteligência e de desejo.<sup>24</sup>

Fica para mim claro de que se trata também de ética quando se usa o termo ecologia, e depois do que foi apresentado pela incorporação da concepção triética de Lupasco, penso estar em condições de descrever os traços fundamentais do nosso comportamento ético perante nosso habitat terreno, assim como nas outras instâncias ecológicas ou éticas.

Qual pode ser e qual deve ser nossa atitude perante nossa morada terrena, nossa casa, nossa oca, nosso *oikos*? Por que preservar o meio ambiente em suas ecologias próprias e tão diversas?

Nosso planeta tem uma idade estimada de 4,6 bilhões de anos e a vida teria começado há aproximadamente 3,6 bilhões de

---

24 GUATTARI, Félix. *As três ecologias*, p. 9.

anos atrás. O gênero *homo* apareceu entre 4 a 1 milhão de anos. O *Homo sapiens* surgido entre 400 a 100 mil anos atrás atingiu o comportamento moderno somente há cerca de 50 mil anos. As primeiras civilizações datam de aproximadamente 4.500 anos a. C. O processo de crescimento acelerado que culmina com a presente situação ambiental planetária, tem início nos últimos 400 anos de nossa era. É, entretanto, claro como o comportamento inconsciente de devastação do ambiente vital por parte do ser humano o acompanha desde origens muito remotas, não sendo um traço exclusivo do comportamento moderno. Mas o poder de destruição dos ecossistemas múltiplos do planeta só alcançou o atual estágio com o advento da revolução industrial no século XVIII, e não parou de caminhar para a fatalidade que agora de mostra evidente.

Ora, sem o ambiente vital, a espécie humana não poderia ter alcançado o seu desenvolvimento atual, e nem muito menos tem condições de seguir adiante em sua escalada de desenvolvimento, apesar dos projetos de ocupação de outros espaços em planetas próximos, como Marte e outros corpos celestes, o que seria semelhante à metáfora da arca de Noé, beneficiando uma pequeníssima minoria. Então, o planeta está fadado ao seu desaparecimento acelerado pela força destrutiva que compromete o equilíbrio vital do planeta pondo em risco a vida da maioria das espécies existentes incluindo a humana?

Como se sabe a espécie humana tem uma capacidade ímpar para suportar as condições mais adversas de vida, adaptando-se às mais extremas situações de existência. Mas tudo tem limites. É impossível viver sem oxigênio, água e o mínimo exigido para a manutenção da vida biológica, apesar de alguns viajantes humanos afirmarem que seria possível sobreviver apenas de luz, o que no mínimo pressupõe uma verdadeira revolução molecular, coisa ainda fora das condições da humanidade atual.



Será que ainda há tempo para reverter a situação de desequilíbrio ambiental reinante, ou estamos todos fadados ao desaparecimento como espécie?

A emergência ética ambiental só poderá ser revertida caso haja uma decisão planetária pela preservação das condições mínimas para a sobrevivência da maioria das espécies e dos sistemas ecológicos componentes da biosfera. Trata-se de uma ética que deve primar pelo princípio da heterogênesse própria da matéria-energia biológica, mas que exige também certo grau de homogênesse para poder alcançar equilíbrios vitais renováveis.

Portanto, no âmbito da ética ambiental todos têm o dever de cuidar das condições de equilíbrio da biosfera planetária, sem os radicalismos que mobilizam grupos de ambientalistas, pois não se trata de somente preservar, mas, sobretudo, de equilibrar os desequilíbrios dentro dos limites vitais da renovação sustentável. Seria impossível só conservar os ambientes vitais, pois isto comprometeria a subsistência humana, que necessita dos meios renováveis para seguir vivendo em equilíbrio renovável garantido.

## **II – A ética social e sua emergência planetária**

Bem, até parece uma repetição do mesmo, mas não é. Há uma emergência social planetária ainda mais complexa em curso: a superpopulação nitidamente fora de controle. Para onde caminha o processo de desenvolvimento humano? Qual futuro se apresenta para a maior parte da população humana do planeta? Quantos merecerão a suposta salvação na arca do Noé cibernético?

Desde o início do curso histórico com o surgimento das primeiras civilizações, o ser humano não parou de experimentar a barbárie e a irracionalidade mais crassa e destrutiva. É preciso, então, corrigir a noção de bondade da natureza humana e de sapiência como única direção do processo de desenvolvimento

espiritual. Como afirma Edgar Morin, Bem e Mal são complementares no comportamento humano, sendo necessário acrescentar um segundo qualificativo para a definição da espécie: além de *sapiens* também *demens*.<sup>25</sup> Apesar desta dicotomia, há um sentido de resistência à crueldade do mundo que se deve preservar para o sentido ético maior. Com suas palavras,

O sentido que eu dou, enfim à ética, caso seja necessário um termo que englobe todos os aspectos, é o de resistência à crueldade do mundo e à barbárie humana. A resistência à crueldade do mundo compreende a resistência ao que há de destrutor e de impiedoso na natureza: a resistência à barbárie humana é a resistência à crueldade do *sapiens* e ao lado negro do *demens*. Esse *sapiens* que exterminou o Neandertal da Europa. O mesmo *sapiens* que exterminou os índios da América, os aborígenes da Austrália e criou a escravidão, as galés, Auschwitz e o Gulag. A barbárie humana não cessou de provocar devastação e não diminuiu; encontrou nas técnicas modernas os meios de aumentar desmesuradamente o seu estrago tanto em guerras étnicas quanto em guerras de religião e de nações, que se combinam e superpõem. Os civilizados continuam a praticar genocídios e etnocídios contra povos arcaicos (índios da Amazônia, tarahumaras da Sierra Madre, México e tantos outros denunciados por *Survival International*).

A barbárie humana está instalada no próprio coração das nossas civilizações pelas relações de dominação e de exploração, de humilhação e de desprezo. A barbárie fermenta em cada um de nós e nossa própria barbárie interior nos autojustifica sem parar, faz-nos mentir para nós mesmos e sempre nos empurra para a lei de talião e para a vingança. [...]

A barbárie está em nós. Os nossos espíritos são profundamente bárbaros (esse é o grande ensinamento de Freud, embora enunciado em outros termos). A nossa civilização alicerça-se na barbárie (como percebeu Walter Benjamin). A resistência à crueldade do mundo e a resistência à barbárie



25 MORIN, Edgar. O Método. 6. Ética, passim.

humana são as duas faces da ética, cuja primeira exigência é de não ser cruel e não ser bárbaro. A ética remete-se para a tolerância, a compaixão, a mansidão e a misericórdia.<sup>26</sup>

A resistência ética em relação ao estado de barbárie reinante nos dois registros éticos é o caminho para a sustentabilidade humana que pode e deve ser alcançada também no plano mental. Usando palavras de Guattari oportunas e condizentes,

Mais do que nunca a natureza não pode ser separada da cultura e precisamos aprender a pensar “transversalmente” as interações entre ecossistemas, macanosfera e Universos de referência sociais e individuais. Tanto quanto algas mutantes e monstruosas invadem as águas de Veneza, as telas de televisão estão saturadas de uma poluição de imagens e de enunciados “degenerados”. Uma outra espécie de alga, desta vez relativa à ecologia social, consiste nessa liberdade de proliferação que é consentida a homens como Donald Trump que se apodera de bairros inteiros de Nova York, de Atlantic City etc., para “renová-los”, aumentar os alugueis e, ao mesmo tempo, rechaçar dezenas de milhares de famílias pobres, cuja maior parte é condenada a se tornar *homeless*, o equivalente dos peixes mortos da ecologia ambiental.<sup>27</sup>

### III - A ética mental e sua emergência planetária

Apesar da matéria-energia neuropsíquica humana possuir a propriedade mediadora entre as duas forças antagonistas básicas da homogeneização e da heterogeneização, a evolução mental da espécie está apenas nos seu alvorecer. Os desequilíbrios ambientais e sociais que tanto preocupam os mais atentos em relação ao futuro de nossa espécie se encontram potencializados ao máximo no plano mental. Há tudo a aprender do funcionamento da

<sup>26</sup> MORIN, Edgar. O Método. 6. Ética, p. 199-200.

<sup>27</sup> GUATTARI, Félix. As três ecologias, p. 25-26.

mente e sua inter-relação com a totalidade vivente. Uma mente sempre lúcida e vital só pode existir renascendo a cada instante das cinzas da desordem e resistindo aos imperativos da alienação tendencial para a dispersão e violência entrópica persistente. É preciso aprender a lidar com os antagonismos constitutivos da matéria-energia em suas formações primordiais para que se possa gerar um ser humano definido por sua heterogênesse radical, na abertura para a sua plena realização espiritual no contexto de sua finitude e inacabamento ontológico. Pois a evolução da mente humana não pode perder de vista a dinâmica evolutiva que não deve nunca alcançar uma êxtase final, caso se compreenda que o sentido do existir complexo do ser humano é sempre ultrapassar-se sem fim.

Assim, concordando com Edgar Morin, *todo olhar sobre a ética deve perceber que o ato moral é um ato individual de religação: religação com o outro, religação com a comunidade, religação com a sociedade, religação com a espécie humana*.<sup>28</sup> Nestes termos, a crise ética de nosso tempo é simultaneamente crise da religação indivíduo/sociedade/espécie. Por isto, é preciso refundar a ética, regenerar as suas fontes de responsabilidade e solidariedade com a totalidade vivente do planeta. E a regeneração pode sempre partir de motivações diversas, como uma fé intensa no poder criador da energia vital, de uma profunda crise existencial, de um dilacerante sofrimento físico ou mental, de um amor intenso assim como da própria percepção da dilaceração ética que assola a humanidade em todas as partes da Terra.

Nesses termos, a ideia de sabedoria reduzida à concepção de uma razão sempre clara e segura de si deve comportar a consciência de uma contradição. Pois uma vida puramente racional seria uma produção de pura homogeneização ética, o que não é compatível com a condição humana efetiva e afetiva. A eliminação do



<sup>28</sup> MORIN, Edgar. O Método. 6. Ética, p. 21.

não-racional, afinal, seria uma demência e um risco favorecedor de modelos de controle que eliminariam os processos criativos de subjetivação e as singularidades que tornam a experiência humana tão rica e tão potente para o amor incondicional, porque não tem um fim em uma satisfação meramente egoísta de alguns que se sentem superiores aos outros semelhantes sem nenhuma abertura para a diversidade e o conhecimento do imponderável que é cada singularidade em seu acontecimento fático.

#### 4 SEM LIMITES, SEM FIM...

Como, então, caminhar para a realização plena da triética que perpassa a constituição humana em toda a sua complexidade? Estamos diante de um desafio que requer além de uma revolução tecnológica também uma revolução molar e molecular no seio da própria existência fática dos humanos. Uma revolução longa que não pode ser feita por decretos imperiais de grupos humanos pretensamente superiores e aptos a comandar o destino humano global, mas tem que consistir através de atos e correlatos que atendam ao maximamente elevado da potência criadora do espírito sensível e extremamente frágil da instabilidade evolutiva para um amor aos fatos.

Com o intuito de deixar inacabada a presente aventura pensante, penso que a educação humana deve ultrapassar o atual enquadramento que visa a atender a um mercado de trabalho cada vez mais insustentável e produtor de desigualdades e de negação do espírito criador. Usando, finalmente, palavras de Basarab Nicolescu para não encerrar o aprofundamento da questão, mas deixando em aberto a tarefa comum que se apresenta a todos os que se tornam conscientes da consciência e da inconsciência, assim como do conhecimento do conhecimento e do desconhecimento,

A educação atual privilegia a inteligência do homem, em detrimento de sua sensibilidade e de seu corpo, o que certamente foi necessário em determinada época, para permitir a explosão do saber. Todavia, esta preferência, se continuar, vai nos arrastar para a lógica louca da eficácia pela eficácia, que só pode desembocar em nossa autodestruição.<sup>29</sup>

Sim, como espécie dotada de inteligência e sensibilidade criadora heterogenética e homogenética simultaneamente, não é mais possível deixar de lado o que se mostra imperativo para se conceber o bem viver e bem morrer da vida do indivíduo-sociedade-espécie. Pois os que percebem a emergência triética como imperativo categórico de toda orientação humana para o seu desenvolvimento mais pleno e aberto, não podem cruzar os braços e deixar de denunciar e de apontar os males produzidos por indivíduos e organizações hegemônicas. Organizações que mais parecem dinossauros travestidos de humanos e que pretendem homogeneizar a vida em benefício do próprio egoísmo e da própria estupidez da demência mais crassa. Não nos cabe cruzar os braços, mas lutar por uma vida digna e criadora, aberta na deriva do tempo cósmico ainda longo e na superação dos empecilhos negadores a máxima potência do amor incondicional por aprender sempre mais a ser sempre mais, na liberdade da partilha e da solidariedade planetária voltada para os desafios da complexidade descortinada pelo conhecimento triético.



## REFERÊNCIAS

GUATTARI, Félix. *As três ecologias*. Tradução de Maria Cristina F. Bittencourt. 20 ed. São Paulo: Papirus, 2009.

LUPASCO, Stéphane. *O Homem e suas Três Éticas*. Tradução de Armando Pereira da Silva. Lisboa: Instituto Piaget, 1994.

---

29 NICOLESCU, Basarab. O Manifesto da Transdisciplinaridade, p. 137.

MORIN, Edgar. *O Método. 6. Ética*. Tradução de Juremir Machado da Silva. 2ª ed. Porto Alegre: Sulina, 2005.

NICOLESCU, Basarab. *O Manifesto da Transdisciplinaridade*. Tradução de Lúcia Pereira de Souza. São Paulo: TRIOM, 1999.

## SOBRE FATOS E VALORES

João Carlos Salles<sup>1</sup>

1. A atividade dos filósofos faz lembrar um trabalho de Sísifo. Cada filósofo parece recomeçar à sua maneira, inteiramente nova, um esforço de reflexão e sistematização conceitual, como a lembrar toda tensão entre o sensível e o inteligível e a reviver o peso de escolhas e renúncias. Com efeito, sabemos que, também por isso, a noção de progresso não se aplica bem à filosofia – ao menos, não da forma que pode ser aplicada às ciências. E tampouco tem sentido falar estritamente em ‘erro’ na avaliação de uma posição filosófica, uma vez que as proposições dos filósofos precisam ser reconduzidas ao contexto de seus sistemas ou campos de pensamento, inclusive para adquirirem uma autêntica inteligibilidade, com o que se compromete sua comensurabilidade e, contudo, vemos ser estabelecida uma singular contemporaneidade entre pensamentos muito afastados entre si.

Dessa forma, por um lado, podemos e precisamos continuar nosso diálogo com Platão, Aristóteles, Descartes ou Kant, sem julgar que suas obras tenham sido superadas por novas conquistas do pensamento ou que não possamos formar-nos, em todos os sentidos, acompanhando seus considerandos e aflições, que nenhum acréscimo de experiência faria cessar. Por outro lado, seria ingênuo imaginar uma história de todo descontínua e infensa ao movimento mais amplo do conhecimento, como se houvesse uma completa ausência de resíduos e marcas, após tamanho trabalho, isolado ou conjunto. E, realmente, cada filósofo tem na própria história da filosofia um horizonte ineludível, contra o

---

<sup>1</sup> \* Professor do Departamento de Filosofia da UFBA, com pesquisa apoiada pelo CNPq e pela FAPESB.



qual desenha seu pensamento e acompanha movimentos de largo espectro, cujo sentido mal se adivinharia no enunciado mais direto de suas proposições. E assim matiza a específica interrogação filosófica pelo sentido, tendo em conta os resultados da procura científica pela verdade. Com isso, se podemos aprender com cada filósofo, aprendemos também com a história da filosofia, que também nos desafia como um todo e em confronto com outros saberes – em especial, é claro, com a história das ciências, com a qual se encontra fundamente entremesclada.

Um tema central do confronto entre filosofia e conhecimento científico é a reflexão, talvez estritamente filosófica, sobre como se distinguem e se relacionam fatos e valores. O tema perpassa a história da filosofia e pode ser abordado segundo perspectivas muito diversas. Para organizar a exposição, escolhemos o contraponto entre duas perspectivas opostas e ambas extremadas, deixando de lado o campo rico das posições intermediárias, que, provavelmente, quase todos defendemos. Nossa reconstrução é assim falsa, é uma narrativa inventada, que todavia tem consciência das lacunas e omissões, mas julga produtivo agarrar visões afastadas segundo um ponto de vista ou um problema.

Também evitaremos o enfrentamento de questões específicas de ética aplicada, que nossa experiência diversa pode mobilizar no debate com bastante proveito e que, enfim, são as questões que podem ligar uma elaboração teórica mais abstrata aos interesses mais diretos da comunidade em geral, inclusive a biodiversificada comunidade dos cientistas.

Enfim, restringir-nos-emos a fontes clássicas, sem pretender que tenham dado a última palavra. Apenas, porém, são clássicas porque, em muitos sentidos, conservam grande frescor, são sempre atuais. Analisaremos assim uma visão filosófica que separa estritamente fato e valor, como se situados em dimensões irreduzíveis – perspectiva que exemplificaremos com a obra de Ludwig Wittgenstein. Nesse caso, como tese provocativa, tornaremos a

obra de Wittgenstein uma espécie de culminação inadvertida de um movimento de longa duração na história da filosofia, que para muitos ele simplesmente desconheceria. E analisaremos, por outro lado, uma perspectiva que entrelaça estritamente essas duas dimensões, que passam a ter a mesma fonte e podem ser escrutinadas pelos mesmos métodos. Pensamos aqui especialmente na obra de Émile Durkheim. Como tese provocativa, diremos então que (contra o pano de fundo de um movimento de longa duração na história da filosofia que fez separar progressivamente as dimensões clássicas do belo, do bom e do verdadeiro) a sociologia pode ser considerada (talvez em bom sentido) uma ciência reacionária.

2. A ideia clássica de fazer derivar do conhecimento a decisão moral tem um corolário na moralização do conhecimento por Descartes. Sujeito é resíduo. É o inalienável, o sotoposto, o suposto. Dizer isso, porém, é pouco. A chave da modernidade cartesiana consiste antes em tornar o sujeito condição de legitimidade dos discursos, inventando-se a subjetividade por ser ela mesma a possibilidade de ligação entre verdade e evidência. Assim, com Descartes, para nos servirmos de uma linguagem atual, estabeleceu-se o predomínio do auditório universal sobre os auditórios particulares, da lógica sobre a eloquência, da ciência sobre a retórica. Esse seria o sentido essencial do método, qual seja, estabelecer uma ligação entre verdade e evidência, pela qual se toma a razão como modelo universal e, a justo título, invasivo.

Ante duas pessoas que divergem, o senso comum diria com acerto uma trivialidade, a saber, uma das duas está errada. Descartes, porém, avança uma ideia que está longe de ser um truísmo. Nesse caso, afirma, nenhuma das duas tem a verdade, uma vez que, se alguma a tivesse, teria convencido a outra, pois teria um caminho, um método, pelo qual a verdade se faria irrecusável, sendo aceita por quantos trilhem tal caminho, sem importar seu



ponto de partida ou seus interesses particulares. Verdade e evidência se determinariam, portanto, e se poriam sob a medida exigente da demonstração. Não toparíamos jamais por acaso com a verdade, assim como um relógio parado não marcaria as horas corretamente duas vezes ao dia. De resto, não seria preferível a um relógio sempre atrasado, mas que enfim funcione, uma vez que, no limite, até um método errado é ainda melhor que método algum.

Importa registrar que essa exigência geométrica, demonstrativa, não afetaria então apenas racionalistas, mas antes estabeleceria um solo comum para a investigação dada a um sujeito qualquer, cuja imparcialidade, ao lado de atenção aos passos demonstrativos e reflexão livre de amarras, passaria a ser louvada. Essa quase inocência pré-crítica, pela qual a metafísica poderia estabelecer seus resultados com necessidade, encontra um limite bem conhecido na crítica de David Hume à capacidade de a razão demonstrar poderes ocultos da natureza e estabelecer uma prova dedutiva ou indutiva da necessidade dos laços causais. Um dos corolários dessa determinação dos limites da razão é exatamente a enunciação da assim chamada falácia naturalista, ou seja, a separação estrita entre afirmações de existência e afirmações de valor.

Em certo sentido, a revolução kantiana, a perspectiva crítica, em confronto com perspectivas anteriores, significa um aprofundamento do gesto humeano, demarcando então o campo do que pode ser conhecido em relação ao que pode ser pensado. As questões metafísicas, que nunca deixarão de mobilizar a razão, não podem todavia ser tratadas ao modo da ciência. Com isso, como um traço decisivo da modernidade filosófica, questiona-se a unidade do sujeito do conhecimento, sendo necessário doravante discernir, por exemplo, razão de entendimento, pelo que não é doravante lícito esperar respostas no campo da experiência para questões que a ultrapassam, mas que, não obstante, como disse-

mos, jamais deixarão de atormentar a razão ou mesmo de lhe ser essenciais.<sup>2</sup>

3. Se na filosofia de Kant talvez não possamos tratar como cisões essas diferenciações no interior da razão, entre esses campos distintos de legislação, encontraremos na obra de Wittgenstein uma radicalização extrema do gesto crítico antes esboçado. Referimo-nos aqui ao gesto extremo do *Tractatus*, pelo qual Wittgenstein, em 1921, como se fora um resultado necessário da reflexão sobre as condições da significação, retirará toda relevância do campo do significativo, assim como suprimirá do mais elevado (das dimensões éticas, estéticas e místicas) a possibilidade de enunciar algo interior ao mundo. A obra de Wittgenstein, em sua primeira expressão, é a realização mais consequente e trágica da tarefa crítica, que associa aos recursos da lógica, em meio à assim chamada virada linguística. Para nossos propósitos, podemos seguir um atalho: uma brevíssima apresentação dessa cisão radical entre fato e valor tal como se mostra por uma leitura do prefácio de Wittgenstein ao *Tractatus*.

O “Prefácio” do *Tractatus* é uma peça teórico-retórica extraordinária, conservando uma tensão entre otimismo exagerado e uma radical negatividade.<sup>3</sup> Por um lado, dando vazão a sua epígrafe, faz imaginar ser possível resolver tudo que até então havia desafiado a filosofia, por assim dizer, em duas ou três palavras. Ou

2 “O projeto crítico kantiano pode ser pensado como inaugurador da modernidade filosófica. (...) A esfera do conhecimento, da ciência, adquire independência, seus procedimentos metodológicos consolidam-se e surgem instituições que favorecem a pesquisa: as Academias de Ciências e os laboratórios. No plano prático, da ação moral e do direito, ocorre algo análogo: há a formação de princípios valorativos independentes de valores cognitivos e também religiosos, e o sistema judiciário com suas instituições vai se formando. Ora, dá-se algo similar com a arte, que passa a apresentar autonomia em relação às duas esferas já referidas; a atividade da crítica artística se fortalece e as instituições voltadas para a arte se consolidam.” (TERRA, Ricardo, Passagens: Estudos sobre a filosofia de Kant, Rio de Janeiro, Ed. UFRJ, 2003, p. 17.)

3 WITTGENSTEIN, Ludwig, *Tractatus Logico-Philosophicus*, São Paulo, Edusp, 1993.



seja, pretende ter decidido e demarcado, e de uma vez por todas, os limites do que pode ser dito. Com isso, afastaria toda expressão que, por mal formada, seria incapaz de lançar suas antenas à realidade. Daria assim as características afigurativas essenciais de todo discurso significativo, que, enfim, seria o próprio discurso das ciências, correspondentes por sua feita ao território dos fatos, a estruturas passíveis de expressão, em conformidade com as exigências lógicas próprias de uma linguagem qualquer que esteja em ordem. Ora, em sendo assim, toda uma dimensão aparentemente corriqueira é deslocada para fora do campo do significativo – especialmente, o campo dos valores, que, então, ou teriam suas prescrições e mandamentos redutíveis a enunciados hipotéticos ou não teriam significado algum, no caso, nenhum que pudesse estar em linha de conta com os fatos. Essa a dimensão positiva, resultante da demarcação interna, lógica e necessária do que pode ser dito, e enfim dito claramente.

A dimensão negativa é todavia mais forte. O campo dos valores, conquanto não seja passível de expressão, seria aquele por que podemos considerar o mundo em sua totalidade e, por exemplo, indagar o sentido da vida. Para além da constatação do modo como as coisas estão, fica inexpresso o espanto com que simplesmente sejam. Não por acaso, em plena negatividade, o sucesso pleno do único modo correto de fazer filosofia, o resultado mais bem acabado da melhor reflexão de lógica filosófica, tudo isso leva à certeza de que, com esse resultado completo, perfeito o arco, se consegue muito pouco. Por isso mesmo, ainda que todos os problemas científicos sejam resolvidos, temos o resultado frustrante de que, então, nossos problemas de vida não terão sido sequer tocados. Esse é pois o resultado mais radical de um movimento de longa duração na história da filosofia, movimento que separou por completo fatos de valores e, com isso, aprofundou fissura a mais extrema no campo da subjetividade.

4. Estamos assim no território da mais completa separação entre fato e valor, que, é claro, parece de todo frustrante. Recuemos, porém, em uma década. E, sem pretender que as perspectivas sejam meramente a negação uma da outra, vejamos sobretudo um pequeno artigo de Durkheim, “Juízos de valor e juízos de realidade”,<sup>4</sup> que pode ser lido como a mais bem acabada redação de seu projeto “reacionário”, fazendo unir sua inteira obra sociológica anterior a sua derradeira obra prima, *As Formas Elementares da Vida Religiosa*, lançado em 1912. E, com efeito, esse artigo, com falsa modéstia e simulada inocência, foi lido exatamente em um congresso internacional de filosofia, pretendendo tão somente mostrar como a sociologia poderia ajudar a resolver um problema filosófico, quando deseja afirmar que a sociologia é a resposta para o problema filosófico por excelência (a saber, a distinção entre fato e valor) e que, resolvendo-o e sendo corretamente compreendida como objetiva, específica e metódica, a sociologia seria enfim a resposta completa a todos os problemas da filosofia.

Antes do próprio artigo, lembremos um pouco essa tripla dimensão da sociologia, de ser objetiva, específica e metódica. São afinal aspectos que se solicitam. Ser objetiva e voltar-se a um objeto exterior, a uma coisa social, que estando intimamente unida a cada um de nós, comporta uma exterioridade e objetividade de coisa. Além disso, sendo coisa, tem sua especificidade, a justificar seu recorte como passível de análise sociológica, ou seja, suas causas não são redutíveis ao físico, ao biológico ou ao psicológico, que entretanto comportam. A causa de um objetivo fato social, à medida que seja passível de análise sociológica, será certamente uma causa também ela social. E, por isso mesmo, para dar conta de fatos sociais, de coisas com dimensão própria e *sui generis*, um método específico, científico e não introspectivo, deve ser solicitado. Há pois uma subjetividade a fundar o específico do social,

4 Texto publicado na coletânea DURKHEIM, Émile, *Sociologie et Philosophie*, Paris, Felix Alcan, 1924.



mas ela é invenção coletiva, da mesma forma que seria uma invenção bem datada a imagem específica de um indivíduo, cujos direitos constituiriam uma esfera própria e cuja proteção, por inversão socialmente causada, pode ser fonte de legitimidade.

Ao referir-se a regras de conduta sancionada, que portanto envolvem valor e têm ao mesmo tempo dimensão social, Durkheim distingue duas ordens de problemas, aqueles relativos à constituição histórica das regras (que bem podem englobar considerações sobre causas e motivos), daqueles relativos ao funcionamento das regras. A inovação da perspectiva positivista estaria exatamente em mostrar que são problemas solidários, ou melhor, mais que isso, a essência do positivismo envolveria a inclusão na mesma ordem de pesquisa da gênese, funcionamento e natureza das normas. Com isso, explicação e justificação poderiam encontrar um terreno comum, uma mesma medida, obviamente sociológica, sendo a matéria mesma da sociologia a possibilidade de conciliar, em um mesmo discurso, história e direito, experiência e filosofia.

Essa operação tem seu preço. Como não se faz conta com planos incomensuráveis, sua ciência nova precisa traçar uma medida uniforme. A matéria da sociedade torna-se, em alguma medida, espiritual. Em um momento mais entusiasmado, dirá mesmo “hiperespiritual”, e todo destino da sociedade agarra-se de cima, na dimensão da reprodução das consciências e não na ordem baixa, egoística, da reprodução das existências. “A ordem, a paz entre os homens não pode resultar, automaticamente, de causas inteiramente materiais, de mecanismo cego, muito requintado embora. É obra moral.”<sup>5</sup> Essa aventura de constituição da sociologia se dá pela demarcação do social como terreno da moral. Ao mesmo tempo, como um ponto cego na elaboração durkheimiana, que retira-se da economia a dignidade do social, exatamente por ancorar-se sua sociologia em um modelo representacionista,

---

5 DURKHEIM, E., *Lições de Sociologia: A moral, o direito e o estado*, São Paulo, Edusp, 1983, p. 11.

intelectualista do valor, pelo qual não pode aceitar padrões morais surgidos do mero confronto de interesses. O sociologismo, como já dissemos outrora, teria como contrapartida a irredutibilidade da sociologia a qualquer outra ciência, sendo sua circularidade quase um vício e sempre uma resposta.<sup>6</sup>

A lição durkheimiana torna-se relativamente simples: Ser coisa é, em certo sentido, ser moral. É esse o modo de serem independentes os fatos sociais. São sociais e objetivos por terem autonomia, passível de leitura e estudo; mas também tais fatos nos arrancam de nós mesmos, ao tempo que se fazem de nossa matéria. Esse então é o conteúdo e a perspectiva da sua sociologia, que, se bem compreendida, poderia resolver um essencial problema filosófico, como ciência chamada a unir fato e valor, submetendo-os ambos aos mesmos métodos, porque enfim da mesma matéria social. E, também por isso, sua sociologia pode ser compreendida como um momento de reação a um movimento filosófico global por que se separaram o bom, o belo e o verdadeiro, sendo pois um projeto de recuperação de uma unidade perdida, por meio da qual a laicização da sociedade poderia aprofundar-se sem ser diminuída a aura de sagrado de que precisa revestir-se. A sociologia pode assim aparecer como estudo da invenção do sujeito como indivíduo e, logo, como uma invenção superior da modernidade, que portanto representa. Por outro lado, a sociologia, então, também se apresenta como projeto reacionário dessa mesma sociedade,



6 “O social a que se dirige o olhar do sociólogo é proposto então como resíduo: não é biológico nem psíquico; por isso, fenômeno vivo, o social não se confunde sequer com o conjunto de indivíduos que o suporta. É coisa, porque, sintetizado fora dos indivíduos, resiste a uma qualquer leitura introspectiva. É ideal, porque jamais se alimentaria do êxtase renovador dos indivíduos, jamais se produziria pela produção do ideal, caso não se lhes manifestasse e não os fizesse sair de si mesmos, para pautar suas ações pelos mandamentos de uma personalidade moral superior. Em todo caso, como no início da investigação essa identidade teórica só pode ser afirmada filosoficamente, a recusa positivista de um vôo reflexivo nesse momento torna problemática a sua silenciosa presença em todos os passos do discurso, da incursão empírica à síntese característica de uma Sociologia Geral.” SALLES, J. C., *A Filosofia de Durkheim*, Salvador, Edufba, 1998, p. 17.

como se lhe oferecesse uma última possibilidade de reinvenção de uma unidade talvez irremediavelmente perdida.

O texto “Juízos de valor e juízos de realidade” vem assim coroar um importante momento de reflexão. Sua enunciação um tanto despretenciosa é das mais dissimuladas. Na verdade, tem a mais elevada das pretensões. Primeiro, faz coroar a idéia de que os problemas filosóficos essenciais (as questões morais, a definição de natureza humana, a separação entre dimensão material e dimensão espiritual, etc.) têm sua solução dependente de resultados empírico-teóricos da sociologia. No caso, a pedra angular do problema da moral, por essa perspectiva, é também ela constitutiva dos fatos enquanto tais, ou ao menos dessa dimensão de fatos que se encontra na base de toda e qualquer elaboração epistemológica, a saber, a trama de fatos sociais, com grande poder de representação, de modo que, na vida social, constituem-se tanto as unidades a serem relacionadas e examinadas pelo cientista social, quanto as categorias mais amplas das quais ele e qualquer cientista se servem.

O ideal não é assim uma elaboração segunda e derradeira, passando a ser a trama de constituição das mínimas e das máximas unidades significativas. Desse modo, o ideal separa as coisas de si mesmas, aproxima os diferentes e diferencia os semelhantes, constituindo a gama de valores por que se estabelece a dimensão social, ou seja, aquela que determina a margem de variação desejável e tolerável por qualquer indivíduo, sendo ademais a trama em que a própria individualidade se constitui. Sem essa dimensão, o interesse não se representaria; e os indivíduos não fariam agregar ao social sua força e seu trabalho. Sem essa dimensão, causas não se tornariam regras de conduta, nem se tornariam preferências enunciáveis o que seria instinto ou inclinação. Por essa dimensão, para além ou aquém da reprodução material do social, por exemplo, a dimensão ideal por que se configura a dignidade da pessoa humana passa a integrar os componentes que socialmente

determinam os limites aceitáveis para sua condição assalariada, de modo que a representação social da condição humana se torna anterior e posterior à reprodução econômica de coisas e pessoas.

Nesse sentido, ao fazer essencialmente unas as dimensões de fato e valor, as dimensões objetivas e subjetivas da vida social, além de tornar em condição do conhecimento as categorias elaboradas pela realidade a ser conhecida, a matéria coisa da vida social pode coincidir em uma forma de hiperespiritualidade, que é a fonte enfim e também o objeto precípua da sociologia, agora responsável, em seu trabalho empírico, pela unidade possível do sujeito da ação e do conhecimento, como a recompor reativamente uma unidade outrora perdida.

5. Não precisamos, porém, estar nos extremos. Algum positivismo pode ser salutar. Ele sempre nos lança um desafio; sempre interroga o fôlego de soluções apenas filosóficas. Um tanto a mais de positivismo, todavia, salga-nos e estraga a comida. Com efeito, a moral não pode ser reduzida à causalidade e a dimensão ética parece guardar independência (mesmo relativa) da produção coletiva de valores. Por outro lado, a construção coletiva, política, dos limites da produção do conhecimento parece cada vez mais urgente, sendo passível de descrição empírica (como no exame dos interesses concretos) e de normatização jurídica (que deve invocar direitos até mesmo não efetivamente protegidos).

Nesse sentido, podemos identificar nos projetos políticos ou teóricos de uma comunicação desimpedida indícios de uma receita moderna para fazer com que verdade e evidência possam coincidir, tendo enfim alguma precedência um auditório universal. De certa forma, a produção científica pretenderia expressar uma comunidade assim, cujas proposições poderiam ser testadas ou medir-se por seus resultados. Entretanto, a constituição dos instrumentos teóricos não pode ser anterior à presença de interesses e, assim, não pode constituir-se sem o exame público de



limites, mesmo quando supostamente no interesse da própria humanidade. Nesse sentido, por exemplo, a própria preservação de interesses difusos ou da natureza sobre a qual exerceríamos nosso poder instrumental pode ser deslocada para a constituição dos conceitos, contribuindo para demarcar os riscos que estamos dispostos a correr e as vitórias que, enfim, podemos mesmo recusar. A experiência científica não é estranha assim aos expedientes do poder, sendo um de seus mais importantes cenários. Por isso mesmo, cabe não restringir previamente os interlocutores, convertendo apenas os fiéis da ciência, como se não fossem vozes autorizadas outras comunidades (por exemplo, de populares ou de religiosos), não sendo lícito, afinal, que parte de nós esteja destinada à condição de meio, de objeto ou ainda de justificativa para ações em nada adequadas a nos transformar em interlocutores e sujeitos.

# ETNOMUSICOLOGIA BRASILEIRA E ÉTICA: A ESCUTA AO ÍNDIO

Manuel Veiga<sup>1</sup>

A Luiz Angélico, *in memoriam*

Pois em muita sabedoria há muita aflição;  
quem aumenta o saber aumenta a dor  
(*Eclesiastes 1, 18*)

## MOTIVOS

*Hauptmotiv, Leitmotiv, Idée fixe, motivo condutor* são termos que músicos de formação acadêmica eurocêntrica associam ao drama musical germânico, ao poema sinfônico e à sinfonia programática. Wagner, Berlioz, Liszt, entre muitos outros compositores românticos do Século XIX, em sua obsessão de glosar música a literatura, valeram-se de fragmentos musicais característicos associados a personagens, lugares, ideias, premonições cuja urdidura e metamorfoses refletiam um programa literário, filosófico ou descritivo<sup>2</sup>. Níveis de significação superpostos, acima dos limites de denotação e conotação que isoladamente música e língua têm, assim expandiriam o potencial expressivo das peças. Há uma contradição histórica glosada no fato de que é a música instrumental, mais que a vocal, a que domina o período, não obstante realizações de alta relevância nos domínios do *Lied* e da própria ópera. Isso ocorre não apenas com a música sinfô-



<sup>1</sup> \* Professor Emérito da Universidade Federal da Bahia.

<sup>2</sup> Fazer música “falar”, neste caso, era uma ênfase nova na velha relação entre música e palavra, bem como do significar em música. Sob esse aspecto, essa relação poderia ser o foco para uma revisão da música ocidental do Gregoriano aos nossos dias, não necessariamente restrita à música vocal.

nica, mas também com “peças características” para piano, como baladas, romances sem palavras, noturnos, *noveletes*, bagatelas, momentos musicais, carnavais, em oposição ao que se passou a considerar como “música absoluta”, isto é, aquela, abstrata, que não dependia de recursos externos para estruturar-se.

Não se pretende fazer desta memória um poema sinfônico, nem drama musical ou peça característica, nem buscar alegorias, mas usar a ideia para submeter a uma agremiação científica um modo de pensar musical livre de esquemas formais pré-estabelecidos, um texto que se aproxime da objetividade por uma via expressiva. Vale lembrar Villa-Lobos, entre outros de nossos nacionalistas musicais, pelas imagens do índio e da Amazônia que criou. Embora manifestações tardias do gênero, seus poemas sinfônicos são obras arrojadas pela ruptura com as convenções e com os tratados de composição da época, particularmente os de orquestração. O compositor soma linguagens em seus poemas, cantatas e bailados, ora com argumento próprio (*Uirapuru*, de 1917), ora com suas impressões de viagens à Região Norte (*Amazonas*, também de 1917), ora com o apelo a lendas indígenas colhidas pelo naturalista João Barbosa Rodrigues (1842-1909) para programa (*Mandu Çarará* de 1940, *Erosão* de 1950). *A Floresta do Amazonas* foi trilha musical de filme (*Green Mansions*), subsequentemente revisado (1959). Mas de música indígena essas obras são apenas afrescos grandiosos em que pesa mais a imaginação do que a realidade. Ilusivas, constroem uma identidade brasileira mais para um devir do que para um ser, o que pode nos servir para um confronto com a realidade. O Villa-Lobos que homenageamos é o criador de uma obra que nos faz sentir brasileiros à sua maneira, não um antropólogo ou etnomusicólogo que não

foi.<sup>3</sup> A verdade que compositores tomam como ponto de partida para suas obras não tem um compromisso prosaico com o falso e o verdadeiro dos musicólogos, mas com a coerência do que produzem. Dessa maneira indireta refletem a vida.

#### O FOCO E SUA COMPLEXIDADE

Sir Donald Tovey (1875-1940), famoso musicólogo, compositor, editor de obras de Bach e Beethoven e de importantes ensaios de análise musical, confessava-se um “scatterbrained” [avoador]. Diante de tarefas difíceis, sentia uma vontade irreprimível de consertar sua bicicleta.

Meu “concerto da bicicleta” vai da ansiedade ao medo. O **“programa” e seus motivos condutores miram o índio brasileiro em situação de recrudescido genocídio**: desculturação, degradação da identidade cultural, suicídio de jovens, expropriação de terras ancestrais por grileiros, assassinios, avanços das fronteiras da agroindústria, trabalho quase escravo, projetos de alto impacto ambiental e sociocultural sem estudos prévios suficientes, novo Código Florestal polêmico, cobiça externa sobre a Amazônia e sua eventual perda, tudo isso agravado pela imagem inadequada que se constrói do indígena (e vice-versa), fator de distâncias e preconceitos. **Como cuidar de tudo isso? Quem é o índio?**

Ações opacas de governo, açodamento, e ouvidos moucos aos técnicos e aos clamores de indivíduos pelas redes sociais acirram o quadro. Qualquer apodo de “coletivo” torna-se um passe à lista de suspeitos, aqui incluídos inevitavelmente, mas não necessaria-

3 Cf. VILLA-LOBOS, Heitor. Mandu-Çarará. TIBIRIÇÁ, Roberto (REG.). YouTube vídeo. Execução do poema sinfônico em concerto. Sinfônica de la Juventud Venezolana “Simón Bolívar”, orquestra, 2011., para ouvir Mandu-Çarará, obra que merece ser mais conhecida. Há adiante o que discutir sobre a nacionalização da música brasileira. Vargas, a marcha para o Oeste, a Expedição Roncador-Xingu, o canto orfeônico e apresentações de massa de Villa-Lobos são partes de um mesmo quadro. A doutrina andradina geraria Camargo Guarnieri e algo de Francisco Mignone, mais rebelde, mas não acomodaria a genialidade de Villa-Lobos, mesmo que desigual.



mente, denominações religiosas, ambientalistas e ONGs, já que apenas indivíduos respondem claramente por suas ações neste cenário.<sup>4</sup>

#### PRESUNÇÃO, PERFECCIONISMO, PROLIXIDADE, PROCRASTINAÇÃO

Vaidade de vaidades. A perfeição que as artes almejam (condição essencial, diz Albert Schweitzer) converte-se facilmente em presunção; e esta em procrastinação por vezes concomitante desse perfeccionismo: amanhã se fará melhor do que se pode fazer hoje, embora se saiba que há tarefas para as quais nunca se estará preparado. Quando um senso de responsabilidade exige que não se adie mais, e o controle da paranoia nos libere (um quinto “p”, artistas se curtem nela), vêm perguntas concretas de como começar. O bom senso diria: do início, sem rodeios, o que vai de encontro à prolixidade e à complexidade de meadas com muitas pontas. Esta apresentação de um prolixo incurável não se crê isenta de suspeita, pois lida com **consciência** e **conscientização**.

Como motivo condutor, o conceito de consciência aqui não é tomado de maneira absoluta. O termo latino *conscientia* é ciência **com**, conhecimento de alguma coisa comum a muitas pessoas senso íntimo, apenas, se uma introspecção. Uma acepção psicológica, espontânea ou reflexiva, voltada para o próprio sujeito não é o caso aqui. Não é ser bom ou mau moço, mas vislumbrar uma consciência moral, juízo prático, esperançosamente benfazejo **para o outro**. O *Morais* define essa acepção relativa como “Comparação da ação com a lei moral ou regra para julgarmos da

---

4 Não excluo o valor da comunicação na busca da verdade, mas acredito caber ao indivíduo fazer seu esforço próprio para buscá-la e compreendê-la sozinho, independentemente do que lhe digam. Ações do mal e para o mal se escondem entre as do bem e para o bem, e precisam ser antecipadas.

sua bondade, maldade ou indiferença.” Da “sua”, isto é, do objeto, não da minha ou da nossa pessoa.<sup>5</sup>

#### ANDAMENTOS

Num período de pouco mais de seis meses respondo por dois documentos aparentados e ao mesmo tempo muito distintos sobre o índio brasileiro. No *allegretto*, tudo era alegria pelo programa de pós-graduação em música das universidades paraenses. O V ENABET, realizado de 24 a 27 de Novembro de 2011, era um reconhecimento nacional dos estudos etnomusicológicos no norte do Brasil que já tardava. Era lógico intuir, entre as principais linhas de pesquisa do novo programa, uma dedicação privilegiada aos grupos nativos da Amazônia. Só pedia desculpas pela inadequação: o tom risonho assumido na mesa-redonda introdutória do evento escondia um receio pessoal de um etnomusicólogo que estudara o nativo brasileiro com afinco, mas à distância, que ora se confrontava com três antropólogos de reconhecido mérito e



- 5 (Morais Silva, Antonio de. Grande Dicionário da Língua Portuguesa. v. 3, p. 417, s.v. Consciência). O declínio da noção de consciência na filosofia contemporânea é indício de uma representação nova do problema do homem. Entre outros fatores para esse repúdio, já não ser cabível uma noção de consciência vista como uma estrutura solitária da realidade humana, fechada em si. Mais recentemente, uma multiplicidade de estudos da consciência tem sido produto de pesquisadores de muitas áreas: computação, etologia, física e matemática, antropologia, psicologia, ciências e neurociências cognitivas, filosofia, linguística, artes, entre outras. Desde 1973 fundou-se o Instituto de Ciências Noéticas que fomenta a convergência pluri- e interdisciplinar e muitos tipos de acesso ao conhecimento. Há questões sobre definições e demarcações conceituais e terminológicas, teorias, métodos, modelos, protocolos de investigação, inclusive problemas básicos de como definir consciência, sobre as quais não há ainda consenso. A polêmica e enciclopédica obra de Jean Gebser (1905-1973) abordou estados da consciência humana e suas transições em tratamento transdisciplinar que eventualmente incluiu as artes e buscou evidência histórica de quase todas as grandes áreas (e.g., poesia, música, artes visuais, arquitetura, filosofia, religião, física e outras ciências naturais). H. J. Koellreutter, nos anos iniciais dos Seminários de Música da UFBA (1954-1961), nos mesmerizava com o pensamento de Gebser (1985) que introduzia em classes potencialmente de História da Música, de permeio a psicologia profunda de Jung e a comparações deveras especulativas sobre semelhança e relacionamento de pares de termos..

longos períodos de trabalho de campo junto a grupos indígenas brasileiros.<sup>6</sup>

A dissertação de doutorado [sic], de 1981, um *adagio*, tratou de temas indígenas, mas está muito mais para uma arqueologia, estudo de cronistas e da organologia indígena do que para o trabalho de campo laborioso e essencial que não houvera neste caso.<sup>7</sup> Daí também o tom biográfico, no evento, causado pela intenção principal de comparar o que fora a Etnomusicologia dos Setenta (UCLA, neste caso) com a de hoje e suas atuais tendências. Todo humor em trabalho científico tem seus riscos. Do uso da primeira pessoa não se fala. Mas o trabalho serviu para suscitar discussões sobre Etnomusicologia Brasileira entre os muitos presentes, o que se pretendia.

No caso atual, um *presto* ditado pelas apreensões, há uma conscientização que não estivera aguçada nos anteriores. O compromisso com o seletivo Grupo de Ética da Academia de Ciências da Bahia era anterior às notícias dos desmandos que ocorriam no Mato Grosso do Sul contra os Kaiowá e com a precipitação de projetos hidrelétricos de alto impacto, como Belo Monte, no Xingu. Enquanto essas notícias se multiplicavam nas mensagens individuais das redes sociais, surpreendia a carência de posicionamento de organizações acadêmicas, de classe (OAB, ABI, por exemplo) e científicas. No caso particular, discutia-se a necessidade de um pronunciamento da ABET<sup>8</sup> o que nos cabia com outros da ABA, da ANPOCS, da ASBPC, da Academia Nacional de Ciências que por ventura houvessem sido feitos, não de instituições religiosas denominacionais e ONGs estrangeiras. A proposta que já era pretensiosa face à sua generalidade, ora se torna impotente

---

6 VEIGA, Manuel. Uma mesa-redonda do Primeiro Encontro da ABET em Belém.” Música e Cultura. Publicação prevista para maio 2012.

7 VEIGA, Manuel. Toward a brazilian ethnomusicology: amerindian phases, passim.

8 Tardou, mas falou pelos etnomusicólogos (Associação Brasileira de Etnomusicologia, 8 dez 2011).

diante do concreto das informações que nos chegam e a consciência de que nada do que dizem é novo.

Como na Antropologia, a Etnomusicologia herdou um pensamento colonialista e até racista do qual felizmente se desfizeram. Do famoso e polêmico poema de Rudyard Kipling, epítome do colonialismo britânico, resta-nos não o encargo de algum cavaleiro branco, talvez um dos escatológicos cavaleiros da Apocalipse, a conquistar para impor modos e crenças, **mas o de cuidarmos e sermos responsáveis pelos males que ainda resultam das ações abusivas dos mais fortes. Resta-nos, assim, ao lado da conscientização, um dever de defesa a ser cumprido, na ética das disciplinas.**

#### REVISÕES E NAMOROS COM A BIOÉTICA

“Genocídio”, diz o *Aurélio*:

Crime contra a humanidade, que consiste em, com o intuito de destruir, total ou parcialmente, um grupo nacional, étnico, racial ou religioso, cometer contra ele qualquer dos atos seguintes: matar membros seus; causar-lhes grave lesão à integridade física ou mental; submeter o grupo a condições de vida capazes de o destruir fisicamente, no todo ou em parte; adotar medidas que visem a evitar nascimentos no seio do grupo; realizar a transferência forçada de crianças dum grupo para outro.<sup>10</sup>

O verbete fala em lesão física ou mental e assim, por extensão, conduz à Bioética por uma dupla via, que não é as das especulações filosóficas. Por mais que divirjam as doutrinas sobre o

- 
- 9 “The White Man’s Burden” foi interpretado e parodiado de muitas maneiras. Tem sem dúvida muito a ver com o decadente imperialismo britânico, ora (1899) endereçado aos norte-americanos pela sua aquisição das Filipinas pela Guerra Hispano-americana: conquista, sim; mas obrigações para com os conquistados (triste consolo!).
  - 10 Genocídio. In: Ferreira, Aurélio Buarque de Holanda (Org.) Novo Dicionário Aurélio, 2009.



mundo, ora vendo-o regido por um princípio fundamental único (monismo), ora por mais de um (dualismo, pluralismo), corpo e alma, matéria e espírito, biologia e cultura só são separáveis pela intrusão da palavra.

Se a linguagem não é a fonte da cultura (hipótese contestada de Sapir-Whorf)<sup>11</sup>, é o predicamento máximo da espécie, fonte de glórias e desesperos, intermediária até mesmo da memória. Não seria ousado pensar numa **saúde cultural** cujos parâmetros fossem semelhantes aos da saúde mental. Doenças da cultura também resultam em morte: morte em vida, como a corrupção generalizada e aceita que degrada.

Não há axiomas em música. Este não será um discurso científico hipoteticamente neutro, portanto, mas antes uma deliberada conversa entre amigos, modo de submeter ideias ao debate e até hipóteses que não podem ser comprovadas e que exigiam uma severa delimitação de tema, assim como uma expansão irrealista da competência. Nesse tom, mais uma vez deve ser dito, um bom compositor faria melhor que um musicólogo.

## METAMORFOSES

Revisões tomam como base uma literatura revisitada. De tal modo se amplificaram as informações pelos subterrâneos da internet, seu anonimato, seu excesso, que uma filtragem e seleção já não são de todo possíveis nem confiáveis. A maneira de escrever também mudou, com wikipédias ao alcance de uns poucos to-

---

<sup>11</sup> Edward Sapir e Benjamin Lee Whorf, ambos linguistas, chegaram a uma tese dos anos 1930 referente ao relativismo linguístico. A hipótese conhecida como Sapir-Whorf é de que as pessoas vivem nas respectivas culturas em universos mentais distintos, expressos e possivelmente determinados pelo idioma que falam. O estudo das estruturas dessa língua revelaria a concepção de um mundo de que é parte.

ques, numa revolução das comunicações sem precedentes, nem mesmo a invenção da imprensa.

Estudos que são necessariamente interdisciplinares, como os das artes, têm de se preocupar com a “indisciplinaridade”. Isso lhes pode advir da transdisciplinaridade vista como uma geleia real, por conjunção de disciplinas ou indisciplinas que se reúnam pela superfície, sem que lhes exija uma fusão pelas respectivas bases teóricas.<sup>12</sup> Interdisciplinaridade tem de ser buscada a duras penas, não por contato de pele.

Consciente da diversidade do conceito de cultura é bom insistir apenas no ponto de vista antropológico cujas teorias, desde Tylor, tentam agregar fatores em um “todo complexo”.<sup>13</sup> Esses corpos integrados, melhor usar o plural, ao qual a Antropologia da Música e a Etnomusicologia aderem (distinção de grau) variam no quanto incluem, mas não sublinham aspectos específicos à exclusão dos demais. Não praticam reduções, ou constroem hierarquias, e acreditam no todo como mais do que a soma das partes (holismo).

Li com interesse o trabalho recente, “Música e Cultura”, divulgado pela ANPPOM. O autor se preocupa com os “estudos culturais”, diz ele, “menos [como] uma disciplina acadêmica do que uma área de superposição entre várias disciplinas interessadas em certos aspectos da cultura”.<sup>14</sup> “Certos aspectos”, não por todos eles, deixando-se influir pela sociologia e pelos confrontos sociais, do que não parece querer dar-se conta. O trabalho merece



12 Langness, L. L. *The Study of Culture*, p. 148-149. L.L. Langness, antropólogo, não se refere às artes, mas a avanços revolucionários nas ciências sociais e psicológicas da década dos 40, em torno do comportamento individual e social do homem. Ciências isoladas estavam a caminho de integração, não de mero consórcio, contribuindo teorias que se imbricavam e esclareciam umas às outras formuladas por psicólogos experimentais, por sociólogos e antropólogos sociais, e por psicanalistas e psiquiatras. Essa união pela base era comentada por George Murdock, outro notável antropólogo.

13 Tylor, Edward Burnett. *Primitive culture*, 1871.

14 Budasz, Rogério. *Música e Cultura*, p. 51. Meu realce.

reflexão, embora injusto na resenha que faz, particularmente pela omissão de contribuições básicas da Etnomusicologia Brasileira.

## EVOCAÇÕES

### DO LIRISMO E SENSIBILIDADE À SABEDORIA: DEVANEIOS

**Por que voltar as costas à sabedoria?** Já que os caminhos se afastam dela mais razão para lembrá-la. Certo cepticismo está no próprio texto do *Eclesiastes*. Nos quesitos da humildade há uma lição de ética destilada pelos séculos e que transcende religiões e o tempo, mesmo que a terra, indiferente que nos seja, não permaneça sempre, que o mar possa correr para a terra e que um dia as gerações cessem de se proceder. Nas palavras do sábio rei-poeta<sup>15</sup>:

1. Palavras do pregador, filho de Davi, rei em Jerusalém.
2. Vaidade de vaidades, diz o pregador, vaidade de vaidades, tudo é vaidade.
3. Que proveito tira o homem de todos os trabalhos com que se afadiga sob o sol?
4. Uma geração passa, outra vem e a terra permanece sempre.
5. O sol se levanta, o sol se põe, procurando lugar de onde se erguerá de novo.
6. O vento vai para o sul e vira para o norte; gira, gira e vai embora.
7. Os rios todos correm para o mar, e o mar nunca fica cheio; para o lugar onde correm os rios, ali continuam a fluir.

---

15 Usei o texto da Tradução Ecumênica da Bíblia (A BÍBLIA TEB, 1995), exceto no versículo 7, para o qual a New Revised Standard Version parece mais clara. Usei o termo “pregador” (“Teacher” na NRSV), em lugar do nome Coélet, possível pseudônimo do autor (Salomão?) (METZGER, Bruce M.; MURPHY, Roland E. (Ed.). *The New Oxford annotated Bible*, p. 841), meu grifo. Em tempo de degelos e tsunamis há que se meditar.

8. Todas as palavras estão gastas, não se consegue mais dizê-las; o olho não se sacia do que vê, o ouvido não se enche do que ouve.

9. O que foi é o que será, o que se fez é o que se fará: nada de novo sob o sol!

10. Se algo existe que se possa dizer: “Vede, isto é novo!” – já existe desde os séculos que houve antes de nós.

11. Dos tempos antigos não resta lembrança, e quanto aos futuros que virão, também deles não restará lembrança para os que vierem depois.

12. Eu, o pregador, fui rei sobre Israel, em Jerusalém.

13. Tomei a peito investigar e sondar, mediante a sabedoria, tudo o que se faz sob o sol. Tarefa ingrata essa, que Deus entregou aos filhos de Adão, para nela se aplicarem.

14. Vi todas as obras que se fazem sob o sol: pois bem, é tudo vaidade e perseguir vento.

15. O que está torto não se pode endireitar; o que falta não pode ser calculado.

16. Eu disse a mim mesmo: “Eis que fiz crescer e progredir a sabedoria mais que todos os que, antes de mim, reinaram sobre Jerusalém”.

17. Experimentei muita sabedoria e ciência, apliquei o coração a conhecer a sabedoria, e a conhecer os desvarios e as loucuras, e concluí que também isso é perseguir vento.

18. *Pois em muita sabedoria há muita aflição; quem aumenta o saber aumenta a dor.*

**Por que voltar as costas à poesia?** Há poemas que dizem muito e dizem melhor que muitas laudas de prosa. Luiz Angélico da Costa nos deixou em 19 de Novembro deste ano (2011). Coração tão grande quanto o mundo, aliou sensibilidade e compromisso social em seus poemas. **“O povo do meio”**, escrito em Novembro de 2004, fruto de sua preocupação com ecologia e com



o índio, se destinou a encontros importantes na Reitoria da UF-BA.<sup>16</sup>

No meio da floresta	No meio da floresta
um povo resistente	o nada ou o tudo
ao industrialismo do viver urbano.	do existir sem fronteiras
	sem medo, sem barreiras
No meio da floresta,	sem a ânsia de esperar.
entre as árvores e bichos	
em seu estado natural,	No meio da floresta
criaturas humanas	o tudo-ou-nada do enfrentamento
tentando transcender	com a máfia dos “grileiros”
à sua própria aparente pequenez.	– ferozes forasteiros
	mais ferozes do que os brutos
No meio da floresta	que lhes rondam o brutal cotidiano
o labor primitivo	e o imaginário nu e cru.
para viver do meio	
sem ferir o meio	No meio da floresta
aprimorando os meios	espreita a morte,
para atingir os fins	– receosa da vida:
e daí ao princípio retomar.	da força do querer
	de um povo sem a força do poder.

16 Costa, Luiz Angélico da. O povo do meio. In: Encontro anual de professores, Universidade Federal Da Bahia. e COSTA, Luiz Angélico da. O povo do meio. In: Abertura das comemorações dos “60 anos da UFBA”/1946-2006: Colóquio Interdisciplinar A Percepção da Natureza. As apresentações, com inclusão de música indígena, ocorreram no Encontro Anual de Professores, Universidade Federal da Bahia (20 dez 2004), e na Abertura das Comemorações dos “60 Anos da UFBA, 1946-2006”, como parte do Colóquio Interdisciplinar A Percepção da Natureza (08-jul-2005). Agradeço a Saulo Gama pela recuperação dos programas e pelas belas execuções das quais participou. O material audiovisual, muito bem montado pela equipe da TV UFBA, infelizmente se perdeu. Projeções simultâneas de representações gráficas dos envelopes sonoros facilitavam a percepção dos detalhes auditivos. Os exemplos sonoros e de música indígena, bem como parte do texto de Kilza Setti foram reconstituídos. As gravações ao vivo, entretanto, são agora irre recuperáveis. Agradeço ao Prof. Marcos Queiroz sua boa vontade em localizá-las. Os LPs etnográficos usados como fontes estão relacionados na Bibliografia. As faixas terão o acesso indicado em notas que se seguem.

O material audiovisual dos dois encontros incluiu uma *Alvorada* de gaita de foles portuguesa (Trás-os-Montes, por seu isolamento secular) de som estridente e sistema de afinação arcaico como seria a mencionada na Carta de Caminha.<sup>17</sup> Dois eventos sonoros (Kamayura e Bororo) estão no limiar entre música e não música.<sup>18</sup> Domínio empírico da acústica se prova em imitações de sons de animais a duo por verdadeiros virtuosos (Kayabi)<sup>19</sup>. Música dos chamados “índios cantores” do Brasil se segue (Kraho)<sup>20</sup>. Sons de um Brasil remoto no tempo e no espaço.

#### MÚSICA BRASILEIRA

Música brasileira, por força, é alta na hierarquia de motivos condutores Um soneto de Olavo Bilac (1865-1918) desse título integra nosso tríptico: O poema aparece em *Tarde* (Bilac 1919, p. 241), ao lado de “Língua Portuguesa”, soneto não menos famoso. A coletânea é dedicada *in memoriam* a José do Patrocínio (1853-

- 17 Anthology of Brazilian Indian Music, 1962. A gaita de foles é um instrumento milenar. A portuguesa mescla dois tipos distintos de aerofones: um tipo flauta e um de palheta simples (como as clarinetas). Um terceiro conduz apenas ar para armazenamento na bolsa de couro de cabra. Têm um sistema de afinação incompatível com outros instrumentos tradicionais lusos. Sobrevive pelo isolamento e apenas passou pelo Brasil, sem ficar. Cf. <http://tinyurl.com/gaitafole>. Não se pode atribuir validade etnográfica a uma extrapolação, mas, dentro de limites, alguns sons musicais de episódios do Descobrimento podem ser recuperados, inclusive o cantochão das duas missas, estas com mais segurança.
- 18 Traduzi literalmente o “jamboree” descrito por H. Tschopik como “farra”. Rafael Menezes Bastos, com vasto trabalho de campo no Alto Xingu, me confirmou como música. É um exemplo fascinante e desconcertante entre fronteiras sonoras. Cf. <http://tinyurl.com/farrakamayura>. Nesse mesmo aspecto, mas em contexto muito diverso, está o choro ritual num funeral Bororo. Cf. <http://tinyurl.com/chorobororo>. Não esteve entre as apresentações da Reitoria. Há menção de saudação lacrimosa entre outros indígenas em que do choro passam ao canto, sem descontinuidade.
- 19 Nesta série de imitações, Luciano Caroso associou gráficos dos envelopes sonoros que ajudam a percepção de detalhes e domínio técnico de recursos para produção de sons diferenciais e obtenção de batimentos. Cf. <http://tinyurl.com/imitacoeskayabi>: uru, urutau, macaco-cuxiú, macaco preto, ariranha, macaco-prego, mutum, onça e jacamim.
- 20 Note-se a melodia tetratônica e a produção vocal expressiva. Cf. <http://tinyurl.com/solokraho>.



1905), líder abolicionista e republicano negro, seu amigo. Os anos de distância entre o poema de Luiz Angélico e o de Bilac revelam não meras questões estilísticas, mas posturas distintas em relação a etnias, acentuadamente para o índio. O soneto do parnasiano é sobretudo forma e distanciamento, embora mitigado pelo erotismo. Eis “**Música brasileira**”, versão Bilac:

Tens, às vezes, o fogo soberano  
Do amor: encerras na cadência, acesa  
Em requebros e encantos de impureza,  
Todo o feitiço do pecado humano.  
Mas, sobre essa volúpia, erra a tristeza  
Dos desertos, das matas e do oceano:  
Bárbara poracé, banzo africano,  
E soluços de trova portuguesa.  
És samba e jongo, xiba e fado, cujos  
Acordes são desejos e orfandades  
De selvagens, cativos, e marujos.  
E em nostalgias e paixões consistes,  
Lasciva dor, beijo de três saudades,  
**Flor amorosa de três raças tristes.**

Nem beleza, nem bondade, entretanto, substituem verdade. O poeta se arrisca em sua chave de ouro, ao ver “Música Brasileira” como “Flor amorosa de três raças tristes”. Culturas, não “raças tristes” ou alegres (?), *per se* produzem música. Não há música mongoloide, caucasóide, negroide, seja lá de que classificação racial se trate, mas graus de preconceito e racismo embutidos no âmbito das culturas, outro *leitmotiv* para nós. Os “selvagens” da “bárbara poracé” de Bilac, como imagem, estão mais para os poemas sinfônicos de Villa-Lobos do que para a realidade do “povo do meio” de Luiz Angélico. Na verdade, a real música do índio

nunca foi opção para “música brasileira”, o que a tornaria “exótica”, mas a música popular urbana. Escapou o maracá.

#### O SUJEITO QUE VEIO PRIMEIRO

Bilac antecede os modernistas e nacionalistas em sua noção de uma música brasileira.<sup>21</sup> Mário da Andrade lhe daria depois um polêmico roteiro. Cabe ao baiano Guilherme Theodoro Pereira de Mello (1867-1932), porém, seu primeiro historiador, o primado de reconhecê-la, embora se equivoque no título que deu à sua obra: “Música no Brasil” em vez de “Música Brasileira”.<sup>22</sup> Não são necessariamente a mesma coisa.

Absurdamente ignorada por historiadores baianos de alta envergadura, *A Musica no Brasil Desde os tempos coloniais até o primeiro decênio da Republica*, impressa no Colégio dos Órfãos de São Joaquim onde Guilherme Theodoro Pereira de Mello se criou e posteriormente ensinou, é um dos marcos da musicologia brasileira que tem nele seu principal precursor.<sup>23</sup>



- 21 A noção de nacionalismo musical de dicionários de música peca por sua superficialidade. Não é o uso de matéria prima musical (melodias, ritmos, formas, entre outros) de caráter regional ou nacional (folclóricos, populares, tribais), ou de elementos programáticos externos (lendas, mitos, literatura) em obras musicais artísticas que as fazem nacionalistas. O próprio Hino Nacional Brasileiro, regulamentado por Alberto Nepomuceno, como os da maioria dos países que lutaram por sua independência, não seriam “nacionalistas” por sua opção pela linguagem musical dos países que os dominavam. Por outro lado, peças de Sigismund Neukomm (1778-1858), como “O Amor Brasileiro” e L’Amoureux “(ambas de 1819), por exemplo, por citarem respectivamente um lundu (de Domingos Caldas Barbosa?) e uma modinha (“La Mélancolie”, de Manoel Joaquim da Câmara), tanto quanto de Darius Milhaud (1892-1974), como Saudades do Brasil, Op.67 (1920–1921) muito mais tarde, seriam “nacionalistas” por adotarem ou citarem materiais brasileiros. Falta-lhes a intenção de serem nacionais. Nacionalismo musical, teria dito alguém, é o direito que um povo tem de se identificar em sua própria música. Vale acrescentar que esse nacionalismo não deve ser contra ninguém, mas a favor e em respeito de si próprios. Em suma: “música brasileira” também envolve necessariamente ética.
- 22 Mello, Guilherme Theodoro Pereira de. *A musica no Brasil desde os tempos coloniais até o primeiro decenio da Republica*.
- 23 Mello, Guilherme Theodoro Pereira de. *A musica no Brasil desde os tempos coloniais até o primeiro decenio da Republica*, passim.

O índio não é esquecido, mas o espaço que recebe é mínimo, limitado a dois dos cinco fragmentos de música Tupinambá de Jean de Léry (1585), na versão “gregorianizada” (“corrigida”?) de Theodor De Bry (1592).

A periodização de Mello é baseada em “influências” pelo que musicólogos contemporâneos anacronicamente o criticam. Também illogicamente o questionam sobre o quê essas influências atuam ao não perceberem a tese subjacente de uma música brasileira em formação, como se fora um pequeno regato se alimentando de nascentes.

Para sublinhar sua existência, Mello apoia-se na modinha, no lundu e na tirana, do lado mais leve, a modinha tratada em hipérboles; e no reconhecimento que Carlos Gomes recebeu no exterior, do lado sisudo: óperas que já não tinham lugar nem na Itália, atraída pelo verismo, nem no Brasil republicano, sem Corte. A despeito dos exageros e provincialismos (gênios por toda parte; para Mário de Andrade seriam natimortos), a obra é uma façanha que nos cabe valorizar.

Essa labuta de um baiano sem meios é uma reação ao pensamento dominante cujos testemunhos se veem por todo lado na Exposição de Anthropologia Brasileira de 1882, no Museu Nacional. A *Revista* da Exposição sobreviveu (Alexandre Melo Moraes Filho, outro baiano a editou) e nela “Le sentiment musical chez les sauvages brésiliens” de E. Deleau (1882) conjuga evolucionismo, positivismo, determinismo, racismo tudo junto.<sup>24</sup> A antropologia brasileira, com Cesare Lombroso (1835-1909) à distância sairia

24 E. Deleau, que escreve bem, revelando conhecimentos anatômicos e fisiológicos substanciais do aparelho auditivo, passa do físico para o domínio da percepção declarando que “a civilização, que não é, em suma, mais que uma forma de nevrose, comunica ao ouvido não somente a faculdade de perceber os sons mais variados, mas ainda de neles apreciar as modalidades mais diversas”. Parte da organologia para concluir, de instrumentos destinados fundamentalmente ao uso em combates, um estado ainda rudimentar da sensibilidade indígena: percepção dos sons limitada mais à intensidade (acuidade auditiva que reconhece) do que à tonalidade. Em resumo, o positivismo, evolucionismo e racismo da época sublinhando a “inferioridade” do índio, somada à reação contra o indianismo.

da medicina, da antropologia física para uma antropologia criminal, com foco no africano e nos afrodescendentes.

Salvador em 1908, ano de publicação de *A Música no Brasil*, era uma capital de apenas **292.181** habitantes.<sup>25</sup> Cidades do interior do Estado, tais como Feira de Santana e Vitória da Conquista, hoje têm populações bem maiores e são centros universitários em desenvolvimento. O Estado da Bahia inteiro, em 1910, tinha população inferior à da Cidade do Salvador sozinha, em 2010, apenas cem anos depois (2.631.989 e 2.675.656 de habitantes, respectivamente). Portanto, a capital baiana, em que se publicou a primeira história da música brasileira, era nove vezes menor do que a cidade de hoje (quase um décimo). Embora transformar quantidade em qualidade seja temerário, haja vista o inferno urbano em que Salvador se encontra, talvez esses números sugiram a magnitude de diferenças, entre as quais as de acesso ao conhecimento, em 1908.

**Quanto ao índio, seriam homens?** A dúvida, desde 1492, marca o encontro do homem consigo mesmo depois de uma separação de dez a quarenta mil anos, assim constituindo um laboratório irreplicável. Os debates envolveriam reis e papas renascentistas (o corrupto Alexandre VI, 1493, o primeiro destes) e pronunciamentos de teólogos: índios teriam alma, decidiriam. O canibalismo ritual entre os Tupinambá, entretanto, logo passou a ser descrito e generalizado. O relato das duas viagens de Hans Staden ao Brasil, de significativo valor etnográfico após mais de nove meses de cativo entre os Tupinambá, já era lido em 1557, pós-publicação em Marburgo, na Alemanha, com gravuras não tão sofisticadas quanto seriam as de De Bry mais tarde (1592). Tal foi interesse despertado pelo relato que a obra teve mais de oiten-



25 BRASIL. Ministério da Agricultura, Indústria e Commercio. Directoria Geral de Estatística. Anuario estatístico do Brasil Annuaire statistique du Brésil.

ta edições nos últimos quatro séculos.<sup>26</sup> O fato mais significativo está no testemunho de Staden ter sido o único do século XVI, aqui incluídos portugueses (Caminha, Cardim, os Jesuítas) e franceses (Thevet, Léry, Abbeville, Evreux) a não ornar sua narrativa de um garbo piedoso ou expressões de zelo missionário. Francisco de Vitoria (1483-1596), teólogo da Escola de Salamanca e um dos pioneiros do direito internacional moderno, reconhecia pelo lado do direito natural, bem como pela reconhecida natureza humana, serem os índios teoricamente detentores de liberdade, igualdade e direito aos bens que tivessem. Ratificava, por outro lado, sua exploração e escravização, isto é, sua soberania, em circunstâncias de “guerra justa” destacando-se possivelmente o canibalismo do índio bravo entre as ofensas graves que a justificavam. O idílio durara muito pouco, portanto.

Não há naturais, ou “nobres selvagens” como quis Jean-Jacques Rousseau (1712-1778) bem mais tarde. Seu pessimismo confronta uma exaltação da natureza nostalgicamente pura com sociedades e civilizações que corrompem, o que está na base do pré-romantismo alemão (*Sturm und Drang*). A natureza pura e simples nos faria bichos, não o incômodo processo civilizatório que molda qualquer de nós. Em 1500, como há milênios, os nativos brasileiros já eram obviamente enculturados, mas não ao nosso modo.

O indianismo romântico, à falta de remotos cavaleiros medievais, idealizaria os índios como heróis, à distância. O “I-Juca-Pirama” é de 1851 e não é o primeiro. Concomitantemente à presença sinistra de Joseph Arthur Gobineau (1816-1882) na corte imperial, em 1869-1870, *Il Guarany* de Carlos Gomes alcançava sucesso na Europa com Peri cantando em italiano. Gobineau dava-se com o Imperador, mas não escondia o desprezo pelo país de

---

26 Veiga, Manuel. Toward a brazilian ethnomusicology: amerindian phases, p. 253-266. A obra teve de fato duas edições em 1557, com pequena diferença de título. Nunca tive acesso às edições princeps, mas a traduções.

“degenerados” e “mestiços” em cujo “clima” era impossível uma “civilização”.

O SUJEITO QUE AINDA FALA: *INTERMEZZO*

Vamos chegando à apresentação da Etnomusicologia como disciplina. Bruno Nettl preferiu vê-la pelos seus problemas.<sup>27</sup> Antes dele, Mantle Hood escolheu observá-la pelos seus praticantes, o que etnomusicólogos fazem.<sup>28</sup>

Não estamos tão preparados para enumerar e descrever as ações dos etnomusicólogos brasileiros, ou pelo menos não tão bem quanto Anthony Seeger pode resumi-las em relação aos norte-americanos, entre outras nações.<sup>29</sup> As agências de fomento avaliam os cursos de formação em Etnomusicologia, predominantemente situados em departamentos ou escolas universitárias de Música, com ênfase maior no volume da produção científica do que no estado da própria disciplina ou na diversidade das atividades profissionais de seus praticantes fora dos domínios acadêmicos.

Na realidade, uma história da Etnomusicologia Brasileira ainda está para ser feita<sup>30</sup>, a despeito do avanço da consolidação das pesquisas musicais como um todo no país. Seeger faz um paralelo entre antropólogos e etnomusicólogos no número crescente de ambos que, desde 1980, têm desenvolvido seus estudos no



- 
- 27 NETTL, Bruno. The study of ethnomusicology: twenty-nine issues and concepts, 1983. e NETTL, Bruno. The study of ethnomusicology: thirty-one issues and concepts, 2005.
- 28 Hood, Mantle. The Ethnomusicologist, *passim*. Refiro-me a duas importantes obras: de Bruno Nettl, *The Study of Ethnomusicology: Thirty-one Issues and Problems*, (na edição de 2005) e de Mantle Hood, *The Ethnomusicologist* Nettl acrescentou mais dois problemas aos que já enumerava na edição de 1983 (eram *Twenty-nine Issues and Problems*), todos e insolúveis. Reordenou também significativamente a ordem das quatro grandes seções.
- 29 SEEGER, Anthony. Ethnomusicology. In: *Encyclopaedia Britannica On Line*, *passim*.
- 30 Um importante passo nessa direção é o trabalho de Carlos Sandroni (2008) sobre a história e o perfil institucional da Etnomusicologia no Brasil.

contexto de suas próprias sociedades – o que tem sido prioritário na Etnomusicologia Brasileira –, desenvolvendo tendências nacionais e regionais distintas das de diversas outras partes do mundo.<sup>31</sup> Em alguns desses outros centros, além do envolvimento dos etnomusicólogos com pesquisa e ensino, eles estão também ativos em programas culturais públicos e privados, trabalhando em ministérios de cultura e educação, em estações de rádio, em produção de festivais, na publicação de canções e gravações de áudio das comunidades pesquisadas, criando currículos de música para escolas e até em companhias de desenvolvimento de software e de outras indústrias culturais.<sup>32</sup>

Talvez sejamos todos uma soma de pedacinhos, mas temos um nome, uma genealogia acadêmica. Os pequenos cacos variam, até certo ponto. Alguns são fundamentais, outros mais triviais, e se integram ou desintegram de uma maneira mais ou menos feliz.

Kilza Setti de Castro Lima, Kilza Setti para todos nós, não é uma escolha aleatória. Pelo contrário, é uma etnomusicóloga e antropóloga social de grande prestígio e de relevante atuação em comunidades indígenas, entre outras fronteiras. É também compositora de mérito (altos estudos com Camargo Guarnieri, bolsa no Instituto de Altos Estudios Musicales Torquato de Tella – entenda-se, Alberto Ginastera – em Buenos Aires) com bolsas e prêmios recebidos inclusive da Gulbenkian para estudos de fol-

---

31 SEEGER, Anthony. Ethnomusicology. In: Encyclopaedia Britannica On Line.

32 Seeger é presentemente professor de Etnomusicologia na UCLA. Responde pela formação de importantes etnomusicólogos brasileiros, a partir de sua atuação no Museu Nacional, no Rio de Janeiro. (1975 - 1982). Sua biografia é fruto de sua paixão pela Antropologia Social e pela música. De uma família de bons músicos e musicólogos (é neto de Charles Seeger), optou pelas Ciências Sociais graduando-se na Harvard em 1967 e na Universidade de Chicago onde se doutorou. A etnologia ameríndia tem sido uma de suas mais relevantes contribuições. Atualmente professor de Etnomusicologia na University of California (UCLA, Los Angeles), teve enorme experiência em arquivos de música tradicional e como Diretor do Smithsonian Folkway Recordings (1988-2000), onde produziu em torno de 250 discos etnográficos. Sua contribuição para a Encyclopaedia Britannica, é um modelo de resumo significativo e abrangente. (SEEGER, Anthony. Ethnomusicology. In: Encyclopaedia Britannica On Line.)

clore com Michel Giacometti, metendo-se por aldeias do Alentejo para recolha de música. À semelhança de Seeger, juntou duas fidelidades: à Antropologia e à Música, ao ponto de enveredar pela formação de professores indígenas, assim como, recentemente, em programas da Rádio Cultura FM de São Paulo. Ela resume:<sup>33</sup>

Sem querer entrar em terreno de excessivo romantismo, ou pretender políticas salvacionistas, vou somente enumerar os pontos de preocupação que sempre nortearam meus trabalhos na área de Etnomusicologia.

Trabalho com populações (minorias), marginalizadas.

- perda de territorialidade
- alteração da visão de mundo, das referenciais espaciais, e dos modos de percepção da natureza
- conseqüentemente, ruptura com o meio ambiente – comprometimento dos sistemas: biota, aquíferos, e outros.
- comprometimento dos hábitos - alteração da dieta alimentar, recursos para caça e pesca, atividades extrativistas, técnicas construtivas, etc.
- empobrecimento: no sentido de perda de valores culturais sem aquisição compensadora de outros (cf. Antonio Candido)
- tendência à favelização em áreas periféricas dos municípios, ou como única opção, ocupação indevida de áreas de preservação ambiental.
- interferência nos sistemas simbólicos e nas opções religiosas.<sup>34</sup>



33 Conforme seu pronunciamento, “A Natureza e a Percepção das Populações Indígenas”. Agradeço mais uma vez à pesquisadora exemplar e amiga a permissão para citar suas notas, já que a gravação da palestra se perdeu.

34 SETTI, Kilza. A natureza e a percepção das populações indígenas.

De um dos trabalhos dela, apresentado em Bremen por solicitação da Fundação Apollon para amparo das artes, sob o tema “Amazônia: Espaço de Mito e Realidade” retiro apenas um dos trechos:<sup>35</sup>

A questão da exploração da Amazônia não se reduz aos seus limites geográficos, mas expande-se por todo o território brasileiro. É preciso assinalar também que há diferentes legislações para as Amazônias equatoriana, peruana e colombiana.

No momento em que estas notas estão sendo redigidas (15-09-03), a questão fundiária no Brasil está prestes a explodir. Erros e omissões no passado motivaram uma situação quase caótica e de difícil solução. Não só na Amazônia, mas em toda a região centro-oeste, sudeste e sul há conflitos de toda ordem: ações de posseiros, proprietários de terras, fazendeiros, lideranças indígenas. Há bloqueios de estradas, indivíduos tornados reféns, intervenções de antropólogos e indianistas. Essa crise, gerada por diferentes interesses, e que na verdade se acumula e estimula ódios, é muito antiga. Atingiu primeiramente as populações indígenas da costa nordeste e sudeste, mais expostas ao contato, no início da colonização, e parcialmente exterminadas. No sudeste dos anos 30 e 40 do século XX, algumas etnias indígenas de São Paulo e Mato Grosso do Sul sofreram grandes baixas, com os trabalhos de construção e expansão do Projeto Ferrovia do Oeste. Nem os esforços do Marechal. Rondon e a criação do SPI (Serviço de Proteção ao Índio) conseguiram evitar alguns massacres entre brancos e índios Kaingang, Terena, Guarani, Xokleng e outros, com perdas de ambos os lados. Lutas semelhantes ocorreram nas regiões oeste, e sul do país. Era inevitável o choque, pelo avanço das frentes de ocupação rumo ao interior do Brasil. O que ocorre agora na

- 
- 35 Creio tratar-se da quarta edição do projeto Poesie&Musik – Brasilianische Klänge [Poesia&Música-Sonoridades Brasileiras], com o tema: “Vozes do Inferno Verde – Amazônia Deslendada” no qual Kilza foi homenageada como compositora e participou dos trabalhos de divulgação de música brasileira que dois de nossos músicos residentes na Europa empreendem. São ele o barítono e psicólogo Renato Mismetti e o pianista e musicólogo comparativo Maximiliano de Brito. Diz Kilza: “Ação fundamentalmente poético-musical, este projeto da Fundação Apollon, idealizado por Mismetti e de Brito, propõe, com as sonoridades brasileiras, uma reflexão profunda sobre questões conflitantes que se instalaram no território brasileiro.” Cito do anexo de e-mail recebido.

Amazônia e centro-oeste é a nova edição do que houve no litoral do século XVI. Os mesmos interesses mercantilistas inspiraram ações nos 1500 e inspiram ações nos 2003.<sup>36</sup>

Kilza mantém contatos diários com o Centro de Trabalho Indigenista (CTI)<sup>37</sup> do qual é colaboradora e integrante do corpo docente de seu Programa de Educação. Está assim bem informada.

Meus pedacinhos, para um etnomusicólogo já avançado na parábola da vida: há o músico – fundamental, sustento, em desacordo com o depoimento de Seeger – desde menino, produto de cafuná; o engenheiro (útil), perdido pelos caminhos; o eterno iniciante nas ciências sociais (importante) que na Juilliard (logo onde?) revirava os artelhos ao olhar para a realidade e a irracionalidade: o dois-e-dois-são-quatro da engenharia daquele tempo não funcionava consistentemente nem para ela mesmo; veio o administrador acadêmico por default, em tempos difíceis, de 1966 em diante (perigosos), vivendo entre delações que quase me destruíram.<sup>38</sup> Mas isso não é, nem merece ser biografia, mas o resultado dessas operações, sim: uma espécie de Vishnu nativo, sem heresia para religião alguma, que não tem quatro braços, mas tem três cabeças, uma espécie de Santíssima Trindade ambulante, sem poder algum.

Uma das cabeças é de conservador de museu e de patrimônios de toda sorte: obras primas e riquezas, materiais e imateriais do homem, da cultura e da natureza. Outra é a do etnomusicólogo neutro perante a música e a cultura dos outros. A que precisa explicações é a do etnomusicólogo que se envolve com julgamento de valor porque trata de sua própria música e de sua própria gente.

36 SETTI, Kilza. Amazônia: espaço de mito e realidade, *passim*.

37 O CTI pode ser acessado no seguinte endereço <http://www.trabalhoindigenista.org.br/index.php>

38 SEEGER, Anthony. Por que canta Anthony Seeger?, *passim*.



Nisso tive algum pioneirismo, inclusive pela introdução da disciplina na universidade brasileira desde 1981.<sup>39</sup>

Bons colegas na Escola de Música da UFBA lamentaram ter-me tornado um “especialista em porcarias”. Alguns outros, sérios ou risonhos, dizem apenas não suportarem etnomusicologia e etnomusicólogos. Há, portanto, muito que fazer ainda, já que a disciplina no Brasil ainda não catequizou músicos e musicólogos tantos quanto necessita para estudos de um rico patrimônio que de outra maneira jamais seriam feitos.

A consciência dos problemas de ecologia chegou tarde. Em 2004, numa estadia em Lisboa, o Rossio exibia uma extraordinária coleção de pôsteres e cartazes do mundo visto de cima. Luciano Caroso fotografou as legendas (quarenta delas) e ajudou a incluí-las no II Encontro Nacional da ABET.<sup>40</sup> O Encontro foi realizado em Salvador de 9 a 12 de novembro de 2004, em torno de “Etnomusicologia: lugares e caminhos, fronteiras e diálogos”, sob coordenação geral de Angela Lühning, outra antropóloga de música, esta predominantemente imersa nas músicas de derivação afro-brasileira. Publicaram-se contribuições de Angela, Carlos Sandroni, Samuel Araújo, Salwa El-Shawan Castelo-Branco, do saudoso Gerard Béhague, Rafael Menezes Bastos, Rosângela Tugny, Tiago de Oliveira Pinto, Kilza Setti e Manuel. As estatísticas deste último já devem estar alteradas, embora ainda chocantes.<sup>41</sup> As apresentações na Reitoria que se seguiram, já mencionadas, pretendiam ilustrar um convívio harmonioso e sustentável entre homem e natureza, algo que nossos índios deveriam poder continuar nos ensinando.

---

39 SANDRONI, Carlos. Apontamentos sobre a história e o perfil institucional da etnomusicologia no Brasil, *passim*.

40 VEIGA, Manuel. *Etnomusicologia no Brasil: o presente e o futuro (problemas e questões)*.

41 Preciso dar crédito aos dados sobre cursos e produção em Etnomusicologia no Brasil levantados por Hugo Leonardo Ribeiro, outra tarefa à espera de um tratamento contínuo e sistemático.

Os problemas de nossos índios fazem demandas às três cabeças e a muitas outras que tivéssemos. Lamento o dia (talvez não longe) em que os mais moços tenham de decidir sem opção entre cenários inomináveis que ponham as cabeças que tiverem em conflito entre si. Peter Crossley-Holland, mestre de enorme erudição, estudioso das altas culturas orientais, afirmava que tocar numa tradição resultava em uma monstruosidade. Era um conservador e um purista, cujas ideias não se aplicam bem ao Brasil. Devemos, entretanto, pensar adiante. Teremos de ser monstros? Que se fará quando a lealdade estiver dividida num confronto entre integridade territorial brasileira na Amazônia e a sobrevivência e respeito a nações indígenas? Catastrofismo? Futurologia? Ficção científica? Tudo, menos indiferença.

#### GAIOLAS: CIÊNCIAS, ARTES E MÚSICA

À guisa de símbolos e metáforas, que se pense em gaiolas para os uirapurus<sup>42</sup> e para os pássaros-lira e assim, por extensão, que se levantem questões para a música, as artes e as ciências, sob o olhar da ética. Em princípio, gaiolas por que, ou para que?

Os uirapurus são pequeninos, pouco vistosos, ameaçados de extinção, com designação vulgar de músicos e de cornetas. Suscitam lendas e, por elas apenas, interessariam a um musicólogo tradicional, já que *stricto sensu* este não consideraria esse canto como música, pelo pássaro só: faltaria a condição de ser uma comunicação complicada de gente para gente, salvo consideração de um solilóquio implausível em que alguém se refletisse contra um



---

42 O nome científico para o uirapuru verdadeiro é *Cyphorhinus aradus*. No silêncio da mata amazônica, sonoriza o amanhecer e o anoitecer com um “canto” longo e elaborado de dez a quinze minutos de duração, isto somente quinze dias por ano, para acasalamento. O timbre é o de uma flauta. É considerado encantado, o que lhe compromete a existência já que é usado como talismã para trazer sorte no amor e na vida. Empalham-no ou usam sua pele para isso.

objeto sonoro: música pela metade.<sup>43</sup> Já os pássaros-lira, grandalhões e vistosos, nem são nossos.<sup>44</sup> Se regras de conduta se aplicassem a pássaros, estes últimos seriam totalmente sem ética. Desenvolveram uma extraordinária capacidade de imitar quaisquer sons que ouçam para incluí-los em seus cantos, não somente cantos de outros pássaros, para enganá-los, mas até sons artificiais.

A crer no esquema tripartido de Jean Molino (s.d.), mesmo sem saber o que música seja, tem-se de mandar a gramática às favas e concluir que “**música são**”. Na comunicação trivial, uma mensagem sai do emissor para o receptor. No caso da comunicação musical, como da artística, um pensamento musical transita entre duas esferas complexas, uma poiética (da criação) e outras estésica (da recepção). Cada uma dessas esferas representa um conjunto de fatores que se integram e configuram o que uma mensagem musical possa ser, tanto do ponto de vista dos que a emitem, quanto dos que a recebem, da época, do lugar, da cultura e muitos outros fatores (“nem tudo é possível em qualquer época”, Wöelfflin e Foucault provavelmente diriam). É num mutável ponto de encontro desses dois fluxos, um em direção ao outro, no que seria a zona neutra, que **uma** mensagem musical complexa

---

43 Não seria o caso se o canto de pássaros se integrasse ao mundo sonoro do nativo, como pode ocorrer com povos habitantes da floresta tropical. Os Kaluli (Bosavi) da Papua New Guinea têm sido estudados por Steven Feld (Feld, Steven. Sound and sentiment: birds, weeping, poetics, and song in Kaluli expression.): sons, sentimentos, choro, poética e canção se associam Seeger (SEEGER, Anthony. Why Suyá sing: a musical anthropology of an Amazonian people, p. 61-64), por sua vez, faz comparações entre os Kaluli, os Suyá, os Pitagoreanos da Grécia antiga e norte-americanos que ajudam a compreender a relação entre o mundo natural e a música, para diferentes povos.

44 Existem duas espécies australianas de pássaro-lira, o pássaro-lira-soberbo (*Menura novaehollandiae*) e o pássaro-lira-de-Albert (*Menura Alberti*), mais raro, sem as grandes penas da cauda (lira) que apenas os machos da outra espécie ostentam.

(Música) se realiza como **músicas**. Tanto a emissão quanto a recepção merecem estudos, assim como o que acontece no meio.<sup>45</sup>

Voltando aos pássaros e outras questões que suscitam. O que é imitação, o que é plágio? O que é original, o que é novo?

Fronteiras entre imitação e plágio – melhor conhecê-las. Até que ponto os limites são claros? Há matéria prima que outros legitimamente elaboram em suas músicas, na tradição ocidental de “uirapurus” aceitáveis, até recomendáveis (nem sempre sensorialmente perceptíveis, mas estruturalmente presentes): os *canti firmi* litúrgicos ou seculares, como base de elaborações polifônicas, por exemplo; os *contrafacta* que transformaram melodias até lascivas em corais luteranos, pela simples mudança de texto; as *paródias* (entre as quais a maioria das missas de Palestrina, absorvendo no tecido musical obras inteiras preexistentes); as paráfrases com técnicas diversas de ornamentação de melodias; as variações, as transcrições, as citações, os arranjos. Há, entretanto, “pássaros-lira” intoleráveis como os que registram música folclórica de autoria desconhecida como sua própria, para exploração comercial. São muitos, no Brasil. Parece que o fator diferencial é o grau de elaboração a que o material de empréstimo é submetido. Compositores originais de fato são poucos e não necessariamente os melhores: Carl Philipp Emanuel Bach é original, não seu pai; Monteverdi, Gesualdo (original ou excêntrico?), Debussy...

Não se tem noção precisa do que as artes sejam. Resistem a definições, o que parece ótimo. Tampouco são tão nítidas as fronteiras entre as artes e as ciências e suas superposições são de grande interesse.

No singular, “arte” vai de mero ofício ao conjunto das artes plásticas, como de costume. No plural, com o acréscimo do adjetivo “belas”, as noções ainda mais se complicam. Como têm usos

45 Jean-Jacques Nattiez, em artigo esclarecedor sobre análise e sua pedagogia, dá uma interpretação ao esquema de Molino em termos que ambos dominam como semiólogos. Numa ocasião em que o consultei pessoalmente achou minha leitura correta (NATTIEZ, Jean-Jacques. *Semiologia musical e pedagogia da análise*).



e funções, devem ser úteis. O conceito não é operacional: nem sei se música é de fato uma das artes. Literatura, por seu turno, recebe um tratamento à parte. Não se podem negar tentativas históricas de “arte total” (Wagner, já mencionado) nem tampouco graus práticos de integração entre elas, até mesmo de nascença. Mais que a permuta de termos, são as reduções do visual ao auditivo que merecem cuidados, já que ignoramos as leis que as rejam. Na melhor das hipóteses poder-se-ia pensar num corpo com uma só mente (a cabeça) e em seus membros distintos correspondentes aos diversos sentidos, percepções e graus de elaboração.

A experiência nas agências de fomento à pesquisa revela a fusão das várias linguagens como um mecanismo de controle e contenção de recursos: dividem-se laminarmente as grandes áreas, áreas, subáreas e especialidades em que há poder; fundem-se aquelas outras que não o têm. A imposição de uma base comum entre as artes move os estudos artísticos e musicais do centro para a periferia, isto é, para os domínios imponderáveis da Estética. Esta, por sua vez, é apenas um detalhe de sistemas filosóficos.

Há uma maneira simplista de se sair do impasse: fazer de conta que ele não existe. Assim, diriam alguns que as artes (talvez como a fé) nos são dadas de fora. Por essa via, a título de arte conceitual, a famosa louça de banheiro masculino que Marcel Duchamp assina e eleva a arte, perde sua função no vazio da pós-modernidade: legitimam-na ao colocá-la numa galeria, ou museu. Ainda como a fé que nos é dada pronta, resta o problema fundamental da conversa com Deus; no caso, por analogia, nosso diálogo com uma peça, que talvez nos julgue, em vez de julgá-la.

Tratando de música, não é rara uma postura metafísica que a veja como presente de deuses ou de heróis, de fora para dentro. Diz o Abbagnano: “revelação de uma realidade privilegiada e divina ao homem; revelação que pode assumir a forma do conhe-

cimento ou do sentimento”.<sup>46</sup> A alternativa é considerá-la como “uma técnica expressiva ou um conjunto de técnicas expressivas que concernem à sintaxe dos sons”.

Há rastros dessa realidade privilegiada em Bruno Nettl quando em sua revisão e busca de modelos para as funções e usos de música, confessa:<sup>47</sup>

Topo da pirâmide – Tempo de mostrar minhas cores. A função fundamental de música na sociedade humana, o que música em última análise faz, é dupla: controlar a relação da humanidade com o supernatural, mediando entre seres humanos e outros seres, e dar apoio à integridade de grupos sociais individuais. Faz isto expressando os valores centrais relevantes da cultura de forma abstrata.<sup>48</sup>

John Blacking, por sua vez, relaciona música às estruturas, valores e funções da sociedade em que medra. Se há um excesso na elaboração que os transcenda, essa música será então artística, mas as relações são mantidas.<sup>49</sup>

Obviamente, as consequências de um ou outro desses conceitos são comportamentos e produtos de dinâmica muito distinta, sendo o primeiro deles sacralizante, enquanto o segundo, como mera sintaxe de sons permite a manipulação de música como bem se entenda.

Etnomusicólogos acreditam que música seja um universal da cultura. Mas desconhecem os universais empíricos da própria



46 Abbagnano, Nicola. Dicionário de Filosofia, p. 689.

47 “Top of the pyramid Time to show my colors. The fundamental function of music in human society, what music ultimately does, is twofold: to control humanity’s relationship to the supernatural, mediating between human and other beings, and to support the integrity of individual social groups. It does this by expressing the relevant central values of culture in abstracted form.” Minha tradução.

48 NETTL, Bruno. The study of ethnomusicology: thirty-one issues and concepts, 2005, p. 253.

49 Blacking, John. Music, culture, and experience: selected papers of John Blacking.

música. Em outras palavras: não sabemos o que seja música em qualquer época ou lugar. Ela é uma medida do tempo, dos tempos talvez devamos dizer. Tem a capacidade de deixar de ser música, seja o que música seja, e se tornar “ruído”, no momento em que nos é imposta.<sup>50</sup> É muito mais que um fenômeno acústico e fisiológico, para ser psicológico, social, cultural e o que mais seja. Parece uma linguagem, o que provavelmente é, com um significado em si mesma embora signo não consumado<sup>51</sup>, e uma espécie de rede de arrastão, parcial ou total, para seu contexto.

Ao contrário do livreto de Coli centrado no objeto artístico e na renúncia de seu sentido teórico ou abstrato (estética), Alfredo Bosi entra na seara pelo método das aproximações sucessivas: a arte é um fazer (técnica, portanto, de algum tipo); a arte é um conhecer (modo de representação) e é um exprimir (projeção da vida interior). Posso aceitar isso, mas ainda não é tudo: falta o mistério.<sup>52</sup>

---

50 O livrinho de Pascal Quignard, *Ódio à música*, nos deve fazer pensar quão forte ou vulnerável ela pode ser. De suas funções talvez as que menos importem são as de diversão e resposta física. Como “as orelhas não têm pálpebras”, diz ele, em um de seus inovadores “pequenos tratados”, podemos concluir que algumas operam no limite da dor, alterando estados psíquicos e se avizinham do medo, até do terror (Quignard, Pascal. *Ódio à música*, p. 63-78.). Instrumentos musicais não raro têm origem em rituais, antes de irem parar no quarto de brinquedos. A inserção da cuíca (onça, roncadador, rugido de leão, entre outras denominações sugestivas) nas baterias das escolas de samba (em torno de 1930) não disfarça o uso que pode ter tido na África para atração de leões. Supostamente imitariam leões no cio. Muitos desses instrumentos são tabus vedados a mulheres, como os instrumentos de Jurupari, o legislador que devolveu o poder aos homens, na mitologia Guarani.

51 Langer, Susanne K. *Filosofia em nova chave*, cap. 8. Susanne Langer, *Filosofia em Nova Chave* [tom? tonalidade?, a tradução não parece fiel], dedica um capítulo à significação na música. Conclui que “a música no seu ápice, embora seja claramente uma forma simbólica, é um símbolo não consumado. A articulação é sua vida, mas não a asserção. A expressividade, não a expressão” (Langer, Susanne K. *Filosofia em nova chave*, p. 238). Em outras palavras: conotação (designação de atributos implícitos) versus denotação (vínculo direto de significação) podem ser uma distinção importante entre os dois discursos: o musical (compreensível e intraduzível, Lévi-Strauss confirma) e o musicológico (fala sobre música).

52 Coli, Jorge. *O que é arte?*, passim; Bosi, Alfredo. *Reflexões sobre arte*, passim.

Appolinário é exemplo de uma concepção muito limitada das artes e dos estudos artísticos.<sup>53</sup> O que pensa sobre “conhecimento artístico” é inaceitável. Apoiar-se em Marconi e Lakatos que correlacionam conhecimento científico com outras formas de conhecimento: popular, filosófico e religioso (teológico).<sup>54</sup> Faz, entretanto, adaptações numa tabela das duas autoras, trocando o rótulo “popular” por “empírico” e acrescentando-lhe seu estatuto para o “conhecimento artístico”. Este tem então as seguintes características: “Valorativo” (para a vinculação com a realidade, isto é, não factual), “Inspiração” (como origem), “Assimétrico” (pela ocorrência), “Não Verificável” (quanto à comprobabilidade), “Infalível” (quanto à eficiência) e “Não se Aplica” (quanto à precisão). Fico imaginando um conjunto musical tocando uma partitura complexa, restaurada por um musicólogo como bem entenda, com músicos imprecisos, tocando quando estiverem inspirados, para uma audiência de boxímanes. No texto do verbete, nosso intérprete ainda ajuda mais um pouco: “Forma de *conhecimento* caracterizada por transmitir informação de natureza emocional (ao contrário das outras formas de *conhecimento*, que transmitem informações racionais)”. As emoções nas artes têm de ser filtradas, seria bom lembrar aos preconceituosos.



#### ETNOMUSICOLOGIA, ENFIM, PELOS SEUS PROBLEMAS

Não é tão jovem quanto parece, e algumas de suas questões já eram objeto de reflexão de filósofos da Grécia Antiga, assim como de estudiosos islâmicos, e mais tarde, do Iluminismo. A invenção do fonógrafo (Thomas Edison, 1877) lhe deu uma base positiva para desenvolver-se como uma ciência artística. Como Musicologia Comparativa é coeva da *Musikwissenschaft* [Ciência Musical] alemã, como consta do quadro disciplinar de Guido Adler.<sup>55</sup> Ali

53 Appolinário, Fabio. Dicionário de Metodologia Científica, p. 51 e p. 13.

54 Marconi, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Metodologia científica.

55 ADLER, Guido. Umfang, methode und ziel der musikwissenschaft.

é arrolada no ramo da Musicologia Sistemática como “Musikologie”, isto é, “investigação e comparação [de expressões musicais extraeuropeias] para fins etnográficos”. Desde quando, como ciência comparativa pretendia alcançar leis, os métodos eram os das ciências naturais. Tornou-se Etnomusicologia após a Segunda Guerra Mundial (em torno de 1950) e, subsequentemente, Antropologia da Música, a partir de Merriam.<sup>56</sup> Tive o privilégio de conviver algum tempo com Merriam (1923-1980) durante sua sabbática na UCLA, do que guardo profundas impressões.

Na busca do conhecimento há pelo menos dois caminhos: o das estruturas (tempo zerado, sincrônico) e o dos processos (tempo variável, diacrônico). A Etnomusicologia é uma ciência musical aberta, do que nos orgulhamos, dando-se ao luxo de ser às vezes um saco de gatos, quando quer. Isso se deve a assimetrias no próprio mundo acadêmico e a questões de adequação de métodos. Basicamente, ela é um estudo do homem através de sua música. Esse estudo, em princípio, zera o tempo e assim opta pelas estruturas e seus inter-relacionamentos.

As músicas de transmissão aural/oral são seu foco principal, mas não exclusivo. O tradicional vive sempre no presente, já que nos processos de transmissão essas músicas existem como um conjunto de variantes: há o que pode mudar e o que permanece. A continuidade da mudança implica necessariamente na existência de uma teoria subjacente, muitas vezes não verbalizada, sem a qual essas músicas se dissipariam no processo de transmissão. Cumpre ao etnomusicólogo revelá-la. Não há música sem conhecimento, portanto, e todas são “eruditas”, por mais despojadas que sejam. Uma partitura é apenas um instantâneo, ou um projeto de música num momento fugaz. O etnomusicólogo reconhece a mudança musical, nem sempre coincidente com mudança cul-

---

<sup>56</sup> Merriam, Alan P. *The anthropology of music*.

tural, como aquela em que se pode constatar uma mudança de sistema, por uma variedade de razões que deve estudar.

A disciplina absorveu o estudo das grandes tradições musicais orientais, em sua história, embora várias delas não sejam ágrafas. Nos primórdios da Musicologia Comparativa julgou-se que essas tradições orientais fossem congeladas, não mudassem, o que é absurdo. A velocidade da mudança, sim, varia e sua amplitude. Dispor de teorias explícitas e de notação não significa usá-las para a execução. A notação não é essencial, mas se usada transfere à música os seus próprios pressupostos, tornando-se assim relevante. Do contrário, haver ou não notação não é fator que afete a complexidade. Músicas desse tipo, como a indiana, seriam neste sentido abordáveis pelos métodos da musicologia histórica e o tipo de documentação que esta requer, não pelo estudo das próprias execuções que revelariam um quadro distinto entre teoria e prática. Essa distinção de campos pelo critério de transmissão não é tão consistente quanto parece e há crescentes aplicações da Etnomusicologia para o estudo de música artística ocidental.

Recebe a Etnomusicologia um encargo adicional que é o da reflexão sobre as origens da música. Embute-se nesse propósito a esperança de que o conhecimento das origens esclareça a própria natureza da música. Nos duzentos mil anos em que a espécie *homo sapiens* evoluiu (poderia ser muito mais que isto), seria provável que as origens fossem múltiplas. A única conclusão a que parece ter-se chegado é que o desenvolvimento do aparelho auditivo e fonador que música compartilha com fala teria sido para a defesa, sendo o uso para música um subproduto. Isso pode explicar distinções importantes entre as duas linguagens. A busca ora parece se dirigir ao surgimento da **necessidade** de música já que a espécie é imbuída de uma musicofilia que parece única (mas pode não ser, e daí relações com a Etologia). Em escala restrita à etnografia de um determinado grupo, a elucidação do que este atribui como origem de sua música não é fácil. Ajuda, entretanto,



a entender melhor não apenas a variedade dos repertórios, mas os indivíduos que deles participam, mesmo que sejam apenas tentativas provisórias de resposta à questão do “por quê” que Seeger levanta.<sup>57</sup>

A Etnomusicologia vem passando por profundas alterações sob o impacto do virtual, entre outras razões. O próprio conceito de etnia, que compartilha com a Antropologia da Música – nunca muito claro – ora se dilui nos videoclipes amadores vistos e manipulados em comunidades virtuais por pessoas que nunca se viram, ou se verão, aos

Questões de territorialidade e de renegociação de significados já vinham também preocupando nossos pesquisadores; o caso do Olodum, entre outros, era assunto já tratado em Salvador há mais de duas décadas, por Kilza Setti.

Não menos que nove tendências atuais são apontadas na recente antologia de Jennifer C. Post. As contribuições são ali agrupadas sob os rótulos de “Commodification” (Comercialização) e Consumo; Turismo Cultural e Viagem; Gênero e Sexualidade; Globalização e “Glocalização” (redefinição do conceito do local); Mídia, Tecnologia e Tecnocultura; Nacionalismo e Transnacionalismo; Lugar e Incorporação; Identidades Racial e Étnica, Ação Social e Política.<sup>58</sup>

---

57 Seeger, Anthony. Por que os índios Suya cantam para as suas irmãs?, p. 39. Distinguindo uma etnomusicologia antropológica de uma etnomusicologia musicológica sugere duas perguntas principais para a primeira: “O que os membros deste grupo estão fazendo?” e “Por quê o fazem desta maneira?”. As duas de orientação musicológica seriam “Quais os sistemas sonoros equivalentes ao que chamamos de música?” e “Quais as estruturas destes sistemas sonoros?”. Seeger reconhece que malgrado a divergência entre antropólogos e etnomusicólogos, na busca de respostas a essas questões, elas são formuladas em geral por todos. Haveria a meu ver uma inclinação aos aspectos musicológicos pelos estudiosos de altas tradições musicais, inclusive europeias. Certamente seria uma postura inadequada à musicologia brasileira, inclusive a histórica. A resposta ao “Por quê” é a instância mais alta de investigação a que almejamos e até aqui não atingimos: descrever e interpretar são o que alcançamos por via da abrangência das análises e pela reflexão. Daí a uma explicação é um grande salto.

58 Post, Jennifer C. (Ed.). *Ethnomusicology: a contemporary reader*.

As questões de poli-, inter- e transdisciplinaridade vêm sendo agudizadas nas universidades brasileiras por uma série de expansões e mudança de modelos, duplicações, ofertas de cursos, na sequência de reformas pelas quais passam, que provocam não tanto as preocupações que deveriam provocar, mas uma apatia, talvez mesmo uma anomia entre docentes, que precisam superar o cansaço.

Opções pelo populismo, oportunismo, até irresponsabilidade podem comprometer níveis de excelência, assim como anseios de prestação ilimitada de serviços que propiciem recursos e afastem a pecha de elitismo das universidades, mas talvez possam fazê-las esquecer de educar.

No caso específico das artes, na UFBA, no momento atual, há uma projeção das comunicações sociais sobre as artísticas, uma tendência de separação entre o seu fazer característico e a reflexão que lhes é também necessária. Os discursos artísticos (entre os quais as musicologias) estão sendo separados dos discursos diretos das próprias artes (que falam por si mesmas): reflexão sem o fazer, de um lado; fazer sem reflexão, de outro. Escolas superiores de artes podem estar a caminho de serem apenas escolas técnicas de terceiro grau, o que constitui uma regressão séria. Uma tendência generalizada à teatralização complementada pela administração das personalidades se vê em toda parte, das ruas às altas instâncias da República.

Complementando o cenário preocupante, entre seus motivos principais está a aceleração desenfreada da mudança tecnológica, a que já aludimos, cujos resultados podem ser previstos. Não apenas o desperdício de recursos naturais não renováveis, mas a diluição provável do cimento social que une os grupos e das identidades que se enfraquecem. Temores de degenerescência,



entretanto, podem ser apenas um estado de consciência da mudança.<sup>59</sup>

#### A BUSCA DA OBJETIVIDADE

**Quem de fato é o índio?** Se o indianismo foi uma visão literária, superficial, romantizada do índio à distância, o indigenismo, a partir de 1940 (México) passa a se ocupar de questões fundamentais de sua identidade, proteção e apoio às suas culturas por via de um conjunto de ideais e valores que lhes sejam favoráveis. É uma longa história.

Ser índio já não se tem como uma questão biológica e racial, mas étnica, isto é, a autoidentificação é o critério mais amplamente aceito: sentir-se índio, viver e ser reconhecido como tal no seio de comunidades vinculadas a uma tradição pré-colombiana. Este, o critério elaborado por Darcy Ribeiro, tem versão semelhante no Estatuto do Índio (Lei nº. 6.001, de 19.12.1973), que norteou as relações do Estado brasileiro com as populações indígenas até a promulgação da Constituição de 1988. 60

Juridicamente não parece haver muita coisa na legislação nacional que trate dos indígenas e de seus direitos, embora progressos tenham sido feitos. Além do Código Civil, há disposições na Carta Magna de 1988 (principalmente o Art, 231 entre outros),

59 Se apenas isto, são úteis para a periodização nas histórias estilísticas da música. Em Salvador, em torno de 1818, resultaram na criação da primeira cátedra de música por interferência real; em 1908 foi Guilherme de Mello, em sua obra, com um capítulo inteiro (o quarto) que denominou “Período de degradação”. Hoje, com os sinceros votos de estar errado, há no mínimo necessidade de uma reflexão mais aprofundada.

60 Ribeiro, Darcy. *Culturas e línguas indígenas do Brasil*. e Ribeiro, Darcy. *Indigenous cultures and languages of Brazil*. Não tive acesso recente às duas publicações de Darcy Ribeiro para localizar o critério identitário com base étnica, em vez de racial. Os índios são “aquela parcela da população brasileira que apresenta problemas de inadaptação à sociedade brasileira, motivados pela conservação de costumes, hábitos ou meras lealdades que a vinculam a uma tradição pré-colombiana. Ou, ainda mais amplamente: índio é todo o indivíduo reconhecido como membro por uma comunidade pré-colombiana que se identifica etnicamente diversa da nacional e é considerada indígena pela população brasileira com quem está em contato”.

o já mencionado Estatuto do Índio, a Prestação de Assistência aos Povos Indígenas (Decreto 3.156/99) e um novo Estatuto dos Povos Indígenas, discutido amplamente pela Comissão Nacional de Políticas Indigenistas [CNPI], com participação de representantes e membros das sociedades indígenas do Brasil, passado ao Congresso em 2009. Não consegui verificar se já foi aprovado e sancionado.<sup>61</sup>

#### UM POT-POURRI DE INFORMAÇÕES DA FUNAI

O órgão do Governo Federal, algumas vezes criticado, que mais competência tem para informar sobre os índios do Brasil é a Fundação Nacional do Índio. O Serviço de Proteção aos Índios, que a antecedeu, foi criado como um órgão público em 1910, no governo do Presidente Nilo Peçanha, com o objetivo de prestar assistência à população indígena do país. O SPI foi organizado pelo Marechal Rondon, seu primeiro diretor, cujos princípios de uma política indigenista foram partilhados pelos notáveis sertanistas que foram os Irmãos Villas-Boas. O SPI foi extinto e substituído pela FUNAI, em 1967.

Estou utilizando o termo pot-pourri<sup>62</sup> pela justaposição de palavras de técnicos não identificados da FUNAI (antropólogos, linguistas, sertanistas?), quase *verbatim*<sup>63</sup>. **Vão sem aspas e com alterações** na ordem de parágrafos e frases para evitar repetições e adequar a sequência, assim como pequenos detalhes exigidos pela colagem. Não são meus, portanto, os parágrafos assinalados a seguir que me parecem informativos e confiáveis:

61 Cf. BRASIL. FUNAI. CNPI. Histórico da discussão sobre o Estatuto dos Povos Indígenas no âmbito da Comissão Nacional de Políticas Indigenistas.

62 Em música “pot-pourri” ou “potpourri” nada tem a ver com horticultura mas apenas uma mistura de melodias sem desenvolvimento, uma estrutura ABCDEF... (sem repetição de temas), o mesmo que “medley”; algo menos pretensioso em elaboração que o “quodlibet”.

63 O acesso literal às informações da FUNAI pode ser feito em seu site, pelo endereço <<http://www.funai.gov.br>>.



- Qualquer grupo social humano elabora e constitui um universo completo de conhecimentos integrados, com fortes ligações com o meio em que vive e se desenvolve. Entendendo cultura como o conjunto de respostas que uma determinada sociedade humana dá às experiências por ela vividas e aos desafios que encontra ao longo do tempo, percebe-se o quanto as diferentes culturas são dinâmicas e estão em contínuo processo de transformação.
- Só recentemente os diferentes segmentos da sociedade brasileira estão se conscientizando de que os índios são seus contemporâneos. Eles vivem no mesmo país, participam da elaboração de leis, elegem candidatos e compartilham problemas semelhantes, como as consequências da poluição ambiental e das diretrizes e ações do governo nas áreas da política, economia, saúde, educação e administração pública em geral. Hoje, há um movimento de busca de informações atualizadas e confiáveis sobre os índios, um interesse em saber, afinal, quem são eles.
- Os índios sobrevivem. Não apenas biologicamente, mas também do ponto de vista das tradições culturais, segundo comprovam estudos recentes, os quais demonstram que a população indígena vem aumentando rapidamente nas últimas décadas. Hoje, os cerca de 220 diferentes povos somam mais de 800 mil pessoas, um pequeno percentual da população brasileira em termos demográficos (cerca de 0,4 % da população de 190 milhões de habitantes, segundo o Censo de 2010). Todavia são um exemplo concreto e significativo da grande diversidade cultural existente no País.
- Hoje, no Brasil, eles estão distribuídos entre 683 Terras Indígenas e algumas áreas urbanas. Há também 77 referências de grupos indígenas não contatados, das quais 30 foram confirmadas. Existem ainda grupos que estão

requerendo o reconhecimento de sua condição indígena junto ao órgão federal indigenista.

- A diversidade étnica e linguística está entre as maiores do mundo. 180 línguas distintas, pelo menos, são faladas pelos membros destas sociedades, que pertencem a mais de 30 famílias linguísticas diferentes.
- Os seus antepassados contribuíram com muitos aspectos de suas diversificadas culturas para a formação do que atualmente se chama Brasil: um país de vasta extensão territorial, cuja população é formada pelos descendentes de europeus, negros, índios e, mais recentemente, também de imigrantes vindos de países asiáticos, que mesclaram suas diferentes línguas, religiões e tradições culturais em geral, propiciando a formação de uma nova cultura, fortemente marcada por contrastes.
- Mais da metade da população indígena está localizada nas regiões Norte e Centro-Oeste do Brasil, principalmente na área da Amazônia Legal. Mas há índios vivendo em todas as regiões brasileiras, em maior ou menor número.
- Alguns povos indígenas, desde a época do Descobrimento, mantiveram-se afastados de todas as transformações ocorridas no País. Eles mantêm as tradições culturais de seus antepassados e sobrevivem da caça, pesca, coleta e agricultura incipiente, isolados do convívio com a sociedade nacional e com outros grupos indígenas.
- Os índios isolados defendem bravamente seu território e, quando não podem mais sustentar o enfrentamento com os invasores de seus domínios, recuam para regiões mais distantes, na esperança de lograrem sobreviver escondendo-se para sempre.
- Pouca ou nenhuma informação se tem sobre eles e, por isso, sua língua é desconhecida. Entretanto, sabe-se que alguns fatores são fundamentais para possibilitar a exis-



tência futura desses grupos. Entre eles, a demarcação das terras onde vivem e a proteção ao meio ambiente, de forma a garantir sua sobrevivência física e cultural.

- No processo de ocupação dos espaços amazônicos, o conhecimento e o dimensionamento das regiões habitadas por índios isolados são fundamentais para que se possa evitar o confronto e a destruição desses grupos.

É ainda a FUNAI que nos fornece dados sobre **Grupos Indígenas na Bahia**, veiculados de acordo com dados preliminares do IBGE 2010:

População urbana	36 320
População rural	20 061
Total	56 381

**Grupos Indígenas**

Arikosé	Pankararú
Atikum	Pataxó
Botocudo	Pataxó Hã Hã Hãe
Kaimbé	Tupinambá
Kantaruré	Tuxá
Kariri	Xucuru-Kariri
Kiriri	
Kiriri-Barra	
Pankararé	

**CODA**

**ESTUDO DE MÚSICA COMO ROTEIRO DE VIDA**

Em várias ocasiões, desde 2009, apresentei um trabalho abrangente sobre o **estudo de música**, distinguindo-o do ensino que me preocupa menos por ser tão repetidamente abordado. Diria simplesmente: o estudo de música, para mim, tem sido o ensino de gente; não um simples trato de assuntos. Resultou de

uma hipertrofia gradativa ao longo de vinte anos de seminários de Estudos Bibliográficos e Metodológicos em Música (MUS 502, na UFBA) que, ao passo em que se tornavam antipedagógicos, pelo seu porte, rumavam mais e mais para um roteiro de vida (o RO-BIM). Pode ser acessado em sua apresentação como bibliografia, ou elaborada em PowerPoint como roteiro, necessariamente inacabado e ajustável às condições mutáveis de tempo e lugar.<sup>64</sup> Seja o que música seja, como presumo ocorrer com as demais artes, sua complexidade reflete a seu modo a realidade, o que exige uma abordagem integradora que as análises fragmentam.

#### REVENDO E OUVINDO

Tratei de Etnomusicologia como uma das vias de abordagem à música, consciente de mistérios, mais ainda assim tentando ser objetivo. Pensei em Ética para Ciência e Arte e como ciência das morais, aplicando-a à complexa situação do Índio e de todos nós, incluindo território cobiçado e ameaçado, ecologia e sobrevivência. Tratei de consciência e conscientização, já que lidei com imagens, lendas, mitos e realidade. Disse demais, mas nada disse de novo. O *Eclesiastes* preveniu sobre a vaidade. Parti da emoção mas tentei filtrá-la para evitar o exagero, sem embotar a sensibilidade. Fui à poesia, juntei natureza e música sob os olhos de uma ciência artística, tentando afastar o pessimismo do texto bíblico. Não é que a natureza fique, pois não fica. Tampouco é “mãe-terra”, pois nos é indiferente e não é mãe de ninguém, exceto na cabeça dos que a temendo e desrespeitando projetam suas ilusões sobre ela, constroem jardins, criam bonsais, compõem poemas sinfônicos e filmes à Walt Disney, belos e tranquilizantes, à procura de um sentido para a vida. Paralelo a isso, genocídio.

---

64 Veiga, Manuel et al. O estudo de música como um roteiro de vida. Bibliografia, 2010; Veiga, Manuel. O estudo e o ensino de música: a busca (de um roteiro de vida).



Meu “poema sinfônico” fez-me lembrar peças que toquei ou ouvi muitas vezes. Vivi com algumas delas, inesgotáveis. A *Fantasia Op. 17* de Schumann (1836), cíclica, encimada por um mote de Schlegel<sup>65</sup>, depois de dois movimentos tempestuosos, termina num terceiro *lento sostenuto e sempre piano*. Parece ser o destino musical da peça inteira, e uma labuta para chegar lá: **um som tênue que pode se ouvir, deve ser ouvido, mas tem de ser perscrutado.**

Ravel, em tom de homenagem, passou de uma *Pavane pour une Infante Défunte* (1912, a versão orquestral), impressionista e melancólica, para *Le tombeau de Couperin* (1914-1918), neo-clássico, que também toquei, cada um de seus seis movimentos de suíte em homenagem a um amigo morto no campo de batalha.

Purcell nos faz recuar a 1688 para sua ópera *Dido and Aeneas*. Nela, a rainha abandonada canta seu lamento: “When I am laid in earth”, uma aria livre e expressiva cantada por um mezzo-soprano sobre um *ground*. A fórmula é a mesma que Bach adotaria mais tarde no “Crucifixus” da *Missa em si menor*. A de Purcell se apoia numa sequência de notas cromáticas descendentes (apenas seis com uma fórmula cadencia de mais quatro notas, dez ao todo), continuamente repetidas, em tom menor, no baixo. Tem a ver com a teoria psicológica dos afetos (*Affektenlehre*). Dificilmente, entretanto, fórmula padronizada e expressão se fundem de maneira mais apropriada. “Remember me!”, a cada vez que ecoa nos prostra.

Na linha de obras-primas tantas vezes ouvidas caberia também lembrar um contemporâneo franco-flamengo do achado do Brasil. Desta vez (1497), o lamento por perda, dor e morte talvez um universal da cultura — é *La déploration de Ockeghem*,

---

65 “Durch alle Töne tönnet / Im bunten Erdentraum / Ein leiser Tön gezogen / Für den, der heimlich lauschet” [“Por todos os tons que ressoam / No colorido sonho da Terra / Um som suave permanece / para quem ouve em segredo”]. Agradeço a Karla Pfütznerreuter sua assistência para a tradução poética.

de Josquin des Prez: um moteto com texto francês, a cinco vozes (solistas, de timbre diferenciado, não coro, à vista do contraponto da época em que as vozes se cruzam) é tecido sobre o Requiem gregoriano, em Latim. **Não deve ser descrito, mas ouvido.**<sup>66</sup> Invocações a deusas e ninfas pagãs se entrelaçam ao texto litúrgico latino para lamentar à morte do grande Ockegham, mestre de mestres. É mais um exemplo do poder da música de agregar significados.

Fazer minha tosca homenagem a Luiz Angélico, o amigo poeta que escudou os índios, é um dever. Não saberia apelar para deusas dos bosques nem ninfas das fontes, mas não as esqueci, nem tampouco as Moiras, particularmente Átropos que nos corta o fio da vida. Escutei vozes que me ajudaram a transpor espaço e tempo. Que se pode comparar se se transpõem os sistemas? Que há de comum entre um desses lamentos e o choro ritual dos Boro-ro? Nas músicas em si mesmas, achei apenas diferenças. Em nível mais elevado é a comunhão do sofrimento humano que se revela e nos une.

Quanto ao confronto entre o invasor poderoso, externo ou interno, e o índio, políticas indigenistas precedem de muito às atuais, como vimos. De algum modo essas políticas se assemelham, fossem em nome de Deus e da coroa para conquista das almas e a ocupação das terras, no passado; sejam para o avanço de fronteiras da agroindústria, geração de energia ou avanço da mineração, no presente: a assimetria prevalece sempre a favor do mais forte, mesmo deixando mártires no caminho.

O temor de pretendentes a territórios brasílicos, ontem franceses e holandeses, não é distinto das cobiças de hoje; inclusive o potencial de interesses e pactos com os nativos que ainda mal-

---

66 Facilmente se consegue acesso a execuções magníficas para essas obras, na Internet. Entre a linguagem musical, que fala por si, e a fala sobre música, isto é, musicologia, relacionadas mas distintas, o equívoco está em separá-las, em vez de conjuga-las. Mas não há substituto para a própria música.



tratamos. Até a garantia de patentes para a indústria farmacêutica internacional entra no quadro, sem retorno para os da terra.

Antonio Vieira (1608-1697), defensor destemido de liberdades, preferiu pregar aos peixes comparando virtudes desejáveis aos homens a heresias. É do seu *Sermão de St.º Antônio aos Peixes*, de 1654, que transcrevo um trecho de literatura barroca que ainda se aplicaria ao índio hoje, se houvesse opção:

Peixes! Quanto mais longe dos homens, tanto melhor; trato e familiaridade com eles, Deus vos livre! Se animais da terra e do ar querem ser seus familiares, façam-no muito embora, que com suas pretensões o fazem. Cante-lhe aos homens o rouxinol, mas na sua gaiola; diga-lhes ditos o papagaio, mas na sua cadeia; vá com eles à caça o açor, mas nas suas piozes;<sup>67</sup> faça-lhe bufonérias o bugio, mas no seu cepo; contente-se o cão de lhe roer um osso, mas levado onde não quer pela trela; preze-se o boi de lhe chamarem fermoso ou fidalgo, mas com o jugo sobre a cerviz, puxando pelo arado e pelo carro; glorie-se o cavalo de mastigar freios dourados, mas debaixo da vara e da espora; e se os tigres e os leões lhe comem a ração de carne que não caçaram nos bosques, sejam presos e encerrados com grade de ferro. E entretanto vós, peixes, longe dos homens e fora dessas cortesantias, vivereis só convosco, sim, mas como peixe na água. De casa e das portas adentro tendes o exemplo de toda esta verdade, o qual vos quero lembrar, porque há filósofos que dizem que não tendes memória.<sup>68</sup>

Um ajuste construtivo, humano e realístico, continua urgente. É necessidade secular, mas não se chega a ele. O percentual de

---

67 O termo é do Século XIV. O Houaiss dá pió, plural pióses, significando “engenho ou expediente para capturar animais ou fazer alguém cair em logro; armadilha, esparrela”. O Sermão de St.º Antônio aos Peixes foi pregado em 13 de Junho de 1654 em São Luís do Maranhão. Vieira logo embarcaria escondido para Portugal, tal o calor da luta dos jesuítas contra a escravização dos índios. O texto está disponível eletronicamente graças à Porto Editora (VIEIRA, Antonio. Sermão de St.º Antônio aos peixes.).

68 VIEIRA, Antonio. Sermão de St.º Antônio aos peixes.

suicídios de jovens índios é hoje um patético indicador.<sup>69</sup> O suicídio cultural praticado por grupos é também alarmante,<sup>70</sup> assim como viverem acuados da “civilização” que os condena aqueles que, como peixes, tentam ganhar tempo. Não é da civilização a metamorfose que torna homens em peixes, mas a cobiça que não tem limites. Há conflitos de toda sorte, inclusive intertribais.

Diniz nos dá um retrato localizado de um cenário fundiário caótico.<sup>71</sup> O que se pode genericamente constatar é um vetor potente e atuante orientado para o Norte: a plantação de soja adaptada aos trópicos segue as boiadas que seguem os madeireiros: a floresta desmatada dá lugar aos pastos que dão lugar às plantações e o ciclo se realimenta. Junte-se a mineração, a exploração da biodiversidade à cata de patentes por estrangeiros favorecidos por nativos, as hidrelétricas para geração de energia e as barrageiras. O somatório disto são populações acuadas ou marginalizadas.

Não saberia definir as modalidades de suicídio cultural, mas acredito no pandemônio e no que disse Anastácio Peralta, um membro da comunidade Guarani-Kaiowá: **“A gente não foi preparado para enfrentar essa pressão.”** Não sabem viver sem



- 
- 69 Oliveira, Cleane S. de; LOTUFO NETO, Francisco. 2003. Suicídio entre povos indígenas brasileiros: um panorama estatístico. Cleane S. de Oliveira é médica psiquiatra do Ambulatório de Ansiedade do Instituto de Psiquiatria do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo. Francisco Lotufo Neto é professor associado do Departamento de Psiquiatria da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo. Os dados que nos fornecem são reais.
- 70 O trágico assunto é também objeto de publicações jornalísticas como a de O Globo referindo-se ao suicídio de um Kaiowá a cada 10 dias, no Mato Grosso do Sul: Cf <<http://tinyurl.com/7uhcxf5>>, acesso em 25 maio 2012. Conferências nacionais sobre direitos humanos têm sido realizados desde 1995 por entidades da sociedade civil brasileira atuantes na defesa, promoção e garantia desses direitos, em parceria com a Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados. Mantém um “Fórum Nacional” no endereço <http://tinyurl.com/7zwwula>, acesso em 25 maio 2012. Informam sobre o chamado suicídio cultural de 28 índios da etnia Suruahá, ocorridos entre o segundo semestre de 2003 e o final de 2005, pela ingestão do veneno da planta timbó. O dado foi fornecido pelo coordenador regional do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), Francisco Loebens.
- 71 Diniz, Edson Soares. Nota sobre Terra Indígena Awá-Guajá: incoerências institucionais. (Um relato ponderado, específico, de um destacado antropólogo e professor.)

os princípios, práticas e crenças das respectivas culturas e as do outro que lhe são impostas, ou das quais fogem. Enfim, nem o caboclo ao nosso redor é percebido, visto ou ouvido.

Seeger tem praticado uma Antropologia Musical exemplar (ou Etnomusicologia, não nos importam aqui rótulos).<sup>72</sup> Prima pela ética de uma maneira totalmente dedicada, consequentemente incômoda.<sup>73</sup> Nos seus anos de estudo e amizade com os Suyá (preferem ser chamados de Kisêdjê, grupo Jê do Brasil Central, Alto Xingu), desde 1970, percorreu os caminhos da coleta autorizada de dados, presencial; analisou com amplitude para chegar às descrições; passou a interpretações de sentido êmico; para, acima de tudo, tentar a difícil tarefa de explicar, já disse. *Why Suyá Sing, A Musical Anthropology of an Amazonian People*, ora em edição comemorativa de seus vinte anos representa mais de quinze anos de trabalho de seu autor. Tem pouco mais de 150 páginas, ainda incluindo um posfácio que o tempo decorrido ditou, e um pedido de socorro dos Suyá em 1993. Ele nos adverte da importante diferença entre o índio brasileiro e o índio dos brasileiros. Não podem ser confundidos.

De seu capítulo ‘Singing for survival’ retiro um comentário que pode ajudar:<sup>74</sup>

A sobrevivência de sociedades nativas no Brasil hoje depende muito das maneiras como os grupos podem mobilizar a opinião pública para ajudá-los a resolver os problemas severos a que fazem face – o mais sério dos quais é a expropriação de suas terras. Para protegê-las, os muitos diferen-

72 SEEGER, Anthony. *Why Suyá sing: a musical anthropology of an Amazonian people*; SEEGER, Anthony. Por que canta Anthony Seeger?

73 A entrevista concedida por ele em 2007 para a Revista de Antropologia [São Paulo] é importante pelas respostas a questões formuladas por antropólogos da USP.

74 The survival of native societies in Brazil today depends a great deal on the ways the groups can mobilize public opinion to help resolve the severe problems they face – the most serious of which is the expropriation of their lands. In order to protect their lands, the many different groups may adopt the symbols of the ‘Indian’ that the Brazilians have invented – a generic Indian that does not exist...’

tes grupos podem adotar os símbolos do ‘Índio’ que os brasileiros têm inventado – um Índio genérico que não existe...75

Seeger sabe. Nós sabemos. Com a sabedoria, a dor. Ética, sempre ética: direitos, políticas, economia, saúde, educação, tradições, costumes, crenças, morais, terra, vida, música são suas metamorfoses. Melhorar a escuta ao índio talvez seja ampliar o que eles nos dizem em segredo.

## REFERÊNCIAS

As obras citadas e sugeridas estão aqui relacionadas, com exceção das consultas frequentes à *Wikipedia* e a recursos anônimos semelhantes. As gravações de discos etnográficos estão listadas pelo título, sem indicação de faixa. Endereços eletrônicos foram encurtados sempre que necessário. A ortografia em obras antigas não foi atualizada.



A BÍBLIA TEB. Edição brasileira, rev. corr. Direção de Gabriel C. Galache. São Paulo: Edições Loyola: Paulinas, 1995.

Abbagnano, Nicola. *Dicionário de Filosofia*. Tradução coordenada e revista por Alfredo Bosi. 2. ed. São Paulo: Mestre Jou, 1982.

ADLER, Guido. Umfang, methode und ziel der musikwissenschaft [Escopo, método e objeto da ciência musical]. *Vierteljahrsschrift für Musikwissenschaft*, Leipzig, v.1, p. 5-20, 1885. Disponível em: <<http://www.digizeitschriften.de/dms/gcs-wrapper>>. Acesso em: 18 maio 2012.

Anthology of Brazilian Indian Music. Ethnic Folkways Library Record LP FE4311. Gravação e notas de Harald Schultz e Vilma Chiara. New York: Folkways Records and Service Corp., 1962.

75 SEEGER, Anthony. Why Suyá sing: a musical anthropology of an Amazonian people, p. 136-137.

Appolinário, Fabio. *Dicionário de Metodologia Científica* São Paulo: Atlas, 2004.

\_\_\_\_\_. *Metodologia da ciência: filosofia e prática da pesquisa*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2006.

Associação Brasileira de Etnomusicologia. Coordenação de José Alberto Salgado e Silva e Samuel Araújo. *A respeito de Belo Monte*. NOTÍCIAS, 8 dez 2011. Pronunciamento. Disponível em: <<http://abetmusica.org.br/conteudo.php>> Acesso em: 18 maio 2012.

Azevêdo, Eliane Souza. Ensino de Bioética: um desafio transdisciplinar. *Interface – Comunicação, Saúde, Educação*, Botucatu, v. 2 n. 2, fev. 1998. Disponível em: <<http://tinyurl.com/cpw39fm>>. Acesso em: 18 maio 2012.

\_\_\_\_\_. O direito de vir-a-ser depois de nascido.” In: CASADO, Maria; LUNA, Florencia (Org.). *Cuestiones de Bioética en y desde Latinoamérica*. Barcelona: Civitas-Reuthers, 2012, p. 195-205.

Azevêdo, Eliane Souza; FRANÇA, Dalva Nazaré Ornelas. Métodos e enfoques na produção de conhecimentos em Bioética, anos 2001-2008. *Revista Bioética do Conselho Federal de Medicina*, [S.l.], v. 18, n. 1, p. 155-163, 2010. Disponível em: <<http://tinyurl.com/7vty5a3>>. Acesso em: 18 maio 2012.

Azevedo, Luiz Heitor Corrêa de. Villa-Lobos, Heitor. In: SADIE, Stanley (Ed.). *The New Grove Dictionary of Music and Musicians*. Londres: Macmillan, 1983. 763-767. (v. 19).

Baiardi, Amílcar. A ética na ciência. Manuscrito disponível na Academia de Ciências da Bahia. Salvador: 2012.

Béhague, Gerard. *Heitor Villa-Lobos: the search for Brazil's musical soul*. Austin: University of Texas Press, 1994.

Bilac, Olavo. Música brasileira. In: BUENO, Alexei (Org.). *Olavo Bilac: obra reunida*. Introdução de Alexei Bueno. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1996. 241. Soneto de “Tarde”, 1919, inserida no todo na obra reunida p [237]-290.

Blacking, John. *How musical is man?* Seattle: University of Washington Press: 1973.

\_\_\_\_\_. The biology of music making. In: MYERS, Helen (Ed.). *Ethnomusicology: an introduction*. Nova York e Londres: W.W. Norton, 1992. 301-314.

\_\_\_\_\_. *Music, culture, and experience: selected papers of John Blacking*. Editado e com uma introdução de Reginald Byron. Urbana e Chicago, IL: University of Chicago Press, 1995. (Chicago Studies in Ethnomusicology).

Blum, Stephen; BOHLMAN, Philip; NEUMANN, Daniel (Ed.). *Ethnomusicology and modern music history*. Urbana e Chicago, IL: University of Illinois Press, 1991.

Bohman, Philip. *World music: a very short introduction*. Nova York e Oxford: Oxford University Press, 2002.

Bororo vive. LP Stereo 521.404.030. Coordenação da pesquisa Antonio João de Jesus e Joana A. Fernandes Silva. Identificação e texto de Joana A. Fernandes Silva. Edição de Valdir Pina de Barros e Francisco Pereira de Souza. Cuiabá: Universidade do Mato Grosso, 1989. Gravações do acervo do Museu Rondon

Bosi, Alfredo. *Reflexões sobre arte*. 4. ed. São Paulo: Attica, 1991. (Série Fundamentos),

Budasz, Rogério. Música e Cultura. In: *Pesquisa em música no Brasil: métodos, domínios, perspectivas*. v. 1. Goiânia: ANPPOM, 2009. 40-86. Disponível em: <<http://tinyurl.com/78hal6h>>. Acesso em 23 maio 2012.

BRASIL. FUNAI. CNPI. *Histórico da discussão sobre o Estatuto dos Povos Indígenas no âmbito da Comissão Nacional de Políticas Indigenistas*. [2009]. Disponível em: <<http://tinyurl.com/8a23wla>>. Acesso em 12 dez. 2011.

Brasil. MINC. SPHAN. Museu Villa-Lobos. *Villa-Lobos, sua obra*. 3 ed. rev. atual. aum. Rio de Janeiro, 1989. Catálogo de obras.

BRASIL. Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio. Directoria Geral de Estatistica. *Anuario estatistico do Brasil – Annuaire statistique du Brésil*, 1º Anno (1908-1912) v. 1. Rio de Janeiro: Typographia da Estatistica, 1916. (Territorio e População).



BRASIL. Ministério da Justiça. FUNAI. *Povos indígenas*. Disponível em: <http://www.funai.gov.br>. Acesso em: 18 maio 2012. (Índio do Brasil).

*Brésil: musiques du Haut Xingu*. LP Ocora 33 T Stereo 588517. Gravação de J.-F. Schiano. Textos de Patrick Menget. Fotos de Yves Billon. Paris: Radio France: Ocora, [1977?]. (Musiques traditionnelles vivantes V, Musiques populaires).

Bry, Theodore de (Ed.). *America tertia pars*. Memorabilē provinciae Brasiliae Historiam continēs, germanico primum sermone scriptam à Ioāne Stadio Homburgensi Hesso [...]. Aditta est Narratio profectionis Ioannis Lerij in eadem Provinciam, quā ille initio gallicē conscripsit, postea verō Latinam fecit [...]. Frankfurt: Theodore de Bry Leodiniensis, 1592.

Cacciatore, Olga G. *Dicionário Biográfico de Música Erudita Brasileira*. S.v. Villa-Lobos, Heitor. Rio de Janeiro: Forense Universitária. 2005. 463-474.

Caminha, Pero Vaz de. A carta de Pero Vaz de Caminha. Com um estudo de Jaime Cortesão. Rio de Janeiro: Livrarias de Portugal, 1943.

Caroso, Luciano [Luciano André da Silva Almeida]. *Etnomusicologia no ciberespaço: processos criativos e de disseminação em vídeos amadores*. 2010. 214 f. Tese (Doutorado em Etnomusicologia) – Escola de Música, Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2010. Disponível em: <[http://luciano.caroso.com.br/caroso\\_tese.pdf](http://luciano.caroso.com.br/caroso_tese.pdf)>. Acesso em: 21 maio 2012.

Coli, Jorge. *O que é arte?* 15. ed. São Paulo: Brasiliense, 1995. (Coleção Primeiros Passos, 46).

Cook, Nicholas. *Music: a very short introduction*. Oxford e New York: Oxford University Press, 1998.

Costa, Luiz Angélico da. O povo do meio. In: ENCONTRO ANUAL DE PROFESSORES, UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. Salvador, Palácio da Reitoria, 20 dez. 2004). *Programa*. Salvador: Assessoria de Comunicação: TV UFBA, 2004, p [4]. Programa disponível na coleção particular de Saulo Gama, contato <<http://www.pianoacordeon.com.br/centro.asp>>.

\_\_\_\_\_. O povo do meio. In: ABERTURA DAS COMEMORAÇÕES DOS “60 ANOS DA UFBA”/1946-2006: COLÓQUIO INTERDISCIPLINAR A PERCEPÇÃO DA NATUREZA. Salvador: Palácio da Reitoria, 8 jul. 2005. *Programa*. Salvador: Assessoria de Comunicação: TV UFBA, 2005. Disponível na coleção particular de Saulo Gama, contato <<http://www.pianoacordeon.com.br/centro.asp>>.

Deleau, E. Le sentiment musical chez les sauvages. In: MORAES FILHO, Alexandre de (Dir.). *Revista da Exposição Antropológica Brasileira*. Rio de Janeiro p. 137-128, 20 jul. 1882.

Diniz, Edson Soares. Nota sobre Terra Indígena Awá-Guajá: incoerências institucionais. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*, Belém, v.1, n.1, p. 129-135, jan. – abr. 2005. (Série Ciências Humanas).

Feld, Steven. *Sound and sentiment: birds, weeping, poetics, and song in Kaluli expression*. 2. ed. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1990.

Ferreira, Aurélio Buarque de Holanda (Org.) *Novo Dicionário Aurélio*. 4. ed. Curitiba: Positivo Informática, 2009. Dicionário Eletrônico.

GALEFFI, Dante Augusto. Ética e complexidade: a emergência triética planetária. Manuscrito disponível na Academia de Ciências da Bahia. Salvador, maio, 2012

Gebser, Jean. *The ever-present origin*. Tradução autorizada de Noel Barstad com Algis Mickunas de *Ursprung und gegenwart* [1949 e 1953]. Athens, OH: Ohio University Press, 1985.

Hood, Mantle. *The Ethnomusicologist*. New York: McGraw-Hill, 1971.

Houaiss, Antônio (Org.). *Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Instituto Antônio Houaiss; Editora Objetiva, 2001.

Janssen, Sarah, (Ed). *The world almanac and book of facts 2012*. New York: World Almanac Books, 2012.

Kerman, Joseph. *Contemplating music: challenges to musicology*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1985.



- Langer, Susanne K. *Filosofia em nova chave*. Trad. e rev. de Janete Meiches e J. Guinsburg. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1959.
- Langness, L. L. *The Study of Culture*. 3. ed. rev. Novato, CA: Chandler and Sharp, 2005.
- Léry, Jean de. *Historie d'un Voyage fait en la Terre du Bresil, autrement dite Amerique*. Contenant la Navigation, & choses remarquables, veuës sur mer par l'auteur. Le comportement de Villegagnon en ce pays-la. Les moeurs & façons de vivre estranges des Sauvages Bresiliens: avec vn colloque de leur langage [...]. 3. ed. Genebra: Antoine Chuppin, 1585.
- LIMA, Paulo Costa. Notas sobre ética e criação. Manuscrito disponível na Academia de Ciências da Bahia. Salvador: 19 mar. 2012.
- Magnavita, Pasqualino Romano. Paradigma ético-estético: a formação acadêmica na arquitetura e urbanismo. Manuscrito disponível na Academia de Ciências da Bahia. Salvador: out. 2011.
- Marconi, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. *Metodologia científica*. 4. ed. rev. ampl. São Paulo: Atlas, 2004.
- Mariz, Vasco. *História da música no Brasil*. 6. ed. ampl. atual. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005.
- Mello, Guilherme Theodoro Pereira de. *A musica no Brasil desde os tempos coloniais até o primeiro decenio da Republica*. Salvador: Typ. de S. Joaquim, 1908.
- Merriam, Alan P. *The anthropology of music*. Evanston, IL: Northwestern Universty Press, 1964.
- METZGER, Bruce M.; MURPHY, Roland E. (Ed.). *The New Oxford annotated Bible*, with the Apocryphal / Deutrocanonical Books. New revised standard version [NRSV]. New York: Oxford Univerity Press, 1989.
- Miranda, Danilo Santos de (Org.). *Ética e cultura*. São Paulo: Perspectiva; SESC São Paulo, 2004. (Coleção Debates, 299).
- Miranda, Jorge Babot. *Amazônia, área cobiçada*. Porto Alegre: Editora AGE, 2005.

Molino, Jean. s.d. Facto musical e semiologia da música. In: NATTIEZ, Jean-Jacques et al. *Semiologia da música*. . SEIXO, Maria Alzira (Org.). Lisboa: Editorial Veja, s.d. Capítulo 5.

Morais Silva, Antonio de. *Grande Dicionário da Língua Portuguesa*. 10. ed. rev. corr. aum. atual. CARDOSO JUNIOR, Augusto Moreno; MACHADO, José Pedro (Ed.). Lisboa: Editorial Confluência, 1949. S.v. Consciência, v. 3, p. 417.

MUGGLESTONE, Erica; ADLER, Guido. Guido Adler´s “The scope, method, and aim of musicology” (1885): an english translations with historico-anaytical commentary. Tradução e introdução de Erica Mugglestone. *Yearbook for Traditional Music* [International Council for Traditional Music], v.13, p. 1-21, 1981. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/768355>>. Acesso em: 21 maio 2011.

*Music from Mato Grosso, Brasil*. LP Folkways Record FE4446. Gravado por Edward Weyer. Notas de Harry Tschopik Jr. New York: Folkways Records and Service Corp., 1955.

NATTIEZ, Jean-Jacques. Semiologia musical e pedagogia da análise. *Opus* v.2, n.2 jun. 1990, p. 50-58. Tradução de Regis Duprat. Disponível em: <http://tinyurl.com/c8w8pkd>. Acesso: em 23 maio 2012.

NETTL, Bruno. *The study of ethnomusicology: twenty-nine issues and concepts*. Urbana and Chicago: University of Illinois Press, 1983.

\_\_\_\_\_. *The study of ethnomusicology: thirty-one issues and concepts*. New edition. Urbana and Chicago: University of Illinois Press, 2005.

\_\_\_\_\_. *Nettl's elephant: on the history of ethnomusicology*. Forward by Anthony Seeger. Urbana and Chicago, IL: University of Illinois Press, 2010.

Oliveira, Cleane S. de; LOTUFO NETO, Francisco. Suicídio entre povos indígenas brasileiros: um panorama estatístico. *Revista de Psiquiatria Clínica*. São Paulo, v. 30, n.1 30/1, p. 4-10, 2003. Disponível em: <<http://tinyurl.com/7lwzez8>>. Acesso em: 22 nov. 2011.

*Portugal, Tras-os-Montes: chants du blé et cornemuses de berger*. LP Ocora 33 Stereo 558547. Gravação, fotografias e montagem de Anne Caufriez e Michel Plumley. Texto de Anne Caufriez. Paris: Radio



France: Ocora, 1980. (Musiques traditionnelles vivantes 1. Musiques de tradition orale).

Post, Jennifer C. (Ed.). *Ethnomusicology: a contemporary reader*. Nova York e Londres: Routledge, 2006.

Quignard, Pascal. *Ódio à música*. Tradução de Ana Maria Scherer. Rio de Janeiro: Rocco, 1999.

Ribeiro, Darcy. *Culturas e línguas indígenas do Brasil*. Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, 1957.

\_\_\_\_\_. Indigenous cultures and languages of Brazil. In: HOPPER, Janice H. (Ed.) *Indians of Brazil in the twentieth century*. Traduzido por Janice H. Hopper. Washington, DC: Institute for Cross-Cultural Research, 1967. 79-165.

\_\_\_\_\_. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

Sacks, Oliver. *Alucinações musicais: relatos sobre a música e o cérebro*. Tradução de Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SANDRONI, Carlos. Apontamentos sobre a história e o perfil institucional da etnomusicologia no Brasil. *Revista USP*, São Paulo, v. 77, p. 66-75, mar./ maio 2008. Disponível em: <http://tinyurl.com/6mhkxsp>. Acesso em 23 maio 2012.

Schweitzer, Albert. *J.-S. Bach, le musicien poète*. Prefácio de Ch. M. Widor. Lausanne: Maurice et Pierre Foetisch, 1905.

\_\_\_\_\_. *Albert. J. S. Bach*. Tradução de Ernst Newman da edição alemã rev. ampl. de J.-S Bach, le musicien poète [de 1908]. 2 v. New York: Macmillan, 1911.

Seeger, Anthony. Por que os índios Suyá cantam para as suas irmãs? In VELHO, Gilberto (Org.) *Arte e sociedade: ensaios de sociologia da arte*. Rio de Janeiro: Zahar, 1977. 39-63.

\_\_\_\_\_. *Why Suyá sing: a musical anthropology of an Amazonian people*. 2. ed. Urbana e Chicago: University of Illinois Press, 2004. Com um CD anexo. Publicação original, 1987.

SEEGER, Anthony. Por que canta Anthony Seeger? *Revista de Antropologia*, São Paulo, Departamento de Antropologia, FFLCH/USP, v. 50, n. 1, p. [390]-418, jun. 2007. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0034-77012007000100010>>. Acesso em: 19 mar. 2012. Entrevista a Clarice Cohn, José Glebson Vieira, Leandro Mahalem de Lima, Renato Sztutman e Rose Satiko Gitirana Hikiji.

\_\_\_\_\_. Ethnomusicology. In: *Encyclopaedia Britannica On Line*, s.v. Anthropology. Disponível em: <<http://www.britannica.com/EBchecked/topic/27505/anthropology>> Acesso em: 20 maio 2012. Subdivisão do verbete [2010?].

SETTI, Kilza. Amazônia: espaço de mito e realidade. In: MISMETTI, Renato; BRITO, Maxiliano de (Org.). *Poesie&Musik 4, Brasilianische Klänge [Poesia&Música-Sonoridades Brasileiras]: Vozes do Inferno Verde – Amazônia Deslendada*. Bremen: Fundação Apollon, 2003. Anexo de mensagem recebida por <[maviriveiju@gmail.com](mailto:maviriveiju@gmail.com)> em 4 dez. de 2011, 22:33.

\_\_\_\_\_. A natureza e a percepção das populações indígenas. In: Colóquio Interdisciplinar A PERCEPÇÃO DA NATUREZA. Salvador: Palácio da Reitoria da UFBA, 8 de Julho, 2005. Notas da participação em painel. Anexo de mensagem recebida por <[maviriveiju@gmail.com](mailto:maviriveiju@gmail.com)> em 4 dez. 2011, 22:33.

Slobin, Mark. Ethical Issues. In: MEYERS, Helen (Ed.). *Ethnomusicology: an introduction*. New York e Londres: W. W. Norton, 1992. p. 329-336. (The Norton/Grove Handbooks in Music).

Stobart, Henry (Ed.). *The new (ethno)musicologies*. Lanham, MD: The Scarecrow Press, 2008. (Europea: Ethnomusicologies and Modernities, 8).

METZGER, Bruce M.; MURPHY, Roland E. (Ed.). *The New Oxford annotated Bible with the Apocryphal / Deuterocanonical books*. New Revised Standard Version [NRSV]. New York: Oxford University Press, 1994.

Turino, Thomas. *Music as social life: the politics of participation*. Chicago e Londres: The University of Chicago Press, 2008.



Tylor, Edward Burnett. *Primitive culture*. London: Murray, 1871.

Vazquez, Adolfo Sanchez. *Ética*. Tradução de João Dell'Anna. 26. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

Veiga, Manuel. Toward a brazilian ethnomusicology: amerindian phases. In: SOTUYO BLANCO, Pablo (Org.) *Por uma etnomusicologia brasileira: festschrift Manuel Veiga*. Salvador: Programa de Pós-Graduação em Música da UFBA, 2004. 55-423. Reprodução fac-similar da tese de 1981. 347 f. (Doutorado em Etnomusicologia) – UCLA.

\_\_\_\_\_. Etnomusicologia no Brasil: o presente e o futuro (problemas e questões). In: *Anais do II Encontro Nacional da ABET: Etnomusicologia: lugares e caminhos, fronteiras e diálogos*. 2004. Salvador. *Anais...* Salvador: UFBA: ABET: CNPq: Contexto. 2005, p. 125-138.

\_\_\_\_\_. O estudo e o ensino de música: a busca (de um roteiro de vida). Power Point, 2009. Disponível em: [http://dl.dropbox.com/u/3998755/estudo\\_musica.ppt](http://dl.dropbox.com/u/3998755/estudo_musica.ppt).

\_\_\_\_\_. Uma mesa-redonda do Primeiro Encontro da ABET em Belém.” *Música e Cultura*. Publicação prevista para maio 2012.

Veiga, Manuel et al. O estudo de música como um roteiro de vida. Bibliografia, 2010. Disponível em: <http://www.citeulike.org/user/maviriveiju/tag/robim>

Victoria, Ceres; OLIVEN, Ruben George; MACIEL, Maria Eunice; ORO, Ari Pedro (Org.). 2004. *Antropologia e ética: o debate atual no Brasil*. Niterói: EdUFF: Associação Brasileira de Antropologia. Disponível em: <http://tinyurl.com/d2bwxvt>, Acesso em: 20 maio 2012. *Ética da Antropologia Indígena, Parte III*.

VIEIRA, Antonio. *Sermão de St.º Antônio aos peixes*. São Luís do Maranhão: 13 Jun. 1654. Disponível em: <http://tinyurl.com/7blcgb8>. Acesso em: 20 maio 2012. (Biblioteca Digital Clássicos da Literatura Portuguesa, Porto Editora).

Villa-Lobos, Heitor. *Mandu-Çarará*. TIBIRIÇÁ, Roberto (REG.). Youtube vídeo. Execução do poema sinfônico em concerto. Sinfônica de la Juventud Venezolana “Simón Bolívar”, orquestra. Sistema Nacional

de Coros Sinfónicos (Zulia, Tachira, Merida y Metropolitano), coro misto. Niños Cantores del Nucleo Los Teques, coro infantil. Caracas: 30 de Janeiro, 2011. Disponível pelo Heitor Villa-Lobos Website em: <<http://tinyurl.com/manducarara>>. Acesso em: 20 maio 2012.





# MICROPOLÍTICA E SUBJETIVIDADE: NOVO PARADIGMA ÉTICO-ESTÉTICO NA FORMAÇÃO ACADÊMICA E PROFISSIONAL DE ARQUITETOS URBANISTAS

Pasqualino Romano Magnavita<sup>1</sup>

O texto visa a abordar, sob um diferente e singular entendimento, a formação acadêmica e profissional na área de conhecimento da Arquitetura e Urbanismo, consideradas pelo CNPq “Ciências Sociais Aplicadas”. Trata-se de uma oportuna reflexão decorrente da adoção de uma das vertentes do pensamento contemporâneo, uma nova forma de pensar, e isso, frente ao acelerado e problemático processo de urbanização que presenciamos em nosso planeta globalizado. Particularmente, em um país como o nosso, marcado ainda por enorme segregação e exclusão social e que apresenta um conjunto de graves problemas, tanto em relação ao elevado déficit habitacional, quanto nas áreas da saúde, educação e cultura, bem como, nas carências infra-estruturais (transporte, saneamento básico, segurança entre outras), dramáticas questões que são muitas e inadiáveis.

Na nova “Visão de Mundo”, os conhecimentos (saberes) relacionados com a Arquitetura e o Urbanismo, implicam na contemporaneidade, diferentemente do paradigma estético da Modernidade da arte pela arte, um novo entendimento com base no exercício de uma **micropolítica da subjetividade** e que pressupõe a emergência do novo **paradigma ético-estético**. Questão esta que passa a ter um papel importante, embora, ainda

<sup>1</sup> \* Professor Emérito da Universidade Federal da Bahia, docente do Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da UFBA, com pesquisa apoiada pelo CNPq.



pouco considerada e, todavia, inadiável nas práticas pedagógicas de qualquer formação acadêmica e/ou profissionalizante.

O texto parte do seguinte pressuposto: qualquer forma de pensar que se considera no mundo da representação do Real e do Possível (excluindo as diferentes vertentes do pensar transcendente de inúmeras teologias), ela se situa em um **Plano de Imanência** (filosófico/conceitual) e onde o pensamento se orienta para pensar. Na opção filosófica adotada por este autor, há um claro reconhecimento do limite e alcance do pensamento dialético e do seu repertório conceitual sustentado pela lógica binária. Pensamento este ainda dominante nas práticas cotidianas do mundo da representação (universo molar), e isso, tanto no senso comum (doxa), quanto no senso erudito (urdoxa) que inclui a formação acadêmica.

Diferente e não oposta (Diferença não é oposição), é a forma de pensar adotada no desenvolvimento deste texto, o qual se relaciona com a **Lógica da Diferença**, também conhecida por Lógica da Multiplicidade do Pensamento Rizomático, pensamento este criado em parceria pelos pensadores Gilles Deleuze e Félix Guattari. Tal pensamento parte do conceito **Rizoma** o qual se equivale a uma **Estratoanálise**, afirma uma **Micropolítica**, exercita uma **Pragmática** enquanto efetivação de ações, e se configura, também, em uma **Esquizoanálise**.

O Pensamento rizomático adota o “Princípio da Indeterminação” (Princípio da Incerteza), ou seja, o sentido da imprevisibilidade e se encontra sempre acompanhando as variações contínuas da Existência, no **Meio**, no **Entre**, no Intermezzo de situações, circunstâncias contextos, estabelecendo Multiplicidade e Heterogeneidade de conexões a guisa de uma rede aberta sem princípio nem fim e onde ocorrem rupturas a-significantes, evoluções a-paralelas (não lineares), emergem Acontecimentos (criações) e imprevisíveis Devires-outros da Existência.

Em primeiro lugar, torna-se necessário evidenciar a dimensão infinita da **Existência**, a qual, não tendo princípio nem fim, se manifesta através de três diferentes universos: Universo Sideral (cósmico); Universo molar (macro) do mundo da representação do Real e do Possível; Universo molecular (micro) do Virtual e de sua atualização (Atual) em estados de coisas, corpos e vividos. Neste complexo entendimento, o texto abordará a formação acadêmica do ponto de vista estritamente conceitual, situando a questão pedagógica do ensino em geral, no Plano de Imanência do pensamento rizomático acima resumidamente. Trata-se de uma das vertentes da filosofia contemporânea e que se diferencia do pensamento dialético herdado da Modernidade, pois, o pensamento rizomático vem criticamente desconstruindo o pensamento dialético, entretanto, esta “deconstrução” não tem o objetivo de acabar, destruir o pensamento dialético, mas, apenas retirar dele a hegemonia que este pensamento ainda desfruta, mostrando suas limitações e alcance, e isso, frente às transformações ocorridas na forma de pensar a partir da segunda metade do século XX e onde o pensamento rizomático emerge.

Nessa atitude crítica ao pensamento moderno, torna-se oportuno esclarecer que são quatro (4) as “ilusões” que configuram o mundo da representação, e onde o pensamento dialético se orienta para pensar.<sup>2</sup> Entre essas ilusões, a primeira diz respeito à **Identidade do conceito** e que tem na matemática sua axiomática expressão  $A=A$ , no sentido do Igual, do Mesmo. O conceito Identidade, herança da filosofia clássica e moderna, enquanto virtual (incorporal e auto-referente), em sua atualização discursiva, encontra-se presente em diferentes enunciados e proposições de caráter filosóficos, científicos e artísticos e de freqüente uso nas manifestações discursivas de caráter social/étnico e político. O apelo ao dominante conceito Identidade, atesta a continuidade

---

2 DELEUZE, Gilles. Diferença e Repetição.



histórica de subordinação do conceito Diferença ao de Identidade, embora, atualmente, o conceito Diferença vem se emancipando e afirmando a sua presença e importância no pensamento contemporâneo. Daí a “Lógica da Diferença” que fundamenta o pensamento rizomático, também denominado “Lógica da Multiplicidade e da Heterogeneidade”.

Considerando que não existem conceitos isolados, Identidade enquanto conceito convive com outros conceitos no plano de imanência dialético, tais como: Mesmo, Igual, pressupondo tratar-se de uma “**Coisa em si**”, uma Essência, Unidade, e isto, no sentido de que algo permanece. O pensamento contemporâneo afirma que não existem “coisas em si”, pois, as coisas resultam de relações, conexões de imprevisíveis determinações, pois, nada permanece igual a si mesmo, e isso, frente ao processo de variação contínua da Existência evidenciando o conceito **Diferença**. As coisas se repetem diferenciando-se, e isso, em diferenças de grau, de nível e/ou diferença de natureza quando ocorrem Acontecimentos (criações), Devires-outros da Existência.<sup>3</sup> Portanto, o conceito Identidade limita-se apenas ao reconhecimento, uma mera “reconhecimento” que se evidencia pela exterioridade de suas manifestações. Qual seria a Identidade do nosso país? Alguns pensadores se referem ao Brasil afirmando a existência de diferentes brasis, uma multiplicidade e heterogeneidade deles em permanentes transformações e de imprevisíveis destinos. Qual seria, então, a sua identidade? Mais próprio seria perguntar: que diferenças em contínuas transformações ocorrem e o caracterizam?

Vale lembrar que historicamente Multiplicidade e Diferença enquanto conceitos estiveram sempre subordinados respectivamente aos conceitos Unidade (redução ao Uno) e Identi-

3 A referencial obra de Gilles Deleuze “Diferença e Repetição” de 1968, sua tese de doutorado, editada em plena efervescência cultural no mundo contemporâneo (“pós-moderno”), constitui a mais completa crítica à ontologia clássica e moderna.

dade (Mesmo, Essência, “coisa em si”). Contudo, só recentemente Multiplicidade e Diferença conseguiram sua real emancipação discursiva enquanto substantivos. Querer subordinar os dois conceitos afirmando onde há Unidade há Multiplicidade e onde há Identidade há Diferença, ou seja, Multiplicidade **na** Unidade e Diferença **na** Identidade, e isso, no sentido de uma efetiva subordinação, não tem mais sentido. Igualmente, Unidade e Identidade pressupõem, por sua vez, outros conceitos tais como Todo, Totalidade, os quais se caracterizam pelo caráter estático de suas concepções e onde as suas Partes (múltiplas e diversas) se encaixam a guisa de um quebra-cabeça.

Outro é o entendimento do pensamento rizomático que adota o conceito **Totalidade Segmentaria** (também denominado, Totalidade fragmentária), constituído de Multiplicidade e Heterogeneidade de elementos, eles mesmos em processo de variação contínua (transformações) e onde ocorrem imprevisíveis conexões, sobreposições, misturas, hibridações, temporalidades diferentes, zonas de vizinhança, e isso, a guisa de uma rede aberta sem princípio nem fim. Inclusive, no âmbito dessa Totalidade ocorrem, também, fluxos de matérias não formadas (intensidades, desejos), e isso, no universo molecular dos processos subjetivos, tanto individuais como coletivos.

A segunda ilusão do mundo da representação diz respeito à **Analogia do Juízo**, pois, com bastante freqüência se fazem analogias para entender e explicar a realidade urbana, a exemplo dos seguintes enunciados: “a cidade é um organismo vivo”; o centro da cidade é seu coração; a circulação suas artérias; as células habitacionais configuram o tecido urbano; as áreas verdes, os pulmões; o congestionamento de veículos causa o estresse urbano; estas entre outras expressões analógicas são de uso freqüente nas práticas de ensino. Vale lembrar que na arquitetura moderna uma de suas vertentes mais expressiva foi denominada Arquitetura Orgânica (das curvas inspiradas na natureza), e isso, em oposição



a Arquitetura racional (funcional) das composições geométricas retilíneas (cartesianas).

A terceira ilusão afeta a própria “essência” do pensamento binário, ou seja, a **Oposição dos predicados** e que se configura na própria forma de pensar dialética. O Bem se opõe ao Mal; a Verdade ao Erro; o Belo ao Feio; Deus ao Diabo; Zero ao Um na informática; Negativo ao Positivo. Vale lembrar que desde o final do século XIX, Nietzsche já recomendava ir além do Bem e do mal. Para o pensamento contemporâneo essas oposições demonstram as limitações e o alcance do pensamento dialético, pois, este coloca em ilusória relação dinâmica “coisas em si” que permanecem em suas Unidades e Identidades e constituem totalidades, como se disse acima, à guisa de um quebra-cabeça.

Finalmente, a quarta e última ilusão: a **Semelhança do percebido**. De fato, dependendo do que se diz e do que se vê, se estabelecem semelhanças entre coisas e contextos que não passam de mera exterioridade, pois, não entram na complexidade das coisas assemelhadas. Por exemplo, costuma-se afirmar que Recife é a Veneza brasileira, Bariloche a Suíça da América do Sul, San Miguel de Allende a Ouro Preto mexicana, Carlos Gomes o Giuseppe Verdi brasileiro. Candido Portinari o Pablo Picasso nacional e, recentemente, divulgada pelos meios midiáticos: “Steve Jobs é o Leonardo da Vinci da era digital”. Trata-se de uma aparente exterioridade entre contextos tão diferentes, pois, qualquer semelhança que se estabelece trata-se de uma mera ilusão.

Três eixos direcionam este texto e resultam da adoção de três conceituações. A primeira diz respeito às três formas de pensar e criar: **Filosofia, Ciência e Arte**; a segunda procura relacionar três conceitos indissociáveis entre si: **Saber, Poder e Subjetivação**; a terceira relaciona-se com três práticas existenciais:

- **Experiência** individual e/ou coletiva.
- **Forma de pensar** (dialética, rizomática e/ou outras).

- “**Visão de mundo**” enquanto atitude ética (exercício da micropolítica).

Tríades estas que auxiliam o entendimento da formação acadêmica de qualquer área de conhecimento que se considera, inclusive de arquitetura e urbanismo. Começamos pela primeira: as três formas de pensar e criar, Filosofia, Ciência e Arte e que, em novo entendimento, evita a tradicional **oposição** entre Arte e Ciência; Filosofia e Ciência, Entretanto, antes de diferenciar especificamente, estas três formas de pensar e criar torna-se necessário ter uma ampla noção do conceito **Caos** no âmbito do pensamento rizomático.

Para Deleuze/Guatarri, o Caos seria o lugar de todas as formas, o lugar da criação, metaforicamente, “o oceano da dessemelhança”. Portanto, não a mera **Desordem** em oposição a uma pressuposta e determinada **Ordem** universal, assim como normalmente pensa o senso comum. Pois o que define o pensamento, nas três formas de pensar e criar é sempre como **enfrentar** o Caos. Nesse sentido, o que caracteriza o caos segundo D/G:

“(…) é menos a ausência de determinações que a velocidade infinita com a qual elas se esboçam e se apagam: não é um movimento de uma a outra, mas, ao contrário, a impossibilidade de uma relação entre duas determinações já que uma não aparece sem que a outra tenha já desaparecido (…). O caos não é um estado inerte ou estacionário, não é uma mistura ao acaso. O caos caotiza, e desfaz no infinito toda consistência. O problema da filosofia é de adquirir uma consistência, sem perder o infinito no qual o pensamento mergulha. (o caos, deste ponto de vista, tem uma consistência tanto mental como física). *Dar consistência sem nada perder do infinito* é muito diferente do problema da ciência, que procura dar referência ao caos, sob a condição de renunciar aos movimentos e velocidades



infinitos, e de esperar, desde início, uma limitação de velocidade: o que é primeiro na ciência é a luz e o horizonte relativo”.<sup>4</sup>

A filosofia tem por objetivo traçar um **Plano de Imanência** e criar **Conceitos** (virtuais, incorporais) que habitam neste plano e onde o pensamento se orienta para pensar. Exemplificando, habitualmente se pensa dialeticamente utilizando a lógica binária com seus conceitos herdados da tradição milenar, ou então, contemporaneamente, adotando a lógica da Multiplicidade e seus novos conceitos. Vale salientar que **não existem conceitos científicos** como normalmente se pensa, pois, os conceitos enquanto virtuais, incorporais, são filosóficos. É comum na academia o entendimento de que os conceitos pertencem ao universo da ciência. Vale lembrar que o conhecimento em geral não é ciência, pois, o conhecimento científico é uma específica forma de conhecer tendo como objetivo a construção de verdades e de suas comprovações, embora essas verdades, também, variam acompanhando as contínuas transformações da existência em diferentes formações sociais.

Não existem conceitos isolados, cada conceito pressupõe outros conceitos que com ele convivem e são atualizados discursivamente em estados de coisas, corpo e vividos. Os conceitos são autorreferentes, pois, a Filosofia não é discursiva e, portanto, é **diferente** e não **oposta** à Ciência (enquanto conhecimento como valor de Verdade). A Ciência atualiza discursivamente conceitos filosóficos, tais como: Átomo, Infinito, Ser, Espaço, Tempo, Matéria, Substância, Velocidade, Força, Potência, Organismo, entre uma infinidade de conceitos. Vale incluir neste breve elenco o conceito **Ideia** (platônico) que comporta a tríade conceitual dominante na história da filosofia: **Bem, Verdade e Belo** Enquanto o pensamento dialético se caracteriza pela relação **Real/Possível**,

---

4 DELEUZE, Gilles, GUATTARI, Félix. O que é a Filosofia, p. 59.

o pensamento rizomático pela relação **Virtual/Atual**, ou seja, atualização (Atual) discursiva de conceitos (Virtuais). Os conceitos se caracterizam por suas **variações** no plano de imanência.

A Ciência como se afirmou acima, atualiza discursivamente conceitos em estados de coisas, corpos e seres vivos e tem por objetivo criar novas funções (**Functivos**). Pressupõe um **Plano de Referência**, desacelerando o Caos, pois não enfrenta a velocidade infinita como faz a Filosofia cujo pensamento enfrenta o Caos, e isso, visando dar consistência à criação de um conceito. A Ciência estabelece constantes, variáveis, limites, atualizando discursivamente conceitos filosóficos, formulando proposições no âmbito de uma lógica. A Ciência se caracteriza pelas **variáveis** de suas funções, por sua Lógica e pelos enunciados que cria e pelas proposições que efetua.

Diferentemente, a Arte pertence ao universo fenomenológico do Real e do Possível e tem por objetivo criar novas percepções (**Perceptos**) e **Afectos**, ou seja, se encontra no âmbito da **Lógica do Sentido**, ou seja, produz “blocos de sensações”. O Plano da arte é o **Plano de Composição**. Ela não enfrenta o Infinito, mas procura alcançá-lo criando novas percepções e novas afetividades. A Arte se caracteriza por suas **variedades** expressivas em diferentes categorias: artes plásticas, literatura, música, teatro, dança, cinema entre outras manifestações artísticas.

Essas três formas de pensar e criar, com suas variações filosóficas, variáveis científicas e variedades artísticas, se cruzam, se entrelaçam, sem síntese nem identificação e sem dominância de uma dessas formas de pensar e criar sobre as demais, pois, essa dinâmica faz do pensamento uma **Heterogênese**. O clímax deste processo ocorre quando o conceito (filosófico) se torna conceito de função ou de sensação; a função (científica) se torna função de conceito ou de sensação; a sensação (artística) se torna sensação de conceito ou de função.



Nesse sentido, a área de conhecimento da Arquitetura e do Urbanismo pertence à forma de pensar e criar da Arte, ou seja, do universo fenomenológico dos perceptos e afetos, enquanto “lógica do sentido”, também, denominada “lógica da sensação”. Os conceitos filosóficos e as funções científicas (functivos) entram nos processos criativos da arte, no caso, da arquitetura e do urbanismo, todavia, não são as funções que determinam “os blocos de sensações” enquanto expressões artísticas. As oposições existentes no pensamento dialético entre Ciência e Arte, Ciência e Filosofia, Filosofia e Arte, não têm mais sentido no âmbito do pensamento contemporâneo, pois, estas três formas de pensar e criar, como se afirmou anteriormente, se entrelaçam, se cruzam, todavia, cada uma delas mantém sua especificidade, pois, são de diferente natureza (relembrando que Diferença não é Oposição), ou seja, não há oposição entre elas, mas, um processo dinâmico, uma intensa coexistência em que cada uma dessas formas de pensar e criar, em seus cruzamentos e entrelaçamentos que efetuam, cada uma delas conectadas entre si, mantém a sua especificidade.

Historicamente tem-se conhecimento da valorização progressiva da Ciência em detrimento da Arte e da Filosofia, fato este que resultou da crença do pensamento positivista enquanto herança da Modernidade e que, lamentavelmente, ainda perdura. Pois, a exigência da condição de Ciência em todas as práticas sociais, particularmente no âmbito acadêmico, a guisa de uma tirania que exerce, particularmente, na área das ciências humanas e sociais aplicadas como é o caso da Arquitetura e Urbanismo, não tem mais sentido!

Assim, como se afirmou antes, não existem conceitos científicos, pois, os conceitos são filosóficos e, portanto, pode-se afirmar que não existe arquitetura científica nem urbanismo científico, pois, ambos, pertencem ao universo da Arte, embora, tanto a Filosofia quanto a Ciência entram na produção artística, lembrando que apenas a Ciência é discursiva, a Filosofia e a Arte não o são.

Discursivamente, se elaboram enunciados, teorias e proposições sobre a produção de arquitetura e do urbanismo, e isso, enquanto saberes (não científicos), ou seja, estratificações históricas específicas (Estratos).

O segundo eixo conceitual utilizado neste texto se refere à tríade conceitual: **Saber, Poder e Subjetivação**, a qual se torna imprescindível para o entendimento da formação do arquiteto urbanista, pois a área de Arquitetura e Urbanismo constitui saberes, ou seja, **Estratos**. Para D/G os saberes são **Estratos antropomórficos** (culturais), enquanto sedimentações, acumulações de práticas sociais em sua dimensão histórica. Vale ter presente que qualquer Estrato que se considera (físico-químico, orgânico ou antropomórfico) pressupõe uma relação indistinta entre Forma e Substância, ou seja, entre Código e Meio. Os estratos possuem grande mobilidade e, ao mesmo tempo, dupla articulação a guisa de uma pinça: **Formas de expressão** e **Formas de conteúdo**, coletivamente agenciadas, ou seja, o que se enuncia discursivamente e o que se vê. No caso dos saberes arquitetônicos e urbanísticos, por exemplo, o que se diz sobre estes saberes e o que vê (o que se faz), ou seja, de um lado, os enunciados, pressupostos teóricos e metodológicos, bibliografias, e do outro, as realizações construtivas efetuadas (edificações, cidades).

Essa dupla articulação (expressão e conteúdo) é equivalente ao que os pensadores D/G denominaram de **Agenciamentos** (coletivos de enunciação e maquínicos), que são algo distinto dos estratos, entretanto se fazem nos estratos, e operam em zonas de descodificação dos meios (substâncias) e que, extraem em primeira instância dos meios um **Território**, pois todo Agenciamento é territorial. Em segunda instância, os agenciamentos operam linhas de desterritorialização (linhas de fuga) sobre o Território, linhas que o atravessam e o arrastam. Portanto, há uma tetravalência do Agenciamento: 1) Conteúdo e expressão; 2) territorialidade e desterritorialização.



Todavia, essas formas ou agenciamentos, não se identificam, são heterogêneos (de natureza diferente), pois, o que se diz ou o que se enuncia, não habita no que se vê ou no que se faz concretamente, elas apenas se pressupõem reciprocamente. Para exemplificar, tomemos em um contexto urbano uma edificação, por exemplo, uma prisão. Trata-se da “forma de conteúdo” (como poderia ser uma forma-escola, fábrica, quartel, hospital, etc.), entre outros equipamentos urbanos em contínuas transformações. Todavia, essa “coisa” prisão enquanto edificação que comporta indivíduos sob a égide da delinquência, pressupõe um conjunto de enunciados que constitui o código penal, ou seja, o que diz sobre atos de delinquência. Portanto, “Delinquência” é a mesma substância da forma de expressão a qual se encontra em suposição recíproca com a forma de conteúdo “prisão” (enquanto edificação, arquitetura construída), formas de natureza diferente, pois, o que se diz não habita no que se vê (Foucault). Através dessa dupla articulação (formas de expressão e formas de conteúdo), constata-se a “desconstrução” do imperativo lingüístico da relação linear Significante/Significado tão presentes nos discursos produzidos nas instituições de ensino.

A arquitetura e urbanismo enquanto saberes (conhecimentos) tem em suas histórias acumulado multiplicidade e heterogeneidade de formas de expressão enquanto agenciamentos coletivos de enunciação e que se configuram em uma extensa produção bibliográfica atualizando conceitos, criando enunciados, proposições, lógicas, metodologias, normas técnicas e, simultaneamente, em experiências empíricas construtivas entre outras efetuações. Vale salientar, todavia, que os saberes, enquanto conhecimentos enquanto produção coletiva (social) não atinge propriamente o limiar epistemológico da condição de ciência no “estrito senso”.

Para Foucault, **Saber** (conhecimento) **não é Ciência**, pois existem muitos saberes que emanam do que se costuma chamar de sabedoria popular, um extenso conjunto de práticas sociais

que se produzem e se reproduzem e/ou desaparecem ao longo do tempo, enquanto que outros conhecimentos emergem e seguem similar trajetória: produção, reprodução e desaparecimento. Neste sentido, há conhecimentos produzidos e reproduzidos nos processos de construção de arquiteturas e de cidades, dispositivos herdados ao longo da história e que ainda se reproduzem, e isso, frente aos novos conhecimentos, materiais, tipologias, funções, programas, estruturas e inovações formais.

Contudo, vale ressaltar que não existe **Saber** enquanto variável histórica independente, mas ele é indissociável de uma outra variável, também, histórica: **Poder**. Trata-se de uma relação indissociável e presente no ditado popular: “quem sabe pode”. Por sua vez, a relação Saber/Poder, enquanto rede aberta de forças constitui o “Fora”, entretanto, esta relação pressupõe por sua vez, uma outra e indissociável variável: **Subjetivação** (a “Dobra” do “Fora” no “Dentro” de indivíduos). Portanto, existe uma relação conceitual indissociável entre Saber, Poder e Subjetivação e constitui o eixo conceitual principal deste texto.

Para Foucault, o Poder é uma relação de forças. Toda relação de forças é uma “Relação de Poder”. O Poder não é uma Forma, por exemplo, a forma Estado. A força, enquanto conceito em sua atuação, nunca está no singular e possui como característica essencial estar em relação com outras forças. A relação de forças ultrapassa a violência e não pode ser definida por ela, pois, a violência afeta corpos, objetos ou seres determinados, cuja forma ela destrói ou altera. Considera-se o poder uma ação sobre ação, ou seja, um conjunto de ações sobre ações possíveis.

O poder possui diferentes características: incitar, induzir, desviar, tornar fácil ou difícil, ampliar ou limitar. E mais ainda: *dividir no espaço* (práticas específicas de internar, enquadrar, ordenar, colocar em série); *ordenar no tempo* (subdividir o tempo, programar o ato, decompor o gesto; compor no *espaço-tempo* todas as maneiras de constituir forças produtivas). Dessas características,



Foucault conclui: o poder não é essencialmente repressivo, desde quando incita, suscita e produz.

O Poder se exerce antes de se possuir, entretanto, só se possui sob um determinado **Dispositivo**. Ontem: sob a égide do Estado Nação através de instituições tais como: família, escola, fábrica, hospital, prisão entre outros dispositivos enquanto espaços confinados e que caracterizaram as “**Sociedades Disciplinares**” do capitalismo industrial, dispositivos esses que ainda perduram, embora, hoje, bastante enfraquecidos. Diferentemente, hoje, sob a égide das “**Sociedades de Controle**”, do capitalismo pós-industrial, os dispositivos são de outra natureza e se realizam em espaços abertos, particularmente, através de processos midiáticos da informação e comunicação que resultam dos avanços científicos e tecnológicos.<sup>5</sup>

O poder enquanto rede de micropoderes passa pelos dominados tanto quanto pelos dominantes. Em relação ao Poder sempre emergem as seguintes perguntas: o que é o poder? De onde vem? Como se exerce? Para Foucault, o exercício de poder aparece como afeto, ou seja, poder de afetar outras forças (com as quais ele entra em relação) e, ao mesmo tempo, de ser afetado. Incitar, suscitar e produzir são afetos ativos e produzem efeitos úteis, não esquecendo, porém, que toda força afetada não deixa de ter uma capacidade de resistência, ou seja, de também afetar (força reativa) em processos de variação contínua.

O poder de ser afetado é como uma “*matéria*” da força e o poder de afetar é como uma *função* da força, uma física da ação abstrata, pois trata-se de uma pura matéria não formada, indissociável das substâncias formadas (os saberes). Entre as relações de **forças** que constituem o poder e as relações de **formas** que constituem o saber (conteúdo e expressão), vale salientar que o

5 Em poucas páginas no post-scriptum ao livro “Conversações”, Deleuze, estabelece uma diferenciação entre as “Sociedades Disciplinares” estudadas por Foucault e as “Sociedades de Controle” que caracterizam a atual fase do capitalismo pós-industrial. (DELEUZE, Gilles. Conversações, 2000).

Poder e o Saber são de natureza heterogênea, todavia indissociáveis, embora não se identifiquem se pressupõem reciprocamente e estabelecem capturas mútuas e primado de um sobre o outro.

Considerando que o poder não passa por formas, mas, apenas por forças (fluxos, vetores, quanta de intensidades), portanto, se caracteriza por sua invisibilidade, enquanto que o saber diz respeito a matérias formadas, formas de expressão e de conteúdo (o que se vê e o que se diz, ou seja, Luz e Linguagem) que se caracteriza por suas manifestações de exterioridade, O Poder, ao contrário, é diagramático, mobiliza matérias e funções não estratificadas e procede através de uma segmentaridade flexível, pois ele não passa por formas, mas por *pontos*, pontos singulares que marcam, a cada vez, a aplicação de uma força, a ação ou reação de uma força em relação às outras, no sentido de um afeto (afetar), trata-se de um poder sempre local, instável e difuso.

As relações de poder não emanam de um ponto central, de um ponto único de soberania, mas no interior de um campo de forças, de uma rede aberta de poderes enquanto inflexões, retrocessos, retornos, giros, mudança de direção, resistências, por isso que essas relações não são localizadas numa instância ou outra. Neste sentido, elas constituem uma **Estratégia**, enquanto exercício do não estratificado, pois, “as estratégias são anônimas, quase mudas e cegas, pois escapam às formas estáveis do visível e do enunciável”. Justamente, é a instabilidade das relações de poder que define um meio estratégico ou não estratificado, e por isso que para Foucault o poder remete a uma “**Microfísica**”.

Resumindo, pode-se afirmar que “**o poder é um exercício e o saber um regulamento**”. Complementando, diria que o poder é um exercício invisível e o saber um regulamento visível. A relação Saber/Poder constitui o “**Fora**” do mundo da representação, do que se convencionou denominar de **Objetividade**. Socialmente, em função desta condição, se exige **Ser** objetivo, pois, a **Subjetividade** não entra em cena, ela fica sempre nos



“bastidores” da relação saber/poder da **Macropolítica** do Real e do Possível. É justamente este “Fora” que se dobra no “Dentro”, e isto, através dos processos de subjetivação, ou seja, na construção, fabricação da subjetividade individual e/ou coletiva constituindo, assim, o universo molecular da **Micropolítica**.

Vale salientar que a Micropolítica não é uma redução dimensional, uma miniaturização em escala da Macropolítica, a qual se relaciona diretamente como o Mundo da representação (universo macro, molar), do Real e do Possível. A Micropolítica é de diferente natureza, ela pressupõe a complexidade que emerge dos processos de subjetivação em sua dimensão molecular, a guisa de um território existencial autorreferente.<sup>6</sup> Vale observar que, quando um cidadão qualquer enquanto indivíduo se encontra inserido em uma formação social, não escapa ao dobramento (à “Dobra” do “Fora” enquanto relação Saber/Poder); todavia, a dimensão da subjetividade que deriva do poder e do saber não depende deles, pois, individualmente, trata-se de uma relação de si para si, ou seja, uma relação consigo mesmo, uma nova dimensão irreduzível à relação saber/poder, mas se constrói em presença desta relação.

Considerando que o Poder ao tomar com objetivo a vida, revela, suscita uma vida que resiste ao poder, significa que a força do lado de fora não para de subverter, derrubando dispositivos, diagramas e estratégias de forças “ocultas”. O lado de fora não é um limite fixo, mas uma matéria móvel, animada de movimento peristáltico, de pregas e dobras que constituem o lado de dentro, ou seja, nada além do lado de fora, mas justamente o lado de dentro do lado de fora. Se o lado de fora é a força em relação com outras

6 Segundo Feliz Guattari, em seu livro “Caosmose - um novo paradigma estético”, ele propõe uma definição provisória mais englobante da subjetividade: “o conjunto das condições que torna possível que instâncias individuais e/ou coletivas estejam em condição de emergir como território existencial auto-referencial, em adjacência ou em relação de delimitação com uma alteridade ela mesma subjetiva. (GUATTARI, Félix. Caosmose, um novo paradigma estético, 1993.)

forças, espontaneidade de afetar, e receptividade de ser afetada; o lado de dentro constitui uma relação diferente, pois trata-se de força consigo, ou seja, um poder de afetar a si mesmo, um afeto de si por si, enquanto construção da Subjetividade.

Questão essa que leva à seguinte pergunta: como dominar os outros se não existe um domínio de si mesmo? Longe de ignorarem a interioridade, o dentro, a individualidade, a subjetividade, como se queira denominar esse processo da fabricação da subjetividade, os gregos inventaram a “Estética da existência”, ou seja, a relação consigo, no sentido da regra facultativa do “homem livre” (questão bastante discutível) 7. Disto decorre a idéia fundamental de Foucault: a subjetividade que deriva da dobra do fora (saberes/poderes) na construção do dentro, não depende deles no sentido de uma mera imposição, aceitação, mas também por resistência. Basicamente, podemos registrar quatro (4) dobras de subjetividade, segundo Foucault.

A primeira dobra depende da parte material de nós mesmos, o corpo e seus prazeres para os gregos, para os cristãos a carne e seus desejos, ou seja, o organismo como um dos mais imanentes elementos de estratificação dos indivíduos. A segunda dobra diz respeito às relações de forças (o poder) em sua atuação mais presente, pois, é sempre segundo uma regra singular que a relação de forças é dobrada para tornar-se relação consigo, podendo gerar tanto uma aceitação, consenso, ou então, uma atitude de resistên-

---

7 O conceito grego de “homem livre”, não esclarece de que tipo de homem se refere (universal público numa sociedade escravocrata e onde à mulher se lhe confiava apenas o caráter reprodutivo e os cuidados domésticos). Do mesmo modo que o “trabalho livre” concebido por Marx e relacionado com a força trabalho que o assalariado vende “livremente” ao capitalismo frente a um “exército de reserva”. Marx não tratou especificamente do processo de subjetivação a que eram submetidos os assalariados. Mesmo aparentemente livres de vender sua força trabalho ao capitalista, subjetivamente, os assalariados se sentiam, de modo geral, assujeitados, explorados, portanto, não se consideravam propriamente livres, particularmente por aqueles mais cientes do que realmente acontecia e construíram suas subjetividade de resistências, no sentido de uma micropolítica e que coexistia com a macropolítica praticada pelos partidos de esquerda.



cia, de dissenso. A terceira dobra relaciona-se com o saber como regime de pressuposição da verdade enquanto construção, sempre em mutação, ou seja, uma crença do que consideramos verdadeiro ao dobrarmos o “Fora” do saber/poder dominante ou um contra-saber/contra-poder de resistência. Por fim, a quarta dobra é aquela do próprio lado de fora: a interioridade da espera. È dela que o sujeito de diversos modos pressupõe ou não a imortalidade, eternidade, salvação, liberdade ou a morte, o desprendimento. As quatro dobras exemplificam as quatro causas da subjetividade: a primeira, causa material, a do corpo; a segunda, causa eficiente, a do poder; a terceira, causa formal, a do saber; a quarta, causa da espera, o que se espera no fim da vida, causa final.

Essas dobras são extremamente variáveis e ocorrem em ritmos diferentes e essas variações, mutações, constituem modos irreduzíveis de subjetividade. Todavia, elas operam interiorizando códigos e regras que emanam dos saberes e poderes dobrados, mas não sem que outras dobras ocorram e ajudam a criar resistências aos poderes dominantes que se dobram na interioridade individual e/ou coletiva. Portanto, a luta que se anuncia, hoje, passa por resistir às duas formas de sujeição. A primeira consiste em nos individualizar de acordo com as exigências do poder dominante; a segunda, em ligar cada indivíduo a uma **identidade fixa**, conhecida, configurada uma vez por todas. Então, a luta interna da subjetividade se apresenta como **Direito à Diferença**,

Esse discurso sobre o conceito de subjetividade vem a propósito de sua repercussão no entendimento do universo de saberes e poderes e que tem interfaces com as práticas de planejamento de arquitetura e urbanismo e, também para os saberes em geral. Se de um lado os gregos inventaram a “Estética da Existência”, e do outro, Espinosa atualizou discursivamente o **conceito de Ética**, dando-lhe uma nova e criativa dimensão. Resta saber, portanto, como atualmente, este conceito se torna indissociável do universo da arte em suas diferentes categorias de expressão artística,

frente ao processo de banalização da estetização da vida em que a arte como todas as coisas vêm se transformando em mercadoria, incluindo a própria arte de ensinar, o próprio ensino. Processo este de estetização da vida já presente na Modernidade quando as diferentes práticas artísticas proclamavam a autonomia da arte, ou seja, a “**arte pela arte**”.

O “Marketing” do atual momento de expansão das sociedades midiáticas, através de uma excessiva e permanente publicidade, conta com o apelo aos recursos estéticos hoje disponíveis e favorecidos pelas tecnologias avançadas e vem conduzindo incommensuráveis multidões ao irrefreável universo do consumo e à espetacularização da existência. Para tanto, vem utilizando sofisticadas composições e arranjos que reúne diferentes categorias de expressão estética (artes visuais, música, teatro, dança, literatura, entre outros modos de expressão e onde se encontram a arquitetura e o urbanismo).

Nesse sentido a cidade passou ser o lugar da vida, do exercício e do conforto dos corpos e da psique (enquanto subjetividade) dos seus cidadãos em suas diferentes atividades permeada pela captura dos sentidos. Ou seja, habitar, circular, trabalhar e incorporar atividade de lazer sob a égide de valores estéticos estabelecidos em função, hoje, da mercantilização da existência, embora, sendo a cidade o lugar por excelência da Biopolítica, esta não deve ser entendida como poder sobre a vida como estabelece o marketing, mas, enquanto poder, potência da vida, processo de emancipação dos controles sociais hoje existentes.

Arquitetura e Urbanismo constituem áreas de conhecimento da sensibilidade cidadã. Arquitetos/Urbanistas se familiarizam com a cidade, com o solo e suas variedades; com a paisagem e a vegetação que a recobre; observam as áreas de riscos, deslizamentos e alagamento de rios e suas enchentes e a força do mar e suas ressacas. Alertam para poluição sonora, visual, olfativa, gustativa e as implicações hápticas e, ao mesmo tempo, atentos



às variações climáticas, ao conforto ambiental da moradia e da cidade. Propõem a valorização do espaço público combatendo a sua crescente privatização; procuram privilegiar o transporte público em detrimento do individual; pensam na distribuição igualitária dos serviços públicos (água/esgoto, energia, telefone/celular, Internet, coleta de lixo entre outros); priorizam a destinação de áreas para a realização de conjuntos habitacionais de interesse social. Enfim, pressupostos dotados de uma emancipadora visão de mundo, ou seja, utilizar a estética, as sensações e os afetos, valorizando os sentidos enquanto **atitude ética**.

A especificidade e a contribuição da área de conhecimento da Arquitetura e do Urbanismo relacionam-se com o Desenho Urbano na composição da cidade, criando novas percepções e afetividades urbanas em que as importantes contribuições científicas, tecnológicas e filosóficas entram em sua composição estética, todavia, não a determinam. Entretanto, se observa que, frente aos interesses da irrefreável especulação imobiliária em seus diferentes graus e níveis que afetam a cidade, emergem pressupostos éticos relacionados com a Arquitetura e Urbanismo, conhecimentos esses que exigem cada vez um enfoque e orientação para a produção de interesse social e que, todavia, ainda não são devidamente incorporados nas práticas urbanas.

O terceiro eixo conceitual em que este texto se apoia pressupõe a **experiência empírica** individual e/ou coletiva acumulada, à qual deveriam referenciar-se tanto as críticas e rupturas inevitáveis em processos de transformações contínuas, quanto afirmar as subseqüentes criações e inovações enquanto devires-outros da arquitetura e urbanismo. Processos que deveriam expressar, ao mesmo tempo, uma nova **forma de pensar**, ou seja, um consistente Plano de Imanência (orientação do pensamento) e isso, contando como um novo repertório conceitual, capaz de captar e facilitar o entendimento de uma outra e necessária variável: “**visão de mundo**”. Visão esta que se deve configurar enquanto

atitude ética, a qual se explicita na resistência oferecida a qualquer forma de controle social, visando à emancipação, particularmente, hoje, mergulhados no “vazio” das “Sociedades de Controle” e presos que estamos a elas pela invisível “**coleira eletrônica**” (Deleuze), e isso, em decorrência dos processos de sujeição promovidos, principalmente, pelas corporações detentoras dos processos midiáticos da informação e comunicação que cobrem o planeta globalizado.

#### FORMAÇÃO ACADÊMICA.

Estabelecidos esses eixos conceituais, passemos a considerar a formação acadêmica do arquiteto urbanista em instituições públicas e/ou privadas, de ensino, detentoras de saberes específicos configurados em grades curriculares de matérias e subseqüentes disciplinas. Todavia, antes mesmo de falar sobre os currículos e suas genealogias, um esclarecimento se torna necessário, ou seja, uma definição, a guisa de entendimento, do que seja um aparelho de Estado. Utilizarei a definição lapidar de Deleuze e Parnet:

(...) o aparelho de Estado é um agenciamento que efetua a máquina de sobre-codificação de uma sociedade. Essa máquina, por sua vez, não é, portanto, o próprio Estado, é a máquina abstrata que organiza os enunciados dominantes e a ordem estabelecida de uma sociedade, as línguas e os saberes dominantes, as ações e sentimentos conformes, os segmentos que prevalecem sobre os outros. A máquina abstrata de sobre-codificação assegura a homogeneização dos diferentes segmentos, sua convertibilidade, sua traduzibilidade, ela regula as passagens de um nos outros e sob que prevalência. Ela não depende do Estado, mas sua eficiência depende do Estado como do agenciamento que a efetua em um campo social (...) Não há ciências de Estado, mas máquinas abstratas que têm relações de interdependência com o Estado. Por isso, sobre as linhas de segmenta-



ridade dura, devem-se distinguir os *segmentos de poder* que codificam os segmentos diversos, a *máquina abstrata* que os sobrecodifica e regula suas relações, o *aparelho de Estado* que efetua essa máquina.<sup>8</sup>

Nesse contexto do aparelho de Estado, a criação de qualquer curso de arquitetura e urbanismo, pressupõe o seguinte procedimento que é o mesmo para as demais formações acadêmicas: o Ministério da Educação, enquanto dispositivo hierárquico da rede de poderes dominantes passa a ser o agente da constituição de um currículo mínimo de qualquer área de conhecimento, no caso, da Arquitetura e Urbanismo. Reúne-se por escolha e convocação do Ministério da Educação, um conjunto de especialistas ‘e/ou consultores de reconhecida atuação na área que se deseja implantar o curso, por isso, portadores de saberes (e poderes, pelo reconhecimento e distinção social que desfrutam), e isso, com o objetivo de codificar o conjunto indispensável de conhecimentos que a formação acadêmica e profissional de uma determinada área se pressupõe exigir. Essa codificação permite estabelecer uma grade curricular de matérias que se desdobram em disciplinas. Processada essa codificação, ela é sobrecodificada por instâncias hierárquicas superiores (Legislativo) e sancionado pelo Executivo, ocorrendo assim, uma efetuação pelo aparelho de Estado, decretando a criação do curso proposto.

Estabelece-se, assim, uma grade curricular formada por disciplinas, e estas constituídas por ementas, conteúdos programáticos, objetivos, metas, metodologia, cronogramas e bibliografias. Contudo, como entender ou caracterizar uma disciplina qualquer que se deseja analisar? Caso se utiliza a forma de pensar contemporânea da Lógica da Diferença do pensamento rizomático e considerando que uma disciplina aplica discursiva-

---

8 DELEUZE, Gilles. PARNET, Claire. Diálogos, p. 150.

mente conceitos filosóficos (virtuais, incorporais), ela pode ser considerada uma “**máquina abstrata**”.

Dependendo da forma de pensar de quem ministra uma disciplina, ela pode ser considerada não apenas uma máquina abstrata, mas, também, uma “**máquina abstrata binária**”, e isso, se a forma de pensar do docente e/ou da bibliografia indicada se orientar na Dialética através da lógica binária. Por sua vez, uma disciplina, inserida num contexto sócio econômico de uma sociedade capitalista como a nossa, torna-se importante considerar que a mesma pressupõe, implicitamente, o seu axioma maior: a “**propriedade**” (cada vez mais privatizada), princípio este inalienável enquanto axioma, ou seja, “verdade” evidente por si mesma (matematicamente falando), não se exigindo nenhuma comprovação de sua veracidade enquanto direito.

Nesse sentido, qualquer disciplina ministrada nessas condições, a exemplo do universo da arquitetura e do urbanismo aqui abordado, acaba por ser, inevitavelmente e de forma subjacente, uma “apropriação”, uma “**propriedade Intelectual**” (uma posse, um poder), um bem imaterial, e isso, tanto nos discursos sobre a cidade e de sua espacialidade enquanto propriedade pública e/ou privada, (o solo urbano, todavia, não explicitamente considerado mercadoria). Trata-se de uma apropriação efetuada pelos docentes dos saberes específicos existentes, do que se diz enquanto enunciados codificados e/ou raramente por eles criados. Normalmente, se reproduzem e se transmitem aos discentes os saberes adquiridos, caracterizando assim, a indissociável relação conceitual saber/poder/subjetivação do docente.

Por sua vez, tal fato, contribui para a relação saber/poder/subjetivação enquanto apropriação, ou seja, “propriedade” discente e cuja destinação maior é o mercado de trabalho, por sinal bastante competitivo e, hoje, sob a égide do desemprego. Considerando o direito à propriedade um axioma da atual sociedade e a propriedade um bem material e/ou imaterial, podemos con-



siderar, por exemplo, uma disciplina qualquer que se considera enquanto propriedade intelectual de um docente ou discente, uma **”máquina abstrata, binária e axiomática”**.<sup>9</sup>

Vale salientar que nas instituições de ensino, lugar da transmissão de diferentes conhecimentos, constata-se muito mais reprodução de saberes do que criação deles, entretanto, nessa transmissão pedagógica, apenas os saberes são evidenciados. O poder, pela sua invisibilidade não aparece, embora tanto a própria instituição, quanto o docente que ministra uma disciplina e o discente que incorpora esses conhecimentos, interiorizando-os, constituem diferentes instâncias hierarquizadas de exercício de poder/saber.

Nessa caracterização do “Fora” enquanto indissociável relação Saber/Poder de uma disciplina, vale considerar a preexistente construção subjetiva do docente, o qual vem dobrando em sua própria experiência empírica de vida o “Fora”, podendo esse dobramento ser tanto de adesão ao saber/poder já sobrecodificado e dominante e definido pela competência de sua aplicação, quanto um contra-saber-poder de resistência, performático, criativo, de inovação e que, sem dúvida, perturba o ambiente acadêmico, normalmente voltado para o atendimento aos conhecimentos sobrecodificados e consensuais.

No primeiro dobramento, ou seja, de adesão ao sistema vigente de Saber/poder, há um entendimento unitário, genérico, universal, o qual, embora ciente de situações conflitantes existentes, procura estabelecer um sentido harmônico da composição social e de suas necessidades a serem atendidas, tanto para as atividades de mercado propriamente atuante, quanto por satisfação individual, todavia, sem um questionamento ou contestação dos

---

9 O conceito Máquinas abstratas do pensamento rizomático, ignoram as formas e as substâncias e por isso são consideradas abstratas, excedendo toda mecânica e opõem-se ao abstrato no seu sentido ordinário. Elas consistem em matérias não formadas e funções não formais, enquanto conjunto consolidado de matérias-funções e se equivalem a diagramas de forças em dispositivos de poder.

fundamentos do sistema, ou seja, do saber/poder dominante. Acredita-se, então, existir uma suposta neutralidade dos saberes, particularmente, dos saberes e atividades científicas e que ainda desfrutam de uma posição hegemônica sobre os demais saberes de natureza filosófica ou artística.

No segundo dobramento, o de dissenso, ocorre um alerta para a hierarquização social e o controle que dela resulta; denuncia o desemprego generalizado; evidencia a insegurança urbana, a segregação e exclusão social. Justamente por essa enorme diferenciação, particularmente num país como o nosso, é que emergem os contra-saberes-poderes que uma vez dobrados, formam a subjetividade daqueles que não se deixam sobrecodificar pelo aparelho de Estado, oferecendo resistência e colocam novas questões e problemas voltados para a criação de uma nova modalidade do Ser, não mais apenas ontológico e/ou transcendental (em função de diferentes religiões e mitos), mas, afirmação da imanência enquanto ser socialmente construído. Neste caso, esses seres, sejam eles docentes, discentes e/ou profissionais, pesquisadores ou trabalhadores em geral, constituem o que no pensamento contemporâneo se costuma denominar de “**máquinas de guerra**” (conceito deleuzeano). Máquinas essas que não têm a guerra por objetivo, mas, desenvolvem estratégias e táticas, evitando, assim, que sejam capturadas, sobrecodificadas pelo poder dominante do aparelho de Estado. Vale salientar que ainda são bem poucas essas máquinas de guerra em instituições de ensino público e quase inexistente em instituições privadas.

Vale observar o que amplamente ocorre nas instituições e nas práticas de ensino: normalmente, os processos de subjetivação não são considerados ou analisados, pois, na relação Saber/Poder, ou seja, no “Fora” do mundo da representação, da macropolítica o que nele prevalece é apenas o saber (conhecimento) através de seus enunciados e realizações concretas enquanto efetuação objetiva, independente a quem esse saber é destinado ou favorece.



O importante é a competência adquirida e tanto faz a quem serve, pois, ela pressupõe uma dimensão universal em sua aplicação indistinta e supostamente neutra. Mera ilusão, pois não existe neutralidade nas práticas sociais, elas são sempre atravessadas por relações de poderes.

Na formação acadêmica enquanto construção da subjetividade discente, os conhecimentos vão muito além dos enunciados teóricos e das práticas de ensino no atelier de projeto sob a orientação de docentes, os quais trazem consigo as suas específicas construções subjetivas e são responsáveis pela transmissão e reprodução de conhecimentos (raramente ocorre uma autêntica criação no sentido emancipativo em relação ao saber/poder dominante). Via de regra, esses conhecimentos se repetem na diferença criativa em grau e nível e não propriamente com diferença de natureza, e isso, nos espaços confinados das instituições de ensino.

Em contraponto a essa modalidade de aprendizagem, vale salientar o papel que desempenham os processos midiáticos que ocorrem em espaços abertos, particularmente, aqueles que evidenciam a produção de excelência de arquitetos/urbanistas considerados estrelas (Star system), além de inúmeras monografias sobre eles, exaltando o caráter individual e hierárquico, estimulando a competitividade, e isso, na ausência do entendimento de uma micropolítica de sujeição, ou seja, de assujeitamento às “**arquiteturas régias**”. O mesmo ocorre com a crescente produção e comercialização bibliográfica relacionados com teorias, tipologias, metodologias, manuais e normas técnicas, para não deixar de evidenciar o crescente papel desempenhado pela web

através de multiplicidade e heterogeneidade de “sítios”, a guisa de um “labirinto” informacional.<sup>10</sup>

Nesse amplo e diversificado contexto não existe neutralidade, pois o que realmente acontece e, normalmente não se expõe, se questiona ou se evidencia com a devida atenção e importância em uma instituição de ensino, são justamente os conflitos e antagonismos sociais existentes. A razão dessa ocultação deve-se, segundo sensíveis pensadores contemporâneos, às corporações que constituem as “Sociedades de Controle” do capitalismo pós-industrial, ou seja, da promoção de um consumismo compulsório e onde o saber, como qualquer coisa, torna-se mercadoria, tanto o ensino quanto a pesquisa não escapam a essa condição. O Marketing passa a ser a condição primordial da atual formação social, pois, geralmente, o objetivo maior da formação acadêmica, seja qual for a área de conhecimento, pressupõe uma prévia intenção de formar competências destinadas, prioritariamente, ao mercado de trabalho.

Nesse contexto, quando as pesquisas das instituições universitárias produzem resultados importantes, então, entra em cena a guerra das “propriedades intelectuais”, ou seja, dos direitos autorais e das patentes e as subsequentes capturas dessa produção por parte daqueles que exercem e detêm mais poder. Entretanto, pouco se comenta no âmbito acadêmico esse estado de coisas, ou seja, da configuração dessas produções arquitetônicas e urbanísticas, indicando as suas razões, o **porquê** delas, suas destinações,

---

10 Vale salientar a adoção de diferentes classificações de universidades no mundo globalizado, critérios estabelecidos pelos países hegemônicos, dispositivos estes hierarquizados e que abrem ao mercado as pesquisas das instituições consideradas de excelência. Trata-se de uma prática extremamente competitiva e, ao mesmo tempo, lucrativa e na qual se inserem as empresas no âmbito de uma declarada guerra das patentes e caracterizada, tanto pelo apoio que oferecem às instituições universitárias, quando pela perspectiva de elevados lucros que pretendem aferir. Entre algumas centenas de universidades espalhadas pelo mundo e concentradas em sua grande maioria em países hegemônicos como USA, Reino Unido, França, Alemanha e Japão, no Brasil apenas a USP se encontra inserida nessa classificação mundial.



**para quem e como** efetua-las no âmbito de uma específica formação social.

Além disso, no mercado das competências, há uma acirrada competição sob a enganosa afirmação de que: “o importante não é ganhar, mas competir”, todavia, o que de fato ocorre é que poucos ganham e a grande maioria perde competindo, pois essa guerra competitiva se rebate nas atribuições profissionais. Basta relatar a violência discursiva e injusta, promovida pelo Instituto de Arquitetos do Brasil e pela ABEA - Associação Brasileira de Escolas de Arquitetura e Urbanismo contra a única e exclusiva escola de Urbanismo no País, criada pela UNEB e, a subsequente restrição imposta à específica profissão do urbanista na recente lei que criou o CAU - Conselho de Arquitetura e Urbanismo.

Essa injustificada guerra de saberes/poderes se explica apenas em função do interesses relacionados com as tradicionais atribuições profissionais, todavia, elas andam na contramão da complexa e ampla divisão do trabalho seletivo que o capitalismo pós-industrial das sociedades de controle vem impondo. Em países altamente desenvolvidos, há um pleno reconhecimento da profissão do Urbanista constituída por específicas instituições de ensino, entretanto, no nosso país, arquitetos com seus projetos de edificações pressupõem, também, exercer seus saberes/poderes sobre a cidade e, portanto, resistem à especificidade da formação do urbanista. Questão que merece ser superada, a exemplo do que ocorre em países desenvolvidos onde o urbanismo adquire um entendimento bastante complexo para se esgotar no nível de uma genérica graduação conjuntamente com a arquitetura.

Concluindo, o paradigma ético-estético acima referido, tem sua dimensão molecular e pressupõe o exercício de uma micropolítica, a qual se fundamenta nas práticas da subjetividade individual e/ou coletiva e que afeta a profissão do arquiteto urbanista e das práticas artísticas em geral. Vale salientar que mudanças, transformações contínuas nas práticas arquitetônicas e

urbanas como em qualquer outra prática profissional, enquanto construção da subjetividade individual e/ou coletiva passa, indiscutivelmente pela micropolítica, e as grandes revoluções pensadas utopicamente pela modernidade, passaram a ser micro revoluções, ou seja, “revoluções moleculares, enquanto subjetividade parcial individual e/ou coletiva (GUATTARI).

Abordando os processos de subjetivação individual e/ou coletiva, particularmente, no que se refere à subjetivação coletiva, teríamos de adotar o conceito **Multidão**, atualizado discursivamente por diferentes pensadores contemporâneos, e que vem contribuindo para a superação dos conceitos: Povo, Massa e Comunidade, os quais primam pela homogeneização dos seus componentes e que sob a limitada conceituação de Unidade e Identidade, ainda perduram no imaginário acadêmico no âmbito da Macropolítica.

**Multidão** enquanto conceito (virtual) vem sendo atualizado discursivamente enquanto agregado informal, portanto sem contorno, constituído de multiplicidade e heterogeneidade de indivíduos, caracterizando-se por ser um agregado descentrado, centrífugo, nômade e anônimo. Considerar a multidão de arquitetos urbanistas existente no planeta, mesclada no seio de incomensuráveis multidões de outros profissionais em ampla interdisciplinaridade, esse novo enfoque conceitual, exigiria um outro texto, por sinal, tema bastante complexo. Entretanto, trata-se de um conceito que merece uma especial atenção, conjuntamente com outros conceitos emergentes, tais como Biopolítica, Sustentabilidade no âmbito das três Ecologias (ambiental, social e mental), Comum, Nomadismo, Anonimato entre outros conceitos, os quais aguardam atualização discursiva em subseqüentes textos a serem enfocados.

No Momento, além do conceito micropolítica, o autor desenvolve um especial interesse pelo conceito **Anônimo** (anonimato) frente à proliferação viral do conceito EU (sujeito) nas “Sociedades



de Controle”, herança da modernidade cartesiana e hoje exponencialmente ativada pelo “marketing”, enquanto apropriações de bens. Trata-se, portanto e por enquanto, de um posicionamento político e utópico, imaginando as “cidades invisíveis” de um Devir-outro das cidades, uma nova proposta para este Milênio e que estaria indissociável do Paradigma Ético-estético, e isso, enquanto atitude política na formação acadêmica e profissional de anônimos cidadãos enquanto arquitetos e urbanistas. Formação essa que deve desmerecer o “sentido de Ter”, amplamente difuso sob a égide das “Sociedades de Controle”, favorecendo o “sentido de Ser” e voltada, prevalentemente, para a emancipação social desse dominante controle social hoje existente.

Os tópicos aqui levantados tiveram o sentido de abordar criticamente uma específica formação profissional, entretanto, tal posicionamento pressupõe um entendimento mais amplo em decorrência dos eixos conceituais aqui adotados e que se podem aplicar em Multiplicidade e Heterogeneidade de formações acadêmicas, expressando, assim, uma atitude política que não se esgota apenas no novo paradigma Ético-estético da Arte enquanto Arquitetura e Urbanismo, mas também, nos novos paradigmas Ético-científico e Ético-filosófico, ou seja, os Perceptos e Afetos da Arte, os Functivos da Ciência e os Conceitos da Filosofia, criados pelas nas novas formas de pensar ou a serem criados em um Devir-outro da Existência.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DELEUZE, Gilles. *Conversações*. Rio de Janeiro: Editora 34, 2000.

DELEUZE, Gilles. *Diferença e Repetição*. Rio de Janeiro: Editora Graal, 1988.

DELEUZE, Gilles, GUATTARI, Félix. *O que é a Filosofia*. Rio de Janeiro: Editora 34, 2000.

DELEUZE, Gilles, GUATTARI, Félix. *Mil Platôs, Capitalismo e Esquizofrenia*. Rio de Janeiro: Editora 34, vols. 1, 2, 3, 4, 5, 1997, 1999.

DELEUZE, Gilles. PARNET, Claire. *Diálogos*. São Paulo: Editora Escuta, 1998.

FOUCAULT, Michel. *As Palavras e as Coisas, uma arqueologia das ciências humanas*. São Paulo, Editora Martins Fontes, 1981.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir*. 20ª edição. Petrópolis-RJ: Vozes, 1999.

GUATTARI, Félix. *Caosmose, um novo paradigma estético*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1993.

GUATTARI, Félix. *Revolução Molecular, pulsações políticas do desejo*. São Paulo: 1983.

HARDT, Michael, NEGRI, Antonio. *Multidão, Guerra e Democracia na era do Império*. São Paulo: Editora Record, 2005.

PELBART, Peter Pal. *Vida Capital, Ensaio de Biopolítica*. São Paulo: Iluminuras, 2003.





# NOTAS SOBRE ÉTICA E CRIAÇÃO

Paulo Costa Limar\*

## 1.

Este escrito, elaborado a partir do campo sistemático e ficcional da arte e especialmente da música, reúne notas sobre ética e criação — imaginando linhas de força e de perspectiva entre essas verdadeiras constelações de pensamento, que ora se defrontam, ora se tangenciam, e às vezes até mesmo se interpenetram, unindo seus núcleos de força. O percurso seguirá a direção de construção de uma visão interpretativa da atualidade e dos desafios colocados no horizonte, priorizando como espaços de contextualização os discursos sobre música e o compor. E isso, sem esquecer que talvez o esforço de falar sobre ética seja da ordem do inatingível, do inexprimível — situação que, aliás, também não é estranha à arte, e em especial à música, considerada por diversos pensadores como região do inefável.<sup>2</sup>

## 2.

Iniciamos a trajetória no campo da educação, onde ética e criação coexistem como dimensões imprescindíveis. Nesse sentido, vale lembrar uma interessante contribuição de Feyerabend, que considerava absolutamente fundamental “imunizar as pessoas contra todas as formas sistemáticas de educação”.

A verdadeira eficácia da educação apontaria para a construção de uma paleta mais ampla de atitudes, que não fixasse ou reduzisse a complexidade do vivido ao estratagema da reprodutibilidade.

1 \* Professor da Escola de Música da Universidade Federal da Bahia, com pesquisa apoiada pelo CNPq.

2 Obviamente estamos nos referindo a Wittgenstein e sua escada mística, na questão da ética como algo inexprimível. E a Schopenhauer, entre outros, quanto à música como jardim familiar e inacessível.



E mais: não reduzisse ou fixasse a construção de verdade a um processo de homogeneização cultural em torno de uma verdade dominante, mesmo que científica — portanto, relativismo. Ou, como fraseia Boaventura de Souza Santos, a construção de um novo paradigma de convivência entre racionalidades distintas.<sup>3</sup>

### 3.

Ora, a tradição onde se inscreve minha formação musical considera que essa ‘imunização das pessoas’ comporta um envolvimento com a criação. A criação parece ser um domínio importante para tratar da irredutibilidade do vivido ao conhecido. A criação como ferramenta de autonomia<sup>4</sup>.

Essa orientação — construção de autonomia — aparece bem representada na formulação de Otto Laske sobre a natureza da criação musical: “Ouvir e compor, quando não abstraídos do mundo-da-vida (Lebenswelt) são atividades de um organismo que, por meio de razão (by way of reason), cria seu próprio mundo.” Outra coisa bem distinta é tratar essas atividades a partir de uma teoria externa — “to reason about them”.<sup>6</sup>

Firmo o olhar analítico sobre a expressão ‘by way of reason’ — na medida em que traduz a esperança de reagir a um modelo de

---

3 SANTOS, Boaventura de Souza. A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência, passim.

4 E numa reverberação importante: o pensamento como uma questão de criação — seguindo o interstício Nietzsche/Deleuze —, e, portanto, a recusa em partir da verdade como plano que define o pensamento, bem ao contrário, considerar a verdade como criação de pensamento. “Composição, composição, eis a única definição da arte”. (DELEUZE, Giles e GUATTARI, Félix. O que é a filosofia?, p. 247).

5 Registro como um horizonte de possíveis conseqüências a utilização da palavra ‘organismo’ — a criação vista em sua amplitude ecológica. Vale a pena mencionar o esforço recente de definir a existência ou não de centros neuronais específicos para a música (neuromusicologia), e o impacto de uma tal descoberta sobre a longevidade da associação humana com a música, levando a uma revisão de seu papel adaptativo na espécie — Cf. The cognitive neuroscience of music, Isabelle Peretz e Robert Zatorre (Eds.). Outro caminho interessante é o estudo de estruturas sonoras produzidas por animais — o contraponto dos sapos foi objeto de uma recente tese no campo da música eletrônica — Cf. Rodolfo Caesar e Tato Taborda.

6 LASKE, Otto. Towards an epistemology of composition, passim.

separação categórica entre práticas e teorias. A rigor, não existem práticas composicionais, ou criativas. Não faz sentido representar o compor, ou a criação, como se a teoria estivesse apenas do lado de fora.

#### 4.

Se a questão ética se instaura a partir do respeito à capacidade criadora do outro<sup>7</sup>, então ela também se envolve com esse entrelaçamento da teoria com a prática — na medida em que a capacidade criadora, especialmente no campo das artes, depende dessa ‘razão interna’ capaz de guiar escolhas<sup>8</sup>.

Sendo assim, a ética se envolve no próprio tecido da obra de arte. E uma das formas mais claras de apresentar essa ideia aparece em Meyer:

A criação é possível apenas se houver escolha E escolha é possível apenas se houver liberdade.<sup>9</sup>

Antes mesmo de qualquer envolvimento com instâncias interpretativas de recepção, a obra de arte se entrelaça com a ética, como testemunho do campo de escolhas possíveis, como evidência e medida de liberdade.

#### 5.

Num paralelismo bastante curioso, encontramos no Deleuze das *Conversações* uma visão do homem e da vida como obra de arte, e uma visão de ética/estética como resistência e reinvenção:

- 
- 7 E essa é a questão fundamental em muitos dos casos típicos de violação à integridade intelectual, por exemplo, no âmbito da propriedade intelectual coletiva, comunitária, e freqüentes apropriações com fins lucrativos.
- 8 A indissociabilidade teoria e prática no compor — o argumento da ‘razão interna’ — pode ser bem exemplificado através da sociologia de Garfinkel. Sua orientação etnometodológica defende que é o sujeito comum que faz a sociologia... O sujeito comum compõe a sociologia, e compõe a sociedade, ao mesmo tempo. Justamente como a música, onde quem a compõe também compõe a comunidade de ouvintes que a abrigará...
- 9 MEYER, Leonard. Music, the arts, and ideas, p. 59.



...trata-se de regras facultativas que produzem a existência como obra de arte, regras ao mesmo tempo éticas e estéticas que constituem modos de existência ou estilos de vida.<sup>10</sup>

Escrever é criar, e criar é resistir, decodificar as linhas que nos atravessam e inventar novos modos de existência, diz Deleuze.

## 6.

Numa outra ponta desse circuito, a reflexão sobre criação, escolhas e liberdade, figura a contribuição de Adorno, para quem o próprio material musical — o acorde, a cadência, a melodia, o que for — é constituído em termos de historicidade.<sup>11</sup>

Essa é uma visão notadamente ética, e abrange o modernismo, colocando sobre todos os envolvidos com a criação, especialmente o criador, a responsabilidade pela formação das comunidades de ouvintes. As decisões internas de uma determinada obra estariam, dessa forma, comprometidas diretamente com os destinos da sociedade.

As demandas feitas ao sujeito pelo material são muito mais condicionadas pelo fato de que o 'material' é ele próprio uma cristalização do impulso criativo, um elemento socialmente predeterminado através da consciência humana... ...Sendo assim, a alteração entre o compositor e seu material é da mesma ordem que uma alteração com a sociedade... ...Nenhum acorde é falso 'em si mesmo', simplesmente porque não existe essa coisa de um acorde em si mesmo, e porque cada acorde é um veículo do contexto total — na verdade, da direção abrangente.

Estamos diante de um paradigma, que foi objeto de maturação durante longo tempo, alcançando esse estado pungente através da dialética de Adorno — onde, vale observar, a superestrutura tem papel decisivo para a conformação das relações sociais.

<sup>10</sup> DELEUZE, Gilles. *Conversações*, p. 126.

<sup>11</sup> ADORNO, Theodor W. *Philosophy of modern music*, p. 32-36.

7.

Porém, a inteireza do desafio requer uma interpretação que transite do econômico ao simbólico. Adorno nos fala de uma cisão que habita a própria obra de arte. De um lado, a reprodução do *telos* da moda, em que se inscreve o ritmo de produção de mercadorias, cada movimento sucedendo ao anterior e até mesmo relegando-o a uma situação de menor racionalidade — mas, eis aí o travo da questão, essa reprodução da lógica da moda aparece na obra de arte (modernista) formatada como resistência, produzindo uma substancialidade que não pode ser absorvida pela lógica da mercadoria. Alguém já falou da tendência a gerar públicos inexistentes.

Portanto, no âmbito do modernismo, o que temos é a obra de arte como lugar que acolhe essa cisão entre reproduzir e negar (simultaneamente) a lógica de mercadização — gerando e sendo gerada por uma força propulsora que certamente coloca em evidência a dimensão ético-política. Passa a se manifestar como uma causa, como grande Outro — diremos adiante. Pertencimento e identificação com a obra de arte vão exigir uma reprodução dessas condições — eis a matriz dos grupos de vanguarda no século XX.

8.

E eis aí, por exemplo, uma ferramenta interpretativa para pensar a Bahia a partir da intervenção vanguardista de H. J. Koellreutter, a convite do Reitor Edgard Santos para criação dos Seminários de Música da UFBA, continuada por Ernst Widmer a partir do início dos anos 60. A afirmação desafiadora da possibilidade de que lugares periféricos como a Bahia pudessem produzir música de vanguarda, e não apenas centros de difusão e imitação do espetáculo do pensamento ocidental — e a verdadeira pororoca cultural a ser gerada entre tal iniciativa e os vetores das culturais tradicionais (afro-brasileiras), que nada internalizam sobre centros e periferias da ideologia dominante, e que se organizaram como resistência à homogeneização ocidental em nosso meio.



Poderíamos acompanhar ao longo da produção composicional baiana um certo impulso na direção de carnavalização — no sentido de Bakhtin — enfatizando a possibilidade de uma fusão crítica entre traços, problemas e circunstâncias daqui e do mundo. Não seria dessa ordem o envolvimento de Ernst Widmer em 1988 com o desafio de um encontro condigno entre Filhos de Gandhi e Orquestra Sinfônica?<sup>12</sup> Ou mesmo a parceria entre Lindembergue Cardoso e Ildásio Tavares para a elaboração da primeira ópera negra baiana, a *Lydia de Oxum*? Quanto a mim, não tenho dúvida, de alguma forma esse foi o impulso para a composição do *Atotô do L'homme arme*, que criava espaços de hibridação entre o alujá de Xangô e a melodia da canção medieval.

#### 9.

Peço ao leitor considerar essa última incursão apenas como um arroubo — um arroubo ilustrativo de possíveis caminhos de contextualização. Um esboço interpretativo do equilíbrio de tensões envolvido em nossa própria vida cultural. Retornemos ao percurso original — a presença da ética no tecido da obra de arte, e uma visitação a alguns vetores temáticos que o século XX elaborou com relação a essa interpenetração de forças.

#### 10.

Porém, não podemos ir adiante sem retomar o discurso sobre criação e liberdade de escolha — para observar que falta ali, na colocação de Meyer, uma dimensão fundamental para o século do modernismo, o Inconsciente — embora o modelo de Adorno já transpire essa atitude. Isso significa levantar a hipótese de que as escolhas seriam sobredeterminadas, ou seja, responderiam a uma outra cena, algo que incide diretamente sobre a questão ética, no sentido de um afastamento das concepções normativas clássicas.

---

12 Independentemente dos resultados sonoros que tenha alcançado – em termos de concepção sempre me refiro ao evento (a estréia da obra *Uma Possível Resposta* op. 169) como um diálogo impossível entre Descartes e Xangô.

Segundo Lacan: “A psicanálise escolhe como padrão de revisão da ética, a relação da ação com o desejo que a habita”. Imbricada na lógica da criação, a dimensão ética acompanha todas as suas etapas, especialmente na medida em que comporta uma relação com o desejo — e isso não significa estar confinado à dimensão do indivíduo, como veremos adiante.

Na medida em que uma obra de arte — sublimação que seja — representa uma forma diferenciada de destino pulsional, portanto, distinta do sintoma, acompanha de perto a relação com o campo da falta, do vazio:

nascido de uma perda irreparável do objeto..., o desejo é a busca indefinidamente repetida dessa perda que não cessa de ser presentificada por outros objetos, sob aspectos aparentemente irreconhecíveis, procurando burlar a censura imposta ao desejante e ao desejado, podendo fazê-lo porque dispõe da potência significante do corpo.<sup>13</sup>

O desejo se articula, entre possível e impossível, a partir de um vazio — e Lacan construirá uma analogia com o vaso de cerâmica, ou mesmo com uma catedral. São obras de arte que ilustram a organização em torno de um vazio presentificado, lembrando a estrutura clínica da histeria, e, por exemplo, o apagamento no consciente de memórias inaceitáveis. O discurso de Lacan continua na direção de estabelecer paralelismos entre o vazio na religião — vazio respeitoso, constituído por fórmulas e rituais que lembram a estrutura clínica da neurose obsessiva — e o vazio na ciência, desafio posto por uma ordem simbólica projetada no universo, que cumpre decifrar, saber o que diz de nós, aproximando a ciência da paranoia.



13 CHAUI, Marilena. Desejo, paixão e ação na ética de Spinoza, p. 19. Temos aí a questão legitimada de forma brilhante pelas mãos de uma filósofa.

Na ética esboçada por Lacan, essas ações humanas por excelência — arte, religião, ciência — poderiam ser entendidas num paralelismo com as estruturas clínicas.

## II.

Ora, se a catedral gótica sustenta uma relação com o desejo, também sustenta e é sustentada por uma relação com o grande Outro (no caso, Deus) — que estabelece tanto o impulso do desejo como seus limites, sua caixa de ressonância.

Vale lembrar com Žižek, que o grande Outro opera num nível simbólico.<sup>14</sup> Quando falamos (ou quando ouvimos), nunca interagimos simplesmente com outros; nossa atividade de fala é fundada em nossa aceitação e dependência de uma complexa rede de regras e outros tipos de pressupostos... O espaço simbólico também funciona como um padrão de comparação contra o qual podemos nos medir. É por isso que o grande Outro pode ser personificado ou reificado como um agente único: o ‘Deus’ que vela por mim do além, e sobre todos os indivíduos reais, ou a Causa que me envolve (Liberdade, Comunismo, Nação) e pela qual estou pronto a dar a vida.

Temos aí, o espaço social da capacidade desejante. Na verdade, a catedral gótica convoca e responde às três grandes questões fundamentais evocadas por Terry Eagleton em *Ideologia da Estética*: O que podemos saber? (o cognitivo); o que devemos fazer? (o ético-político)? O que nos atrai? (o estético-libidinal).

Essas três questões remetem à capacidade que cada época possui de construir visões de síntese. Ao invés de utilizar apenas a noção mais frequente (associada a Foucault), a *episteme* — o conjunto daquilo que uma época pode conhecer — Eagleton amplia o âmbito para incluir o ético-político e o estético-libidinal. Ou seja, há também um limite para o que atrai (o estético-libidinal) e o que convoca (o ético-político).

---

14 ŽIZEK, Slavoj. Como ler Lacan, *passim*.

Mais importante ainda: a formulação também sugere que esses três limites interagem. Ou seja, que não é possível isolar a ética do cognitivo ou do libidinal. Cabe, portanto, perguntar sobre a atualidade — e sobre como conjuga esses três desafios?

**12.**

Antes disso, porém, cabe alinhar em perspectiva etapas do processo. Muitos séculos antes da catedral gótica, Boécio afirmava que a música tanto podia remeter à relação entre corpos celestes, como às relações entre pessoas ou relações sonoras propriamente ditas. Estamos no âmbito da tradição especulativa (Dahlhaus) ou da episteme da similitude, operando com a semelhança como eixo organizador do pensamento, “o homem como ‘pequeno mundo’ que espelha o universo e é por ele espelhado”, tal como no texto de Leão Hebreu.<sup>15</sup>

Digo-te que o Céu, pai de todas as coisas geráveis, move-se num movimento contínuo e circular sobre o todo do globo da matéria primeira, ao mover-se e remexer todas as suas partes germina todos os gêneros, espécies e indivíduos do mundo inferior da geração; assim como, movendo-se o macho sobre a fêmea, e movimentando-se nela, procria filhos... A Terra é o corpo da matéria primeira, receptáculo de todas as influências de seu macho, que é o Céu. A água é a umidade que a nutre. O Ar é o espírito que a penetra. O Fogo é o calor natural que a tempera e vivifica.

**13.**

A pergunta pela ética vista a partir do tecido da obra de arte, nos leva a considerar a superação desse estado de coisas, no âmbito do surgimento daquilo que conhecemos como modernidade, e a partir de Max Weber condensada pela expressão ‘desencantamento do mundo’.

Para Daniel Chua :

---

<sup>15</sup> Cf. CHAUI, Marilena. Desejo, paixão e ação na ética de Spinoza, p. 13.



to dis-enchant the world is to leave it un-sung. Modernity registers its songlessness by trying to re-enchant the world with its own voice. . . The vocal turn in music, from which opera is born, is a symptom of disenchantment.<sup>16</sup>

**14.**

Ora, o surgimento da modernidade vai exigir o desligamento desse monocórdio celeste — figura emblemática da episteme da similitude e da conexão de encantamento entre os seres —, transformando a música em objeto autônomo, aberto às manipulações da razão instrumental. Para Stillman Drake, os experimentos sonoros realizados por Vincenzo Galilei (pai de Galileu) e um dos compositores associados ao nascimento da ópera, iam contra a concepção ancestral (pitagoreana) da música como manifestação de algum sistema numerológico, passando a vê-la como tema de experimentação na relação com os corpos sonoros — e tiveram uma influência marcante sobre os experimentos em física de Galileu, inspirado a partir dessa influência a questionar o mundo, verificando suas leis empíricas. É um capítulo fascinante das relações entre arte e ciência.

**15.**

“A ópera canaliza o desejo” nos lembra Susan McClary (1993) em seu conhecido ensaio que ataca a ideia de música absoluta, a ideia longamente elaborada, mas cunhada propriamente pelo romantismo, de que a música era da ordem do inefável. Esse artigo marca o início de um longo embate entre formalismo e hermenêutica em musicologia e teoria da música, hoje, aliás, em via de superação. A canalização de desejo na música ocidental da modernidade vai operar através de esquemas narrativos codificados socialmente, tais como a tonalidade ou a forma sonata. Isso re-

---

<sup>16</sup> CHUA, Daniel. Absolute music and the construction of meaning, *passim*.

presenta a adoção de discursos e narrativas por uma superfície musical aparentemente alheia ao discursivo.

**16.**

A reação ao desencantamento — reação à perda de uma centralidade celebrada desde sempre — vai colocar em andamento essas forças de canalização do desejo, que também são estratégias de captação de atenção, e certamente envolveram uma aproximação considerável com a retórica, preservada do mundo grego pela civilização árabe. Aliás, trata-se do mesmo impulso que vai implicar um investimento crescente em direcionalidade na música, as nuances e passos de aproximação de um centro tonal, a ênfase na sofisticação de um tempo linearmente concebido — contrastando com as verdadeiras mandalas temporais não-ocidentais, onde o ‘estar na presença de’ é mais importante do que atingir um determinado ponto.

Esse também é o início do processo que vai posteriormente representar uma conquista — a identidade-mercadoria da arte, permitindo que flutuasse com plena liberdade com relação aos patronos do antigo regime.

**17.**

Da catedral gótica à ópera há uma distância considerável — bastante representativa da distância entre o princípio da similitude e a episteme ordenadora e classificatória que surge como eixo estruturante da modernidade. Manfred Bukofzer aponta em seu respeitado estudo sobre o barroco, o fato inusitado de que gravitação e tonalidade sejam teorias que foram gestadas num mesmo período. Ora, a tonalidade não deixa de ser uma gravitação tonal...

O vazio da catedral projetado agora sobre a organização do universo sonoro — e o centro tonal como motor de atenção, direcionalidade e desejo, mas também sempre exposto à dialética entre atingir um ponto e ao mesmo tempo esvaziar as expectativas que o sustentavam. É o caso das cadências em música, elas guardam essa ambiguidade estrutural entre preencher as expec-



tativas e ao mesmo tempo esvazia-las pelo encerramento do discurso. Refletem dessa forma, o enlace entre desejo e memória.

**18.**

A fuga barroca — e especialmente a fuga em Bach, tomo como referência a fuga em dó menor do CBT I — como profusão de linhas que apontam para intensificação no ‘infinito barroco’, o mesmo que se faz presente nas imagens dos santos.

Intriga-me uma dupla sensação: uma ânsia interior que caminha na direção de intensificações cada vez maiores, e uma resignação que oscila entre contemplativa e iterativa, que forma uma espécie de ambiente básico da experiência, sobre o qual as intensificações ocorrem... e a convergência desses dois processos na direção de um pequeno vácuo rítmico que faz parte do sujeito da fuga no c. 2.17

Mas aí também, assim como na catedral, a presença manifesta do grande Outro, como causa e limite do desejo, remetendo simultaneamente a uma ética do Bem, assim como a uma ética do Dever.

**19.**

A episteme ordenadora e classificatória da modernidade vai manter uma estreita relação com o princípio da ‘proliferação de rupturas’; e, portanto, com a potencialização do novo como esteio do desejo e da construção de identidade/subjetividade. O ‘novo’ passa a desempenhar o papel do vazio.

Todavia, é importante reconhecer que ‘o novo’ surge a partir de duas leituras opostas — por um lado visto como o legítimo sucessor da tradição, mas, por outro, percebido como estranhamento, como ameaça, gerando medo — algo que o enclave da fábrica, da máquina, do autômato, reforçará.

---

17 LIMA, Paulo Costa. *Invenção e memória*, p. 172.

A série de rupturas também se tornou o esteio dos desenvolvimentos e inovações tecnológicas, e mais, nota-se um progressivo entrelaçamento entre rupturas tecnológicas e rupturas de ‘linguagem e representação’, no âmbito daquilo que passa a ser denominado de crise de representação no modernismo.

## 20.

Therefore, as hero, music is no longer an embodiment of moral sensibility but the expression of a historical consciousness. The *Eroica* rejects the reactions of the body for the action of history. It masters time by constantly bringing the form into a crisis that the hero must resolve to shape history into the Utopian visions of secular humanism.<sup>18</sup>

Não custa observar como a figura do herói refere-se tanto ao protagonista da obra — e esse é um conceito valioso —, como também ao próprio criador. O herói ocupa o lugar da antiga catedral, e substitui o infinito do barroco pela transformação histórica. Obviamente sua presença se estende a outros campos, dos quais a literatura é o mais óbvio.

A construção do herói como personagem da trama artística e da criação deve também ser indicador do processo histórico de construção de subjetividade, algo que implica esse intrincado jogo entre indivíduos e referências simbólicas, gerando pertencimentos e identidades. E vale lembrar com Žižek que “a transformação subjetiva ocorre no momento da declaração, não no momento do ato”. A *Eroica* de Beethoven é inegavelmente um momento de declaração.

## 21.

Há uma linha bastante clara entre o herói da consciência histórica do início do século XIX e o modernismo do século XX, mas agora com uma ênfase renovada na aceleração do ritmo das



<sup>18</sup> CHUA, Daniel. *Absolute music and the construction of meaning*, p. 153.

rupturas, em plena crise da representação — compositores buscando um sistema novo a cada obra. Se o herói representava, de alguma forma, os anseios de um discurso universal da burguesia recém-emancipada, agora no modernismo, o que quer o capitalismo com a obra de arte, e vice-versa? Já vimos anteriormente a resposta de Adorno a essa questão.

## 22.

Talvez o problema mais visível na atualidade, o desafio mais pungente com relação aos processos de criação/educação, e, portanto, de qualquer propulsão ético-política através deles é o que vem sendo denominado de destruição da atenção — para usar uma formulação de Bernard Stiegler.<sup>19</sup>

A montagem de super poderes psíquicos em nível global captando atenção para uma agenda cada vez mais imaginária de produtos e sentimentos (cada vez mais dual, sem a intervenção de um Outro, seja ele uma causa, um bloco de saber, uma tradição), cada vez mais voltada para o lucro imediato, instalando uma economia do curto prazo.

A captação da atenção de curto prazo surge no capitalismo tardio como priorização das atitudes especulativas em desfavor de atitudes de investimento. A destruição da atenção é o maior atentado possível com relação à possibilidade de criar. Está, assim, na base da presente crise — compondo os três grandes limites do capitalismo: a redução sistêmica da margem de lucros, a questão ecológica e a destruição da possibilidade de atenção e investimento libidinal.<sup>20</sup>

A organização fundada sobre o consumo, e constituída por sua oposição à produção, não é perigosa somente porque ela produz excessos de CO<sub>2</sub>, mas porque ele destrói os espíritos.

---

19 STIEGLER, Bernard. O que faz valer a pena viver.

20 Cf. STIEGLER, Bernard. O que faz valer a pena viver, passim.

### 23.

A figura da ‘celebridade’ aparece aí como engrenagem estruturante, tendo surgido através do entrelaçamento de vários processos — a própria democracia<sup>21</sup>, o declínio da força da religião organizada, a transformação do cotidiano em mercadoria.

A celebridade provavelmente herda alguns traços da figura do ‘herói’ que se impõe a partir do romantismo como florescência da epopeia burguesa, e que passa a representar tanto o personagem e suas vicissitudes como o próprio criador. No século XX, no âmbito do modernismo musical, espera-se que esse ‘herói criador’ invente praticamente um sistema a cada obra.

Mas a figura do herói ainda tinha um compromisso profundo com uma ética do dever, enquanto a celebridade representa uma espécie de clímax da ética da utilidade. O desafio ético pode ser avaliado a partir dessa imagem da captação da atenção — e da consequente impossibilidade de investimento em ‘objetos’ propriamente ditos. Ora, a atenção é que constitui objetos, e existe tanto no nível individual como no coletivo, é, na verdade, uma espécie de ponte entre os dois mundos.

### 24.

Pensando na catedral gótica como emblema de uma época — e de sua *episteme* ampliada — podemos nos pôr a imaginar o correlato dos nossos dias, e uma possível resposta, por mais esdrúxula que pareça, seria o corpo elástico de Michael Jackson.

Podemos evocá-lo facilmente através do estilo de movimento, uma cinética toda especial, uma dança eletrizante, mas aparentemente disforme, dança sem lei que faz o corpo andar para trás, amolecer que nem borracha, deslizar sem gravidade. As crianças piram: seria um Chaplin transfigurado pela pós-modernidade?

---

21 Na Líbia de Kadhafi, os jogadores de futebol não tinham nome, apenas números nas transmissões de rádio e televisão, justamente para evitar que adquirissem notoriedade.



Esse personagem que canta e dança, atrai para si os adereços mais incríveis. Na verdade ele configura o corpo como adereços — e naquele famoso sacolejo de quadris que sempre emoldura uma pegadinha radical, parece nos dizer que o próprio pênis é um adereço — existiria irreverência maior? Aponta para uma sociedade do adereço?

Preso a um intrincado processo de fabricação de si mesmo — impedido e seguir o caminho da identificação com um pai violento — transforma essa autofabricação, suas misérias e delícias, no foco de atenção midiática. E faz isso de forma incomparável com o talento que tem.

Ignora a genética e fabrica-se branco — não há limite. Envolve-se, portanto, numa desconstrução impossível de sua negritude, que grita por todos os seus poros, em cada jeito de corpo, em cada foto de família. Dolorosa travessia ao nada da impossibilidade de identificação.

E ao oferecer ao mundo seu processo de fabricação artificial de si mesmo como objeto de adoração, está absolutamente alinhado com a necessidade pós-moderna de desvinculação da instância terceira de um Outro — pai, pátria, religião, instituição, causas etc. E está também alinhado com as boas práticas do mercado, visando maior lucratividade pela via da globalização — atores sem nada acima deles que impeça a maximização das trocas.

## 25.

Sem a possibilidade de atenção (e cuidado) a objetos reais, também se desinveste da construção de sociabilidade. Uma comunidade pode ser entendida como um conjunto de objetos compartilhados. Sem atenção e objetos, não há aprendizado da construção de sociabilidade. A energia libidinal flutuante — descolada de objetos reais — implicará um aumento considerável de violência e adição.

Qual a arte possível num mundo sem atenção disponível para objetos de cuidado artístico? Será a fusão irremediável com a publicidade? O que dizer da violência como atrativo cultural?

**26.**

A destruição da atenção acontece em paralelo a uma espécie de liquidação coletiva da transferência, enquanto é suscetível de recair tanto em pessoas quanto em blocos de saber. E a transferência é o processo engendrado pela função do ‘suposto saber’ — portanto, a atribuição de saber a pessoas e blocos de saber.

Sendo assim, a falta de atenção para o cuidado com objetos é também a liquidação do grande Outro (Deus, tradição, pátria, comunismo etc...) como instância reguladora dos mecanismos de formação de identidade. Pois, se não há objetos, não há sujeitos. Trata-se de um processo complexo, que tanto acarreta grande liberdade como problemas de ausência de limites — Melman.

Não há mais nem autoridade, nem referência, menos ainda saber que se sustente... Estamos apenas na gestão, há apenas práticas... Uma formidável liberdade, mas ao mesmo tempo absolutamente estéril para o pensamento. Também nunca se pensou tão pouco!

A carência das identificações simbólicas só deixa como recurso, para o sujeito, uma luta incessante para conservar e renovar insígnias cujas desvalorização e renovação são tão rápidas quanto as evoluções da moda, e isso enquanto ele mesmo está inexoravelmente entregue ao envelhecimento, com o seu carro.<sup>22</sup>

**27.**

Mas quais as perspectivas de construção de um cenário possível? Para Stiegler:

---

22 MELMAN, Charles. O homem sem gravidade: gozar a qualquer preço, passim.



A tentação do mundo industrial e capitalista é de fornecer uma resposta tecnológica e científica, negando o que está em jogo, sem entender... que é necessário mudar o modelo industrial não simplesmente para desenvolver uma nova racionalidade técnica e científica, mas para constituir uma nova racionalidade social, produtora de motivação, de motivos para viver juntos, isso é, de cuidado com o mundo e com aqueles que nele vivem: produtora de um novo saber-viver...

É este contexto que deveria conduzir a União Europeia à elaboração de um novo modelo industrial, repousando sobre uma política industrial de tecnologias do espírito — isto é, da sublimação — como a única economia libidinal durável...<sup>23</sup>

## 28.

O criador herói brasileiro enfrentou desde sua invenção no século XIX, e enfrenta até os dias de hoje, o desafio de transposição desse arquétipo (o herói-criador), do contexto da arte e do pensamento produzidos fora da vivência periférica, para o tecido interno de sua possibilidade de existência.

Em tela: “o caráter postiço, inautêntico, imitado da vida cultural que levamos”, a condição de cultura de cópia e as alternativas construídas pelo pensamento brasileiro para lidar com a feição copiada da cultura. A inevitabilidade dessa condição — apaga o autorreconhecimento como valor diferencial — e dá origem a um conhecer/gozar/dever feito através de um outro que nos coloniza.

## 29.

Trata-se, portanto, do desafio de compor uma episteme ampliada que busque contemplar o desejo de participação no espetáculo da arte e do pensamento, sem apagamento da alteridade, num processo que seja capaz de postura afirmativa e construção de valor diferencial.

---

<sup>23</sup> STIEGLER, Bernard. O que faz valer a pena viver, passim.

O discurso da vanguarda, exigindo uma legitimação como ‘progressista’ — e, portanto, ao mesmo tempo um abandono das formas anteriores ‘românticas’ e retrógradas, precisará ser posto à prova pela consciência dos criadores nacionais: como conjugar espírito de vanguarda e compromisso com os povos daqui, ou seja, reconhecendo suas tradições e vozes de alteridade? Esse dilema ético-político nos constitui como lugar de fala.

É uma linha que vai dar em Macunaíma, e nas ideias de antropofagia que atravessam o século. Repito: como resposta crítica a um mundo de centros e periferias, a antropofagia representa uma importante posição ético-política. Já demonstrei em outro escrito, como esse espírito materializado pelo discurso oswaldiano aparece na Bahia como um caminho orgânico de diálogos entre a rua e o salão — antes mesmo de sua formulação paulista.

### 30.

E mais: sendo o Brasil, e a Bahia em particular, um lugar onde não se estabeleceu a idéia de nação como território de todos os cidadãos, e, portanto, um lugar onde a força simbólica unificadora desse grande Outro não atuou plenamente, viveríamos o curioso paradoxo de termos sido pós-modernos antes do modernismo! (Já que o pós-moderno se caracteriza pela diluição dessa forma simbólica).

Isso tem consequências importantes sobre a conduta de diversos criadores — o equilíbrio/desequilíbrio entre lógica interna orgânica versus maximalização (um tanto barroca) de possibilidades — que está presente tanto na Tropicália como no discurso do Grupo de Compositores da Bahia<sup>24</sup>, afetando e criando pontos de diálogo entre vanguarda e cultura de massa.

Uma tensão criativa entre tradição e ruptura, digamos assim. Um afrouxamento de superego — enquanto Beethoven escreve ‘*Muss es sein? Es müssen sein*’ em seus últimos quartetos,

24 “Em princípio, estamos contra todo e qualquer princípio declarado”, GCB, 1966.



evocando a necessidade de uma teleologia um tanto trágica do desenvolvimento de suas idéias musicais, nós aqui celebramos com Riachão ter visto o ‘Umbigão da baleia’, ou construímos através de Smetak um instrumento cheio de furos denominado ‘A grande virgem’.

#### REFERÊNCIAS

- ADORNO, Theodor W. *Philosophy of modern music*. New York: The Seabury Press, 1980.
- BOHLMAN, Philip. “Ontologies”, In: *Rethinking Music*, Nicholas Cook e Mark Everist (eds.). Oxford: Oxford University Press, 1999
- CHAUI, Marilena. *Desejo, paixão e ação na ética de Spinoza*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- CHUA, Daniel. *Absolute music and the construction of meaning*. Cambridge: Cambridge University press, 1999.
- DELEUZE, Gilles e GUATTARI, Félix. *O que é a filosofia?* São Paulo: Editora 34, 1992.
- EAGLETON, Terry. *A ideologia da estética*. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.
- FEYERABEND, Paul. *Diálogos sobre o conhecimento*. São Paulo: Perspectiva, 2001.
- FEYERABEND, Paul. *Adeus à razão*. São Paulo: Editora Unesp, 2003.
- HEIDEGGER, Martin. *A origem da obra de arte*. Lisboa: Martins Fontes, 1990.
- JAMESON, Fredric. *Modernidade Singular: ensaio sobre a ontologia do presente*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- JAY, Martin. *Cultural Semantics: keywords of our time*. Amherst: University of Massachusetts Press, 1998.
- LASKE, Otto. Towards an epistemology of composition. *Amsterdã: Interface* v.20, p. 235-269.

- LIMA, Paulo Costa. *Invenção e memória*. Salvador: EDUFBA, 2005.
- MELMAN, Charles. *O homem sem gravidade: gozar a qualquer preço*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2003.
- MEYER, Leonard. *Music, the arts, and ideas*. Chicago: The University of Chicago Press, 1967.
- REYNOLDS, Roger. *Form and method: composing music*. New York: Routledge, 2002.
- ROJEK, Chris. *Celebridade*. Rio de Janeiro: Rocco, 2001.
- SANTOS, Boaventura de Souza. *A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência*. Porto: Edições Afrontamento, 2000.
- STIEGLER, Bernard. *O que faz valer a pena viver*. Flamarion, 2010.
- ZIZEK, Slavoj. *Como ler Lacan*. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

